

# CRIAÇÕES EM CENAS, PSICÓLOGIAS EM ATOS

10 ANOS DO CURSO DE  
PSICOLOGIA DA UNIVS NA  
REGIÃO CENTRO-SUL DO CEARÁ

TADEU LUCAS DE LAVOR FILHO  
ISABELA BEZERRA RIBEIRO  
MEURY GARDÊNIA LIMA DE ARAÚJO  
THAMIRES PEREIRA ALVES  
LIELTON MAIA SILVA  
ORGS.

**CRIAÇÕES EM CENAS, PSICOLOGIAS EM ATOS: 10 ANOS DO CURSO DE  
PSICOLOGIA DA UNIVS NA REGIÃO CENTRO-SUL DO CEARÁ**



Organizadores  
Tadeu Lucas de Lavor Filho  
Isabela Bezerra Ribeiro  
Meury Gardênia Lima de Araújo  
Thamires Pereira Alves  
Lielton Maia Silva

**CRIAÇÕES EM CENAS, PSICOLOGIAS EM ATOS: 10 ANOS DO CURSO DE  
PSICOLOGIA DA UNIVS NA REGIÃO CENTRO-SUL DO CEARÁ**

1ª Edição

Quipá Editora  
2023

Copyright © 2023 dos autores e autoras.

Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

**Revisão técnica e normatização:** Tadeu Lucas de Lavor Filho.

**Nota dos Organizadores:** Os trabalhos que integram o e-book: “Criações em cenas, Psicologias em atos: 10 anos do curso de Psicologia da UniVS na Região Centro-Sul do Ceará”, foram submetidos à análise de uma Comissão Científica que foi composta por diferentes especialistas. O processo de seleção destes trabalhos seguiu critérios preestabelecidos pela Comissão Científica. Contudo, todas as afirmativas, opiniões, conceitos, resultados, imagens, considerações finais e afins, aqui documentadas, são de inteira responsabilidade de seus autores/autoras.

**Financiamento:** UNIVS – Centro Universitário Vale do Salgado

**Conselho Editorial:** Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora, Editor-chefe / Me. Ana Paula Brandão Souto, HUWC/Universidade Federal do Ceará / Me. Ana Nery de Castro Feitosa, Universidade Federal do Espírito Santo / Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri / Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, Instituto Federal do Ceará

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

C928 Criações em cenas, Psicologias em atos : 10 anos do curso de Psicologia da UniVS na Região Centro-Sul do Ceará / Organizado por Tadeu Lucas de Lavor Filho ... [et al.]. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2023.

300 p. : il.

ISBN 978-65-5376-226-8

DOI 10.36599/qped-978-65-5376-226-8

1. Psicologia – Estudo e ensino. I. Lavor Filho, Tadeu Lucas de. II. Título.

CDD 150.7

---

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em agosto de 2023.

[www.quipaeditora.com.br](http://www.quipaeditora.com.br) | @quipaeditora

## APRESENTAÇÃO

CRIAÇÕES EM CENAS, PSICOLOGIAS EM ATOS convida os leitores a embarcar em uma jornada profunda e abrangente, explorando diversas áreas de atuação da profissão. Este livro é fruto da colaboração entre professores e aprendizes do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), cuja história começou com a inauguração em Icó, no Centro-Sul Cearense, em 2002. O curso de Psicologia, autorizado pelo MEC em 2013, solidificou-se como um marco importante na trajetória dessa instituição.

A cidade de “Ikó”, a terceira vila estabelecida no Ceará, tem sua origem em uma palavra indígena da linguagem *Tapuia*, utilizada pelos povos que habitavam as margens do rio Salgado. Essa palavra traduz-se como “água” ou “rio da roça”, evocando a fluidez e a vitalidade que também perpassam as páginas deste livro. Assim como o rio Salgado enriquece o solo e sustenta a vida em Icó, cada capítulo busca enriquecer as experiências compartilhadas e cultivar a curiosidade, motivando a exploração mais profunda da pesquisa psicológica.

À medida que comemoramos uma década de dedicação ao avanço da Psicologia em nossa cidade em 2023, este livro ganha significado singular ao simbolizar nosso progresso concreto ao longo desse período. Além disso, ele serve como um poderoso orientador da importância contínua da pesquisa e do compromisso com a excelência acadêmica e ética. Esses pilares têm sido fundamentais para sustentar o crescimento do curso ao longo desta jornada marcante.

Composto por 26 capítulos cuidadosamente elaborados, o livro nos conduz a uma exploração acadêmica que transcende as barreiras teóricas e se estende até as práticas psicoterápicas essenciais. Cada um desses capítulos abrange uma ampla gama de recursos dentro da Psicologia, incluindo Abordagens Terapêuticas, Desenvolvimento Pessoal, Diversidade, Comportamento Social, Saúde Mental e Concepções de Saúde em Tempos de Pandemia. Por meio dessa abordagem abrangente, os leitores são convidados a mergulhar em questões complexas e pertinentes que moldam o cenário atual da Psicologia, enriquecendo seu entendimento e incentivando novas explorações no campo.

Neste momento, queremos expressar nossa profunda gratidão a todos os discentes e docentes que, ao longo dos anos, moldaram e enriqueceram a história do curso de Psicologia da UniVS. Cada mente curiosa e coração entusiasmado desempenhou um papel vital na criação de uma tapeçaria única de aprendizado e descoberta que definem a essência desta produção. As reflexões teóricas e práticas psicoterapêuticas apresentadas neste livro são mais do que palavras, conceitos e debates; são uma homenagem vibrante ao compromisso e paixão que cada um de vocês trouxe para a sala de aula e para além dela. Reconhecemos o trabalho daqueles que deixaram sua marca, compartilharam o que

sabiam, fizeram parte da história do curso e continuarão vivos nas páginas deste livro inspirando os entusiastas da Psicologia no futuro.

*Isabela Bezerra Ribeiro*  
*Professora do curso de Psicologia da UniVS.*  
*Icó-CE, Agosto de 2023.*

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

#### CAPÍTULO 1 12

DESAFIOS ENFRENTADOS POR UM PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Antônio Martins Vieira e Silva Júnior*

#### CAPÍTULO 2 24

REFLEXOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

*Francisca Thais de Souza Nogueira*

*Antônio Martins Vieira e Silva Júnior*

#### CAPÍTULO 3 36

AS INTERFACES ENTRE A FÉ RELIGIOSA E A SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

*Jeremias Manoel de Freitas Neto*

*Antônio Martins Vieira e Silva Júnior*

#### CAPÍTULO 4 46

CAMINHOS E OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS NO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*Isabela Bezerra Ribeiro*

*Thalyta Amália Feitosa Fernandes*

*Maiana Parente Gomes Carneiro*

#### CAPÍTULO 5 57

SAÚDE MENTAL DE GESTANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

*Joyce Aurélia Batista Virginio*

*Sara Maria Teles de Figueiredo*

*Sandra Mary Duarte*

*Brenda da Silva Nogueira*

*Letícia Augusto Oliveira da Silva*

CAPÍTULO 6	68
O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA) E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO (ABA)	
<i>Brenda da Silva Nogueira</i> <i>Joyce Aurélia Batista Virginio</i> <i>Letícia Augusto Oliveira da Silva</i> <i>Sandra Mary Duarte</i> <i>Sara Maria Teles de Figueiredo</i>	
CAPÍTULO 7	79
UMA ANÁLISE DO PERDÃO INTERPESSOAL CONSIDERANDO DIFERENÇAS POR IDADE E SEXO	
<i>Thalita Lays Fernandes de Alencar</i> <i>Júlio Rique Neto</i> <i>Eloá Losano de Abreu</i> <i>Lívia Braga de Sá</i>	
CAPÍTULO 8	89
AGRESSIVIDADE E CATEGORIZAÇÃO DE GRUPO: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA E COGNITIVA	
<i>Laura Gabryelle Fernandes de Medeiros</i> <i>Alessandra do Nascimento Costa</i> <i>Elza Maíza de Assis Vaz</i> <i>Marília Gabriela Chagas Tavares</i> <i>Carolina Ferreira Ferraz</i> <i>Eloá Losano de Abreu</i> <i>Thalita Lays Fernandes de Alencar</i>	
CAPÍTULO 9	98
RECORTE HISTÓRICO DA HOMOSSEXUALIDADE E A ORIGEM DO DELÍRIO DA “CURA GAY”	
<i>Jonas Lucas Chaves Queiroz</i> <i>Lielton Maia Silva</i>	
CAPÍTULO 10	107
EU TENHO UM LAR? – REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS REFUGIADOS A PARTIR DO FILME “AS NADADORAS”	
<i>Priscila Brasil Quintela Pontes</i> <i>Lielton Maia Silva</i>	

CAPÍTULO 11	117
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA AO FEMINICÍDIO: O NORDESTE NO COVID-19	
<i>Geovânia Cristina Bezerra da Silva</i> <i>Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco</i>	
CAPÍTULO 12	129
A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES E A SUA INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO LGBTQIA+FÓBICO	
<i>Francisco Matheus de Oliveira Cavalcante</i> <i>Meury Gardênia Lima de Araújo</i>	
CAPÍTULO 13	140
VIOLÊNCIA AMBIENTAL SIMBÓLICA: UM CONCEITO EM PSICOLOGIA	
<i>Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco</i>	
CAPÍTULO 14	152
DESENVOLVENDO O POTENCIAL DAS ALTAS HABILIDADES NA ESCOLA: IDENTIFICAR, DESAFIAR E APOIAR ALUNOS INCLUÍDOS	
<i>Isabela Bezerra Ribeiro</i> <i>Thamires Pereira Alves</i> <i>Meury Gardênia Lima de Araújo</i> <i>Tadeu Lucas de Lavor Filho</i>	
CAPÍTULO 15	161
O EXTREMISMO IDEOLÓGICO NAS DINÂMICAS SOCIAIS E SUA INTERFACE COM A POLARIZAÇÃO POLÍTICA	
<i>José Erison Noronha Félix</i> <i>Jonas Lucas Chaves Queiroz</i> <i>Francisco Nalysson Lucena Da Silva</i> <i>Manuel Ferreira de Sousa Junior</i> <i>Tadeu Lucas de Lavor Filho</i>	
CAPÍTULO 16	171
O FENÔMENO DA <i>FAKE NEWS</i> DISCUTIDO NA LITERATURA CIENTÍFICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE 2012-2021	
<i>Tadeu Lucas de Lavor Filho</i> <i>Ana Beatriz Garcia de Souza</i>	

*Faeilla Maria Ferreira Lima*  
*Francisco Nalysson Lucena da Silva*  
*Lucas de Queirós Cavalcante*  
*Maria Rosaria Vieira Neta*  
*Francisco Alison Custódio Idelfonso*

CAPÍTULO 17 184

O QUE O AJUSTAMENTO BANAL NOS DIZ SOBRE A RACIONALIDADE  
NEOLIBERAL: UM OLHAR À LUZ DA GESTALT-TERAPIA

*Cecilia Neves Ferreira Neta*  
*Laricia Nogueira Alexandre*  
*Rebecca Pinheiro Sedrim*  
*Maxwell Fontes Teixeira*

CAPÍTULO 18 195

DA AMBIVALÊNCIA MATERNA À AUTOTRASCENDÊNCIA: UMA REFLEXÃO  
SOBRE O SOFRIMENTO MATERNO A PARTIR DA LOGOTERAPIA

*Maria Erilene Silva*  
*Rebecca Pinheiro Sedrim*  
*Daniel Rubens Santiago da Silva*

CAPÍTULO 19 207

BENEFÍCIOS PSICOLÓGICOS DA MUSCULAÇÃO EM MULHERES DURANTE O  
PERÍODO MENSTRUAL

*Alliny Dayse Firmino Bezerra*  
*Maria Conceição Lucas Soares*

CAPÍTULO 20 215

OS IMPACTOS DO DIAGNÓSTICO TARDIO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA EM CRIANÇAS

*Juliana do Nascimento Souza Lucena*  
*Ester das Graças Nunes Cândido*  
*Joyce Kézia de Aquino Nunes*  
*Kauane Pereira dos Santos*  
*Maria da Silva Barbosa*  
*Janaína Araújo Santiago Oliveira*  
*Amanda Gabriel Viana Bezerra*  
*Maria Conceição Lucas Soares*

CAPÍTULO 21	224
UM DIÁLOGO ENTRE PSICANÁLISE E TEATRO: O INCONSCIENTE EM CENA	
<i>Davi Sampaio Cardoso</i>	
<i>Najara Oliveira Silva</i>	
CAPÍTULO 22	235
TORNA-SE PAI: O PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE	
<i>Jessyca Araci Mota Maciel</i>	
<i>Rebecca Pinheiro Sedrim</i>	
CAPÍTULO 23	247
AVANÇOS E RETROCESSOS NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DO BRASIL: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO PROJETO DE LEI Nº 1.241/2019	
<i>Mateus da Silva Araújo</i>	
<i>Isabela Bezerra Ribeiro</i>	
<i>Thamires Pereira Alves</i>	
<i>Tadeu Lucas de Lavor Filho</i>	
CAPÍTULO 24	259
NEUROPSICOLOGIA E ENVELHECIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS E TERAPIAS POSSÍVEIS	
<i>Francisco Newton Pereira Junior</i>	
<i>Maria Aparecida Trindade</i>	
<i>Thamires Pereira Alves</i>	
<i>Isabela Bezerra Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 25	269
O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
<i>Leonardo Matias Benigno</i>	
<i>Damiana Ferreira da Silva Alves</i>	
<i>Sandra Mary Duarte</i>	
CAPÍTULO 26	280
ESTIGMA E RELAÇÕES DE PODER: A VIOLÊNCIA POLICIAL BRASILEIRA REPRESENTADA EM MANCHETES DE JORNAIS	

*Mariane Mendonça da Silva*

*Isabela Bezerra Ribeiro*

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES	292
SOBRE AS/OS ORGANIZADORAS/ES	299
ÍNDICE REMISSIVO	300

## CAPÍTULO 1

### **DESAFIOS ENFRENTADOS POR UM PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*Antônio Martins Vieira e Silva Júnior*

#### **Introdução**

O mercado de trabalho de ensino superior no esteve aquecido nas décadas de 2000 e 2010, nesse período milhares de instituições de ensino superior privadas (IES) abriram suas portas e ofertaram inúmeros cursos de graduação ou pós-graduação (Sguissardi, 2015), o que levou oportunidade de ingressar em um curso de ensino superior à grande fatia da população antes sem acesso e ampliou o mercado de trabalho para professores universitários.

O trabalho do professor está ligado ao processo de facilitar ao aluno o aprendizado e especialização, sendo o docente do ensino superior responsável por levar aos discentes o aprendizado profissional, através do ensino de competências e habilidades relativas à profissão escolhida, bem como o ingresso em experiências acadêmicas, como pesquisa e extensão.

No final de 2019 houve o início do surto de uma doença provocada por uma variante agressiva e com alta taxa de transmissibilidade de um vírus da família Corona Vírus, o que provocou um alerta global, já no início de 2020 o surto se alastrou pelo mundo e foi classificada inicialmente como uma epidemia e posteriormente como uma pandemia.

Por conta de restrições sanitárias impostas pelo combate à pandemia, a forma como os produtos educacionais foram oferecidos nos anos de 2020 e 2021 foi alterada, onde uma alternativa educacional foi o sistema de ensino remoto, adotado pela maioria das IES.

Tal mudança foi brusca e trouxe desafios a todos envolvidos, em muitos casos não havia estrutura digital, seja por parte dos profissionais, alunos e ou IES, e nem treinamento apropriado, com isso os docentes e discentes passaram por um processo lento e geralmente doloroso de adaptação ao sistema remoto, o que pode ter levado à prejuízos à aprendizagem por parte dos alunos e desgaste físico e psicológico dos profissionais envolvidos.

Com isso, o objetivo da presente pesquisa foi entender como a situação de restrição e distanciamento afetou o exercício de professores universitários através de um relato de caso, para atingir tal êxito foi descrito o cenário do ensino superior no Brasil, apresentados os impactos da pandemia na sociedade e analisados os desafios da implantação do ensino remoto enfrentados pelo professor no exercício de sua função.

## **O Ensino Superior no Brasil**

A educação de ensino superior no Brasil apenas teve início no começo do século XIX, através da transferência da corte portuguesa para o Brasil, fato ocasionado pela fuga da família real, o que caracterizou um início tardio da oferta dessa modalidade de ensino em território nacional em relação à Europa (Neves; Martins, 2016).

Durante o início do século XX, o setor público foi o principal provedor e mantenedor de cursos de ensino superior no país, fato que começa a mudar a partir da década de 1960 através da gradual expansão do setor privado, da ampliação da oferta de vagas a partir da década de 1980 e do maior incentivo à criação de IES privadas nos anos 1990, consolidando o padrão nos anos vindouros (Tachibana; Filho; Komatsu, 2015)

O período entre 1995 e 2010 foi marcado por grande expansão da oferta de cursos de ensino superior no Brasil, seja na rede pública ou privada (Mancebo; Vale; Martins, 2015), o que ampliou a oferta de vagas e o aumentou as oportunidades para a docência, sendo importante apontar que nas décadas de 2000 e 2010 a expansão do setor foi mais proeminente conduzida pelo setor privado (Tachibana; Filho; Komatsu, 2015).

Uma característica dessa expansão foi a ampliação de vagas através de programas estatais de financiamento ou de bolsas estudantis oferecidas à pessoas sem condições de pagar as mensalidades de faculdades privadas ou que ficaram fora da sistema público de ensino, como FIES e PROUNI, de “garantias de alguma igualdade de condições de acesso, mas que não preveem igualdade de condições de permanência e, em especial, de sucesso no mercado de trabalho” (Sguissardi, 2015, p. 869), sendo que tais programas foram responsáveis pelo substancial aumento do número de IES privadas no Brasil (Chaves; Amaral, 2016).

O acesso ao ensino superior tornou-se mais democrático e uma fatia da população que não obtinha oportunidades de cursar um curso superior passou a ter, mas mesmo com tais avanços entre 2003 e 2013 o número de jovens em idade universitária matriculados ainda é relativamente baixo ao se comparar com outros países da América, que possuem uma taxa de ocupação proporcional superior à do Brasil (Waltenberg; Carvalho, 2015).

Em 2008 o Brasil precisou enfrentar uma crise internacional impactou na economia nacional e trouxe aspectos negativos que, junto com outros problemas já presentes em âmbito político e de mercado, influenciaram, também, no processo educacional (Moraes, 2017).

Com a crise econômica, iniciada em 2008 e acentuada a partir de 2013, juntamente com a crise política vieram a modificar o cenário de educação de nível superior, principalmente com a readequação do FIES iniciada em 2015, trazendo critérios mais rígidos, bem como reduzindo o

número de vagas para acesso ao financiamento aos interessados (Moraes, 2017).

Assim, percebe-se o cenário educacional de ensino superior no Brasil com o polarizado em IES públicas e privadas, onde o setor privado é responsável pela maior parte do contingente de alunos, principalmente motivado pela oferta de programas governamentais de financiamento e fomento do ensino superior.

### **A pandemia de COVID no Brasil**

No final do ano de 2019 foram identificados em Wuhan, região de Hubei na China, casos de pneumonia atípica com sintomas de tosse, febre, dificuldade de respirar, síndrome respiratória grave que podia levar à necessidade de cuidados médicos hospitalares e em casos graves ao óbito, o que levou preocupação às autoridades locais e à Organização Mundial de Saúde (Barreto; Rocha, 2020).

O agente infeccioso responsável pela doença foi identificado como um vírus da família Coronavírus nomeado como SARS-COV-2, sendo uma família de vírus comum que infectam animais humanos e não-humanos, sendo que a moléstia recebeu o nome de Coronavírus Disease-2019 e ficou mais conhecida como COVID-19 (Perlman, 2020; Zhu et al, 2019).

A doença se espalhou rapidamente pelo mundo e chegou ao Brasil através de uma pessoa de 60 anos de idade residente em São Paulo que retornou da Itália em fevereiro de 2020, e o primeiro óbito oficial seria registrado no mês de março de 2020 (Brasil, 2020).

É importante observar que a Covid-19 avançou rapidamente no Brasil, registrando alto número de infecções e mortos já nos primeiros meses (Santos, Castro, Rocamora, 2022), e o número de mortos e de casos confirmados até junho de 2022 foi de mais de 670 mil e 32,4 milhões, respectivamente (Dong, Du, Gardner, 2022), o que evidencia a gravidade da situação.

As medidas de enfrentamento da pandemia no Brasil foram desencontradas por conta da discordância entre governos estaduais e o governo federal sobre como a epidemia deveria ser enfrentada, o que levou a uma incapacidade de unir o país visando um enfrentamento unificado e gerou problemas no uso e gerenciamento de repasses financeiros, na criação de uma estrutura de aparato social e na demora em se adquirir vacinas (Paes-Sousa, 2021).

A tentativa inicial de enfrentamento da pandemia por parte dos governos estaduais se deu através de estratégias de distanciamento e *lockdown*, onde as pessoas foram instruídas a ficarem em casa, sair apenas quando estritamente necessário e somente foi permitido o funcionamento de serviços essenciais, como farmácias, hospitais, postos de gasolina, serviços públicos etc. (AQUINO, 2021).

Tal estratégia foi mais forte principalmente no período denominado como primeira onda, que compreendeu os meses iniciais do ano de 2020, e brevemente na segunda onda, quando houve uma

ressurgência muito intensa de novos casos nos primeiros meses de 2021 após um período de decréscimo acentuado de casos no final de 2020 (Moraes, 2021).

### **A pandemia e o sistema educacional**

A adoção de medidas restritivas afetou os serviços educacionais públicos e privados, como creches, escolas, cursos e IES, pois o contato social se tornou restrito e aglomeração em ambiente fechado estava proibida, ambos requisitos fundamentais para o sistema de educação presencial, o que levou a adoção de forma emergencial por parte de muitas instituições de um sistema híbrido ou remoto de ensino (Rodini; Pedro; Duarte, 2020).

A adoção de um sistema de ensino que contornasse as limitações impostas pela pandemia e pudesse abranger o sistema educacional fez-se necessário para mantê-lo em funcionamento (OCDE, 2020), para tal finalidade foi publicada pelo ministério da educação em março de 2020 a portaria 343 instituindo a substituição da educação presencial por ferramentas de ensino a distância e/ou online (Brasil, 2020).

Deve-se observar que o sistema de ensino remoto emergencial implantado durante a pandemia difere do já estabelecido sistema de ensino à distância (EAD), ao qual é constituído de um sistema de ensino assíncrono onde o aluno dispõe de conteúdo já produzidos no formato de texto, vídeo etc. e acompanhado por tutores para facilitar o aprendizado (Bento, 2016).

O sistema implantado teve como característica principal o predomínio do sistema de ensino síncrono com a presença de professor e aluno em simultâneo participando das aulas sala de aula virtual nos mesmos horários das aulas presenciais (Fernandes; Isidorio; Moreira, 2020) através de aplicativos de videoconferência.

A adoção partiu da premissa da existência de infraestrutura tecnológica voltada para as especificidades do sistema por parte das IES, docentes e discentes, o que não existia tendo em vista o negócio central das empresas ser o ensino presencial e, no que remetia ao sistema de ensino por meio de tecnologias da informação, estavam restritas ao sistema Ensino à Distância EAD diferente do sistema almejado.

### **Metodologia**

Uma pesquisa tem como objetivo levantar respostas para um problema através de métodos científicos, podendo ser exploratórias, descritivas e explicativas (Gil, 2009), sendo que para o presente trabalho foi escolhida a pesquisa exploratória, que tem “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses” (Gil, 2009, p. 41).

É necessário, também, utilizar um método de acordo com os procedimentos a serem utilizados no processo de pesquisa em si. Gil (2009) afirma que a pesquisa exploratória geralmente se apresenta na forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso, já Mattar (2008, p. 86) ressalta que a pesquisa exploratória utiliza o “levantamento em fontes secundárias, levantamento de experiências, estudo de casos selecionados e observação informal”.

A pesquisa bibliográfica é aquela ao qual são usados como fontes uma base de material já publicado, já o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (Gil, 2009, p.54), já a pesquisa narrativa tem como objetivo realizar análises a partir de relatos escritos ou falados dos indivíduos com o objetivo de entender determinado fenômeno (Gil, 2021), onde o relato de experiência, método em que o pesquisador busca analisar experiências passadas por seu sujeito de pesquisa, que pode ser ele mesmo (Daltro; Faria, 2021).

"Quando, porém, o universo é numeroso e esparso, é recomendável a seleção de uma amostra" (Gil, 2009, p.145), sendo essa "amostra um subconjunto finito de uma população" (Crespo, 2009, p.11), com isso conclui-se que realizar uma pesquisa em um universo tão grande se torna inviável, sendo necessária uma prévia seleção dos indivíduos para representar esse universo.

Sendo a amostra uma parte da população a ser pesquisada, a amostragem seria, então, segundo Mattar (2008, p.264) "o processo de colher amostras de uma população", assim, o tipo de amostragem escolhido para esse projeto de pesquisa é o de amostragem não-probabilística por conveniência, onde foi selecionada de acordo com "a conveniência do pesquisador" (Mattar, 2008, p.275), principalmente por esse tipo prestar-se "muito bem aos objetivos da pesquisa exploratória" (Mattar, 2008, p.275).

O pesquisador precisa decidir se sua pesquisa será quantitativa, ao qual tem como objetivo obter um resultado a partir de uma análise de dados estatísticos, ou qualitativa, onde o foco da pesquisa não estaria nas análises estatísticas, mas no caráter subjetivo dos sujeitos envolvidos no processo (Shaughessy; Zechmeister; Zechmeister, 2012)

Sendo assim, o presente trabalho optou por partir de estudo de caso a partir de um relato de experiência narrativo descritivo-exploratório de cunho qualitativo, onde a metodologia de escolha amostra de pesquisa foi a não probabilística por conveniência, sendo que o procedimento de coleta de dados será realizado tanto através de uma revisão de literatura, quanto da análise da narrativa da experiência do autor quanto profissional de ensino superior que passou pela experiência de ser docente durante a pandemia de COVID-19.

## Resultados e discussão

A mudança para o ensino remoto foi obrigatória e, inicialmente, traumática, principalmente tendo-se em vista o caráter abrupto que estava sendo realizada, tal impacto foi percebido, principalmente, na falta de expertise do docente, bem como dos discentes, na utilização de tal sistema, tendo em vista que tal mudança foi adotada, que idealmente deveria ser implementada lentamente e com própria preparação e adaptação em um projeto de longo prazo, foi realizada no período de poucos dias.

O presente pesquisador, no período do início da pandemia, trabalhava como professor, bem como supervisor de disciplinas de estágio profissional, em dois centros universitários de ensino, tendo contato amplo com todo o desenrolar da evolução e declínio da pandemia e os impactos na rotina de ambas as instituições.

Com isso, foi possível realizar um levantamento, a partir da experiência e das percepções do próprio pesquisador, dos pontos de maior impacto negativo em sua experiência profissional, que podem ser resumidos e sintetizados em três áreas listadas na tabela 1, que serão, posteriormente, analisados individualmente no decorrer do presente texto.

**Tabela 1.** Listagem dos principais desafios encontrados no exercício profissional do pesquisador como professor universitário no decorrer da pandemia de COVID-19.

Problemas	Resumo da experiência
Adaptação ao sistema remoto.	Problemas operacionais, técnicos, de treinamento e de recursos, tanto das instituições quanto dos docentes e discentes, levaram a uma adaptação dolorosa ao sistema remoto.
Falta de comprometimento dos alunos e diminuição da interação professor e aluno.	Circunstâncias peculiares ao sistema remoto, como problemas técnicos, de conexão, de falta de participação ativa, bem como ausência de interação entre alunos e professores elevou as dificuldades para o docente.
Prejuízos e dificuldades no sistema de avaliação	A mudança para um sistema onde o aluno fazia provas em casa e sem o controle do professor ou da instituição, onde o aluno poderia burlar o sistema facilmente, levou ao docente a incerteza de como seu processo de ensino estava agindo em relação aos alunos.

Fonte: construção do autor (2022)

### Adaptação ao sistema remoto

O primeiro problema enfrentado pelo docente foi a adaptação ao sistema remoto, principalmente no tocante ao caráter abrupto da implementação do sistema, pois todo o processo,

incluindo decisão de quais ferramentas seriam utilizadas, do formato aplicado e o treinamento dos profissionais foi realizado no período inferior a uma semana.

A fluidez do processo de mudança foi diferente nas duas instituições, principalmente por conta da infraestrutura de cada uma, é necessário levar em consideração que ambas tinham como modelo prioritário de ensino a presencialidade, não o sistema remoto, assim, diante de uma situação tão imediata e abrupta, precisaram se adaptar para cumprir com as especificações ditadas pelo Ministério da Educação (MEC) e fizeram isso, inicialmente, de forma improvisada e com as ferramentas que tinham disponíveis.

Tal processo teve impacto negativo, pois, a partir de ações improvisadas, o desafio do professor se tornou maior, apesar dos esforços das instituições em prover a melhor infraestrutura para a condução das aulas, seja fornecendo as ferramentas disponíveis (aplicativos de vídeo conferência e ambientes de aprendizado virtuais) ou, na medida do possível, treinamento sobre o uso de tais ferramentas, o processo teve como principal característica o imprevisto e a pressa, tendo sido realizado de forma açodada por conta das contingências envolvidas.

Outro ponto de estresse ao docente, nesse quesito, foi o fato de trabalhar em duas instituições diferentes, que usaram dois sistemas distintos, com ferramentas bem diferentes entre si, seja a nível operacional, seja a nível de conhecimento técnico ou de necessidades de hardware específicas para a utilização de cada uma.

Por fim, existiu, nesse quesito, o problema do investimento do docente em uma estrutura para que pudesse exercer sua profissão de forma satisfatória, assim, fez-se necessária a adaptação, também de forma açodada, de um cômodo da sua residência para a finalidade de servir como ambiente de sala de aula, mesmo que virtual, assim como necessitou adquirir os equipamentos necessários para tal finalidade, muitas destes com valores financeiros altos.

É necessário notar que tal investimento não foi exclusivo das instituições ou dos docentes, tendo em vista que o discente também necessitava de um aparato tecnológico para adentrar nesse novo sistema de ensino remoto, o que vai de encontro à realidade vigente no Brasil, principalmente no estado do Ceará, seja na capital ou no interior, onde estão localizados todos os personagens desse processo.

A condição financeira de muitos alunos de instituições de ensino privado é limitada, tendo em vista que grande parte do público atendido por tais instituições é formado por uma fatia mais pobre da população, englobando as classes C, D e E (SEMESP, 2021), que dependiam das próprias instituições para ter acesso a recursos básicos de tecnologia necessários para suas atividades acadêmicas, algo que ficou restrito no período de pandemia, é necessário perceber que a desigualdade social também afeta o acesso à internet (Fernandes; Isidorio; Moreira, 2020), e tal

desigualdade e dificuldade foram percebidas pelo pesquisador em sua experiência.

Outra situação enfrentada foram as constantes oscilações e problemas de conexão relativos à infraestrutura do sistema de telefonia e de internet, algo que trouxe problemas para o pronto desenvolvimento das aulas, tendo em vista que o sucesso das aulas dependiam da estabilidade do sistema de internet, sendo importante deixar claro que o problema era muito mais perceptível a partir do ponto de vista dos discentes, pois muitos não tinham planos de internet com capacidade de banda para as aulas, ou sequer tinham planos de internet fixa e se limitavam a dados móveis muito limitados, o que também dificultava o processo de ensino.

Assim, muitos alunos ficaram sem acesso inicial ao sistema remoto, o que se tornou, inicialmente, um desafio ao professor, que, apesar de contar com uma estrutura da instituição e sua, não tinha como chegar à ponta final do sistema educacional, ou seja, o aluno, o que gerava um acúmulo de trabalho ao docente, seja na figura de retrabalho ou de ter que gerar outros recursos que pudessem atingir tais alunos.

### **Falta de comprometimento, participação ou interação dos alunos na aula.**

Também foi percebido, ao longo dos anos de 2020 e 2021, que a participação ativa dos alunos na aula era um acontecimento raro e, muitas vezes, isolado, pois eles evitavam fazer perguntas, comentários ou interagir com o professor ou com colegas, ficando, na maioria das vezes, em silêncio.

O sistema era baseado em aplicativos de videoconferência, onde o aluno estava, na maioria das vezes, tanto com o microfone e a câmera desligados, aparecendo apenas sua foto, com isso não existia nem como comprovar que o aluno estava presente, ou seja, o mínimo requisito para que o processo de aprendizado pudesse acontecer.

Ao serem questionados pelo motivo da permanência das câmeras desligadas as respostas mais comuns eram “estou feio(a) ou desarrumado(a)”, “não quero expor minha privacidade”, “minha casa está desarrumada ou bagunçada”, “não estou apresentável”, “o local onde estou não permite”, “não estou em casa”, “minha conexão não suporta vídeo”, “não tenho câmera ou webcam”, “não sou obrigado(a)” etc., sendo importante ressaltar da necessidade da vontade ou consentimento do aluno para tomar a decisão de ligar seu equipamento, assim, o professor era totalmente refém das circunstâncias e não poderia exigir que o aluno estivesse disposto a colaborar, o que raramente acontecia.

É relevante relatar que existiram frequentemente casos em que alunos eram nominalmente chamados a participar e o professor apenas encontrou o silêncio como resposta, sendo importante frisar que muitas vezes ao ser questionado posteriormente sobre o motivo de não ter respondido,

geralmente nos grupos de mensagens instantâneos criados para comunicação com as turmas, o aluno alegava que havia tido problema de conexão, que a conexão havia “caído”, que o seu equipamento (microfone ou câmera) estava com defeito e não estava funcionando ou simplesmente dizia que tinha saído para ir ao banheiro, comer ou beber água.

Outro ponto a ressaltar, é a não obrigatoriedade da presença do aluno em sala virtual, tendo em vista os problemas supracitados de conexão ou de equipamentos era disponibilizado a ele a possibilidade de assistir a gravação da aula em uma plataforma de vídeos online, o que provavelmente contribuía para a evasão do aluno em horário de aula, fato também frequente na experiência do pesquisador, não raro a presença da turma na sala virtual era em torno de 40% a 60% da turma.

A interação entre o aluno e o professor é um ponto fundamental para o desenvolvimento de um processo de aprendizagem eficaz, tendo em vista o uso desta própria interação como motor do aprendizado (Gil, 2018; Gil, 2020), benefício esse que acaba se perdendo quando acontecem problemas como os relacionados anteriormente.

Tais problemas, em vez de serem raros, eram frequentes, e contribuía, em si, tanto para a pobreza do processo de aprendizado do aluno, quanto para a baixa motivação do professor, que, na maioria das vezes, ao encontrar a sala quase vazia ou com poucos alunos com câmera ligada ou interagindo, configurando-se, assim, como mais um desafio a ser vencido pelo docente no período, ou seja, o de encontrar formas de incentivar e motivar o aluno a participar do seu próprio processo de aprendizado.

### **Prejuízos e dificuldades no sistema de avaliação.**

Um ponto crucial no processo educacional é o de avaliação, processo no qual é avaliado o progresso do aluno, levando ao professor um panorama dos resultados práticos de como sua didática está influenciando no aprendizado daquelas pessoas (Gil, 2020), processo esse que sofreu grande impacto na transferência do sistema de ensino presencial para o remoto, o que configurou mais um grande desafio percebido pelo docente.

Tal impacto aconteceu ao retirar da instituição e do docente a possibilidade de aplicar avaliações presenciais com possibilidade de controle ou de auditoria, transferindo para ferramentas online, onde o aluno poderia realizar as provas no horário desejado e com uma janela de tempo bem espaçada.

Ao aderir a esse formato de avaliação, o controle sobre a forma como o aluno realiza a avaliação é praticamente nulo, levando, assim, a ele a possibilidade de burlar o sistema e fazer as provas pesquisas, em equipe, compartilhar gabaritos, ou, em casos extremos, simplesmente ter

terceiros fazendo as provas.

Por mais de uma vez, o pesquisador verificou os registros das provas nos ambientes online de aprendizado e atestou fenômenos estranhos, como o registro de diversos alunos que haviam realizado a prova em tempos inferiores a 5 minutos e haviam tirado nota máxima, o que aponta indícios de fraude.

Tais dificuldades levaram ao docente um desafio ainda mais, o que desenvolver provas com um nível de dificuldade cada vez mais complexo e único, visando, assim, evitar que o aluno burlasse ou fraudasse o sistema, mas, de acordo com sua experiência, tal procedimento era apenas paliativo, pois os discentes sempre conseguiam uma forma de passar por essas tentativas de controle, o que levava a frustração e desmotivação.

### **Conclusão**

Os processos de ensino e aprendizagem necessita da interação entre aluno e professor, sendo os formatos de ensino presencial e remoto meios para possibilitar essa relação. Em meio a uma pandemia global, fez-se necessária a adoção de um sistema de ensino que pudesse prover aos alunos um meio para ter acesso ao sistema educacional, tendo em vista as limitações impostas pela necessidade de retardar o ciclo de transmissão com vistas de limitar o surto e evitar o colapso do sistema de saúde, com isso optou-se pelo sistema online ou remoto de ensino.

Foram percebidas, a partir da pesquisa realizada, que as dificuldades impostas tiveram impacto, até certo ponto, negativo no processo de ensino, principalmente na redução da participação do aluno nas aulas, o que diminuiu a interação entre aluno e professor, que é de fundamental importância para todo o processo, no cansaço e fadiga tantos dos alunos quanto dos professores com o método remoto, o processo de adaptação abrupta, bem como prejuízos no processo avaliativo, mas, ao mesmo tempo, teve pontos positivos, como a implementação de ferramentas ativas e interativas, como questionários online, a inovação da gamificação do ensino, o uso de vídeos e outras ferramentas potencializadoras do processo de aprendizado.

Com isso, concluiu-se que, apesar de pontos negativos, existiram pontos positivos na experiência, que podem levar em consideração novas possibilidades a serem pesquisadas e implantadas como complemento ou alternativa para potencializar o ensino superior, principalmente levando o processo educacional a lugares onde o sistema presencial não alcança. Assim, o presente trabalho pode contribuir como leitura para pesquisadores, profissionais ou pessoas interessadas no tema como fonte de conhecimento a respeito do assunto, bem como fonte ou ponto de partida para pesquisas vindouras.

## Referências

- AQUINO, E. M. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro: v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, jun. 2021.
- BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. Covid 19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. *Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade*, v. 2, p. 01-11, 2020.
- BENTO, D. **Sistema tutorial para EAD**. São Paulo: Cengage, 2016.
- BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Ministério da educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Fundo de Financiamento Estudantil – Fies. Prestação de contas ordinárias anual. Relatório de gestão do exercício de 2014**. 2014.
- BRASIL. **Mais de 153 mil brasileiros estão curados do novo coronavírus**. Brasília, 26 de maio de 2020.
- CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no brasil – o prouni e o fies como financiadores do setor privado, **Educação em Revista**. UFMG, v.32, n.04, p. 49-72, out-dez, 2016
- DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estud. pesquis. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, jan. 2019.
- DONG, E.; DU, H; GARDNER, L. An interactive web-based dashboard to track COVID-19 in real time. *Lancet Infect Dis*; 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2021.
- MANCEBO, D. VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, mar. 2015.
- MANCEBO, D. Crise Político-Econômica no Brasil: Breve análise da educação. *Educ. Soc., Campinas*, v. 38, n. 141, p. 875-892, Dec. 2017.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MORAES, G. C. G. O. **Análise de resultados: a crise política e econômica no Brasil em 2015 e os impactos no crédito estudantil (FIES)**. Monografia. Universidade Federal de Mato Grosso, p. 54, 2017
- NEVES, E. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino Superior no Brasil: Uma visão abrangente, in DWYER, T. et al, **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.
- OECD (2020). **Supporting the continuation of teaching and learning during the COVID-19**

**Pandemic Annotated resources for online learning.** Paris: OECD Publishing.

PERLMAN, Stanley. Mais uma década, outro coronavírus. 2020. **New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 8, pág. 760-762, 2020.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57.

SANTOS, M.; CASTRO, O. J.; ROCAMORA, V. Lockdown no Brasil: polarização política infectando o discurso sanitário sobre a COVID-19 in: BOSCO, E.; IGREJA, R. L.; VALLADARES, L. **A América Latina frente ao Governo da COVID-19: desigualdades, crises.** Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2022.

SEMESP, **Mapa do ensino superior no Brasil.** São Paulo: SEMESP, 2021.

SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, J. S. **Metodologia de pesquisa em psicologia.** 9a ed. Porto Alegre: AMGH, 2012

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: Democratização ou massificação mercantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, no. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015

PAES-SOUSA, R. Brevíssimo inventário dos fracassos no enfrentamento da Covid-19 no Brasil, **R. bras. Est. Pop.**, v.38, 1-5, e0143, 2021

TACHIBANA, T. Y.; FILHO, N. A. M., KOMATSU, B. K. **Ensino Superior no Brasil.** São Paulo: Insper Centro de Políticas Públicas, 2015

WALTENBERG, F. D., CARVALHO, M. M., Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no brasil: uma comparação entre 2003 e 2013, **Economia Aplicada**, v. 19, n. 2, 2015, pp. 369-396, 2015

ZHU, Na et al. Um novo coronavírus de pacientes com pneumonia na China, 2019. **New England Journal of Medicine**, **Massachusetts Medical Society**, 24 de janeiro de 2020.

## CAPÍTULO 2

### REFLEXOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

*Francisca Thais de Souza Nogueira  
Antônio Martins Vieira e Silva Júnior*

#### **Introdução**

O Coronavírus denominado SARS-CoV-2 causador da COVID-19 foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na província de Hubei na China, após um surto de pessoas diagnosticadas e hospitalizadas com uma pneumonia que era desconhecida pelos médicos locais (Zhu *et al.*, 2020). Uma característica do vírus é a alta velocidade de propagação, em menos de três meses casos da doença foram identificados em outros países e em 11 de março de 2020 com mais 118 mil casos em 114 países e 4.2 mil óbitos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou a epidemia à categoria de pandemia (Jiao *et al.*, 2020).

Uma das formas de conter a circulação do vírus escolhida por governadores e prefeitos no Brasil foi o isolamento social que teve por objetivo reduzir as interações das pessoas, levando a drásticas mudanças na rotina da população, decretos de *lockdown* e restrição de circulação e atividades comerciais foram implementadas (Aquino *et al.*, 2020).

Muitos pais começaram a trabalhar em casa, surgindo restrições também de atividades relacionadas ao público infantil, seja por faltas de acesso a ambientes sociais, familiares de entretenimento e educacionais, seja pela restrição das interações ao ambiente familiar nuclear; assim, sem o contato social do meio do qual necessita, as crianças tiveram que se adaptar a essa nova rotina de isolamento (Dutra; Carvalho; Saraiva, 2020).

Segundo Linhares e Enumo (2020), uma pesquisa na China revelou que mais de 220 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem frequentar a escola durante o isolamento social. O estudo destaca que fatores como medo de contrair COVID-19 ou perder familiares, luto por óbitos, falta de contato com pessoas significativas e estresse em um ambiente familiar afetado pela pandemia podem contribuir para danos psicológicos na saúde mental das crianças.

Partindo do fato que interações sociais são importantes para o processo de desenvolvimento da criança e que em tempos de pandemia o contato social e o processo foram interrompidos para controlar a disseminação do Coronavírus, a presente pesquisa levantou o seguinte questionamento: quais os possíveis impactos psicológicos que a Pandemia por COVID-19 causou nas crianças em processo escolar?

Essa pesquisa justificou-se pela afinidade da pesquisadora com o tema, também pela importância de compreender como foi esse momento de pandemia e isolamento na vida das crianças. Essa pesquisa pode ser usada como referência e contribuição para outros projetos, proporcionando assim subsídio para os futuros projetos de profissionais que pretendem trabalhar com a saúde mental das crianças que estão em processo escolar durante e após a pandemia.

### **Referencial teórico**

De acordo com Velavan e Meyer (2020) os Coronavírus são grandes vírus de DNAs simples e positivos que podem infectar humanos e animais, sendo essa segunda a provável razão como o vírus acabou se espalhando e chegando a humanos. Em março de 2020, o vírus já havia se espalhado por mais de 203 países quando foi declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). No Brasil, o primeiro caso identificado foi em São Paulo após a internação de um homem de 61 anos com os sintomas característicos do vírus.

A pandemia, além da doença, trouxe medo à população que por muitas vezes demonstra sensação de insegurança sobre a vida coletiva e a individual, já que com o distanciamento e isolamento social houve mudanças nas relações sociais das pessoas, assim durante uma pandemia as pessoas estão mais expostas a viverem cargas negativas de emoções e por muitas das vezes não conseguem lidar com elas sozinhas necessitando de uma ajuda psicológica (Carvalho, 2021).

Não foi só a vida dos adultos que mudaram, a de crianças principalmente em idade escolar foram também afetadas. Essas crianças tinham como rotinas frequentar a escola todos os dias e contato próximo com os amigos e professores, mas com a duração do isolamento social, a falta dos amigos e professores, ausência de contato físico e o medo de ser contaminado se tornaram fatores de estresse na criança (Dias; Pinto, 2020).

Pelo convívio familiar também ter mudado em suas rotinas pode-se perceber uma alteração no bem-estar das crianças devido a mudanças repentinas não esperadas pela população, as pessoas estavam vivendo suas vidas normais e em poucos dias tiveram que se adaptarem a essa nova forma de viver, para as crianças ainda é mais difícil, pois estão em pleno desenvolvimento infantil em que o meio social e as interações com pessoas são importantes nesse processo (Schmidt, 2020).

### **Metodologia**

O tipo de estudo de pesquisa foi a pesquisa exploratória, esse tipo tem como objetivo desenvolver, entender e esclarecer as ideias sobre o tema proposto (Gil, 2008). A abordagem da pesquisa é qualitativa, segundo Minayo (2016) esse tipo de abordagem responde questões de acordo

com as particularidades do sujeito, ela está envolvida nas Ciências Sociais trabalhando com o universo dos significados, dos motivos, das crenças, das atitudes e dos valores.

Tomando-se pelo ponto de vista da pesquisa que foi de entender e analisar os possíveis impactos na saúde mental das crianças em idade escolar foi decidido adotar como método a pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2008) pode ser entendida como uma pesquisa que é feita de um material que já existe e dessa forma pode-se usar artigos científicos e livros para dar embasamento a pesquisa. Assim foram usados artigos acadêmicos das plataformas Scielo, Google Acadêmico e também em livros que falavam sobre tema. Foram selecionados artigos que apresentaram representações e propostas de modelos que tratavam sobre: desenvolvimento psicológico, consequências da pandemia, efeitos psicológicos nas crianças, psicologia escolar, a atuação psicológica, volta às aulas a distância e remoto e comportamento de pais na pandemia.

Foram selecionados artigos que estavam no idioma português, inglês que falavam sobre o tema e que tinha essas palavras-chaves, como critérios de exclusão não foram selecionados artigos em que as palavras-chave da busca não apareçam no título, resumo e/ou palavras-chave e também não foram selecionados artigos que não apresentavam as relações entre desenvolvimento psicológico infantil e efeitos da pandemia nas crianças. A análise de dados foi feita a partir da análise de conteúdo que segundo Gil (2008) é uma técnica de investigação conduzida através de uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa, essa análise envolveu três fases: (a) pré-análise, (b) exploração do material, (c) tratamento de dados.

### Resultados e discussões

Foram encontrados 30 artigos que falavam sobre o tema, nas plataformas Google Acadêmico e Scielo, no idioma português e inglês no período de 2020 à 2021, sendo que 17 foram descartados por não atender os critérios de inclusão propostos.

**Quadro 01.** Artigos selecionados

N.	Autor/Ano	Título	Metodologia e Conclusão
1	Pedroza e Maia (2021)	Atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: análise de práticas profissionais.	Pesquisa analisa atuação de psicólogas escolares por meio das redes sociais e destaca impactos da crise na saúde, educação e economia.
2	Imran, Zeshan e Pervaiz	Mental Health Considerations for Children & Adolescents in Covid-19Pandemic.	Pesquisa bibliográfica com revisão de literatura. Ignorar o sofrimento psicologico de crianças causados pela

	(2020)		pandemia pode ser desastroso, por isso há a necessidade de estratégias de enfrentamento.
3	Weaver e Swank (2021)	Parents' Lived Experiences with The Covid-19 Pandemic.	Pesquisa de campo que destaca a importância de recursos e apoio para pais e filhos se adaptarem e manterem habilidades positivas durante a pandemia.
4	Johnson (2020)	Importance Of Positive Parenting During the Pandemic.	Pesquisa bibliográfica destaca que a pandemia tem afetado milhões em todo o mundo e que os pais devem servir como modelos para ensinar os filhos a lidar com a situação.
5	Carvalho (2021)	Percepção dos pais de crianças pequenas sobre o Ensino Remoto eo Estilo Parental assumido durante a pandemia do COVID-19.	Pesquisa exploratória com questionário destaca que pais são exemplos para seus filhos na pandemia, ressaltando a importância da educação e disciplina positiva para a formação infantil.
6	Duque; Nascimento; Oliveira (2020)	Psicoterapia infantil online: técnicas e ferramentas desenvolvidas durante a pandemia da COVID-19.	Pesquisa qualitativa destaca que, apesar de terem tempo para brincar, crianças sofrem impactos na saúde mental devido ao isolamento social causado pela pandemia.
9	Rodrigues e Lins (2020)	Possíveis impactos causados pela pandemia da COVID-19 na saúde mental das crianças e o papel dos pais neste cenário.	Revisão narrativa de literatura. As mudanças nos comportamentos das crianças podem ser observadas com a pandemia, isolamento e distanciamento social podem ser estressores para a saúde mental da criança.
10	Villas-bôas (2020)	Psicoterapia infantil online: Um novo caminho possível frente à Pandemia da Covid-19 Online child psychotherapy: A new possible path in the face of the Covid-19 Pandemia.	Revisão de literatura. Com as demandas de psicoterapia infantil durante a pandemia pode-se concluir que ela é importante, mas tem de ter certos cuidados com o manejo dessa terapia, já que o setting mudou então deverá ser criativo e ético para psicoterapia infantil online.

11	Aydogdu (2020)	Children's mental health during the pandemic caused by the new coronavirus: integrative review/Salud mental de los niños durante la pandemia causada por el nuevo coronavirus: revisión integradora.	Revisão integrativa de artigos. Com os estudos feitos percebeu-se que uma pandemia e seus fatores podem causar impactos a saúde mental das crianças em idade escolar. Todas as mudanças podem alterar a saúde mental dessas crianças.
12	Almeida e Silva Junior (2021)	Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19.	Revisão sistemática de literatura. Percebe-se que a população infantil apresentou maiores problemas de sono, alimentares e comportamental durante a pandemia e o isolamento social.
13	Rossetto; Rufato e Rocha (2021)	Possibilidades de atuação do psicólogo escolar diante de dificuldades no âmbito escolar.	Revisão de literatura. As possibilidades dos psicólogos no âmbito escolar são muitas, os profissionais nas escolas devem para os comportamentos das crianças e também da escola que desencontram com a educação.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Interligando o que foi apresentado nos artigos, com o que foi apresentado no referencial teórico e diante do contexto da pandemia por covid-19 é importante um olhar atento no que se refere a saúde mental das crianças, e a sua adaptação a essa nova forma de viver, é de suma importância que essas crianças tenham um acompanhamento psicológico quando apresentam alterações psicológicas (Aydogdu, 2020).

É importante também como os pais falam com a criança de maneira clara sobre o que está acontecendo, sem passar para a criança medo ou outros sentimentos que pertencem aos pais, pois as crianças precisam de ambientes seguros e precisam dos pais, como já citado anteriormente, os pais são exemplos de como viver para os filhos, é com eles que as crianças aprendem a como se comportar em determinadas situações (Rodrigues; Lins, 2020).

A discussão traz o modo como os psicólogos devem atender nesse momento ainda de pandemia e das resoluções 011/2018 e da 04/2020 do CFP, que autorizam o atendimento psicológico on-line, foi observado também o que muda nessas resoluções e como o psicólogo deve atender as crianças e suas famílias, que apresentam impactos psicológicos deixados pela pandemia. Também fala sobre as voltas aulas e das presenças dos profissionais de psicologia e de assistentes sociais, importante para a retomada as aulas de maneira segura para elas e que como são importantes para ajudar essas crianças a enfrentarem a adaptação ao retornar as aulas presenciais.

### **Comportamentos dos pais na pandemia e seu impacto na vida das crianças**

As crianças como seres em formação percebem e sentem tudo ao seu redor dessa maneira a forma como os pais, cuidadores e círculo social dessa criança estão lidando com a pandemia afetam a criança diretamente, (Rodrigues; Lins, 2020) concordando com Schwartz, Lopez e Veronez (2016) traz que como os pais e cuidadores são os primeiros modelos da criança e é com eles que é desenvolvida as emoções os pais têm um papel importante, a forma como os adultos respondem e lidam com as emoções impactam positivamente ou negativamente na vida das crianças e na pandemia muitas coisas como emprego, estilo de vida e isolamento social acabaram mudando fazendo que com as pessoas adultas também tivesse seus comportamentos alterados.

Assim pode-se perceber que a saúde mental tem um conceito de contexto social de onde as pessoas vivem, onde estão inseridas e nas etapas de desenvolvimento em que estão, dessa forma é importante ter um bom relacionamento nos ambientes que o sujeito vive, nesse caso com a pandemia houve uma alteração na forma que as pessoas estavam acostumadas a viver tendo dessa maneira que se adaptar a novas situações que exigem mais das pessoas nesse momento em que estamos vivendo (Rodrigues; Lins, 2020).

Dessa forma pode-se entender que por muitos pais terem ficados desempregados na pandemia, os casos de mortes na família e todo o novo contexto social foi apontado em dois estudos que o desemprego dos pais podem ser umas das possíveis causas de doenças mentais em crianças, já outra pesquisa aponta que a as oscilações de humor dos pais também alteram o humor e comportamento das crianças (Almeida; Silva Junior, 2021).

Crianças que estão expostas a alterações no comportamento dos seus pais ou cuidadores ficam mais suscetíveis a ter a autoestima relativamente mais baixa do que outras crianças que não veem esse tipo de discussões, as alterações no sono, sensação de desamparo e medo, estresse e irritação também são exemplos de como o comportamento dos pais e cuidadores podem impactar os comportamentos dos filhos (Aydogdu, 2020).

Imran, Zeshan e Pervaiz (2020) trouxeram em sua pesquisa que principalmente as crianças menores tem dificuldade em se expressar pois ainda não conseguem compreender tudo que se passa totalmente como em uma pandemia e suas estratégias de enfrentamento ainda são limitadas, assim os pais e cuidadores são o porto seguro da criança, é neles que as crianças confiam e quando estes pais ou cuidadores estão também estressados, com raiva, tristes e com medo é notório que a criança não conseguirá receber o apoio que precisa no momento e isso segundo a pesquisa das autoras traz consequências para o comportamento infantil.

Com o isolamento social é interessante que os pais possam utilizar essa situação para se aproximar das crianças, neste momento a criança necessita mais ainda da presença de quem ela ama e confia, montar estratégias para entender e conversar com as crianças levando em consideração a idade é importante pois faz com que elas entendam de fato a situação e a leva ao bem-estar nessa época é importante a reinvenção do viver diante da pandemia (Rodrigues; Lins, 2020).

Em uma pesquisa com pais americanos pode-se constatar que durante a pandemia pais relataram que estavam tendo muito mais trabalho em casa, logo percebe-se que isso ocasiona um estresse em ter que fazer muito mais trabalho doméstico do que estavam acostumados, o que foi interessante nessa pesquisa é que 24% dos pais relataram que se perderam nos cuidados infantis dos seus filhos por causa de toda a situação que enfrentavam com a pandemia (Weaver; Swank, 2021).

Pode-se entender que quando os pais perdem a sua rede de apoio como familiares, escola, meio social eles também ficam estressados com tudo o que está acontecendo, a perda do suporte físico e os vários papéis que precisam ser desempenhados faz com que as relações mudem e a rotina também, alguns pais assumiram o papel dos professores enquanto havia aulas on-line, e enquanto exercia o papel de professor dos filhos ainda existia seu papel no trabalho (Weaver; Swank, 2021).

Já em outra pesquisa com pais e crianças sobre como a pandemia impactava a vida dos pais e filhos foi identificado que as crianças estavam tristes e ansiosas já que as atividades ao ar livre foram contidas, os pais relataram que estava sendo difícil lidar com os filhos e não se estressar com eles, na Índia o estudo demonstrou que os sentimentos mais comuns eram preocupação, desamparo e medo, já na China a irritabilidade e o medo foram os sentimentos mais comuns entre as crianças, ou seja os estudos mostram que há uma alteração no comportamento infantil e que é necessário apoio psicológico para cuidar e compreender as crianças (Johnson, 2020).

De acordo com Carvalho (2021) e de Johnson (2020) sobre o comportamento dos pais na pandemia pôde-se compreender que o contexto familiar na qual a criança vive é importante para o seu desenvolvimento psicossocial e de como a criança lidar com as adversidades e de como os pais participam da educação dos filhos, sendo relevante para a construção da sua autoestima e saúde mental, os cuidadores devem reforçar esse lado da criança para que seja desenvolvida a sua própria autonomia e adaptação.

Por isso é importante que os pais estejam com a sua saúde mental para assim compreender e ajudar seus filhos, nas pesquisas feitas percebe-se então que com a pandemia e o isolamento social houve um estresse maior apresentado pelos pais e cuidadores pela falta do convívio familiar, por não frequentar mais lugares que estavam acostumados a ir, ou pelo aumento das tarefas diárias fizeram com que muitos pais também apresentassem mudanças comportamentais assim impactando a vida dos seus filhos (Imran; Zeshan; Pervaiz, 2020).

Assim o estudo aponta que em muitos relacionamentos de pais e filhos que costumavam ser estáveis começaram a apresentar comportamentos diferentes e fora do habitual, uma pandemia pode assim impactar diretamente também em como os pais se comportam e o medo, raiva e tristeza desses cuidadores fazem com que se tornem incapazes de responder as demandas relacionadas aos seus filhos, as crianças são sensíveis ao comportamento dos adultos em sua volta o que faz com as mudanças nos adultos provoquem mudanças nelas também (Imran; Zeshan; Pervaiz, 2020).

### **Profissionais de psicologia e técnicas utilizadas para amenizar os impactos psicológicos nas crianças com a terapia online**

Quando se fala em saúde mental são ressaltados elementos importantes como as físicas, psicológicas e sociais da criança que estão propriamente vinculados a uma vida saudável que tem destaque para a vida do sujeito tanto pessoal como em grupos sociais. Com a pandemia e o seu impacto negativo que trouxe para as crianças tornou-se clara a necessidade de tomar intervenções psicológicas para o público infantil (Almeida; Silva Junior, 2021).

Muitas crianças tiveram suas vidas e rotinas mudadas pela pandemia assim pode-se entender que o atendimento infantil na pandemia trouxe para a criança a oportunidade de poder falar de suas angústias, medo, tristeza e a raiva ou seja é uma forma da criança se expressar (Villas-Bôas, 2020). Da mesma forma, Azevedo *et al* (2021) também traz a importância de um atendimento infantil de forma lúdica onde a criança possa expressar abertamente suas emoções para que se possa entender quais são as emoções mais fortes que a criança sente no momento.

A ludoterapia pode ser uma forma eficaz para lidar com o luto e com as emoções da criança utilizando o brinquedo como uma forma de reorganizar o mundo da criança que independe do tempo, ou seja, ela é eficaz para entender a criança o que se passa na mente da criança, assim auxilia a criança a superar determinado comportamento, problema ou evento da sua vida como no caso de uma pandemia, o profissional será um suporte para ajudar a criança a lidar com seus sentimentos e na superação das dificuldades que estão afligindo a vida dessa criança (Duque; Nascimento; Oliveira, 2020).

Assim de acordo com os estudos vistos para minimizar os impactos causados pela pandemia nas crianças os profissionais de psicologia devem como um todo atender essas crianças buscando aliviar suas preocupações, oferecendo conforto, e empatia a essa criança que pode estar fragilizada, a psicoterapia online abre portas para que essa criança possa expressar seus sentimentos por meio de verbalizações, brincadeiras, desenhos, permitindo que os profissionais de psicologia possam elaborar estratégias de cuidados específicas para elas nesse momento de pandemia (Duque; Nascimento; Oliveira, 2020).

### **A presença de psicólogos no retorno das aulas presenciais**

As aulas presenciais voltaram no mundo inteiro, as crianças aos poucos começam a ter suas rotinas escolares de volta, no Brasil o retorno das aulas presenciais foram autorizadas pelo Ministério da Educação na Resolução CNE/CP N° 2, de 5 de agosto de 2021, o artigo 1 da resolução fala sobre a prioridade do retorno das aulas presenciais no ensino da aprendizagem em todos anos/séries e modalidades que os estudantes se encontram sendo assim uma ação muito importante para vida educacional dos estudantes (Brasil, 2021).

A resolução também traz que alunos que são do grupo de risco ou que testarem positivo tenham opção de ter aulas remotas, é importante destacar que na resolução deixa claro que a volta as aulas precisam contemplar as necessidades e fases e na educação infantil podem ser planejadas e desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais (Brasil, 2021).

A suspensão das aulas por causa da pandemia aconteceu em diversos países, inclusive no Brasil para conter a disseminação do vírus, por causa dessas medidas uma nova forma de ensinar as crianças, estudantes de ensino médio e de universidades. O ensino a distância (EAD) que já existia, mas foi adotado em massa na pandemia esteve presente mais de um ano na vida de milhões de estudantes essa forma de ensino mudou também a rotina das crianças e de como elas aprendem assim a retomada a sala de aula depois de perdas e ainda incertezas sobre futuro, traz à tona a necessidade de ter um olhar empático dos psicólogos escolares para a saúde emocional e mental dessas crianças (Pedroza; Maia, 2021).

Dessa forma com esse retorno presencial percebe-se a importância de ter psicólogos nas escolas onde há também a necessidade de ter ações que prezem pelo acolhimento dessas crianças nas voltas as aulas assim a psicologia escolar entra como uma área de atuação e campo onde se pode fazer psicologia, o profissional de psicologia nessa área de atuação deve fazer diferentes elaborações teóricas para entender as demandas que lhe são trazidas e de como lidar com essas situações (Rossetto; Rufato; Rocha, 2021).

Assim o psicólogo poderá acompanhar, juntamente com os professores e pedagogos, o planejamento das aulas para entender que tipos de demandas podem ser apresentadas pelas crianças em sala de aula, pode oferecer apoio aos professores diante de dificuldades de aprendizagem nas crianças que por muitas vezes não sabem como expressar suas angústias de forma verbalizada, dessa maneira, as crianças podem enfrentar muitos desafios interpessoais que as vezes os professores não conseguem resolver sem uma presença de um profissional de psicologia (Rossetto; Rufato; Rocha, 2021).

As dificuldades de voltar as aulas e o que era antes normal depois de mais de um ano sem convívio social, isolamento, perdas familiares, tudo isso mexe com o psicológico de todos e ainda mais de crianças que como já foi visto nos estudos de Rodrigues e Lins (2020) crianças muitas vezes não conseguem compreender tudo sobre o que está acontecendo com elas e nem com os outros e quando conseguem tem dificuldades para lidar com as mudanças das quais não estavam preparadas.

Dessa forma ressalta-se novamente a importância de um profissional que seja qualificado para dar todo apoio e suporte no ambiente acadêmico que essas crianças precisam para que nessa nova fase de retomada as aulas presenciais seja um ambiente tranquilo, de aprendizagem e onde os laços sociais, emocionais e a autorregulação são formados como apontados estudos (Rodrigues; Lins, 2020).

### **Considerações finais**

A pesquisa respondeu ao problema de investigação ao mostrar, por meio do levantamento de pesquisas sobre crianças em idade escolar durante a pandemia de COVID-19, os impactos psicológicos da situação. Os resultados de estudos empíricos demonstraram que as crianças apresentaram sentimentos de tristeza, raiva, medo, inquietação e ansiedade, demonstrando o impacto psicológico do isolamento social.

Ficou evidente a falta de material sobre os impactos psicológicos na saúde mental de crianças em idade escolar durante a pandemia, sendo que a pesquisa encontrou que a mudança súbita de vida durante uma pandemia é difícil para as crianças, que muitas vezes têm dificuldade em entender o que está acontecendo e podem compreender de maneira diferente.

A pesquisa mostrou que as crianças precisam de alguém como base em suas vidas, especialmente durante uma pandemia, e quando os pais não estão preparados para enfrentá-la, isso afeta o comportamento da criança. Sentimentos de tristeza e raiva podem surgir, e se a família não for um apoio para a criança, esses sentimentos podem ter um impacto psicológico ainda maior.

Sobre os psicólogos nas escolas e nos resultados a pesquisa mostra uma necessidade de compreender mais sobre esse tema já que durante a pesquisa havia muitos artigos que falavam sobre volta as aulas, mas não havia tantos conteúdos que falassem sobre a importância dos psicólogos nessa volta as aulas presenciais das crianças, a pesquisa então abre espaço para que sejam feitas mais pesquisas para dessa maneira entender melhor esse fenômeno.

A partir da observação do contexto social, a pesquisa aponta que as crianças em idade escolar sofrem impactos psicológicos significativos durante a pandemia, porém ainda há poucos estudos sobre o assunto. Sugere-se que pesquisas futuras utilizem diferentes metodologias para aumentar o

conhecimento empírico sobre o tema e enfatiza-se a importância de se abordar a saúde mental infantil.

### Referências

AYDOGDU, A. L. F. Saúde mental das crianças durante a pandemia causada pelo novo coronavírus: revisão integrativa/Children's mental health during the pandemic caused by the new coronavirus: integrative review. **JOURNAL Health NPEPS**, v. 5, n. 2, 2020.

ALMEIDA, Isadora Maria Gomes; SILVA JÚNIOR, Auvani Antunes. **Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19**. Research, Society and Development, v. 10, n. 2, p. e54210212286-e54210212286, 2021.

AQUINO, Estela Maria Mota Lima de; *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro: v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02**, de 05 de agosto de 2021.

BITTENCOURT, Isabella Goulart; MENEZES, Marina. **Caracterização de Treinamentos de Habilidades Sociais em Grupo para Crianças: Revisão Integrativa da Literatura**. Contextos Clínicos, v. 13, n. 3, p. 1037-1066, set.- dez. 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2020.133.15>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. Carta Conjunt. (**Inst. Pesqui. Econ. Apl.**), p. 1-18, 2021.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 545-554, 2020.

DUQUE, F. M.; NASCIMENTO, A.; OLIVEIRA, A. L. **Psicoterapia infantil online: técnicas e ferramentas desenvolvidas durante a pandemia da COVID-19**. 2020. Taubaté: EdUnitau, 2020.

DUTRA, J. L. C.; CARVALHO, N. C. C.; SARAIVA, T. A. R. **Os efeitos da pandemia de COVID-19 na saúde mental das crianças**. Pedagogia em Ação, v.13, n.1, p. 293-301, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMRAN, N.; ZESHAN, M.; PERVAIZ, Z. Considerações sobre saúde mental para crianças e adolescentes na Pandemia de COVID-19. **Pakistan Journal MEDICAL SCIENCES Bi-Monthly**, v. 36, n. COVID19-S4, pág. S67, 2020.

JIAO, W. Y., et al. (2020). Behavior and emotional disorders in children during the COVID-19 epidemic. **The Journal of Pediatrics**, 221, 264-266

JOHNSON, B. Importância da paternidade positiva durante a pandemia. **BMH Medical Journal- ISSN 2348-392X**, v. 7, n. 3, pág. 46-49, 2020.

LINHARES, M. B. M.; ENUMO, S. R. F. Reflexões baseadas na Psicologia sobre os efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37, 2020.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1ª.ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2016.

SCHWARTZ, F. T.; LOPES, G. P.; VERONEZ, L. F. A importância de nomear as emoções na infância: relato de experiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, p. 637-639, 2016.

PEDROZA, R. L. S.; MAIA, C. M. F. Atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: análise de práticas profissionais. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia**, p. 91-117, 2021.

RODRIGUES, J. V.; LINS, A. C. A. A Possíveis impactos causados pela pandemia da COVID-19 na saúde mental das crianças e o papel dos pais neste cenário. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 8, pág. e793986533-e793986533, 2020.

ROSSETTO, E.; RUFATO, F. D.; DA ROCHA, G. S. Possibilidades de atuação do psicólogo escolar diante de dificuldades no âmbito escolar. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, p. e021002-e021002, 2021.

SCHMIDT, B. et al. **Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)**.16 de abril de 2020.

VELAVAN, T. P.; MEYER, C. G. The COVID-19 epidemic. **Medicina tropical e saúde internacional**, v. 25, n. 3, pág. 278, 2020.

VILLAS-BÔAS, L. E. R. Psicoterapia infantil online: Um novo caminho possível frente à Pandemia da Covid-19 Online child psychotherapy: A new possible path in the face of the Covid-19 Pandemic. **IGT na Rede**, v. 17, n. 32, p. Brasil-Brasil, 2020.

WEAVER, J. L.; SWANK, Jacqueline M. Experiências vividas pelos pais com a pandemia COVID-19. **The Family Journal**, v. 29, n. 2, pág. 136-142, 2021.

ZHU, N. *et al.* Um novo coronavírus de pacientes com pneumonia na China, 2019. **New England Journal of Medicine**, Massachusetts Medical Society, 24 de jan. de 2020.

### CAPÍTULO 3

#### AS INTERFACES ENTRE A FÉ RELIGIOSA E A SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

*Jeremias Manoel de Freitas Neto  
Antônio Martins Vieira e Silva Júnior*

##### **Introdução**

Situações inesperadas podem gerar diversos problemas psicológicos, no início de 2020, o Brasil começou a sofrer com a pandemia da COVID-19, o que levou, segundo Campos & Silva Neto (2021), a diversas restrições no país como medida para reduzir a contaminação e disseminação da doença, tais restrições se deram através do distanciamento social e isolamento, afetando diversos campos da vida e saúde da pessoa humana, incluindo a saúde física, mental e a dimensão espiritual.

A espiritualidade é uma dimensão relevante na vida e se baseia na crença do indivíduo em algo transcendental, podendo influenciar na forma como as pessoas reagem diante de situações inesperadas e atípicas, sendo importante refletir sobre como pode reverberar na saúde de cada indivíduo.

A definição de saúde para a OMS se apresenta como um estado de bem-estar que permite ao sujeito desenvolver suas capacidades, lidar com o estresse e trabalhar para contribuir com sua comunidade (Nwora; De Freitas, 2020). A Saúde Mental é definida como o estado de equilíbrio emocional e psicológico, onde o indivíduo é capaz de lidar com as exigências da vida, desfrutando de bem-estar e qualidade de vida e baseia em múltiplos saberes, não se tratando apenas da psicopatologia, com isso deve-se evitar reduzi-la ao estudo e tratamento exclusivo de doenças mentais, pois é mais abrangente, complexa e multifatorial (Amarante, 2007).

Para se abordar o tema da influência da espiritualidade na Saúde Mental, é necessário recorrer à Psicologia da Religião, definida como o estudo científico do comportamento religioso e foca no comportamento intencionado para o sobrenatural, sem questionar a natureza do sobrenatural em si (Paiva, 2019).

Assim, a presente pesquisa parte do questionamento sobre a influência da religiosidade na saúde mental durante a pandemia da COVID-19 e tem como objetivo analisar a relação entre a fé religiosa e as questões psicológicas da sociedade durante a pandemia da COVID-19.

##### **Metodologia**

O estudo se apresenta como uma revisão de literatura integrativa, que se caracteriza por englobar, localizar, analisar, sintetizar e interpretar dados de trabalhos já publicados (BENTO, 2012),

e parte de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo é analisar um contexto de significados vivenciados nas relações, em fenômenos e processos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis e a suas interpretações são feitas a partir de interações e vivências ocorridas no meio social (Deslandes; Gomes; Minayo, 2016).

Como critérios de inclusão, foram definidos apenas artigos científicos em Língua Portuguesa compreendidos entre os anos de 2017 e 2022 pesquisados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na *Scientific Electronic Library Online* (SciElo) e no Google Acadêmico a partir dos seguintes descritores: “fé”, “saúde mental”, “pandemia” e “religiosidade”.

### **Perspectivas sobre a fé**

A fé religiosa está ligada a crenças, relacionando-se com espiritualidade e religiosidade, sendo a primeira uma relação pessoal com um poder superior estabelecida pela busca por significados fundamentais da vida, ligada ou não a uma religião e caracterizada pelo processo pessoal e interior de transformação, já a religião é o método para se chegar a essa transformação (Martins et al., 2022).

Os fiéis não se apoiam totalmente na materialidade da presença, tendo em vista que a fé é a certeza daquilo que não se vê e tem sua importância inegociável, mas existe a necessidade do estabelecimento de ritos e encontros religiosos, nessa perspectiva é importante ressaltar o prejuízo quando atividades presenciais em templos religiosos foram proibidas por conta da aglomeração e risco de disseminação do vírus nos ambientes (Cortês; Machado, 2021).

Em situações de doença mental ou emocional, a família pode usar tanto a religião quanto a medicina para ajudar na recuperação da vítima (Andrade; Cedaro, 2018), portanto a crença em divindades, ideias e movimentos tem sido praticada há séculos e todas as expressões de religiosidade e crença compartilham um elemento em comum: o suporte. Isso funciona como ajuda, apoio e motivação e faz parte da visão geral sobre a prática religiosa (Dos Anjos; Baltazar, 2020).

Sobre essas considerações e visões dos autores citados, é importante distinguir a diferença entre espiritualidade e religiosidade, que é trazida por Hott (2020) como um atributo inato que promove bem-estar e dá sentido à vida, enquanto a religiosidade é a adoção de valores, crenças e rituais que respondem às perguntas sobre viver e morrer, embora os termos sejam confundidos, é consensual que a espiritualidade promove a introspecção e fortalece o indivíduo diante de situações difíceis, proporcionando equilíbrio mental, físico e espiritual, devendo-se observar também que a saúde e a espiritualidade ganharam destaque atualmente, com a ressignificação do viver e adoecer, o que envolve questões existenciais e de interdisciplinaridade, com diferentes prismas teóricos para um mesmo foco.

Tendo como foco uma denominação religiosa específica, Guerreiro & Almeida (2021) critica igrejas que utilizam a mídia para divulgar seus feitos e obras, muitas vezes em programas ao vivo com a participação de fiéis, discutindo a palavra "profética" usada por líderes evangélicos como uma vacina teológica para imunizar igrejas que se dizem milagrosas, mas não conseguem impedir a pandemia, onde a crítica afeta diretamente o segmento protestante que se compõe pela ação midiática.

### **Comportamento humano frente a religião**

De Andrade, Cedro e Batista (2018) afirmam que a religião está presente na maioria das pessoas e é compreendida e vivida de diferentes formas, o que colabora com a disseminação do pensamento religioso e o surgimento de denominações e movimentos religiosos, sendo que para Nwora e De Freitas (2020), é possível afirmar que a religiosidade e espiritualidade impactam a vida das pessoas e sua subjetividade, sendo fatores relevantes na vida concreta e psíquica dos indivíduos.

Segundo Vieira (2019), o ser humano adocece quando se distancia de si mesmo, de Deus e do próximo, buscando o ter em vez do ser, sendo a religiosidade vista como indispensável para a vida eterna e a salvação, relacionada ao comportamento e boas obras durante a vida, mas também deve-se observar que fiéis pentecostais entendem que a doença é uma tentação do diabo permitida por Deus para reconduzir o crente à fé ou trazer de volta quem está desviado da congregação, sendo o estado enfermo visto como um castigo de Deus pela desobediência da doutrina (Henriques et al., 2017).

Faz-se importante também citar o conceito de Psicologia da Religião, que para Paiva (2019) se caracteriza como o estudo do comportamento religioso e não do sobrenatural em si, com foco na psique humana, buscando-se compreender a origem da religião na psique ou até mesmo na biologia humana, embora tudo no humano seja psíquico e biológico, não se pode reduzir o homem apenas a essas dimensões.

De acordo com Melo et al. (2019), a Psicologia Comportamental entende que as regras religiosas seguem uma lógica retributiva, em que as ações da pessoa determinam seu benefício ou prejuízo pelo transcendente, sendo que o comportamento religioso pode ser reforçado positiva ou negativamente, com cerimônias e rituais oferecendo diversos reforçadores positivos para a pessoa, incluindo fatores financeiros, respeito e admiração.

### **Impactos da pandemia da COVID-19**

A epidemia de COVID-19 foi causada por um vírus da família Coronavírus, onde a doença, doença promove infecção respiratória aguda e pode levar de casos leves assintomáticos até complicações severas e óbito, sendo uma infecção de fácil propagação transmitida pelo ar ou contato com fluidos de uma pessoa doente (Almeida; Santana, 2020).

Em março de 2020, o número de casos confirmados de COVID-19 ultrapassou 214 mil em todo o mundo, sem planos estratégicos preparados para lidar com a pandemia devido à novidade da situação e aos impactos já visíveis após poucos meses, sendo que de acordo com Freitas & Napimoga (2020), a OMS e outras organizações sugeriram o uso de planos de contingência da influenza para o coronavírus, dada a semelhança entre vírus respiratórios, sendo que esses planos variam em gravidade.

O impacto da pandemia e da quarentena levou ao adoecimento psicológico da população, como humor deprimido, irritabilidade, medo, raiva, insônia, ansiedade, dentre outros que se fizeram mais latentes em mulheres, estudantes e pessoas com algum sintoma físico anterior, devido ao isolamento social e ao confinamento doméstico (Rodrigues, 2020; Prado, 2020).

Já Dantas (2021) também destaca o impacto psicológico da pandemia, incluindo desesperança, medo e risco de TEPT, depressão e ansiedade, assim como o enfrentamento do isolamento social pode ter levado ao desenvolvimento de comportamento suicida e aumento do risco de adoecimento.

Diante dessa realidade brasileira as pandemias são fenômenos sociais e causam perturbação social, cultural e psicológica, por isso, durante o período, instituições médicas e universidades viabilizaram plataformas virtuais para fornecer aconselhamento psicológico aos afetados pela quarentena e pandemia no intuito de minimizar o pânico e a separação familiar (FARO, 2020 Apud DUAN & ZHU, 2020).

### **Resultados e discussões**

O isolamento social causou muitos impactos à sociedade no que diz respeito à saúde e educação e atingindo os aspectos emocionais dos profissionais da saúde e da educação, os quais, durante o período do isolamento, tiveram uma mudança abrupta no seu modo de atuação, tendo que adaptar o seu fazer profissional ao ambiente doméstico, realizando seus trabalhos por meio de plataformas digitais que foram disponibilizadas para executar o novo formato de ensino.

A profissão de professor tem sido alvo de muitas pesquisas devido ao seu alto nível de desgaste psicológico. Um desses estudos, realizado na região Sul do Brasil, aponta que a saúde mental do professor em instituição de ensino infanto-juvenil apresenta sentimentos como ansiedade, depressão e a exposição pessoal ao coronavírus, estando a maioria em suas casas devido o isolamento social (Abreu et al., 2021).

Já Luzardo et al (2021) enfatiza nesse cenário de isolamento social e restrições pandêmicas, o quanto tal realidade comprometeu a vida da população idosa e a sua autonomia e ir e vir, que é tanto necessária para o seu bem-estar. Porém, o autor cita uma repercussão doce da COVID-19, que foram

os aprendizados trazidos pela pandemia e o apoio desses na fé e na espiritualidade como uma forma de enfrentamento ao momento difícil vivenciado.

De acordo com Oliveira et al (2020) e em concordância com o que apresentou Abreu et al (2021), citado acima, apresenta que um estudo realizado com médicos e enfermeiros na China constatou altas taxas de ansiedade, depressão, além de insônia e angústia. Tais sentimentos colocam em maior evidência a necessidade de intervenções especiais no intuito de promover o bem-estar psicológico desses profissionais que também atuam mais intensamente nesse período de pandemia latente, com uma atenção especial voltada às mulheres, que fizeram parte da linha de frente de cuidados e prevenção à COVID-19.

Nesse contexto do cuidar de quem cuida e da atenção especializada à saúde mental dos profissionais de saúde, destacou-se a importância de existir, ao menos no período de surto pandêmico, um serviço para oferecer prestação de suporte ético-emocional com o intuito da prevenção, promoção e proteção dos trabalhadores da saúde. É também de importância que esses profissionais busquem se capacitar em saúde mental, tendo em vista as diversas subjetividades e complexidades humanas que estes vivenciam na sua prática profissional (Amaral et al., 2022).

Sabendo que manter uma boa saúde mental era necessário para o enfrentamento da alta demanda de trabalho pela qual foram solicitados, os profissionais da saúde, nesse contexto de contágio elevado, buscaram amparo psicológico para suas próprias questões relacionadas ao trabalho e ao estresse causados pelo aumento significativo nas horas e densidade de trabalho. Tendo pesquisado sobre o tema, pude perceber também que muitos profissionais de diversos segmentos se apoiaram na fé como um meio de enfrentamento à pandemia, com um cenário totalmente atípico e altos índices de contágio e mortes, o apoio na religiosidade foi também uma forma de enfrentamento à COVID-19.

Guedes et al (2022) reitera o que Oliveira et al (2020) traz, relatando sobre uma grande escala feita a nível nacional para obter resultados sobre o sofrimento em saúde mental da população em geral da China. O estudo apontou que em torno de 35% dos entrevistados em 36 províncias a China apresentaram sintomas relacionados a angústia. Tal sintomatologia teve índice maior de ocorrência em mulheres e em pessoas com mais de 60 anos, as quais, pelas condições do contexto vivenciado, apresentaram mais vulnerabilidade em desenvolver quadros de estresse pós-traumático.

Foi notório o quanto as pessoas foram afetadas pela pandemia de diferentes maneiras, mas cada um sentiu o momento de mudança de hábitos - isolamento social, uso de máscara e higienização das mãos. Esses novos hábitos foram encarados como uma forma eficaz de prevenção e proteção ao novo coronavírus e muitas pessoas sentiram de diversas formas o impacto dessas mudanças, nos vários âmbitos da vida: a social, a profissional, a pessoal e no engajamento religioso, mesmo que de

modo remoto ou individual, em casa, o aumento de pessoas recorrendo à fé para lidar melhor com o momento de crise que fora vivenciado foi bastante latente no contexto descrito.

Considerando o exposto e a importância dos líderes religiosos para as comunidades atendidas, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) defende que tais líderes religiosos constituem a principal fonte de apoio, orientação e atenção à saúde e assistência social. Segundo a OPAS, as informações sobre proteção e cuidados com a COVID-19 veiculadas pelos líderes podem se tornar mais aceitas e facilmente absorvidas do que as recomendações de cuidados vindos de outras fontes. Assim, eles podem dar apoio pastoral e espiritual, com as medidas de cuidado, durante a emergência de saúde pública e outros desafios relacionados a saúde, como também podendo defender as necessidades das populações vulneráveis ao contexto que foi vivenciado.

Tendo em vista o exposto pela OPAS (2020) sobre a extrema importância dos líderes de comunidades religiosas, até mesmo falando sobre o cuidado na saúde sem envolver ou descrever os profissionais capacitados a desenvolver manejos adequados para a saúde física e mental, sabe-se que tais aplicações são para contextos específicos e pessoas que compartilhem da crença em questão, já que não se pode universalizar um cuidado específico de áreas do saber as quais apenas os profissionais formados devidamente para atuação têm domínio das atividades. Desse modo, é indispensável que tal serviço de orientação religiosa seja agregada a profissionais, que, embasados cientificamente, darão as mais adequadas contribuições para todos que necessitarem do amparo.

Diante do apresentado, a OMS reconhece o papel especial dos líderes religiosos e comunidades no preparo e resposta à COVID-19, dentre as ações trazidas no texto referido, estão as seguintes: garantir uma avaliação de riscos cuidadosa e de acordo com os decretos locais e nacionais ao tomar a decisão de convocar a realização de cultos presenciais e também se destaca o fortalecimento da saúde mental, assim como o bem-estar individual através do contato, seja presencial, respeitando o distanciamento social, seja virtual, por rede social e outros meios de comunicação que ajudaram na realização dessas ações.

Além disso, a população universitária foi investigada quanto a sua saúde mental durante o período de graduação, também havendo estudos sobre os estudantes de pós-graduação. O interesse científico em estudar e apresentar resultados sobre a saúde mental de acadêmicos se dá também pelo expressivo número de sintomas psicopatológicos na atualidade, não se reduzindo apenas a isso, e sim levar em consideração o quanto as Instituições de Ensino Superior (IES) se organizam no intuito de acolher bem os estudantes e, com isso, terem uma diretriz pedagógica mais humanizada e atenta às questões psicológicas para, assim, diminuir gradualmente os sintomas psicopatológicos existentes em alunos universitários (Scorsolini-Comin, 2021).

Nesse contexto de estudantes universitários, é destacada a ansiedade e traços de estresse e depressão entre os acadêmicos nos diversos semestres e períodos da graduação, de acordo com os contextos educacionais e as disciplinas cursadas a cada período, evidenciando-se assim a grande carga de conteúdos e atividades a serem feitas. Essa sobrecarga emocional, tendo sido potencializada com a pandemia da COVID-19, gerou angústia e desespero em muitos acadêmicos que tiveram seus cursos atrasados em algumas faculdades e acabaram se prejudicando ainda mais com isso, além das consequências trazidas pela pandemia.

Tais consequências como estresse, ansiedade e depressão, citados acima, também são trazidos por Leite et al (2021), apresentando estudos que comprovam a relação da saúde mental com a espiritualidade/religiosidade dos sujeitos, mostrando resultados que comprovaram que intervenções espirituais aumentam o otimismo e reduzem o pessimismo, especialmente em casos de alguma doença, seja ela física, mental etc. Tendo essas intervenções religiosas e espirituais, uma maior aceitação e apoio social devido a serem bem-vistas e ao fato de que maior parte da população ser espiritualizada no sentido de possuir alguma crença transcendente que sustente sua confiança em tais intervenções.

É notório que, no convívio social de comunidades urbanas brasileiras, temas sobre fé e espiritualidade têm um espaço de grande destaque, já que são bastante discutidos entre as pessoas, seja um debate sobre religiões, seja um diálogo sobre o transcendente. Desse modo, foi possível afirmar que o tema se faz pragmático e se relaciona com a saúde mental dos indivíduos que o consideram e o cercam, fazendo parte, assim, do dia a dia dessas pessoas.

Considerando as discussões e resultados apresentados acima, foi ainda possível afirmar, de acordo com pesquisas realizadas, que maiores níveis de envolvimento espiritual e religioso se associam de forma positiva com indicadores que contribuem para a saúde mental de indivíduos sociais, sendo possível afirmar a influência da fé religiosa/espiritual sobre a vida de saúde mental dos pesquisados (Moreira et al., 2020).

De acordo com Bravin et al. (2019), e em concordância com o que apresenta Moreira et al. (2019), acima citado, apresenta-se a religiosidade/espiritualidade tendo sido relacionada de maneira positiva com diversos indicadores de saúde mental em pacientes acometidos por Doença Renal Crônica (DRC), no processo de enfrentamento da doença, considerando as significativas mudanças no modo de viver que os acometidos a essa doença passam. A pesquisa em questão também apontou que a religiosidade e espiritualidade confere uma maior proteção contra comportamentos viciantes ou suicidas aos seus acometidos.

Reiterando o que diz Bravin et al. (2019) sobre os resultados relacionando religiosidade/espiritualidade e saúde mental, ele também cita que as pessoas

religiosas/espiritualizadas tiveram melhoria na qualidade de vida e no enfrentamento da doença. Os autores ainda consideram e defendem a necessidade da espiritualidade/religiosidade como aspectos a serem levados em consideração pelos profissionais nos cuidados a esses pacientes.

### **Considerações finais**

Foram encontrados poucos estudos relacionando saúde mental, pandemia da COVID-19 e religiosidade/espiritualidade. Os que foram mais discutidos e trabalhados relacionavam apenas dois dos temas específicos, o que foi uma limitação da pesquisa por conta da literatura existente e de acordo com os aspectos de inclusão e exclusão definidos.

Considero que ter pesquisado sobre esse tema foi muito relevante para a minha formação acadêmica, pois é um tema que tanto está presente no cotidiano das pessoas com as quais convivemos e que, por meio desse estudo, pude perceber melhor a grande frequência com a qual ele é abordado nos diferentes ambientes e âmbitos. Com isso, fica a expectativa de que novos estudos surjam a partir desse para que, assim, o tema possa ser ainda mais explorado, com pesquisas de campo, revisões bibliográficas específicas relacionadas a um foco de estudo, já que muito se pode explorar de várias dimensões da vida.

### **Referências**

- ABREU, RM, Eleres FB, Magalhães FJ, Rolim KM, Cestari VR, Moreira TM. Professor em tempos de pandemia: emoções e sentimentos do enfermeiro-professor. **Enferm Foco**. 2021;12(6):1124-8.
- AMARAL GG; Silva LS; Oliveira JV; Machado NM; Teixeira JS; Passos HR, Suporte ético-emocional à profissionais de enfermagem frente à pandemia de covid-19: relato de experiência, **Escola Anna Nery** 26(spe)2022, Belo Horizonte - MG, 2022.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.
- BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012.
- BRAVIN, A. M. et al. Benefits of spirituality and/or religiosity in patients with Chronic Kidney Disease: an integrative review. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. Rev. Bras. Enferm., 2019 72(2), p. 541–551, mar. 2019.
- CAMPOS, I. S., SILVA NETO, F. L. P. A presença virtual do sagrado em tempos de pandêmicos: a virtualidade e a rua na construção do espaço público de Pelotas/RS, **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 41(2): 135-159, 2021.
- CORTÊS, M.; MACHADO, C. **Religiões e Pandemia**, Rio de Janeiro, 41(2): 1-264, 2021.
- DANTAS, Eder Samuel Oliveira. Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.
- DE ALMEIDA HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira; SANTANA, Rosimere Ferreira. Saúde do idoso em tempos de pandemia COVID-19. **Cogitare enfermagem**, v. 25, 2020.

- DE ANDRADE, O. M.; CEDARO, J. J.; BATISTA, E. C. A família e o cuidado em saúde mental no contexto da religião pentecostal na Região Amazônica. **Barbarói**, v. 2, n. 52, p. 1-21, 2018.
- DESLANDES, S. F.; GOMES, G.; MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2016.
- DOS ANJOS, R. B.; BALTAZAR, J. A. As alterações do comportamento e o suporte para uma vida melhor através da crença religiosa. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 39, p. 114-125, 2020.
- FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020.
- FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 29, p. e2020119, 2020.
- GUEDES AC, Kantorski LP, Willrich JQ, Coimbra VCC, Wunsch CG, Sperb LCSO, et al. Atendimento on-line em saúde mental durante a pandemia da Covid-19. **Rev Bras Enferm**. 2022;75(Suppl 1):e20210554. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0554>.
- GUERREIRO, C., ALMEIDA, R., **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 41(2): 49-73, 2021.
- HENRIQUES, Halline Iale Barros; DE OLIVEIRA FILHO, Pedro; FIGUEIREDO, Alessandra Aniceto Ferreira. Cura e adoecimento em relatos de evangélicos usuários de CAPS. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 349-362, 2017.
- HOTT, M. C. M. COVID-19: a espiritualidade harmonizando saúde mental e física. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 8, n. 1, p. 1-3, 2020.
- LEITE, L. C., DORNELAS, L. V., SECCHIN, L. S. B, **Influência da religiosidade sobre a saúde mental dos acadêmicos de medicina**, Revista Brasileira de Educação Médica, 45 (2) : e062, 2021.
- LUZARDO AR, Souza Silva JB de S, Bitencourt JV de OV, Maestri E, Madureira VSF, Biffi P. Percepções de idosos sobre o enfrentamento da covid-19. **Cogit. Enferm**. [Internet]. 2021 [acesso em “colocar data de acesso, dia, mês abreviado e ano”]; 26. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.78852>.
- MARTINS, D. A. et al. **Religiosity and mental health as aspects of comprehensiveness in care**. Rev Bras Enferm. 2022;75(1).
- MELO, J. R. et al. **Comportamento verbal e linguagens da experiência religiosa: contribuições da análise do comportamento para a hermenêutica bíblica**. 2019.
- MOREIRA WC, Nóbrega MPSS, Lima FPS, Lago EC, Lima MO. Efeitos da associação entre espiritualidade, religiosidade e atividade física na saúde/saúde mental: revisão sistemática. **Rev Esc Enferm USP**. 2020;54:e03631.
- NWORA, E. I.; DE FREITAS, M. H. Relações entre religiosidade e saúde mental na concepção de capelães. **REVER-Revista de Estudos da Religião**, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2020.
- OLIVEIRA, E. N.; COSTA, M. S. A.; MARQUES, N. S.; LOMEIO, R. C.; NASCIMENTO, P. I. F. V.; RODRIGUES, C. S.; ANDRADE, C. S. G.; MOREIRA, R. M. M., Projeto Vida Em Quarentena: Estratégia Para Promoção Da Saúde Mental De Enfermeiros Diante Da Covid-19, Sobral - CE, **Enferm. Foco** 2020; 11 (1) Especial: 162-167, 2020.
- OMS. World Health Organization. **Promoting mental health: concepts, emerging evidence, practice (Summary Report)**. Geneva: World Health Organization, 2004.

OPAS, **Considerações práticas e recomendações para líderes e comunidades religiosas no contexto da COVID-19**, Brasília – DF, 2020.

PAIVA, J. G., Psicologia da religião: natureza, história e pesquisa, **revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 11, 2019.

PRADO, Amanda Dornelas; PEIXOTO, Bruna Cristina; SILVA Andréa Mara Bernardes; SCALIA, Luana Araújo Macedo. A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 46, p. e4128-e4128, 2020.

RODRIGUES, Bráulio Brandão et al. Aprendendo com o imprevisível: saúde mental dos universitários e educação médica na pandemia de covid-19. **Revista brasileira de educação médica**, v. 44, 2020.

SCORSOLINI-COMIN F, Patias ND, Cozzer AJ, Flores PAW, Hohendorff JV. Saúde Mental e estratégias de *cooping* em pós-graduandos na pandemia da COVID-19. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2021;29:e3491.

VIEIRA, E. L. **Quem é você no espelho?:** Autoconhecimento motivacional, fé, saúde mental e espiritualidade. São Paulo: Literare Books, 2019.

## CAPÍTULO 4

### CAMINHOS E OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS NO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*Isabela Bezerra Ribeiro*  
*Thalyta Amália Feitosa Fernandes*  
*Maiana Parente Gomes Carneiro*

#### **Introdução**

O número de denúncias de casos de violência contra a mulher, em suas diversas manifestações, apresentou um aumento significativo nas duas últimas décadas, segundo pesquisas feitas pela Justiça do Trabalho com dados do Jornal Folha de São Paulo (Machado, 2023), contudo ainda são frequentes casos nos quais os agressores não são responsabilizados e punidos pelo ato. Mesmo com a criação de Políticas Públicas destinadas a elas e com o surgimento de novas leis para assegurar seus direitos, ainda são recorrentes as situações onde o privilégio masculino se sobressai, favorecendo o agressor e desvalorizando a violência sofrida pela vítima.

Neste capítulo, objetiva-se apresentar e discutir a assistência multidisciplinar em diversos órgãos de denúncia, apoio, abrigo e atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, como também abordar a vitimização secundária como responsável à culpabilização da mulher pela violência sofrida.

Se tratando de direitos básicos e apoio legal, o cenário brasileiro já foi muito opressor. Até o século XX, os crimes contra a mulher eram fundamentados na concepção de ferimento à honra de seu parceiro, responsabilizando-a pelos atos do agressor (Pinto et al., 2017). As autoras apontam como marco o ano de 1984, no qual o Brasil validou o Tratado Internacional da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Entretanto, apesar de ser validado no século XX, sua promulgação nacional acontece apenas no século XXI, no ano de 2002.

Outro marco importante advém com a igualdade entre os gêneros anunciada pela Constituição Federal de 1988, em seu quinto artigo, parágrafo I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988). Posteriormente, a década de 1990 foi marcada pelos acordos internacionais ocorridos no tocante a violência sexual, configurando-a como uma violação aos direitos humanos e um problema de saúde pública (Pinto et al, 2017).

No decorrer dos anos 2000, surgiram novas políticas públicas e normas voltadas à assistência de mulheres vítimas de violência, tendo como objetivo orientar sobre os serviços de atendimento, quanto ao apoio psicossocial e aos processos profiláticos no momento do acolhimento da vítima de

violência sexual. No ano de 2003, foi instaurada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, instância que norteou diretrizes e estratégias voltadas a ações de combate e monitoração sobre discriminação contra as mulheres, entre outras ações (Martins; Cerqueira; Matos, 2015).

Ainda nos anos 2000, temos como avanço importante a criação das Leis 10.778 (Brasil, 2003) e a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006). A primeira versa sobre a notificação compulsória em casos de violência contra a mulher acolhida em algum serviço de saúde da rede pública e privada. Já a Lei Maria da Penha marca a grande transformação no modo de agir e visualizar a violência doméstica e suas derivações, assim como os serviços de acolhimento e amparo legal às mulheres.

A Lei Nº 11.340, intitulada como Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, tem como finalidade contribuir para o fim da violência doméstica e familiar contra a mulher instituindo as formas de violência como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, assegurando também que a violência independe da orientação sexual das vítimas (BRASIL, 2006).

Vale evidenciar que as lutas feministas, iniciadas no século XIX, ganharam mais espaço e visibilidade social o que culminou em muitas conquistas de direitos e avanços no quesito da opressão de gênero que a mulher sofre desde os primórdios. Graças a ampliação de temáticas que, até então eram invisibilizadas como a violência doméstica e afins, houveram muitas melhorias nas legislações a favor da mulher, dentre elas a criação da Lei do Femicídio (Campos; Gianezini, 2019).

Promulgada em 9 de maio de 2015, a Lei Nº 13.104 passa a considerar o feminicídio como um crime hediondo, também especifica que feminicídio trata-se do crime contra à vida de uma mulher por questões de gênero, podendo envolver condições de violência familiar/doméstica ou discriminação ao gênero feminino (Brasil, 2015). Essa vitória decorrente do movimento feminista foi um avanço significativo para o combate à violência de gênero, além de propiciar uma visibilidade maior deste assunto que sempre foi menosprezado pela sociedade.

O percurso metodológico se deu através de uma pesquisa bibliográfica narrativa, tendo como palavras-chave Violência Doméstica, Vitimismo Secundário, Atendimento Multidisciplinar. Foram empregados artigos e livros que contribuíssem para a articulação da proposta temática, sendo estes retirados de periódicos relevantes como *SciELO*, *Sites* federais e *Revistas*. Nisso, ao todo, foram selecionados 21 (vinte e um) artigos de revistas periódicas, 3 (três) cartilhas federais retiradas das Secretarias de Políticas Públicas e 3 (três) legislações federais. Só foram aceitos trabalhos que estivessem de acordo com a temática desta pesquisa.

Com o exposto, questiona-se de que forma acontece o acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica nos diversos órgãos destinados a esse atendimento? É com a discussão sobre o tema que se pretende apresentar os tipos de serviços, os profissionais que fazem parte destes e a especificidade do atendimento em cada um. Sendo assim, nos próximos tópicos,

serão apresentadas a estruturação do atendimento à mulher vítima de violência doméstica e os obstáculos diante do acolhimento e escuta destas mulheres.

### **Setores jurídicos e assistenciais de atendimento à mulher**

A implementação da Lei Maria da Penha, em 2006, possibilitou a criação de novos setores especializados para o atendimento às mulheres, como também a necessidade de aperfeiçoar aqueles que já existiam. Em seu art. 8º, a Lei assegura medidas de assistência e integra os processos de prevenção, estabelecendo as diretrizes, os programas educacionais, a capacitação da polícia no atendimento e a criação das equipes multidisciplinares, bem como os espaços específicos que atendam a esse público, dos quais alguns serão abordados a seguir (Brasil, 2006).

Nos artigos 29, 30 e 31 da referida lei, são apresentados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a ser integrado por profissionais especializados na área psicossocial, jurídica e de saúde. Sendo assim, esta equipe deve fornecer subsídios ao Ministério Público e à Defensoria Pública e desenvolver trabalhos como orientação, encaminhamento e prevenção voltadas à vítima, família, agressor e principalmente a crianças e adolescentes (Brasil, 2006).

Vale ressaltar a existência de Redes de Atendimento às mulheres vítimas de violência, estas são um conjunto de instituições e ações promovidas pelo Estado, ou seja, são serviços públicos brasileiros voltados para as áreas de segurança pública, saúde, justiça e assistência social. Dentre elas, as Delegacias de Polícia comuns e especializadas de Atendimento à mulher se configuram como principais na segurança pública. No sistema de justiça, os Juizados Especiais, as Promotorias Especializadas e as Defensorias Públicas. Já na assistência, temos as Casas-Abrigo, o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e os Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher (Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, 2020).

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) são órgãos públicos da unidade policial civil, responsáveis pelas intervenções protetivas de prevenção e investigação dos crimes cometidos contra mulheres. Suas ações são voltadas para o registro de boletim de ocorrência e solicitações de medidas protetivas ao juiz, assim como investigação e apuração dos fatos e o enquadramento legal. As Delegacias Comuns dispõem de espaços para atendimentos à mulher, os núcleos ou postos de atendimento, com uma equipe capacitada para realizar os trâmites necessários no suporte desta (Bendo, 2017).

Os Juizados Especiais e as Promotorias Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher são órgãos do poder da justiça ordinária em nível civil e criminal, no qual processa, julga e executa as causas decorrentes da violência. As Promotorias Especializadas do Ministério Público são responsáveis pelo atendimento ao público e por mover ações penais públicas, pela

solicitação da polícia civil para iniciar ou dar continuidade às investigações, assim como requerer ao Poder Judiciário as medidas protetivas de caráter urgente nos casos de violência contra a mulher, também fiscalizam os estabelecimentos públicos e privados de atendimento à mulher em situação de violência (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011).

As Defensorias Públicas também podem dar suporte nesses casos, elas são instâncias essenciais em função do Estado responsáveis pelo oferecimento de assistência jurídica integral e gratuita, prevista pela Constituição Federal para a população sem condições de pagar honorários, advogados ou custear a solicitação de uma defesa em processo judicial e/ou extrajudicial e aconselhamento jurídico (OAB, 2009).

Algumas mulheres podem ser afastadas do convívio com seus agressores, para estas situações temos as Casas-Abrigo, serviços especializados em proteger as mulheres vítimas de violência, excepcionalmente aquelas que correm risco de vida, oferecendo abrigo e segurança de forma integral. Esse serviço oferece à mulher condições para que ela possa se restabelecer de forma segura, no tempo que lhe for necessário, ou seja, é um serviço de caráter temporário, entretanto totalmente disponível a amparar todas que necessitem dele (Martins; Cerqueira; Melo, 2015).

Sobre o amparo psicossocial temos dois serviços de base, o primeiro é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), um órgão assistencial de proteção social especial (de média e alta complexidade) voltado ao atendimento das pessoas que se encontram em situação de violação de direitos (Breda; Bonadeu, 2019).

O segundo órgão é o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência, seus serviços são voltados para a conscientização dos direitos das vítimas, assim como para orientações jurídicas, no acolhimento e acompanhamento psicossocial, considerando os diversos tipos de violência, como a violência psicológica, assédio moral, violência física, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, dentre outras (Brasil, 2020).

No ano de 2005, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, criou um serviço facilitador para o recebimento das denúncias, denominado por Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, o qual funciona 24 horas por dia, a nível confidencial, onde seu objetivo consiste em orientar a mulher que esteja em situação de violência sobre os serviços de ações para atendimento (Fornari et al, 2021).

Desse modo, é possível perceber que muitas são as redes de atendimento direcionadas ao suporte assistencial e jurídico, evidenciando o papel do suporte profissional também no atendimento às questões subjetivas do sofrimento de cada uma, desde o acolhimento ao atendimento mais especializado.

## **O elo com o atendimento psicossocial nos Centros de Referência**

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) lida com contextos de violência contra a mulher em seus diversos cenários. Sua função básica está relacionada ao acompanhamento e criação de estratégias para diminuir o acontecimento de riscos, ao acolhimento dos indivíduos acometidos por algum tipo de violência e ao desenvolvimento de intervenções focadas no enfrentamento do desrespeito aos direitos sociais e humanos (Amarijo et al, 2020).

Como a demanda do CREAS é para população em geral, temos o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, que, assim como o CREAS, também dispõe de profissionais que incluem as áreas da psicologia, serviço social e direito. Este equipamento recebe demandas mais específicas de violência contra a mulher e doméstica, enquanto o CREAS atende a uma gama de violações contra os direitos de qualquer sujeito. Um passo importante no que tange à assistência às vítimas foi considerar não só a proteção à vida, mas o apoio psicológico nessas condições.

Discutir o impacto da violência contra a mulher na saúde mental é uma questão relacionada a diversos fatores que precisam ser abordados, pois essa discussão é urgente e necessária. Algumas pesquisas recentes apontaram diversas problemáticas que dificultam o atendimento qualificado às mulheres no âmbito do CREAS e relacionado também a outros órgãos contribuintes. Dentre elas, a mais recorrente é a falta de articulação intersetorial que remete ao trabalho realizado por vários profissionais de maneira vinculada, como abordam Soares e Fontes (2020) e Incerpe e Cury (2020) a rede intersetorial não realiza uma elaboração conjunta para organizar técnicas de enfrentamento, a fim de evitar uma constância da violência institucional que obriga a vítima a reviver seu sofrimento mais vezes que o necessário.

Outro fator que interfere na qualidade do serviço é a falta de capacitação profissional. Segundo Silva e Cleone (2019), os profissionais precisam de preparação para garantir um suporte adequado à mulher. Também podemos observar essa discussão em Oliveira e Burd (2017), para as autoras a capacitação propicia agilidade nos atendimentos, bem como a qualificação necessária para melhorar as resolutivas das demandas tanto para os profissionais, como para as usuárias. Fazem parte da preparação o manejo técnico, a comunicação correta com a vítima e com os outros profissionais e o trabalho em equipe multidisciplinar.

Incerpe e Cury (2020) destacam que as mulheres ao procurarem algum órgão de assistência, como o CREAS ou outro, sentem-se perdidas, pois muitas vezes esses órgãos não fornecem as orientações devidas. Isso se dá pela falta de integralidade nos atendimentos, dado que as instituições destinadas ao atendimento às vítimas de violência doméstica não dialogam entre si para fornecer um serviço integral e articulado.

A fragmentação do trabalho é uma das razões para a falta de efetivação das políticas públicas, dado que cada órgão visa apenas dispor de um serviço destinado à vítima para tirá-la do contexto de violência, porém não se atenta em criar estratégias que assegurem sua autonomia ou que impeçam a reincidência da violência (Silva; Cleone, 2019). Vale lembrar que em muitos municípios, principalmente os menores e mais interiorizados, não existem órgãos específicos para o atendimento de mulheres vítimas de violência, como as Delegacias da Mulher e os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, dificultando ainda mais o acesso dessa população à garantia de seus direitos.

### **O trabalho multidisciplinar no atendimento à mulher vítima de violência**

Para que o atendimento à mulher vítima de violência seja aperfeiçoado, é necessário que medidas de aprimoramento em diversos fatores sejam aplicadas. Um dos pontos imprescindíveis para que ocorra um serviço qualificado está relacionado ao trabalho dos profissionais responsáveis pelo acolhimento.

Para Oliveira et al. (2018), a falta de capacitação profissional aparece como principal problema na prática do atendimento integral às mulheres. Seguindo essa concepção, Zuchi et al. (2018) apontam que o aprimoramento técnico da escuta deve ser usado como uma ferramenta de humanização. A escuta dos profissionais não pode exprimir qualquer julgamento e deve ser atenta aos detalhes do não dito, além de que uma escuta qualificada exige muito orientação, treinamento e formação específica. Vale ressaltar que é preciso construir uma relação de confiança com as mulheres atendidas, pois esse vínculo é fundamental para que elas se sintam seguras e acolhidas.

A autora Assis (2015) enfatiza essa discussão alegando que cabe a eles, no momento do atendimento, refletir acerca do seu dever no combate à violência e proporcionar um atendimento hábil e sensível às vítimas. Aguiar, D'Oliveira e Schraiber (2020) relatam que a falha está na capacitação para uma discussão da violência a partir do recorte de gênero e relação de poder, os profissionais precisam de leitura e preparação para o atendimento, uma vez que os valores pessoais não podem interferir no modo como veem e atendem as vítimas.

Um ponto de encontro com a discussão dos autores mencionados refere-se à adoção de protocolos de atendimento para casos de violência contra a mulher e de notificações compulsórias. Assis (2015) afirma que a notificação é um instrumento preponderante, pois por meio dela é possível estimar a questão da violência e formular novas políticas públicas com o objetivo de prevenir a incidência dos casos de violência, portanto o processo de preenchimento das fichas de notificações é crucial.

Essa discussão também aparece no estudo realizado por Branco et al. (2020), no qual apontam que a falta de protocolos nas instituições de atendimento, ou a não utilização dos existentes,

limitam a assistência realizada pelos profissionais. É exemplo a má gestão dos atendimentos, inexistência de protocolos que orientem as devidas etapas a serem seguidas mediante um atendimento de violência, encaminhamentos incorretos ou acolhimentos sem responsabilização ou sensibilização adequada.

Esses obstáculos impossibilitam que os profissionais tenham uma atuação integral e qualificada, assim, somente com a análise desses fatos e com o propósito de melhorar as condutas já existentes teremos resultados positivos sobre as reincidências de atendimentos nos mesmos serviços. O atendimento qualificado, ou seja, baseado em uma escuta sensível, empática e calma, traz impactos positivos, como apresentaram em seus resultados Zuchi et al. (2018).

### **Vitimização secundária no atendimento à mulher vítima de violência**

Diante do exposto, salientamos que a violência contra a mulher também acontece em níveis institucionais. Além dos atos do agressor, a recepção e acolhida da vítima ao entrar nos órgãos públicos ou ao fazer a denúncia por telefone e meio digital é crucial no estabelecimento da segurança desta e de alívio na sua dor. Quando os profissionais não estão preparados para receber esse tipo de demanda, desencorajam as vítimas do ato de denunciar, manipulam e ridicularizam seu sofrimento, fazendo-as acreditar que estão erradas. A este processo chamamos de vitimização secundária.

Estudos como o de Nunes (2018), Lucas e Júnior (2018), Paulo e Roque (2019), apontam que a vitimização primária ocorre quando a mulher passa pelo primeiro ciclo de violência com seu agressor, causando danos morais, físicos e psicológicos. Já a vitimização secundária é causada pelos agentes públicos, dentro de instituições que deveriam proteger essas mulheres, acontece quando a dor das vítimas é invalidada por discursos e crenças dos profissionais, e a violência sofrida é justificada por alguma ação da própria mulher. Acontece frequentemente com vítimas de violência sexual quando são questionadas sobre o que estavam vestindo e se consumiram bebidas alcoólicas.

No caso da violência doméstica, a vitimização secundária pode estar presente na fala dos agentes que justificam a agressão do parceiro por: briga de casal, traição e ciúmes. Também se faz presente no ato da queixa, quando a mulher é persuadida a não fazê-la, quando perguntam se haverá arrependimento ao ver o companheiro preso, ou se ela não tem medo de que o parceiro se vingue. Às vezes os atos e falas parecem muito sutis para as mulheres no momento em que se encontram, contudo não perdem o caráter violento de negação de direitos e de descrença na palavra das vítimas. A mulher também sofre desaprovação social e, pelo mesmo discurso já apresentado, são colocadas no lugar de responsáveis pela violência sofrida pela sua comunidade, familiares, amigos e no ambiente de trabalho (Nunes, 2018).

Para Frota (2020), a Justiça Criminal, de modo não só nacional, como também global, encara em grande escala um processo de (re)vitimização, no qual infringe a vítima não somente em seus direitos, mas também em danos psicológicos, isso porque o foco não está voltado para julgar o homem pelo seu ato, mas sim, em julgar a credibilidade de uma mulher através de sua intimidade, tanto sexual, quanto familiar. Portanto, a justiça acaba julgando a vítima em um teor de moral patriarcal.

### **Considerações finais**

Nas últimas duas décadas a mulher brasileira tem conquistado direitos em diversos setores sociais, através de lutas e reivindicações. São exemplos a construção e aprovação de leis específicas de garantia de direitos sexuais, de proteção e segurança, como também da criação de órgãos para o atendimento especializado. Desse modo, foi possível construir redes de atendimento direcionadas ao suporte assistencial e jurídico às mulheres vítimas de violência, com abrangência institucional e profissional capacitada para lidar com situações como o recebimento da denúncia, acolhimento, abrigamento, atendimentos psicossociais e jurídicos. Contudo, mesmo com os avanços, ainda existem impasses no atendimento à essas mulheres.

Nesse sentido, é importante que se invista em capacitação profissional destinada a todos os órgãos públicos que possam receber esse tipo de demanda, que as questões de gênero sejam parte da formação, garantindo aos agentes públicos sensibilidade para afastar-se de crenças pessoais que possam colocar a vítima no lugar de responsável pela violência sofrida.

Logo, acredita-se que o aprimoramento do atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica envolva desde a capacitação profissional baseada em normas, técnicas e manejos apropriados à situação, até a humanização e adoção de notificações com caráter compulsório, tais como protocolos de atendimentos específicos, uma vez que estes são essenciais para o combate à violência institucional e a vitimização secundária em instituições de atendimento.

### **Referências**

AGUIAR, Janaina Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. **Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher** – São Paulo, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, [S.L.], v. 24, p. 1-16, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/interface.190486>.

AMARIJO, Cristiane Lopes *et al.* Serviços de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica. *Braz. J. Hea. Rev.*, Curitiba, ano 2020, v. 3, ed. 1, p. 1306-1323, 27 fev. 2020.

ASSIS, Luciene Catarino. **Sensibilizar, Enfrentar e Notificar**: O papel dos profissionais de saúde diante da violência contra as mulheres. Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup> Leonora Rezende Pacheco. 2015. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica) - Universidade Federal de Minas Gerais, Palmas - TO, 2015.

BENDO, Amanda Colares. **Os desafios de implementação da Lei Maria da Penha (LEI Nº 11.340/2006)**: estudo da estrutura de atendimento às mulheres em situação de violência e a implementação de políticas públicas no estado de Santa Catarina. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Ma. Mônica Ovinski de Camargo Cortina. 2017. 64 f. Monografia (Bacharel no curso de Direito) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2017.

BRANCO, July Grassiely de Oliveira *et al.* Fragilidades no processo de trabalho na Atenção à Saúde à Mulher em situação de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1877-1886, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020255.34732019>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 06 de março de 2021.

BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Dispõe sobre Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Acesso em: 06 de março de 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)> Acesso em: 06 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.778 de 24 de Novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, 24 de novembro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.778.htm)> Acesso em: 06 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm)>. Acesso em 09 de maio de 2023.

BREDA, Paôla Cristina; BONADEU, Marcelo. CREAS: Uma experiência em assistência social. **Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC São Miguel do Oeste**, São Miguel, p. 1 - 3, 6 jun. 2019.

CAMPOS, Carmen Hein de; GIANEZINI, Kelly. Lei Maria da Penha: do protagonismo feminista às resistências jurídicas. **Juris Poiesis**, v. 22, n. 29, p. 270-288, 2019.

FORNARI, Lucimara Fabiana; LOURENÇO, Rafaela Gessner; OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes de; SANTOS, Danyelle Leonette Araújo dos; MENEGATTI, Mariana Sbeghen; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Domestic violence against women amidst the pandemic: coping strategies

disseminated by digital media. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 74, n. 1, p. 1-9, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0631>.

FROTA, Hidemberg Alves. A vitimização secundária pela justiça criminal: os casos R V Wagar e Bárbara. **Revista de Doutrina Jurídica**, Brasília, ano 2020, v. 55, n. 2, ed. 111, p. 317-334, 3 ago. 2020.

INCERPE, Patrícia Regina Bueno; CURY, Vera Engler. Atendimento a Mulheres em Situação de Violência: a experiência de profissionais de um CREAS. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 919-939, 10 set. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.54357>.

LUCAS, Patricia de Paula; JÚNIOR, José Carvalho. As declarações do ofendido como meio de prova no contexto da vitimização secundária no delito de estupro. **Revista Científic@ Universitas**, Itajubá, ano 2018, v. 5, ed. 2, p. 27-52, 19 set. 2018.

MACHADO, Juliano. **Pesquisa aponta aumento de violência contra a mulher no Brasil em 2022 e integrantes do Comitê de Equidade comentam os números**. Justiça do Trabalho TRT4.jus.br, 2023. Disponível em: [https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/546409#:~:text=A%20pesquisa%20apontou%20que%20um,Sa%C3%BAde%20\(OMS\)%20em%202021](https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/546409#:~:text=A%20pesquisa%20apontou%20que%20um,Sa%C3%BAde%20(OMS)%20em%202021). Acesso em: 09, maio, 2023.

MARTINS, Ana Paula; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira. **A Institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil**. Ipea, Brasília, p. 1 - 37, 12 mar. 2015.

NUNES, Eliza da Silva. **O processo de vitimização nos crimes contra a dignidade sexual: busca de redução de danos**. Orientador: Prof Me. Gustavo Senna. 2018. 36 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória - FDV, Vitória, 2018.

OLIVEIRA, Bruno Gonçalves de; FREIRE, Ivna Vidal; ASSIS, Carla Santana; SENA, Edite Lago da Silva; BOERY, Rita Narriman Silva de Oliveira; YARID, Sérgio Donha. Responsabilidade dos profissionais de saúde na notificação dos casos de violência. **Revista Bioética**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 403-411, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422018263260>.

OLIVEIRA, Danúbia Aparecida; BURD, Ana Cláudia. Os psicólogos do CREAS e os desafios do atendimento de vítimas de violência sexual intrafamiliar. **Faculdade Ciências da Vida - FCV**, [s. l.], p. 1 - 20, 17 jul. 2017.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB. **Cartilha sobre Violência Contra a Mulher**. São Paulo: Comissão da Mulher Advogada, 2009. Disponível em: [https://www.oabsp.org.br/comissoes2010/gestoes-antiores/mulher-advogada/cartilhas/cartilha\\_violencia\\_contramulher.pdf](https://www.oabsp.org.br/comissoes2010/gestoes-antiores/mulher-advogada/cartilhas/cartilha_violencia_contramulher.pdf). Acesso: 06 de março de 2021.

PAULA, Bárbara Emiliano. **Distorção de Conceitos: o tratamento da vítima como culpada. Análise sobre vitimização secundária e criminalização da vítima mulher nos crimes de violência de gênero.** Orientador: Prof. Neiva Flávia de Oliveira. 2018. 32 f. Artigo Científico (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

PAULO, Bruno Giovannini; ROQUE, Ana Cristina. Vitimização secundária de mulheres em delegacias de polícia: Localizando as possíveis causas. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, [s. l.], ano 2019, v. 5, ed. 1, p. 361 -400, 2019.

PINTO, Lucielma Salmito Soares *et al.* Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 5, p. 1501-1508, maio 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.33272016>.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência Da República. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Brasília: Ideal Gráfica e Editora, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 06 de março de 2021.

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **Enfrentando a Violência Doméstica e familiar Contra a mulher.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contra-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2021.

SILVA, Maria Cícera de Sá e; CLEONE, Mario. *O impacto do CREAS no combate a violência contra a mulher / The impact of CREAS on combating violence against women.* **Id On Line Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 13, n. 44, p. 917-929, 27 fev. 2019. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/idonline.v13i44.1666>.

SOARES, Ana Caroline; FONTES, Márcia Barroso. A atuação do CREAS no atendimento às mulheres em situação de violência no município de São João Del-Rei (MG). **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, [S. l.], ano 2019, v. 16, n. 1, p. 1 - 13, 27 jan. 2020.

ZUCHI, Camila Zanatta *et al.* Violence against women: conceptions of family health strategy professionals about listening. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 22, p. 1-9, 2018. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20180015>.

**CAPÍTULO 5****SAÚDE MENTAL DE GESTANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19**

*Joyce Aurélia Batista Virginio*  
*Sara Maria Teles de Figueiredo*  
*Sandra Mary Duarte*  
*Brenda da Silva Nogueira*  
*Letícia Augusto Oliveira da Silva*

**Introdução**

A síndrome respiratória aguda grave - SARS-CoV-2, se alastrou de forma rápida por todo o mundo, acometendo muitas pessoas, em especial os grupos vulneráveis e com comorbidades, tais como idosos, diabéticos e hipertensos, na qual possuem maior risco de apresentar complicações. Nesse sentido, gestantes foram postas como um grupo de risco, visto que a infecção com o vírus é capaz de trazer dificuldades tanto para a gestante quanto para o feto, já que na gravidez há um maior consumo de oxigênio, e nesse período preocupações já se estabelecem, podendo desenvolver sofrimentos mentais, na qual já é um momento de sensibilidade, somada a grandes alterações fisiológicas e psíquicas (Lélis et al., 2020).

À vista disso, a mulher cis, que será o foco da pesquisa, em período gestacional é propensa a apresentar prejuízos na saúde, na qual as mudanças hormonais, corporais, psicológicas, além da mudança na rotina, e em todo seio familiar, em virtude da chegada do bebê, requer adaptações, sendo um momento de vulnerabilidade, que demanda suporte, diante do período de fragilidade, que quando não cuidado pode desencadear um sofrimento mental (Cardoso et al., 2021).

Dessa forma, tem-se como objetivo discutir a saúde mental de mulheres no processo gestacional em período de pandemia, que de acordo com Lélis et al. (2020), o sofrimento mental pode ser desenvolvido diante fatores estressantes, e por vezes ainda é desconsiderado no cuidado a saúde. Para tal, a construção da pesquisa sucedeu-se por estudo qualitativo, sendo uma pesquisa bibliográfica integrativa, de caráter exploratório.

**A gestação e as mudanças afetivo-emocionais**

O estado psicológico e emocional são elementos que estão diretamente ligados à saúde mental, interferindo na forma de organização para lidar com os percalços do dia a dia. Diante disso, no período gestacional, há variações emocionais, mudanças na rotina, aumento da sensibilidade, além de questões hormonais, que podem influenciar na saúde e bem-estar psicológico da mãe e no

comprometimento da saúde mental, influenciando no desenvolvimento da criança (Steen; Francisco, 2019).

Com isso, sentimentos de ambiguidade podem ser presentes, visto os reajustamentos que são produzidos pela gestação, podendo esse contexto de maternidade gerar efeitos de culpabilidade por não agir ou pensar de acordo com o que se é previsto pela sociedade sobre o papel desempenhado de uma mãe, no qual, diante exigências sociais, se pode haver introjeções de normas a serem seguidas, havendo papéis já impostos, ocasionando sentimento de frustração diante nascimento do bebê, se existindo uma ambivalência materna (Azevedo, 2017).

### **O processo de adoecimento psíquico da gestante no período pandêmico**

Na história da humanidade existem registros da ocorrência de doenças infecciosas, uma vez que no decorrer dos anos os agentes contaminadores foram se disseminando, sendo cada vez mais difícil a sua contenção e concomitantemente houve um aumento de doenças, instaurando grandes desafios para a saúde pública. Na medida que se busca entender os riscos, analisando formas de prevenção e controle de infecções, se há uma interferência em questões políticas, econômicas e psicossociais (Ornell et al., 2020).

As questões sociais, econômicas, e de vulnerabilidades, é exposto por Silveira et al. (2019), como fatores que podem impactar no desenvolvimento emocional e afetivo na gestação, constituindo como aspectos que agravam a saúde mental, estando relacionado com condições de desigualdade, escolaridade, desemprego, como também a própria assistência à saúde, compondo eventos estressores, que desencadeiam complicações físicas e mentais para a mãe e o bebê.

No Brasil, os determinantes sociais de saúde, como os fatores sociais, culturais, raciais e étnicos, como o racismo e sexismo, configuram condições de vida da população, além do acesso ao trabalho, as oportunidades, o cuidado a saúde, sendo os grupos vulneráveis, especificamente a população negra as que possuem piores alcances a essas estruturas, sobressaindo uma diferença significativa entre as mulheres negras, estritamente na gravidez e pós-parto (Santos, et al., 2020).

De acordo com Faro et al. (2020), a pandemia transformou-se em uma crise social, apresentando várias problemáticas em saúde pública, exigindo da sociedade medidas de enfrentamento para lidar com o contexto vivenciado, buscando esforços de inúmeras áreas do conhecimento. Diante disso, contextos de emergências são acontecimentos que afetam de forma significativa a população, propiciando a produção de perturbações psíquicas, interferindo no funcionamento social.

Então, Lima (2020), aborda que a peculiaridade de uma pandemia é o atravessamento em quase, se não disser a toda vida coletiva ou individual, implementando a prática de isolamento para

toda uma população, gerando impactos ainda maiores, visto que a quantidade de pessoas que sofrem efeitos psicológicos negativos, pode se tornar maior que o número de pessoas acometidas pelo vírus, sendo necessário pensar no cuidado dessa população em face desses acontecimentos.

### **O aparecimento de manifestações clínicas**

Segundo Silva et al. (2017), índices de ansiedade no período de gestação são comuns de acontecer, havendo a probabilidade de ocorrer o adoecimento mental em gestantes quando eventos estressores são atravessados neste período, o que torna um fator de risco, gerando sentimentos de infelicidade, que quando somado a episódios de complicações em gestações anteriores e a ocorrência de uma gravidez não planejada, é possível ocasionar uma eventual depressão perinatal, sendo variáveis para o desenvolvimento de distúrbios emocionais.

O adoecimento mental se caracteriza por fator de risco não apenas na gestação, mas também no puerpério, podendo vir a intensificar para um desenvolvimento de transtornos mentais, no qual, o diagnóstico neste período quando descuidado torna-se um fator de risco para o uso de substâncias lícitas e ilícitas, como o tabaco, seguindo da não realização cuidadosa do pré-natal, com risco de desnutrição, o que pode resultar em prejuízos ao feto, assim como, alterações no comportamento do recém-nascido (Costa et al., 2018).

### **Metodologia**

Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica integrativa. A pesquisa de tipo exploratória consiste em uma forma onde o pesquisador pode buscar informações sobre o que se pretende estudar. Possui o intuito de clarificar ideias, ocorrendo regularmente por meio de pesquisas bibliográficas, como também documentais, com elaboração mais flexível, proporcionando uma visão geral de determinada circunstância, e consequentemente resultando em uma clarificação do problema (Gil, 2019).

A pesquisa bibliográfica envolve a teoria que se encontra pública sobre o fenômeno a ser estudado, seja por meio eletrônico, físico, ou até mesmo de forma oral, permitindo que o pesquisador consiga visualizar as produções já realizadas sobre a temática, propiciando novas formas de operar sobre o fenômeno, atualizando as informações, como também colaborar na construção de dados que não foram explorados inteiramente (Marconi; Lakatos, 2018).

O método de revisão integrativa é utilizado no desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, tendo como propósito analisar o que se possui publicado sobre o fenômeno, possibilitando que haja a produção de novos estudos diante pesquisas já realizadas anteriormente, podendo o pesquisador contar com estudos de diferentes metodologias (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Definindo o tema adoecimento mental de gestantes em período de pandemia de COVID-19, permitindo responder o seguinte problema: Quais fatores ao longo da pandemia de COVID-19 puderam influenciar na saúde mental de mulheres em período gestacional?

A segunda etapa trata sobre a organização dos critérios de inclusão e exclusão ou busca na literatura, sendo fundamental a apuração dos estudos para análise crítica. Foram utilizados os descritores (DeCS): COVID-19, Gravidez, Saúde Mental. A busca foi estabelecida por meio do operador booleano AND, havendo como base de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PUBMED. A coleta de dados para a pesquisa ocorreu entre os meses de agosto a novembro de 2021.

Quanto aos critérios de inclusão utilizados para compor o material de estudo, foram selecionadas produções, do tipo artigo, publicados nos últimos cinco anos (2017 a 2021), com validade interpretativa, que possa estar disponível para todo o público, dispoendo como principal temática: saúde e adoecimento de gestantes, bem como a inserção da pandemia de COVID-19. Como critérios de exclusão, não foi utilizado estudos que possuam foco em questões clínicas específicas, e que não se enquadrem nos objetivos da pesquisa. Com isso, os dados foram interpretados com base na fundamentação teórica realizada no referencial teórico, em vista do problema de pesquisa. A partir disso foi feita a leitura inicial dos títulos e dos resumos e posteriormente o material selecionado foi lido por completo.

A terceira etapa trata-se da definição das informações a serem extraídas dos estudos que foram selecionados. A coleta das informações pretendeu atender a pergunta norteadora. Foi analisado os sujeitos do estudo, os objetivos propostos, os resultados obtidos, como também as principais conclusões alcançadas pelos estudos.

A quarta etapa representa a avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa. Na realização dos estudos foi observado criticamente os resultados dos materiais, diante delineamento da pesquisa, investigando as respostas obtidas nas diferentes pesquisas.

A quinta etapa corresponde a interpretação dos resultados, sendo realizado uma discussão dos principais achados sobre o tema, no qual os dados teóricos foram interpretados com base em categorias analíticas, sendo discutidas a partir da fundamentação teórica que compôs este trabalho. Os resultados foram verificados criticamente sobre os estudos que foram selecionados nas etapas anteriores, que se observado ainda lacunas, será pertinente apontar a necessidade de futuras pesquisas. Por meio da pesquisa integrativa, foi percebido a abrangência do tema, atentando ao momento de pandemia e o período de gravidez.

A sexta etapa aborda a apresentação da revisão, no qual os dados coletados foram interpretados e expostos na sessão seguinte de resultados e discussões.

### Resultados e discussão

A busca nas bases de dados resultou na seleção de 6 artigos para compor essa revisão, sendo levado em consideração os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para este estudo.

**Tabela 1** - Descrição dos artigos inclusos na pesquisa, em relação ao autor, título, ano e principais resultados do estudo.

Autor	Título	Ano	Principais resultados
ALMEIDA, Marcela; SHRESTHA, Angela D; STOJANAC, Danijela; MILLER, Laura J.	The impact of the COVID-19 pandemic on women's mental health	2020	Gestantes, mulheres que passaram por aborto espontâneo, no pós-parto, ou possuem experiência de violência por parceiro íntimo, apresentam maiores riscos a desenvolver problemas de saúde mental durante pandemia da COVID-19. Rede de apoio é um fator fundamental a proteção da saúde mental.
ESTRELA, Fernanda Matheus; SILVA, Keile Kemyly Assis da; CRUZ, Moniky Araújo da; GOMES, Nadirlene Pereira.	Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios	2020v	Receios e incertezas durante a gestação ocorrem na possibilidade da infecção por SARS-CoV-2, havendo sentimentos de medo do surgimento de problemas na gravidez e ao parto, havendo influência de pioras quando somado as Fake News, repercutindo em sintomas de ansiedade.
GOMES, Luiz Augusto Sacramento; PAIVA, Iury Marques; BEMFICA, Márcio Pimenta Vani; MORAIS, Fernanda Maria Lopes; OLIVEIRA, Maria Caroline Leite; MACHADO, Marina Moreira; FARIA, Samuel Vasconcelos de; BOTELHO, Wellington Carlos Marques; FILHO,	Depressão gestacional e o impacto da pandemia pela COVID-19: relato de caso	2021	A importância da realização do acompanhamento em saúde à gestante, visto que o adoecimento psíquico é um fator de risco, podendo haver repercussões materno-fetais (prematuridade e depressão puerperal) quando não acompanhado, abarcando o contexto adicional trago pela pandemia de COVID-19.

Gustavo Ribeiro de Souza.

KHOURY, Jennifer E; ATKINSON, Leslie; BENNETT, Teresa; JACK, Susan M; GONZALEZ, Andrea.	COVID-19 and mental health during pregnancy: The importance of cognitive appraisal and social support	2021	Impactos consequentes da pandemia, incluindo o isolamento social, os danos econômicos e dificuldades de relacionamento, somado ao risco de infecção pela COVID-19, configuram-se fatores que interferem na saúde mental de mulheres grávidas durante contexto pandêmico.
NABUCO, Guilherme; OLIVEIRA, Maria Helena Pereira Pires de; AFONSO, Marcelo Pellizzaro Dias.	O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde?	2020	O isolamento social e o excesso de informações se configuram como estressores, incluindo vulnerabilidade social e preocupações de contrair o SARS-CoV-2 como condições para o adoecimento mental. Sentimento de insegurança e ansiedade na população se fazem presente diante situação de crise político-institucional do Brasil.
MORTAZAVI, Forough; MEHRABADI, Maryam; KIAEETABAR, Roya.	Pregnant women's well-being and worry during the COVID-19 pandemic: a cross-sectional study	2021	Condições de renda financeira, situação profissional e histórico de aborto, constituem-se como produtores de ansiedade em mulheres grávidas.

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

A Tabela 1 aponta que os impactos consequentes da pandemia, o isolamento social, os danos econômicos, situação profissional e histórico de aborto, dificuldades de relacionamento e o risco de infecção pela COVID-19, se caracterizam como fatores que interferem na saúde mental de mulheres grávidas durante contexto pandêmico, além disso, um estudo identificou que mulheres que passaram por aborto espontâneo ou possuem experiência de violência por parceiro íntimo, apresentam maiores risco a desenvolver problemas de saúde mental durante pandemia de COVID-19.

Perante adversidades decorrentes da chegada do vírus SARS-CoV-2, o estudo realizado por Estrela et al. (2020), apontou reflexões sobre o momento da gestação no período de pandemia de COVID-19, considerando o medo diante o risco de infecção, e como tais fatores tem sustentado o aumento de ansiedade em mulheres grávidas. Ao que se trata do momento gravídico, a mulher já pode estar vulnerável pela própria condição, o que pode se tornar delicado ao tratar de informação sem fontes confiáveis, como no caso das fakenews.

Compreendendo que mudanças psicossociais encontradas na gestação se tornam fatores de risco, o contexto da pandemia, com o isolamento, a quarentena e o distanciamento, utilizados como formas de proteção contra o vírus, efetua-se como causante de ansiedade em toda a população, podendo haver a ocorrência de uso abusivo de substâncias, no qual corre-se o risco de ser consumido pelos grupos de risco, como as gestantes (GOMES et al., 2021).

Portanto, como circunstâncias da pandemia, o envolvimento de questões abordando situação profissional, baixa renda, possuir histórico de aborto, haver parentes infectados por COVID-19, ocasiona aumento dos níveis de medo durante pandemia. Posto isso, a renda familiar, o cuidado com as despesas e sustento, configuram-se como causador de preocupação quando comparado ao período anterior a pandemia, afetando o bem-estar de gestantes, consequentemente impactando negativamente a saúde psicológica da mulher (Mortazavi; Mehrabadi; Kiaeetabar, 2021).

Diante disso, Khoury et al. (2021), aborda sobre o aumento dos níveis de ansiedade experimentado por mulheres na gravidez, comparando ao momento antecedente da pandemia, percebendo que essas taxas estão interligadas a preocupação com o parto e a saúde do bebê. Levando a perceber a formação de novas preocupações, entendendo as especificidades que a pandemia de COVID-19 acarreta. Inclusive é presente sintomas de insônia e ansiedade visto as dificuldades que o momento pandêmico ocasionou, ao retratar problemas financeiros e dificuldades de relacionamento.

Não à toa, as vulnerabilidades sociais tiveram grande impacto, entendendo que a pandemia acarretou desempregos e consequentemente a perda da renda que era alcançada para o sustento, procedendo em um impacto econômico. Neste cenário, a restrição de movimentação, tendo que adequar-se ao trabalho de forma remota, sucedeu um maior tempo em casa, gerando também um aumento de violências domésticas, que somado a outras fragilidades e inseguranças, corre-se o risco do crescimento de tentativas de suicídio. Portanto, é evidente o quanto toda a situação já retratada é tida como uma fonte de estresse, pensando ainda na diminuição de interação social que é inclusa nessa circunstância, no qual gera mudanças comportamentais, como uma maior irritabilidade (Nabuco; Oliveira; Afonso, 2020).

O acontecimento de uma pandemia é um fator estressante, o que na experiência feminina vai repercutir sobre distintas formas. Uma gestação diante pandemia de COVID-19, traz um maior medo por não existir um controle diante dados, havendo uma vasta apreensão sobre o efeito que a contaminação neste período pode acarretar, estabelecendo preocupações diante vulnerabilidade, adicionando o desafio do cuidado quanto ao parto. Considerando questões de violência por parceiros íntimos, o isolamento social, o acontecimento de uma pandemia e contextos de desastres elevaram as taxas de violência, envolvendo inclusive mulheres grávidas, percebendo o alto risco de sofrimento e desenvolvimento de adoecimento psíquico (Almeida et al., 2020).

Para entender implicações da relevância do suporte social, Khoury et al. (2021), traz que a rede de apoio está relacionada com os indícios de saúde mental, em especial aos grupos que são acometidos com maiores impactos negativos, interpretando que a presença de apoio é um fator importante na proteção do acontecimento de adoecimento mental.

Olhar para os riscos de adoecimento mental, é perceber a realidade que se encontram as situações fragilizadas, que por vezes não buscam as unidades de saúde, sendo relevante a realização da busca ativa como ação de atenção à saúde, articulando possibilidades que possam ser efetivas, no qual a orientação deve estar adequada a realidade presenciada. Logo, o apoio as famílias, quanto a disposição de uma rede de apoio apresenta-se como um fator significativo no cuidado à saúde mental (Nabuco; Oliveira; Afonso, 2020).

Assim, ao observar o cuidado à saúde mental nos diferentes contextos de atuação, visto os acontecimentos de sofrimento psicológico, é claro a necessidade do fazer psicológico, abarcando o compromisso ético, político e social que a atuação profissional da psicologia está implicada. Atentando-se as intervenções que se fazem possíveis diante conjunturas, desenvolvendo práticas efetivas de acolhimento, no cuidado a atenção a saúde, a família, tendo o olhar para os grupos vulneráveis (Khoury et al., 2021).

Diante do que foi abordado, percebe-se a importância deste trabalho, atentando-se aos danos que situações de emergências e desastres atuam, como na pandemia de COVID-19, compreendendo como tais podem afetar de forma negativa a saúde mental dos sujeitos, analisando os grupos mais vulneráveis ao adoecimento e o cuidado para com eles. Com isso, é importante a constante atualização de estudos na prevenção do cuidado à saúde mental, ligado a situações de emergência, envolvendo novas metodologias de pesquisa.

### **Considerações finais**

Mediante o que foi exposto, é possível perceber a complexidade que a pandemia de COVID-19 ocasionou, sendo compreensível como a dinâmica do contexto pandêmico é capaz de desencadear adoecimento psicológico dos sujeitos, interferindo na saúde mental inclusive das gestantes. O que também torna a experiência da gestação mais intensa, de tal modo que possa gerar complicações no desenvolvimento da gravidez. Inclusive, quando realizado atendimento à saúde de mulheres grávidas é necessário perceber sintomas ligados a problemas na saúde mental, de forma que possa abranger também questões sociais, culturais e políticas, uma vez que o sujeito é afetado e interage na medida do que lhe é apresentado.

Apesar do estudo sobre saúde mental ser uma temática já explorada por longos anos, frequentemente há necessidades de ser abordada, resultante de novas circunstâncias. Deste modo,

conforme os resultados obtidos no caminhar da pesquisa, percebe-se a relevância da realização de estudos voltados à saúde mental de mulheres gestantes, conhecendo como se dão as formas de adoecimento, pensando nos modos de cuidado, voltando-se também para a importância da rede de apoio que retrata ser escassa. Por fim, o cuidado com a saúde mental não se caracteriza por algo rígido, sendo importante as construções de novas intervenções em contraste com as vivências.

Dessa forma, na construção desse cuidado, o fazer psicológico se torna algo irrefutável, visto que essa ciência abrange o sofrimento ético-político dos sujeitos que constituem grupos possuintes de vulnerabilidades, ora sociais, de gênero, financeiras e tantas outras. Contemplando uma atuação implicada no cuidado ao sofrimento que é marcado diante angústias sentidas.

## Referências

ALMEIDA, M.; SHRESTHA, A. D.; STOJANAC, D.; MILLER, L. J. The impact of the COVID-19 pandemic on women's mental health. **Archives of women's mental health**, Áustria. v.23, n.6. p.741-748, 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33263142/>>. Acessado em: 11 de novembro de 2021.

AZEVEDO, R. A. de. “**Amo meu filho, mas odeio ser mãe**” Reflexões sobre a ambivalência na maternidade contemporânea. 2017. 33p. Monografia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163940>>. Acessado em: 15 de dezembro de 2021.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, maioago, 2011. ISSN 1980-5756. Disponível em: <<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220/906>>. Acessado em: 21 de maio de 2021.

CARDOSO, P. C. et al. A saúde materno-infantil no contexto da pandemia de COVID-19: evidências, recomendações e desafios. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, PE. v. 21, n. 1, pág. 213-220, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/3MYSwYYhwKnnFbNGQvWCcwH/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em: 29 de maio de 2021.

COSTA, D. O. et al. Transtornos mentais na gravidez e condições do recém-nascido: estudo longitudinal com gestantes assistidas na atenção básica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ. v. 23, n. 3, pág. 691-700, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Z6JBYjY99CHjsFmkygVrfrTS/abstract/?lang=pt#>>. Acessado em: 30 de maio de 2021.

ESTRELA, F. M; SILVA, K. K.A; CRUZ, M. A; GOMES, N. P. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, pág. 1-5, julho-2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v30n2/0103-7331-physis-30-02-e300215.pdf>>. Acesso em: 24 de abril de 2021.

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, Campinas-SP, v. 37, pág. 1-14, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/?lang=pt>>. Acessado em: 27 de maio de 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. A pesquisa científica. In: **Métodos de pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pág. 31-42.

GIL, Antonio Carlos. Pesquisa social. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019, pág. 25-32.

GOMES, L. A. S. *et al.* Depressão gestacional e o impacto da pandemia pela COVID-19: relato de caso. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6630/4265>>. Acessado em: 27 de outubro de 2021.

KHOURY, J. E.; ATKINSON, L.; BENNETT, T.; JACK, S. M.; GONZALEZ, A. COVID-19 and mental health during pregnancy: The importance of cognitive appraisal and social support. **Journal of affective disorders**, Canadá, v. 282, p. 1161–1169, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33601691/>>. Acessado em: 13 de novembro de 2021.

LÉLIS, B. D. B.; CORRÊA, J. M. C.; MARINHO, G. P.; ALVES, K. M.; DUARTE, J. V. B.; MARINHO, I. P.; BERNARDES, N. B. O Sofrimento Mental das Gestantes em Meio a Pandemia do Novo Coronavírus no Brasil. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, Piedade, Jaboatão dos Guararapes – PE, outubro/2020, vol.14, n.52, p. 442-451. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2676>>. Acessado em: 29 de abril de 2021.

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro - RJ, v. 30, n. 02, pág. 1-10, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/nyq3wrt8qpWFsSNpbgYXLWG/?lang=pt#>>. Acessado em: 27 de maio de 2021.

LUCHESE, R. et al. Fatores associados à probabilidade de transtorno mental comum em gestante: estudo transversal. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, RJ. v. 21, n. 3, pág. 1-6, junho de 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/J6kDshGC6KHmDn8MHNW48mD/?lang=pt#>>. Acessado em: 25 de maio de 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. In: **Técnicas de pesquisa**. 8. ed.– [2. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2018, pág. 53-146.

MORTAZAVI, F; MEHRABADI, M.; KIAEETABAR, R. Pregnant women's well-being and worry during the COVID-19 pandemic: a cross-sectional study. **BMC pregnancy and childbirth**, v. 21, n. 59, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33451292/>>. Acessado em: 09 de novembro de 2021.

NABUCO, G.; OLIVEIRA, M. H. P. P.; AFONSO, M. P. D. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde?. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, Rio de Janeiro-RJ. v. 15, n. 42, p. 1-6, 2020. Disponível em: <<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2532>>. Acessado em: 02 de novembro de 2021.

ORNELL, F.; SCHUCH, J. B.; SORDI, A. O.; KESSLER, F. H. P. Pandemia de medo e covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Debates em psiquiatria**, Rio de Janeiro – RJ. v. 10, n.2, pág.12-17. Abr-Jun, 2020. Disponível em: <<https://revistardp.org.br/revista/article/view/35>>. Acessado em: 15 de maio de 2020.

SANTOS, D. S. et al. Disproportionate impact of COVID-19 among pregnant and postpartum Black Women in Brazil through structural racism lens. **Clinica I Infectious Diseases**. Campinas, SP. p. 1-9, 2020. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/42509>>. Acessado em: 08 de setembro de 2021.

SILVA, M. M. J. et al. Ansiedade na gravidez: prevalência e fatores associados. **Rev. esc. enferm. USP**, v. 51, pág. 1-8, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reusp/a/VksFnnCm69jLxXp3PdVXYHC/?lang=en#>>. Acessado em: 11 de maio de 2021.

SILVEIRA, M. S. et al. Ansiedade e Depressão na Morbidade Materna Grave e Near Miss. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília-DF, v. 35, pág. 1-8, dezembro-2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/8rMXChzLsTm3HJrj8ZLGtnL/?lang=pt#>>. Acessado em: 25 de maio de 2021.

STEEN, M.; FRANCISCO, A. A. Bem-estar e saúde mental materna. **Acta paul. Enferm**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. III-VI, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0194201900049>>. Acessado em: 11 de maio de 2021.

**CAPÍTULO 6****O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA) E A ANÁLISE DO  
COMPORTAMENTO APLICADA (ABA)**

*Brenda da Silva Nogueira  
Joyce Aurélia Batista Virginio  
Letícia Augusto Oliveira da Silva  
Sandra Mary Duarte  
Sara Maria Teles de Figueiredo*

**Introdução**

O transtorno do espectro autista é uma condição discernida na infância, tem tratamento e com isso, acontece uma melhora na qualidade de vida da criança. Não sendo uma doença mais sim uma condição neurológica, marcada pelas dificuldades de desenvolvimento na linguagem, nos processos de comunicação, na interação e no comportamento social. O autismo é compreendido como uma conjuntura que ataca cerca de 2% da população, podendo ser de nível leve (necessita de suporte), nível moderado (necessita de suporte substancial) e nível grave (necessita de suporte muito substancial) (Abreu Almeida, 2018).

A nomenclatura atual é “Transtorno do Espectro do Autismo” (TEA), por estar relacionado a um conjunto de comportamentos que pode afetar cada sujeito de modo e grau diferenciado, com ampla variedade. A genética e fatores ambientais, por exemplo, complicações no parto ou no período neonatal, executa um papel importante para a causa do transtorno (Bosa; Callias, 2000)

Os indivíduos com autismo não têm um aspecto físico diferente dos demais, são diagnosticados pela alteração do seu comportamento. O universo que o autista vive é o mesmo de todos sujeitos, mas eles podem sentir e interagir de formas diferentes, devido a alteração da sua sensibilidade, por exemplo, se isolando socialmente, dando a impressão que vivem em outro mundo (Camargo; Rispoli, 2013).

É apontado na literatura que a utilização de um tratamento específico de forma imediata melhora o prognóstico, como também o desenvolvimento da criança. É estimado que somente no Brasil, mais de dois milhões de indivíduos tem autismo, tendo uma maior incidência em meninos do que em meninas, os sintomas do autismo são manifestados normalmente entre os três anos de idade, variado em cada sujeito. Em crianças, a incidência do autismo é maior do que a somatória dos casos de AIDS, câncer ou diabetes (Abreu Almeida, 2018).

Para a obtenção do diagnóstico é preciso procurar um neurologista/neuropediatra ou psiquiatra infantil que tenha experiência na área para um bom diagnóstico, podendo assim ter

cuidado de imediato. Quando pensamos no tema autismo, muitos são os questionamentos: O que é o autismo? Como cuidar de uma criança autista? Estas e outras interrogações automaticamente surgem, deste modo, o referido estudo irá buscar responder no decorrer da leitura, o que é o transtorno do espectro autista e quais as suas formas atuais de tratamento.

Por intermédio desta pesquisa buscamos contribuir nos cuidados com as crianças autistas, apresentando informações relevantes para os portadores do transtorno e seus familiares, e como sabemos que ainda a muito a se aprender sobre a temática, espera-se que esse estudo possa despertar o interesse em novos pesquisadores da área. Pois, o TEA se transformou em um tema muito significativo no campo do conhecimento e muito conflitante entre os profissionais de psicologia e psiquiatria, que buscam se dedicar cada vez mais na compreensão dos tratamentos para o transtorno, já que os profissionais se baseiam, especificamente, em conteúdos psicopatológicos (Delion, 2015).

### **Definição do autismo ao longo da história**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno de categoria neurológica, desenvolvido pela dificuldade de comunicação e interação social e por atitudes comportamentais ou comportamentos repetitivos ou restritos. Os sintomas dão forma ao núcleo do transtorno, porém a gravidade de sua exposição é variável. Se tratando de um transtorno pervasivo e permanente, não tendo cura, porém a intervenção precoce ajuda na alteração do prognóstico suavizando os sintomas (Bosa; Callias, 2000).

Apresentando uma definição simples, o TEA se qualifica como um transtorno neuropsíquico que exhibe sinais e sintomas básicos. A palavra foi utilizada pela primeira vez em 1911, Bleuler, por significar a perda de contato com a realidade, o termo foi assimilado após analisar pesquisas com crianças, que viviam num mundo próprio, “dentro de si mesmas” sendo assim proveniente a raiz “auto” (voltado para si próprio) (Bosa; Callias, 2000).

Em 1943, o psiquiatra austríaco Leo Kanner, publicou um artigo baseando suas pesquisas, que envolvia mais de dezenas de crianças que exibiam dificuldade na interação social, déficit de comunicação e padrões inadequados de comportamento. Descreveu pela primeira vez o autismo clássico como o “distúrbio autísticos de contato afetivo”, após analisar onze casos de patologia grave e condições singulares, que demonstrava além da teoria a estabilização de contato afetivo, comportamentos obsessivos, ecolalia e estereotipia. Sendo denominado por ele autismo infantil precoce (Kanner, 1943).

Quase no mesmo tempo, Hans Asperger, médico vienense publica um artigo que baseava os estudos de centenas de crianças com as mesmas características clínicas, que foi citado por Kanner,

porém com um melhor desenvolvimento cognitivo e relacionamento social, Asperger se preocupava mais com o aspecto educacional (Pires; Carvalho, 2014).

Mostrando assim indicações ambíguas referente a origem do autismo, havendo uma articulação com a personalidade dos pais e os tipos de relações precoces foram organizadas entre eles. O desenvolvimento dos critérios do diagnóstico dos autistas passou por muitas mudanças ao longo do tempo, sendo descrito nos manuais de categorização nosológica. desde a década de 1980 (Facion, 2005).

O autismo foi discutido historicamente, no primeiro momento em manuais de médicos na década de 1980, no final, sendo denominado por transtorno autista. Anteriormente o autismo era desenvolvido de forma psicodinâmica, na forma de psicose manifestado na infância e observado na literatura de estudos clínicos (Fernandes, Tomazelli, Girianelli, 2020).

Os manuais de diagnósticos da década de 1950, classificava o autismo como reações esquizofrênicas do tipo infantil, não sendo em categoria diagnóstica entendida a partir de critérios descritivos. Somente na terceira edição do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtorno Mentais é que se observa o aparecimento de uma associação nosográfica do autismo. A edição que se seguiu indicou o termo Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), onde o autismo seria incluído em outras categorias (APA, 2014).

Os TGD resumiam-se como os transtornos que em geral eram diagnosticados no primeiro momento na infância, sendo a deficiência intelectual ou o TDA/H, que envolvia a aparição de sintomas de interação social, comunicação e aparição de comportamentos e interesses sintéticos e estereotipados (Fernandes, Tomazelli, Girianelli, 2020).

Havendo cinco subcategorias dentro dos TGD: Transtorno Autista, Transtorno de Asperger, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, tendo cada uma sua diferença interna. Mesmo especificando melhor a particularidade do autismo, essa maneira categórica de entendimento acontecia muitos impasses clínicos. Ocorria uma diferença entre as subcategorias tendo características que dá preferência, as dificuldades e escolhas dos diagnósticos (Lord; Bishop, 2014).

### **Transtorno de Espectro Autista e o DSM-V**

Entendeu-se que a classificação na maneira categórica do DSM IV era inadequada, preferindo uma abordagem de aspecto único, cujas atribuições se modificam ao longo de um continuum. A nova maneira refletiria melhor as atribuições, como iriam aparecer no decorrer do desenvolvimento e respostas de intervenções, resultando na aceitação da terminologia do Transtorno do Espectro Autista (TEA) (DSM-5, 2014).

Foi a partir do DSM-V, que os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) que incluem o Autismo, onde o Transtorno Desintegrativo da Infância e as Síndromes de Asperger foram classificados em um único diagnóstico: Transtorno de Espectro Autista (TEA), termo criado para demonstrar o conjunto de alterações no comportamento, sendo iniciado na infância e as variáveis consequências em diversas áreas do desenvolvimento, sendo excluído do espectro a Síndrome de Rett (Araújo; Neto, 2014).

O Transtorno de Rett foi retirado do TEA no novo DSM-V por conta de uma descoberta de pesquisadores americanos, que publicaram que o gene MECP2 é responsável pela causa do transtorno, tornando uma única categoria entre os TGD com etiologia definida. Sendo seu desenvolvimento uma forma análoga ao autismo, por um breve período do desenvolvimento da criança (Amir et al., 1999).

A atual versão do DSM-V expõe as atribuições centrais do autismo, pertencendo a duas dimensões: a comunicação e o comportamento. A primeira respondendo os aspectos qualitativos da reciprocidade socioemocional, seu modo de desenvolver a interação (APA, 2014).

No autismo, a abordagem social se caracteriza de maneira atípica ou idiossincrática, por exemplo, uma criança toma iniciativa de tocar no cabelo de um indivíduo por curiosidade na textura, ou aproximando sua face do interlocutor para falar (Moral et. al., 2017).

A conversa se mostrar deficitária em qualidade da fluência, por conta da redução do compartilhamento de interesses, emoções e afetos. Nesse momento o interesse tende a desempenhar um papel difícil, por restringir também a possibilidade do desenrolar da conversa, acarretado a minimização do repertório social e empobrecendo a troca de interesse (Moral et. al., 2017).

A diferença das características pode ser entendida desde a manifestação da dificuldade discreta, a falta habitual de observância, a ausência de atitudes para a interação social, ocasionada pela dificuldade de comunicação. A interação entre as habilidades de comunicação verbal e não verbal podem estar dessincronizadas ou atrasadas dificultando a compreensão do interlocutor (Almeida et. al., 2018).

Uma pessoa autista pode contar verbalmente uma história, sem utilizar os recursos comunicativos não verbais, como expressões faciais ou gestos. Sendo decisivos para que o interlocutor entenda o que é mais relevante e o significado afetivo da conversa, por oferecer pistas sobre o duplo sentido de algumas palavras ou expressões (Almeida et. al., 2018).

Já as alterações no contato visual e na linguagem corporal, o primeiro se apresenta de maneira reduzida, comparando a criança sem autismo, tendo o olhar menos dirigido para o rosto no momento da interação social. Uma criança sem autismo mantém os olhos focados no decorrer da

interação, enquanto o autista observa mais a região da boca e preferem cenas sociais a imagens geométricas (Pierce et al., 2016).

O desenvolver dos relacionamentos tendem a ser falhos, principalmente com a criança da mesma idade ou nível de desenvolvimento, sendo mais fácil identificar no contexto escolar (Pierce et al., 2016).

As pessoas autistas preferem atividades solitárias, pela dificuldade de compartilhar brincadeiras, em particular as que exigem mais complexidade de habilidades cognitivas e imaginativas, por exemplo, faz de conta ou representações simbólicas (APA, 2014).

Nos casos mais severos podemos identificar uma ausência de interesses nos indivíduos, podendo ser identificados como um comportamento de esquivar ou um afastamento pela dificuldade de interação. É importante ressaltar que no contexto escolar, o professor pode aproximar o autista aos colegas, auxiliando no desenvolver da interação social, mediando essas relações (Schmidt et al., 2016).

Além da alteração social, o padrão resumido e repetitivo do comportamento são critérios de diagnósticos do autista. Não são somente os comportamentos estereotipados e maneirismo motores que se mostram restritos, mas também os interesses. A fala, movimentos motores ou o uso de objetos são caracterizados de maneira estereotipadas ou repetitivas, acrescentando estereotipias motoras, ecolalia (repetição de palavras ou frases após serem ouvidas), comportamento de alinhar os brinquedos ou girar os objetos (Troyb et al., 2016).

Antigamente a criança diagnosticada com autismo, eram compreendidas como intratável, por ser pouco estudada e conhecido, o quadro sindrômico que tinha variável em gravidades diferentes. Hoje entendemos que ao receber um tratamento adequado, psicoterápico e medicamentoso, a criança com TEA pode ter desenvolvido sua capacidade, respeitando cada um em seu ritmo (Santos, 2009).

Relacionado a etiologia do autismo, Klinger (2010) nos apresenta três modelos de interpretação de suas causas, o intermediário, o psicodinâmico e o orgânico. No psicodinâmico, a criança é compreendida como “normal” biologicamente. No orgânico, é percebida como uma anomalia anatômica ou fisiológica do sistema nervoso central. Já no intermediário sugere que a criança já nasce biologicamente deficitário e frágil, e tendo os pais a dificuldade de compreendê-la.

O tratamento passa por diversas abordagens que em sua maioria acontece uma divergência no direcionamento técnico. Calazans e Martins (2007) traz um debate em questão a terapia cognitiva-comportamental, ele resalta que a noção do tratamento para a TCC é definir a meta do tratamento, melhorando a adaptação do comportamento de cada sujeito com TEA.

## **Autismo e análise do comportamento aplicado**

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é um termo que vem do campo científico do Behaviorismo, objetiva observar, analisar e explicar a relação entre o ambiente, o comportamento do indivíduo e sua aprendizagem. A abordagem empírica é usada como método de intervenção, se baseia em fundamentos que vem para tratar o comportamento difuso, destacando a avaliação funcional e a criação de habilidades (Masse et al., 2007).

Sendo guiado por critérios sistemáticos, elegendo e traçando objetivos de uma intervenção que utiliza técnicas comportamentais estudadas minuciosamente. A ABA é evidenciada por promover uma coleta de dados anteriormente, durante e após os momentos, facilitando a investigação do processo do sujeito, ajudando na escolha do método e técnicas de intervenções que facilitam no ganho de competências de cada sujeito (Camargo; Rispoli, 2013).

Todorov e Hanna (2010) dizem que a análise do comportamento não é uma área da psicologia, mas sim uma forma de análise de conteúdo da psicologia. Como método científico, definimos a ABA com os conceitos de Skinner (1953), que avalia, descreve e remodela os comportamentos. Ele nos diz que a partir do condicionamento operante e dos comportamentos, desenvolve através das intervenções do sujeito no seu ambiente.

A maioria dos estudos encontrados na abordagem cognitiva comportamental, informam que suas evidências técnicas baseiam-se no modelo de análise do comportamento aplicado (ABA) (Fernandes; Amato, 2013).

Esse método envolve um entendimento minucioso acerca de como os eventos ambientais controlam nossos comportamentos, envolvendo programas comportamentais que busca uma melhora nas diversidades das habilidades do sujeito, entre elas estão: a linguagem, a capacidade acadêmica, a sociabilidade. Este modelo propõe a redução de alguns problemas graves nos comportamentos que são associados constantemente ao transtorno (Vismara; Rogers, 2010).

No momento que um comportamento é analisado, um planejamento de ação pode ser executado, modificando assim aquele comportamento. O behaviorismo se concentra na análise objetiva do comportamento observável e mensurável, deste modo a terapia ABA foi planejada nos preceitos do behaviorismo e para que pudesse atender as necessidades de duas formas diferente: primeiro, as famílias ou professores que não tem acesso a um psicólogo especializado em ABA, segundo, pela família não pode pagar pelo serviço ou não querer esperar (Camargo; Rispoli, 2013).

No ensino da criança com autismo, a terapia ABA é utilizada como base de instruções intensivas e organizada em momentos de um-para-um. Mesmo o termo ABA sendo um termo

“guarda-chuva” que engloba muitas aplicações, os indivíduos usam o termo “ABA” como abreviação, se referenciado a metodologia de ensino da criança com autismo (Lear, 2004).

A terapia ABA, em alguns momentos inicia nas casas, quando a criança ainda é muito pequena. É importante a intervenção precoce, esse tipo de técnica, beneficia a criança maior e o adulto. A metodologia e técnicas podem ser aplicados também nas escolas (Masse et al., 2007).

As sessões da ABA são frequentemente individuais, na modalidade de um-para-um, a maioria dos atendimentos precoces acontecem em período de ensino integral – cerca de 30 a 40 horas semanais. A modalidade é não-aversivo (rejeita punições, concentram-se na premiação do comportamento estimulado).

O currículo para ser eficiente, depende de cada criança em especial, sendo de forma ampla; ressaltando as habilidades acadêmicas, de linguagem sociais, de cuidados pessoais, motoras e o brincar. O envolvimento intensivo da família ao programa é de grande contribuição para a evolução do desenvolvimento da criança (Lear, 2004).

Hurtado e Guarro (2015) traz um exemplo de um tratamento aplicado que aconteceu com uma criança do sexo masculino com idade de sete anos com TEA. Inicia o processo executando uma análise funcional de comportamento, com objetivo de organizar as estratégias de intervenções baseando-se na demanda apresentada.

A criança apresenta dificuldade de autocontrole, provocando problemas em cumprir regras e também dificuldade no controle de tempo de suas atividades diárias e rotina. Com ABA realiza-se sessões de 60 minutos cada, com o objetivo de amenizar os comportamentos impulsivos (com treino de habilidade reflexivas), e o controle de tempo (com técnicas de autocontrole). Compreendendo as regras dos comportamentos apropriados e a diminuição dos problemas nas condutas, trabalhando nas funções executivas, especialmente na capacidade de atenção, melhorando também a capacidade da escrita e leitura (Hurtado; Guarro, 2015).

Desse modo, identificamos que a utilização da observação e os métodos aplicados são promissores para o acontecimento da abordagem cognitiva do comportamento. Usando uma aplicação mais diretiva com técnicas baseada nas dificuldades que cada indivíduo apresenta, tem sido baste utilizada apresentando a decorrência de sua eficácia (Severo, 2017).

## **Metodologia**

Este estudo se caracteriza como uma Revisão Sistemática da Literatura, pois tratar-se de investigar nos bancos de dados produções científicas e informações relevantes sobre a temática escolhida para ser apresentado como resultados neste estudo. Esta pesquisa seguiu os métodos para elaboração da Revisão Sistemática previstos por Galvão (2012).

Para a construção destes resultados, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) (LILACS). Na busca utilizou-se dos descritores a seguir e suas respectivas combinações nas línguas portuguesa e inglesa: Análise do Comportamento Aplicada (ABA), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Tratamento ou (Applied Behavior Analysis and Autism Spectrum Disorder and Treatment)

Os critérios de inclusão adotados que foram definidos para seleção dos artigos são os seguintes: artigos publicados na língua portuguesa e inglesa, artigos que estivesse disponível na íntegra e que tratasse do assunto, artigos publicados e indexados nos últimos 05 anos, e fosse gratuito. Já os critérios de exclusão dos artigos selecionados foram os seguintes: artigos em outras línguas que não seja a portuguesa e a inglesa. artigos incompletos, artigos publicados e indexados há mais de 05 anos e artigos pagos.

### **Resultados e discussão**

Através das buscas foram encontrados um total de 18 artigos na MEDLINE e 05 artigos na LILACS, totalizando 23. Após a aplicação dos filtros foram retirados 08 na MEDLINE e 03 na LILACS restando 12 artigos, estes foram selecionados e separados para a leitura do resumo, após a leitura foi identificado que 06 artigos foram selecionados para a realização do trabalho.

Através das coletas realizadas sobre as formas de tratamento através da ABA, as buscas apontaram que auxiliada a terapia há outros recursos, que quando são combinados produzem grandes resultados para a criança autista. No estudo de Silva Gomes, Silva e Soares (2021), os autores buscaram compreender quais as propriedades terapêuticas do canabidiol, substância terapêutica proveniente da cannabis sativa, e através do seu estudo identificaram a sua eficiência no tratamento dos principais sintomas do transtorno do espectro autista, concluiu-se que o mesmo é, de fato, eficaz para tratar diversos sintomas, como a hiperatividade, a agressividade e as estereotípias, que são relacionados ao comportamento, além de atuar em outras comorbidades, como nos distúrbios do sono, convulsões, entre outras, o que demonstrou a sua importância para a manutenção da qualidade de vida dos indivíduos com autismo.

Deste modo, sabendo que a ABA está atualmente sendo uma das abordagens terapêuticas mais indicadas para aplicação em autista, pois pretende ensinar à criança, aptidões as quais não possui, através da introdução por etapas de novas habilidades. Brito et al. (2021), relata em seu estudo que as técnicas mais utilizadas para intervenções terapêuticas em pacientes com autismo são: tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatados da comunicação (TEACCH); análise aplicada do comportamento (ABA); sistema de comunicação através da troca de figuras (PECS); Integração Auditiva (AIT); Integração Sensorial (SI) e por fim, Relation Play.

Gonçalves et al. (2021) aponta que devido ao aumento nos diagnósticos de TEA, é importante que haja profissionais com formação em ABA, das diversas áreas da saúde, capacitados para a atuação multidisciplinar técnica e eticamente comprometida, pois através do estudo já realizados torna-se unânime a sua aplicabilidade e eficácia para o tratamento do autismo, visto que consistente nas estimulações precoces e intensivas em crianças com TEA, com o intuito de minimizar comportamentos-problema e oportunizar melhorias consideráveis na sua vida, sendo a partir da aquisição de novas habilidades ou na manutenção daquelas já existentes.

De acordo com o estudo Silva Faustino et al. (2021) os seus resultados apresentaram grande eficácia do tratamento ABA como grande benefício para as crianças com TEA, destacou que as melhorias nos métodos para pacientes autistas envolvem principalmente habilidades adaptativas, linguagem, habilidades sociais e funções executivas relacionadas ao contato visual, seguir instruções, permanecer à mesa, regulação do humor, rotinas de cuidados pessoais, deste modo reforça a importância da análise comportamental aplicada e as técnicas comportamentais.

Sabendo que o TEA é configurado como um transtorno do neurodesenvolvimento segundo o DSM-V, o estudo de Dias, Lefebvre e Oliveira (2021), apresenta que jogos didáticos e pedagógicos são grandes auxiliares para crianças autistas pois envolvem planejamento, desenvolvimento, aplicação e análise de jogos para pessoas com TEA ou como forma de conscientização para neurotípicos acerca do TEA, ressalta ainda que esses jogos são fundamentados em metodologias de intervenção específicas de tratamento, como a ABA, TEACCH e PECS, para melhor auxiliar a criança para aprender as habilidades trabalhadas.

### **Considerações finais**

As contribuições desta pesquisa, longe de ser conclusiva, muito mais se torna a reunião de informações sobre o autismo, principalmente o trabalho com as técnicas da análise do comportamento (ABA) que ainda é um programa que nem todos educadores e cuidadores tem conhecimento e domínio.

Brito et al (2021) defende a ABA como uma das abordagens terapêuticas mais indicadas para aplicação em autista, pois pretende desenvolver nestas crianças, aptidões as quais não possui, através da introdução por etapas de novas habilidades. Outros estudiosos como Silva Faustino et al. (2021) afirmam que os resultados de suas pesquisas apresentaram grande eficácia do tratamento ABA com imenso benefício para as crianças com TEA, destacou que as melhorias nos métodos para pacientes autistas envolvem principalmente habilidades adaptativas, linguagem, habilidades sociais e funções executivas relacionadas ao contato visual, seguir instruções, permanecer à mesa, regulação

do humor, rotinas de cuidados pessoais, deste modo reforça a importância da análise comportamental aplicada e as técnicas comportamentais.

Acreditamos que novas pesquisas surgirão sobre o tema, na esperança/certeza da ciência conseguir amenizar as dificuldades existentes em relação ao TEA, que ainda necessita ser mais aprofundando, principalmente para que o tratamento ocorra de forma cada vez mais precoce nas crianças diagnosticadas cada vez mais recentemente.

## Referências

ABREU ALMEIDA, Simone Saraiva et. al. Transtorno do espectro autista, Rio de Janeiro, RJ, **Residência Pediátrica**, 2018

APA, American Psychiatric Association. **DSM-IV** - Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, 1 ed. Lisboa; CLIMEPSI, 2002.

BACKES, Bárbara; ZANON, Regina Basso; BOSA, Cleonice Alves. The relation between language regression and social communicative development of children with autism spectrum disorder. In: **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2013. p. 268-273.

BARANEK, Grace T. et al. Sensory features in autism spectrum disorders. **Handbook of autism and pervasive developmental disorders**, v. 1, p. 378-408, 2014.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 13, p. 167-177, 2000.

CALAZANS, Roberto; MARTINS, Clara Rodrigues. Transtorno, sintoma e direção do tratamento para o autismo. **Estilos da Clínica**, v. 12, n. 22, p. 142-157, 2007.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & sociedade**, v. 21, p. 65-74, 2009

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; RISPOLI, Mandy. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 639-650, 2013.

DELION, Pierre. Autismo e parentalidade. **Estilos da Clínica**, São Paulo. v. 20, n. 1, p. 15-26, 2015

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v. 31, 2020.

FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda; AMATO, Cibelle Albuquerque de la Higuera. Análise de Comportamento Aplicada e Distúrbios do Espectro do Autismo: revisão de literatura. In: **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2013. p. 289-296.

GREEN, Dido et al. Brief report: DSM-5 sensory behaviours in children with and without an autism spectrum disorder. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 46, n. 11, p. 3597-3606, 2016.

HURTADO, Elena Carratala; GUARRO, Mercè Arjalaguer. Tratamento cognitivo-comportamental de uma criança com transtorno do espectro autista e impulsividade. **Revista de psicologia clínica com crianças e adolescentes**, v. 2, não. 1 p. 37-44, 2015.

KANNER, Leo. Autistic Disturbances of Affective Contact. **Nervous Child**, Winston, v.2, p. 217-250, 1943.

KIRBY, Anne V. et al. Sensory and repetitive behaviors among children with autism spectrum disorder at home. **Autism**, v. 21, n. 2, p. 142-154, 2017.

LEAR, Kathy. **Ajude-nos a aprender**: Manual de treinamento em ABA, 2ª. Ed. Canadá, 2004.

LORD, Catherine; BISHOP, Somer L. Recent advances in autism research as reflected in DSM-5 criteria for autism spectrum disorder. **Annu Rev Clin Psychol**, v. 11, n. 1, p. 53-70, 2015.

PIERCE, Karen et al. Eye tracking reveals abnormal visual preference for geometric images as an early biomarker of an autism spectrum disorder subtype associated with increased symptom severity. **Biological psychiatry**, v. 79, n. 8, p. 657-666, 2016.

SCHLEBUSCH, Liezl; SAMUELS, Alecia E.; DADA, Shakila. South African families raising children with autism spectrum disorders: Relationship between family routines, cognitive appraisal and family quality of life. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 60, n. 5, p. 412-423, 2016.

SCHMIDT, Carlo et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicologia: teoria e prática**, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2016.

SKINNER, Burrhus F. Some contributions of an experimental analysis of behavior to psychology as a whole. **American Psychologist**, v. 8, n. 2, p. 69, 1953.

TROYB, Eva et al. Restricted and repetitive behaviors as predictors of outcome in autism spectrum disorders. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 46, n. 4, p. 1282-1296, 2016.

VISMARA, Laurie A.; ROGERS, Sally J. Behavioral treatments in autism spectrum disorder: what do we know?. **Annual review of clinical psychology**, v. 6, n. 1, p. 447-468, 2010.

## CAPÍTULO 7

### UMA ANÁLISE DO PERDÃO INTERPESSOAL CONSIDERANDO DIFERENÇAS POR IDADE E SEXO

*Thalita Lays Fernandes de Alencar*

*Júlio Rique Neto*

*Eloá Losano de Abreu*

*Lívia Braga de Sá*

#### **Introdução**

A psicologia do desenvolvimento estuda como as pessoas mudam e se desenvolvem ao longo da vida. Essas mudanças podem ocorrer em vários domínios, incluindo físico, cognitivo, emocional, social e moral. Além disso, a psicologia do desenvolvimento examina como fatores ambientais e culturais podem influenciar o desenvolvimento humano, e como as experiências vivenciadas podem influenciar a personalidade, o comportamento e o bem-estar das pessoas (Bee; Boyd, 2011). Nessa perspectiva, também são estudados como os valores morais se desenvolvem ao longo da vida e a partir dessas influências. Dentre esses valores e virtudes, pode-se encontrar os estudos sobre o desenvolvimento do perdão.

Este estudo adota como referencial teórico a perspectiva de Enright e colegas, que definem o perdão como uma atitude moral positiva para a resolução de conflitos. Na concepção de Enright, Freedman e Rique (1998) o perdão não é um dever moral, pois considera-se que a vítima tem o direito de se ressentir com o ofensor que cometeu uma ação injusta. Trata-se, portanto, de um exercício de liberdade da vítima ao decidir abrir mão desse direito e fomentar o desenvolvimento de sentimentos positivos, como compaixão e misericórdia, para com o ofensor.

Nesta perspectiva, o perdão é pontualmente oferecido a cada situação e contexto de mágoa (Rique *et al.*, 2007). Isso implica também dizer que perdoar gera mudanças graduais diminuindo os afetos negativos, comportamentos negativos e julgamentos negativos e aumentando os afetos positivos, comportamentos positivos e julgamentos positivos desses mesmos domínios, processo que (idealmente) caracteriza o perdão.

A literatura sobre o perdão na Psicologia têm mostrado, ainda, que essa virtude se relaciona a uma série de outras variáveis individuais e interpessoais, como por exemplo a relação negativa entre o grau de perdão e a intensidade da mágoa percebida pela vítima; e a relação positiva com o grau de perdão e a proximidade da relação com o ofensor, de modo que o perdão ocorre mais frequentemente a familiares e amigos do que a pessoas num relacionamento mais distante (Rique *et al.*, 2007; Rique;

Camino, 2010). Há, ainda, estudos que relacionam o perdão com traços de personalidade (Kamat; Jones; Row, 2006), capacidades cognitivas e afetivas de manifestação empática (Rique *et al.*, 2010), e raciocínio moral de justiça (Enright, Santos; Al-Mabuk, 1989).

### **O perdão interpessoal por idade e sexo**

No que se refere ao desenvolvimento do perdão, diversos autores têm verificado o efeito das variáveis idade e/ou sexo no perdão, porém os resultados mostram-se controversos (Abreu; Rique; Camino, 2022; Allemand, 2008; Cheng; Yim, 2008; Darby; Schlenker, 1982; Enright; Santos; Al-Mabuk, 1989; Enright; Gassin; Wu, 1992; Fehr; Gelfand; Nag, 2010; Girard, Mullet, 1997; Mellor; Fung; Binti Mamat, 2012; Miller; Worthington Jr.; Mcdaniel, 2008; Mullet *et al.*, 1998; Steiner; Allemand; Mccullough, 2011; Souza *et al.*, 2021; Subkoviak *et al.*, 1995; Wainryb *et al.*, 2020).

Muitos estudos empíricos afirmam haver uma relação positiva entre a idade e o perdão, de maneira que quanto mais madura a pessoa, mais propensa ela se torna ao perdão de mágoas profundas (Allemand, 2008; Cheng; Yim, 2008; Girard; Mullet, 1997; Mullet *et al.*, 1998; Steiner; Allemand; Mccullough, 2011; Subkoviak *et al.*, 1995; Wainryb *et al.*, 2020). O estudo de Steiner, Allemand e McCullough (2011), por exemplo, verificou que as pessoas mais velhas apresentaram maior disposição para o perdão e que existia uma correlação negativa entre idade e a frequência e intensidade da ofensa. Os autores testaram, ainda, um modelo de mediação utilizando modelagem de equações estruturais, e constataram que havia relação entre a maior disposição das pessoas mais velhas para perdoar e a menor frequência e intensidade com que são ofendidas, considerando que estas últimas condições facilitariam o perdão.

De maneira semelhante, Kaleta e Mróz (2018) realizaram um estudo com adultos poloneses que mostrou uma correlação positiva entre a disposição a perdoar e a idade, bem como um efeito desta naquela, de modo que os adultos mais velhos (a partir dos 40 anos) apresentaram uma maior disposição a perdoar do que os adultos mais jovens. Ainda, um estudo de levantamento transcultural mais recente realizado por Cabras *et al.* (2022) verificou que poloneses e homens italianos mostraram maior propensão a perdoar com o aumento da idade, comparando grupos abaixo de 30 anos de idade e acima de 50. A partir disso, os autores sugeriram que o efeito da idade depende de outras variáveis como, por exemplo, as tradições culturais, o que também sugeriram em relação ao efeito do gênero, que será exposto em seguida.

Algumas explicações possíveis para essas diferenças estão no nível de amadurecimento cognitivo e afetivo, que também tende a se desenvolver progressivamente com a idade. Ou seja, para perdoar genuinamente, é preciso que o indivíduo apresente elementos cognitivos e afetivos, como a tomada de perspectiva social e a empatia, ambos dependentes do desenvolvimento da descentração

social (Piaget, 1964, 2014). A descentração é o que habilita, portanto, a pessoa a ser capaz de adotar diferentes perspectivas e considerar o perdão como uma estratégia de resolução de conflitos. De acordo com Piaget (1964, 2014), apenas na adolescência as pessoas tornam-se capazes de adotar um nível de descentração que seja abrangente o suficiente para permitir o raciocínio para o perdão. Dessa forma, ao chegar ao estágio cognitivo das Operações Formais, o adolescente está apto a utilizar os recursos cognitivos e afetivos para perdoar.

Embora essa relação positiva entre idade e perdão receba suporte em diversos estudos, é importante ressaltar que não se trata de um completo consenso, e existem, inclusive, estudos que negam a existência do efeito da idade. Fehr, Gelfand e Nag (2010), por exemplo, realizaram uma meta-análise de estudos do perdão, avaliando uma ampla gama de situações e variáveis que são teoricamente relacionadas ao perdão, entre elas, o sexo e a idade. Para isso, analisaram 53 estudos que englobam ao todo 8.366 participantes. A relação entre perdão e sexo não foi significativa, e o efeito da idade sobre o perdão foi significativo, porém muito pequeno. Os autores concluíram que, a despeito do que sugeriam estudos anteriores, nenhum destes fatores apresentou um efeito notável sobre o perdão (para sexo,  $r = 0,01$ ; para idade,  $r = 0,06$ ). Tal resultado demonstra como a relação entre idade e perdão ainda demanda maiores esclarecimentos.

No que se refere às diferenças por sexo, como dito anteriormente, também não parece haver um consenso na literatura, considerando que existem estudos que apontam maiores médias de perdão em mulheres (Miller; Worthington Jr.; McDaniel, 2008), enquanto outros apontam maiores médias de perdão em homens (Kaleta; Mróz, 2022), e há, ainda, aqueles que não evidenciam a existência dessa diferença (Fehr; Gelfand; Nag, 2010).

Uma meta-análise realizada por Miller, Worthington Jr. e McDaniel (2008) com o objetivo de investigar a relação entre perdão e gênero em 70 estudos empíricos, encontrou diferenças significativas entre os sexos nas respostas de perdão em todos os estudos, com as mulheres apresentando médias maiores e frequência maior de perdão do que homens. Os autores discutem esse resultado pressupondo a influência das diferenças no julgamento moral de homens e mulheres, de modo que os homens teriam um tipo de raciocínio moral mais voltado para a justiça nos moldes do modelo de Kohlberg (1984), e as mulheres apresentariam um raciocínio guiado pela ética do cuidado de acordo com o modelo de Gilligan (1994). É importante salientar que essa distinção nas características do julgamento moral de acordo com o sexo recebeu suporte de outros estudos (Ford; Lowery, 1986; Fumagalli *et al.*, 2010; Thoma, 1986; Wark; Krebs, 1996).

Esse resultado também pode ser explicado a partir de outras hipóteses, como por exemplo: maior engajamento de homens em comportamentos vingativos; níveis mais elevados de empatia nas mulheres (Toussaint; Webb, 2005; Nanda, 2013); níveis maiores de religiosidade nas mulheres; e

níveis maiores no traço de amabilidade do modelo de personalidade do Big Five nas mulheres, sendo a amabilidade uma característica que se relaciona positivamente com o perdão (Weisberg; Deyoung; Hirsh, 2011).

Em contrapartida, um estudo de levantamento mais recente realizado na Polônia por Kaleta e Mróz (2022) comparou a disposição a perdoar de homens e mulheres e verificou que os homens mostraram maior disposição a perdoar do que as mulheres, bem como maior disposição a superar a falta de perdão, e destacaram o papel das tradições culturais na mediação desse resultado.

É importante, ainda, levar em consideração o estudo de meta-análise de Fehr, Gelfand e Nag (2010), que apresentou resultados diferentes dos anteriormente reportados. Ao avaliarem 175 estudos, os autores não encontraram diferenças significativas no perdão de acordo com o sexo dos participantes. Estudos posteriores também apresentam resultados semelhantes, apontando para a ausência de relação do sexo com o perdão (Ghaemmaghami; Allemand; Martin, 2011; Mellor; Fung; Binti Mamat, 2012; Swickert; Robertson; Baird, 2016).

Diante de resultados ainda não consensuais, e considerando que o perdão é apontado como uma atitude com características desenvolvimentais, é importante analisar diferenças relativas à idade e sexo, na tentativa de esclarecer as características desse desenvolvimento. Considerando, ainda, que o Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sociomoral (NPDSM) possui um vasto banco de dados com informações sobre o perdão interpessoal em participantes homens e mulheres de diversos grupos de idade, o objetivo desse estudo é analisar esses dados e comparar como os níveis de afetos, pensamentos e comportamentos relacionados a uma ofensa se organizam considerando as variáveis sexo e idade. Sendo assim, esse estudo se propõe a contribuir com esse campo de estudo, ao realizar essa análise utilizando um amplo banco de dados, o que fornece maior confiança aos resultados obtidos.

## **Método**

### **Participantes**

Participaram deste estudo 1.350 sujeitos, sendo 38,2% homens e 61,8% mulheres. Foram formados grupos de idade: (1) adolescentes, com idades variando de 13 a 18 anos ( $M = 16,19$ ;  $DP = 1,41$ ), sendo 200 homens e 285 mulheres; (2) jovens adultos, com idades variando de 19 a 29 anos ( $M = 22,09$ ;  $DP = 0,11$ ), sendo 167 homens e 395 mulheres; e (3) adultos, com idades variando de 30 a 60 anos ( $M = 43,71$ ;  $DP = 0,45$ ), sendo 149 homens e 154 mulheres. Os participantes eram naturais de vários Estados brasileiros, havendo predominância da Paraíba (74,7%). A amostra era, em sua maioria, composta por universitários (37,2%).

## **Instrumento**

*Escala Reduzida de Atitudes para o Perdão – EFI-R* (ENRIGHT *et al.*, 2021). Este instrumento é composto por três partes. Na primeira parte é apresentada uma folha de rosto em que os participantes são solicitados a fornecer informações sociodemográficas e a pensar em um momento em que alguém os magoou profunda e injustamente, para então caracterizar esta mágoa (agente da mágoa, grau da mágoa, tempo desde a ocorrência da mágoa, estado do ofensor e descrição breve da mágoa). A segunda parte do instrumento é composta por um questionário de 30 itens respondidos em uma escala tipo *Likert* de seis pontos (1 = discordo plenamente e 6 = concordo plenamente). Os itens são igualmente distribuídos entre os seis componentes do perdão (afetos positivos, afetos negativos, comportamentos positivos, comportamentos negativos, julgamentos positivos e julgamentos negativos). Por fim, os participantes são convidados a responder uma escala independente denominada Item do Perdão, que questiona o quanto o respondente perdoou o seu ofensor em uma escala de cinco pontos, onde 1 é não perdoei e 5 é perdoei completamente.

## **Procedimentos**

Procedimento ético: Todas as aplicações seguiram as recomendações éticas referentes a pesquisas com seres humanos estabelecidas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba sob o protocolo 549.843. Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e esclarecido, que garantia a confidencialidade e o anonimato de sua participação.

Procedimento de administração. Considerando que se trata de uma amostra coletada ao longo de anos pelos estudos do NPDSM, os dados foram coletados tanto em formato lápis-e-papel quanto em formato eletrônico. Os participantes foram convidados a colaborar através de professores em sala de aula (escolas e universidades) e através de grupos de atividade sociais (grupos de 3ª idade, grupos recreativos etc.). Os instrumentos foram administrados em grupo e respondidos individualmente em sala de aula ou no local da coleta de dados

Procedimento de análise de dados. O programa estatístico SPSS (versão 19) foi utilizado para compor o banco de dados e efetuar as análises. Foram calculados escores totais para cada um dos grupos possíveis na combinação sexo (masculino e feminino) e idade (adolescentes, jovens adultos e adultos). Foram, então, realizadas análises multivariadas de variância (MANOVAs) para verificar se existiam diferenças significativas por grupos de idade e por sexos, considerando os três componentes do perdão como variáveis dependentes (afetos, comportamentos e julgamentos). No caso das análises

por idade, foram ainda efetuados testes *post hoc* com o método teste LSD de Fisher para verificar entre quais grupos de idade as diferenças se situavam em cada variável.

### **Resultados e discussão**

Os resultados mostraram que os escores totais dos homens foram significativamente diferentes de acordo com a faixa etária nas subescalas de afetos [ $F(2, 515) = 7,075, p = 0,001$ ], comportamentos [ $F(2, 515) = 5,218, p = 0,006$ ] e julgamentos [ $F(2, 515) = 9,432, p < 0,001$ ]. O resultado das mulheres seguiu uma lógica semelhante com diferença significativa nas médias dos escores totais considerando a faixa etária nas subescalas de afetos [ $F(2, 833) = 11,632, p < 0,001$ ], comportamentos [ $F(2, 833) = 8,68, p < 0,001$ ] e julgamentos [ $F(2, 833) = 15,620, p < 0,001$ ]. Tanto nos resultados relativos aos homens, quanto das mulheres, o teste LSD de Fisher mostrou que nas três subescalas as diferenças situam-se entre os grupos de adolescentes e adultos, com médias maiores no grupo de adolescentes, e entre jovens adultos e adultos, com médias maiores no grupo de jovens adultos.

Considerando a relação positiva entre idade e perdão que vem sendo predominantemente apontada pela literatura da área (Allemand, 2008; Cheng; Yim, 2008; Girard; Mullet, 1997; Mullet *et al.*, 1998; Steiner; Allemand; McCullough, 2011; Subkoviak *et al.*, 1995; Wainryb *et al.*, 2020), estes resultados se mostraram discrepantes, de forma que, aparentemente, os mais velhos (os adultos) apresentaram mais dificuldade para perdoar as ofensas que sofreram do que os mais novos (os adolescentes e os jovens adultos). Algumas hipóteses foram elaboradas para auxiliar na compreensão e interpretação de tais resultados.

Primeiramente, aponta-se a possibilidade de que, considerando que a amostra é composta por estudos realizados ao longo de alguns anos, e que atualmente tem sido mais frequente a existência de programas escolares para auxiliar crianças e adolescentes a lidar com emoções negativas e a resolver melhor seus conflitos, é possível que o perdão esteja sendo apresentado com mais frequência a esse grupo do que anteriormente costumava ocorrer. Também é importante considerar que variáveis que influenciam o perdão, como o tipo de mágoa, a intensidade da ofensa e o agente da mágoa, não foram analisadas no presente estudo. Considerando as diferentes fases da vida e a mudança nas complexidades das relações que são características de cada período, pode-se supor que as mágoas indicadas pelos adolescentes sejam “menos severas” do que as mágoas indicadas pelos adultos e idosos, e por essa razão, mais “fáceis” de perdoar. Recomenda-se que estudos futuros analisem se o tipo de mágoa ou a percepção de gravidade da mágoa atuam como variáveis mediadoras ou moderadoras da relação entre perdão e idade ou perdão e sexo.

Análises relativas às diferenças entre sexos em cada grupo de idade apontaram diferenças significativas apenas no grupo dos adolescentes nas subescalas de afetos [ $t(483) = -2,37, p = 0,034$ ], comportamentos [ $t(483) = -2,057, p = 0,04$ ] e julgamentos [ $t(483) = -3,207, p = 0,001$ ], com mulheres apresentando médias maiores. No entanto, apesar de a diferença ser estatisticamente significativa, nas três subescalas ela representa um efeito muito pequeno ( $d < 0,09$ ). Esse resultado mostra-se consoante com a literatura da área, uma vez que diversos estudos têm apontado que a variável sexo não se relaciona de maneira expressiva com o perdão (Fehr; Gelfand; Nag; 2010; Ghaemmaghami; Allemand; Martin, 2011; Mellor; Fung; Binti Mamat, 2012; Swickert; Robertson; Baird, 2016)

Vale salientar ainda que, no nosso ponto de vista, o perdão não é concebido como uma dimensão da personalidade e, portanto, idade e sexo não são os únicos elementos que devem ser analisados. Pensamos que as pessoas são capazes de perdoar tão logo compreendam o perdão e a sua importância para o desenvolvimento e a manutenção das relações interpessoais. Acreditamos, porém, que com o raciocínio das operações formais (Piaget, 1964, 2010), isto é, com o amadurecimento cognitivo, é possível ter uma maior compreensão da complexidade do perdão, e com isso perdoar mais. É esperado que a idade facilite a compreensão, mas o perdão necessita de uma orientação afetiva e existencial sobre como e por que perdoar. Portanto, o que se encontra de diferenças nessa teoria também se relaciona a contextos e intensidades de mágoa e a falta de uma orientação (educação) para pensar o perdão como uma possibilidade.

### **Considerações finais**

Nesse estudo foram analisadas atitudes para o perdão considerando comparações relativas à idade e sexo. No que tange a relação com o sexo, os resultados mostraram pouca influência, corroborando o que vem sendo apontado na literatura. Já no que se refere a idade, é comumente esperado que com uma maior maturidade ou avanço da idade as pessoas perdoem em maior grau, pois compreendem as injustiças como parte normativa da vida. Porém, os resultados encontrados neste estudo indicaram que os mais novos apresentaram maiores médias na atitude para perdoar, o que pode indicar uma mudança nessa tendência por idade. É preciso, agora, buscar uma melhor compreensão desse resultado, analisando as possíveis causas ou explicações das relações verificadas. Houve uma diminuição do perdão nas pessoas mais velhas ou um aumento nos mais jovens? E seja tal for essa resposta, quais variáveis estariam envolvidas na explicação de tais mudanças? É fundamental que estudos futuros analisem essas questões e verifiquem outras variáveis que possam estar influenciando essa relação.

Considera-se que essa pesquisa contribui com a literatura da área proporcionando a terapeutas um parâmetro para melhor avaliar o processo de mudança na atitude de perdoar em seus trabalhos de aconselhamento. Devemos salientar, no entanto, que as análises aqui apresentadas se referem a amostras específicas que não necessariamente representam a população brasileira. Por este motivo, sugere-se, ainda, que estudos futuros busquem complementar esse banco de dados, tornando-o mais representativo.

### Referências

ABREU, E. L. de; RIQUE, J.; CAMINO, C. Julgamentos de justiça e perdão no desenvolvimento moral. **Psicologia Argumento**, v. 40, n. 109, 2022.

ALLEMAND, M. Age differences in forgivingness: The role of future time perspective. **Journal of Research in Personality**, v. 42, n. 5, p. 1137-1147, 2008.

BEE, H.; BOYD, D. **A criança em desenvolvimento**. 12<sup>a</sup>. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CABRAS, C. et al. Gender and age differences in forgivingness in Italian and Polish samples. **Heliyon**, v. 8, n. 6, p. e09771, 2022.

CHENG, S. T.; YIM, Y. K. Age differences in forgiveness: the role of future time perspective. **Psychology and Aging**, v. 23, n. 3, p. 676, 2008.

DARBY, B. W.; SCHLENKER, B. R. Children's reactions to apologies. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 43, n. 4, p. 742, 1982.

ENRIGHT, R. D.; FREEDMAN, S.; RIQUE, J. The psychology of interpersonal forgiveness. **Exploring Forgiveness**, p. 46-62, 1998.

ENRIGHT, R. D.; GASSIN, E. A.; WU, C. R. **Forgiveness: A Developmental View**. 1992.

ENRIGHT, R. et al., E. Validating the Enright Forgiveness Inventory–30 (EFI-30). **European Journal of Psychological Assessment**, 2021.

ENRIGHT, R. D.; SANTOS, M. J. D; AL-MABUK, R. The adolescent as forgiver. **Journal of Adolescence**, v. 12, n. 1, p. 95-110, 1989.

FEHR, R.; GELFAND, M. J.; NAG, M. The road to forgiveness: a meta-analytic synthesis of its situational and dispositional correlates. **Psychological Bulletin**, v. 136, n. 5, p. 894, 2010.

FORD, M. R.; LOWERY, C. R. Gender differences in moral reasoning: A comparison of the use of justice and care orientations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 50, n. 4, p. 777, 1986.

FUMAGALLI, M. et al. Gender-related differences in moral judgments. **Cognitive Processing**, v. 11, p. 219-226, 2010.

GHAEMMAGHAMI, P.; ALLEMAND, M.; MARTIN, M. Forgiveness in younger, middle-aged and older adults: Age and gender matters. **Journal of adult development**, v. 18, p. 192-203, 2011.

GILLIGAN, C. **In a different voice: Women's conceptions of self and of morality**. New York: Garland Publishing, 1994.

GIRARD, M.; MULLET, E. Forgiveness in adolescents, young, middle-aged, and older adults. **Journal of Adult Development**, v. 4, n. 4, p. 209-220, 1997.

KALETA, K.; MRÓZ, J. Forgiveness and life satisfaction across different age groups in adults. **Personality and Individual Differences**, v. 120, p. 17-23, 2018.

KALETA, K.; MRÓZ, J. Gender differences in forgiveness and its affective correlates. **Journal of Religion and Health**, v. 61, n. 4, p. 2819-2837, 2022.

KAMAT, V. I.; JONES, W. H.; ROW, K. L. Assessing forgiveness as a dimension of personality. **Individual Differences Research**, v. 4, n. 5, 2006.

KOHLBERG, L. **Essays on moral development**. The psychology of moral development. v. 2. Harper & Row, 1984.

MELLOR, D.; FUNG, S. W. T.; BINTI MAMAT, N. H. Forgiveness, empathy and gender — A Malaysian perspective. **Sex Roles**, v. 67, p. 98-107, 2012..

MILLER, A. J.; WORTHINGTON JR, E. L.; MCDANIEL, M. A. Gender and forgiveness: A meta-analytic review and research agenda. **Journal of Social and Clinical Psychology**, v. 27, n. 8, p. 843-876, 2008.

MULLET, E. et al. "Forgivingness": Factor structure in a sample of young, middle-aged, and elderly adults. **European Psychologist**, v. 3, n. 4, p. 289-297, 1998.

NANDA, S. Are there gender differences in empathy. **Undergraduate Journal of Psychology at Berkeley**, 7, 22-42, 2013.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim & Paulo Sérgio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense Editora Universitária, 2010 (Trabalho original publicado em 1964).

PIAGET, J. **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Trad. Cláudio J.P. Saltini & Doralice B. Cavenaghi. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014 (Trabalho original publicado em 1954).

RIQUE, J.; CAMINO, C. P. S. O perdão interpessoal em relação a variáveis psicossociais e demográficas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, p. 525-532, 2010.

RIQUE, J. et al. Perdão interpessoal e contextos de injustiça no Brasil e Estados Unidos. **Psico**, v. 38, n. 2, 2007.

RIQUE, J. et al. Consideração empática e tomada de perspectiva para o perdão interpessoal. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 44, n. 3, p. 515-522, 2010.

SOUZA, E. F. C. et al. Concepções de perdão em crianças: uma análise qualitativa. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.5, p. 44396-44414. 2021.

STEINER, M.; ALLEMAND, M.; MCCULLOUGH, M. E. Age differences in forgivingness: The role of transgression frequency and intensity. **Journal of Research in Personality**, v. 45, n. 6, p. 670-678, 2011.

SUBKOVIK, M. J. et al. Measuring interpersonal forgiveness in late adolescence and middle adulthood. **Journal of Adolescence**, v. 18, n. 6, p. 641-655, 1995.

SWICKERT, R.; ROBERTSON, S.; BAIRD, D. Age moderates the mediational role of empathy in the association between gender and forgiveness. **Current Psychology**, v. 35, p. 354-360, 2016.

THOMA, S. J. Estimating gender differences in the comprehension and preference of moral issues. **Developmental Review**, v. 6, n. 2, p. 165-180, 1986.

TOUSSAINT, L.; WEBB, J. R. Gender differences in the relationship between empathy and forgiveness. **The Journal of Social Psychology**, v. 145, n. 6, p. 673-685, 2005.

WAINRYB, C. et al. To err is human: Forgiveness across childhood and adolescence. **Social Development**, v. 29, n. 2, p. 509-525, 2020.

WARK, G. R.; KREBS, D. L. Gender and dilemma differences in real-life moral judgment. **Developmental Psychology**, v. 32, n. 2, p. 220, 1996.

WEISBERG, Y. J.; DEYOUNG, C. G.; HIRSH, J. B. Gender differences in personality across the ten aspects of the Big Five. **Frontiers in Psychology**, p. 178, 2011.

## CAPÍTULO 8

### AGRESSIVIDADE E CATEGORIZAÇÃO DE GRUPO: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA E COGNITIVA

*Laura Gabryelle Fernandes de Medeiros  
Alessandra do Nascimento Costa  
Elza Maíza de Assis Vaz  
Marília Gabriela Chagas Tavares  
Carolina Ferreira Ferraz  
Eloá Losano de Abreu  
Thalita Lays Fernandes de Alencar*

#### Introdução

A agressividade tem sido qualificada como um comportamento característico das reações violentas em humanos, resultante, principalmente, de afetos de valência negativa, como a raiva e o medo (Centurion-Cabral et al. 2019). Nesse sentido, este capítulo busca esmiuçar a etiologia da agressividade a partir da Psicologia Evolucionista, bem como analisar, através dos pressupostos da Psicologia Cognitiva, os mecanismos que a ativam e se associam com o comportamento agressivo no indivíduo contemporâneo, destacando-se o processo de categorização de grupos e as suas consequências nas relações interpessoais e intergrupais.

De maneira geral, a Psicologia Evolucionista defende que, ao longo da história, os mamíferos desenvolveram aparatos neurais específicos a fim de garantir sua sobrevivência. No decorrer do processo evolutivo da espécie humana, alguns desses aspectos, como genes, traços e comportamentos, foram selecionados e transmitidos para as demais gerações (Yamamoto et al., 2018).

Nesse sentido, a agressividade, foi um recurso importante para que os humanos sobrevivessem em meio a ambientes hostis e entre membros de coalizões distintas, como na disputa por territórios e parceiros sexuais (Gonçalves, 2010). Harari (2011), por exemplo, explica que o extermínio violento do *Homo neanderthalensis* pelo *Homo sapiens* ocorreu em consequência do domínio deste segundo sobre o território do primeiro. Uma realidade que pode ser considerada semelhante às guerras mundiais ou aos conflitos políticos que ocorreram (e ocorrem) na sociedade.

Nas palavras de Pinker (2013, p.35):

Qualquer organismo que, pela evolução, se tornou violento é membro de uma espécie cujos outros membros, em média, evoluíram com essa mesma característica de violência. [...] Quando uma tendência à violência evolui, ela é sempre estratégica. Os organismos são

selecionados para recorrer à violência somente em circunstâncias nas quais os benefícios esperados superam os custos esperados.

Apoiado nessa concepção histórica, destaca-se o trabalho de Buss e Shackelford (1997), que levantaram as hipóteses evolutivas acerca da permanência do comportamento agressivo na espécie humana, a saber: captação de recursos de terceiros (agressão para obtenção de alimentos ou instrumentos de outros grupos); disputa entre rivais do mesmo sexo (agressividade como solução para ganho de recursos sexuais); intimidação de concorrentes (cultivo de rótulo agressivo para prevenir a captação de recursos); sobressalto de companheiros para evitar infidelidade (agressividade como forma de evitar a relação sexual de parceiros com outros), economia de recursos com crianças de outros parceiros (agressão sobre crianças geneticamente não relacionadas a um dos parceiros); manutenção e luta por poder (agressividade enquanto mecanismo para alcançar níveis altos de hierarquia); e defesa contra possíveis ataques (respostas agressivas como prevenção a ações agressivas).

Ao se refletir sobre os conflitos atuais, é possível perceber que tais hipóteses podem se manifestar de diversas formas. O dito “ataque”, por exemplo, pode não ter a forma de agressão física, mas se manifestar através da agressão verbal. De modo semelhante, intimidar concorrentes pode ocorrer através de insultos ou injúrias (Buss; Shackelford, 1997). Seguindo essa perspectiva, destaca-se aqui as duas últimas hipóteses, que se sobressaem quando a agressividade ganha contornos complexos nos contextos sociais. Fala-se, por exemplo, da agressividade de um grupo sobre outro, manifestada por injúrias, ameaças físicas ou segregação, o que ocorre, por exemplo, entre indivíduos de cores, gêneros e sexualidades diferentes.

A partir do momento que as coalizões se tornaram vantajosas para a espécie humana, à medida que se mostraram eficientes na cooperação entre pessoas formando grupos para lutar contra outros grupos, os aparatos psicológicos responsáveis por esse comportamento foram internalizados e transmitidos para as demais gerações. Nesse contexto, estudos apontam que outro mecanismo foi importante para a composição dessa vantagem evolutiva, a chamada categorização, responsável por identificar quais indivíduos eram aliados e quais eram rivais (Pereira, 2008; Gonçalves, 2010; Lima, 2007). O mecanismo da categorização se alinha aos estudos da Psicologia Cognitiva, que busca analisar os processos neurofuncionais que regulam o desenvolvimento e a expressão dos comportamentos das pessoas (Dalgalarondo, 2011).

Segundo Lima (2007), a categorização consiste em um processo cognitivo que possibilita ao indivíduo interagir com o meio a partir da classificação de objetos e eventos de acordo com suas características em comum. Ocorre que esse mecanismo não se restringe à relação com o ambiente, mas abarca a organização das relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos (Cabecinhas,

2004). Assim, no contexto social, o primeiro conceito levantado por um indivíduo sobre outro pode ser formado através de categorias que foram construídas a partir daquilo que ele assimilou como características semelhantes de um mesmo grupo (Pereira, 2008).

Ainda de acordo com Lima (2007), os processos de categorização e conceitualização estão interligados, mas se distinguem, de modo que conceituar significa formar uma representação mental do objeto, enquanto categorizar diz respeito ao processo de formação de uma combinação dos significados dos conceitos pelas suas associações embasadas nas similaridades:

O processo mental da formação do conceito se dá através de uma linha de pensamento que leva à elaboração do conhecimento, passando por um processo de assimilação da informação pelo cérebro, transformando-a. Após essa elaboração mental, baseada no conhecimento prévio do indivíduo, a unidade de informação se transforma em uma unidade conceitual que é representada por um termo, o qual possui um único significado, geralmente expresso por símbolos e palavras, com o objetivo de comunicação (LIMA, 2007, p. 157).

É certo, portanto, que a categorização foi essencial para a evolução da humanidade. De acordo com Gonçalves (2010), a categorização permitiu ao ser humano simplificar e racionalizar as ações complexas do mundo, o que a tornou um processo cognitivo funcional e adaptativo. Contudo, no humano moderno a manifestação desse processo sofreu modificações em relação ao seu objetivo primitivo.

Esses processos se aplicam desde objetos e situações, a pessoas e grupos, sendo, nesses dois últimos, uma capacidade importante para a compreensão e regulação de comportamentos agressivos. Assim, o ser humano percebe novos integrantes em um grupo social à medida que os categoriza (Macrae; Bodenhausen, 2000; Park; Judd, 2005) em modelos presentes em sua memória (Bem, 1973; Rokeach, 1981). Segundo Pereira (2008), tal capacidade é fundamental para manutenção da vida social dos sujeitos, uma vez que isto permite que eles consigam agrupar o novo e assim prever seus comportamentos, baseando-se em crenças já premeditadas e anteriormente estabelecidas.

Segundo Lima (2007), o mecanismo da categorização atende a três funções cognitivas: classificar objetos; prever e planejar ações; e assimilar informações. Porém, quando ampliado ao contexto social por Tajfel (apud Lima, 2013), a categorização se torna uma forma de proteger o sistema de crenças sociais por meio do estereótipo.

O estereótipo possui a função cognitiva de minimizar as diferenças entre as pessoas do mesmo grupo social (idealização) e acentuar as diferenças entre os membros de grupos diferentes (rejeição), como o que se opera em grupos minoritários raciais, de gênero, de sexualidade e de classe. Logo, o estereótipo funciona como uma marca que caracteriza o sujeito não pela sua subjetividade, caráter, moral ou valores, mas por marcadores como cor, gênero e assim por diante, mantendo como característica a resistência a mudanças, visto que o consenso social basta como critério de validade (Lima, 2013).

Ainda de acordo com as formulações de Tajfel (apud Lima, 2013), o processo de identidade social contribui para, no nível simbólico, formar estereótipos, estigmas sociais e, por consequência, influenciar a expressão do preconceito e suas variáveis, como a discriminação, a segregação e a hierarquização de valores. Segundo o autor, quanto mais forte for a identificação do sujeito com o grupo (sua pertença social), maior será sua tendência em supervalorizar seu grupo e desvalorizar os demais, de não pertença (Camino; Torres, 2011).

Tal argumento dá indícios de uma compreensão de categorização que por meio da interação intergrupala pode suscitar a criação de estereótipos e preconceitos, e se relacionar com diversas formas de agressividade coletiva que se apresentam na contemporaneidade. Autores como Pereira (2008) ressaltam que muitas expressões de preconceitos observadas nas grandes cidades são mediadas pelas relações intergrupais, e fundamentadas pela categoria de pertença do sujeito (ex: ser negro, periférico), e não por suas características pessoais, como seus valores e suas condutas éticas e morais. Assim, em um exemplo corriqueiro da vida urbana, um homem negro e periférico é frequentemente compreendido como desonesto ou perigoso, devido ao preconceito resultante da categorização, ainda que individualmente não tenha apresentado indícios que reforcem ou justifiquem essa percepção. Ocorre, portanto, não a categorização em relação ao sujeito em si, mas em relação à sua pertença social. Dessa forma, possíveis respostas agressivas em relação a este sujeito estariam ancoradas em uma rede de representações categóricas.

O processo de categorização social é entendido, portanto, enquanto uma herança evolutiva derivada da necessidade adaptativa de sobrevivência, mas que atualmente pode resultar no caminho oposto à preservação da espécie. Hoje, o ambiente que vivemos não apresenta ameaças como no passado. Mas, ainda assim, a sociedade reproduz comportamentos semelhantes aos ancestrais. A isto, pode-se associar o comportamento agressivo usado como mecanismo de defesa em resposta a grupos que não representam ameaça à sobrevivência, mas que apresentam diferenças sociais.

### **Agressividade coletiva: formação de coalizões e os modos de categorização**

Diante das múltiplas manifestações de agressividade identificadas em relações intergrupais, convém investigar os mecanismos de categorização desenvolvidos a partir de um processo evolutivo que pode estar atrelado aos comportamentos violentos travados na dimensão social. Assim, é possível traçar uma análise acerca da construção de estereótipos e preconceitos em torno de um sujeito ou grupo em função da sua posição social.

De acordo com Gonçalves (2010), a agressão coletiva provém dos mesmos mecanismos psicológicos responsáveis pela formação de coalizões. Nesse sentido, quando membros de

determinado grupo se deparam com seus aliados ou com seus rivais, processos cognitivos complexos são ativados e geram respostas emocionais e comportamentais de acordo com o ambiente. Em situações de conflito, foi observado que os sujeitos enxergam o próprio grupo como superior e o adversário como inferior. Necessariamente, cada grupo tende a considerar os seus valores como universais e, por consequência, tomam como modelo de existência aquilo que constitui apenas aos seus membros. Se nos atentarmos às relações atuais, essas características se aproximam intimamente ao que conhecemos como visão etnocêntrica do mundo (Yamamoto; Lopes, 2009).

Posto isto, percebe-se que há nas coalizões o reconhecimento do sujeito para aqueles que estão inseridos no seu grupo e a negação para os que estão fora. Fenômeno que Gonçalves (2010, p. 99) explica como proveniente do mecanismo “Nós *versus* Eles”. Nele, há a estimulação do agrupamento, no qual o ser humano busca se organizar em grupos e categorizar os demais como pertencentes ou não pertencentes ao seu coletivo. Para isso, os sujeitos fazem uso das pistas ou marcadores sociais: vestimentas; comportamento; fala; gênero; cor; sexualidade; classe social; entre outros. Se há identificação, formam-se aliados, se não há, tornam-se rivais.

Dessa forma, em um contexto conflitivo pode haver a apropriação de uma “confiança despersonalizada”, outro termo utilizado por Gonçalves (2010, p. 100) para explicar como o cérebro humano pode interpretar automaticamente os cooperadores como aliados e os competidores como oponentes. Assim, mediante o mecanismo “Nós *versus* Eles”, por um lado há a externalização hostil para os que não são pertencentes ao grupo, ou seja, os que são considerados adversários. Por outro, é desenvolvido entre os membros de um mesmo grupo uma confiança mútua, a ideia de “altruísmo condicional”.

Isso implica dizer que os integrantes de um mesmo grupo social desenvolvem um elo de identificação automático, que muitas vezes desconsidera as características de cada um dos participantes, e isso promove confiança e uma maior coesão interna. Diferentemente do que pode ocorrer com os grupos rivais, aos quais são evidenciadas as características negativas, e que, portanto, podem sofrer interpretações distorcidas, estereótipos, julgamentos equivocados, preconceitos e discriminação.

No que diz respeito à expressão da agressividade, é importante ressaltar que nem todas as ações violentas passam pela atribuição de valoração negativa (Queiroz, 2009), e que as agressividades manifestas socialmente são interpretadas através de significados culturalmente compartilhados. Assim, um mesmo comportamento agressivo proferido por pessoas de diferentes grupos pode ser avaliado de modo distinto pelo público em geral. Conforme apontam Butler, Jardim e Teixeira (2020), grupos privilegiados (ex. homens heterossexuais e brancos) costumam ter maior permissividade pela sociedade para serem agressivos. Dessa maneira, algumas expressões de

agressividade são mais bem “aceitas” pela população, uma vez que expressam a manutenção da ordem social estabelecida, o que pode ocasionar, por exemplo, na manutenção e naturalização social do preconceito contra grupos minoritários.

### **O contato com a alteridade enquanto possibilidade**

Como vimos, a agressividade, apesar de constituir um mecanismo evolucionista da sobrevivência e manutenção da vida, só é recompensada a depender do seu contexto social e cultural. Enquanto isso, a categorização como manifestação da agressividade coletiva pode se apresentar de uma maneira mais preocupante, se associando a contextos específicos e, muitas vezes, reforçando esses contextos, como no caso da violência institucional.

Contudo, pensar no mecanismo *Nós versus Eles* como algo inalcançável à mudança é pensar em relações sociais preconceituosas normatizadas. A fim de quebrar essa lógica e seguir no processo democrático da vida, nos cabe o questionamento de como agir frente a tais construtos humanos. Traremos aqui uma proposta que levanta a possibilidade de apresentar a alteridade e estimular o contato intenso com diferentes grupos sociais como forma de desestímulo ao processo de categorização que leve ao mecanismo prejudicial *Nós versus Eles*, refletindo, assim, sobre possibilidades de mudanças.

Segundo Aronson, Wilson e Akert (2015), as nossas atitudes possuem três vieses: cognitivo, afetivo e comportamental. Ou seja, a nossa avaliação de algo ou alguém passará por um desses três (ou os três simultaneamente), determinando como será a nossa atitude. Esta atitude, após estabelecida, não se desconstrói com tanta facilidade. Nesse caso, mesmo que externamente a atitude seja manipulada, internamente o processo primeiro continua exercendo importante influência. A fim de modificar a nossa atitude implícita (leia aqui o preconceito provindo da categorização), propõe-se o contato com a diferença como uma alternativa para possibilitar uma mudança atitudinal efetiva (Aronson; Wilson; Akert, 2015).

De acordo com esses autores, a resposta mais aceita no momento como possibilidade de diminuição do preconceito e da violência com grupos díspares é o contato, mas não qualquer forma de contato. Pensar que a simples informação elucidativa a respeito do diferente e uma educação pautada na desconstrução de estereótipos seja suficiente não é mais viável, visto que pesquisas laboratoriais e de campo já encontraram ressalvas para tais questões. É imprescindível que tal contato aconteça no estabelecimento de condições apropriadas.

Nesse sentido, conforme observado por Gordon Allport (1954, apud Aronson; Wilson; Akert 2015):

O contato pode reduzir o preconceito apenas quando três condições são atendidas: ambos os grupos devem ter igual status; ambos devem compartilhar um mesmo objetivo que leve à percepção de seus interesses e humanidade comuns; o contato entre eles deve ser apoiado pela lei ou costume local (normas sociais) (p. 596).

Ainda, outras condições foram igualmente identificadas como necessárias para um contato de potência, como por exemplo, a interdependência mútua, que se reflete na necessidade de agir de acordo com interesses comuns, de modo que cada pessoa possa atingir um objetivo importante para ambos os lados. Ou seja, é importante o reconhecimento da importância da cooperação em busca do mesmo objetivo e, para isso, a necessidade de construção de um ambiente amistoso e informal, no qual os membros de um grupo possam interagir diretamente com os membros do outro grupo. Baseados nessa reflexão, Aronson, Wilson e Akert (2015) alertam para o fato de que “simplesmente colocar dois grupos em um local onde podem permanecer segregados pouco fará para promover a compreensão e conhecimento recíprocos” (p. 295).

Além disso, os autores também apontam ser importante que os membros do grupo díspar sejam ser típicos, ou seja, não transmitir a ideia de que sejam uma exceção, como exemplificado no parágrafo seguinte: “por exemplo, nos Estados Unidos, quando se tornou ilegal a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, era comum que uma única (e corajosa!) mulher fosse contratada para uma área antes inteiramente ocupada por homens.” (Aronson; Wilson; Akert, 2015, p. 295). Ao apresentar a alteridade como uma alternativa palpável de pensar em formas de eleger uma mudança em diferentes níveis de alcance social, nos cabe não pensar na categorização como um processo acabado, mas como passível de investimentos e de desconstrução.

### **Considerações finais**

Os embasamentos evolutivos acerca da manutenção do comportamento agressivo podem levar ao questionamento sobre como lidar com a agressividade coletiva, já que ela está inserida no nosso instinto animal e até então, nos garantiu a sobrevivência enquanto espécies. O pensamento elucidativo à tal questão é a perspectiva de mudança de ambiente enfrentada pelo *Homo Sapiens* desde então. Os mecanismos cognitivos que nos garantiram a sobrevivência no passado, são hoje, a depender do contexto, não só desnecessários como nocivos. A agressividade, de muitas maneiras, é um desses mecanismos. A agressividade ligada ao processo de categorização percebe-se como um dos vetores primordiais para o fortalecimento de variadas problemáticas sociais que o homem do século XXI enfrenta.

O racismo, a intolerância religiosa, os grupos fascistas, a xenofobia, a homofobia, o machismo e os demais processos segregativos ligados à categorização são não mais uma ferramenta encontrada pelo nosso corpo para garantir a sobrevivência da espécie, mas construtos que estão

arraigados aos nossos ideais, e que perpetuam uma realidade nefasta e incoerente com a abundância atual.

É possível vislumbrar uma possibilidade de atravessamento dessa crise ao pensar na mudança de comportamento frente à alteridade. Mudar não apenas as atitudes explícitas (falas e demonstrações públicas), mas também as atitudes implícitas em relação ao outro. Logo, a agressividade produtora de preconceitos, encontra a sua limitação quando o autor da violência passa a conhecer o objeto da sua raiva, promovendo assim, uma possibilidade social à um mecanismo evolutivo.

### Referências

ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. **Psicologia social**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

BEM, Daryl J. **Convicções, atitudes e assuntos humanos**. São Paulo: EPU, 1973.

BUSS, David M.; SHACKELFORD, Todd K. Human aggression in evolutionary psychological perspective. **Clinical psychology review**, v. 17, n. 6, p. 605-619, 1997.

BUTLER, Judith; JARDIM, Fabiana. A., TEIXEIRA, Jacqueline Moraes, & RINALDI, Sebastião. Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020.

CABECINHAS, Rosa. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, p. 125-137, 2004.

CENTURION-CABRAL, João Carlos; CÔRREA, Mikael Almeida; NEVES, Vera Torres; GARCIA-DIAS, Ana Cristina; ALMEIDA, Rosa Maria Martins. Do otimismo à agressão: cognições positivas preveem comportamento violento em homens. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 38, n. 1, p. 203-217, 2019.

CAMINO, Leôncio; TORRES, Ana Raquel Rosas. Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. **Psicologia Social: temas e teorias**, p. 23-99, 2011.

DALGALARRONDO, Paulo. **Evolução do cérebro: sistema nervoso, psicologia e psicopatologia sob a perspectiva evolucionista**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GONÇALVES, Diego Macedo. Violência e identificação de raça como consequência da categorização de grupo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 15, p. 97-102, 2010.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma Breve História da Humanidade**. L&PM Editores S. A, 2011.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Categorização como um processo cognitivo. **Ciências & cognição**, v. 11, 2007.

LIMA, M.E.O. Preconceito. In: L. CAMINO, A.R.R. TORRES, M.E.O. LIMA; PEREIRA, M.E. (Orgs.). **Psicologia Social: temas e teorias**. p.589-640. Brasília: TechnoPolitik, 2013

MACRAE, C. Neil; BODENHAUSEN, Galen V. Social cognition: Thinking categorically about others. **Annual review of psychology**, v. 51, n. 1, p. 93-120, 2000.

PARK, Bernadette; JUDD, Charles M. Rethinking the link between categorization and prejudice within the social cognition perspective. **Personality and Social Psychology Review**, v. 9, n. 2, p. 108-130, 2005.

PEREIRA, Marcos Emanuel. Cognição, categorização, estereótipos e vida urbana. **Ciências & Cognição**, v. 13, n. 3, p. 280-287, 2008.

PINKER, Steven. **Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

QUEIROZ, Renato da Silva. Agressividade humana: contribuição da psicologia evolucionista e da antropologia. **Fundamentos da Psicologia: Psicologia Evolucionista**, p. 127-132, 2009.

ROKEACH, Milton. **Crenças, atitudes e valores**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

YAMAMOTO, Maria Emília; LOPES, Fívia de Araújo. Coalizões e etnocentrismo: o ponto de vista da psicologia evolucionista. **Oecologia brasiliensis**, v. 13, n. 1, p. 201–208, 2009.

YAMAMOTO, Maria Emilia.; VALENTOVA, Jaroslava Varela; LEITÃO, Monique Bezerra Paz; HATTORI, Wallisen Tadashi. **Manual de Psicologia Evolucionista**. Natal: EDUFRN, 2018.

## CAPÍTULO 9

### RECORTE HISTÓRICO DA HOMOSSEXUALIDADE E A ORIGEM DO DELÍRIO DA “CURA GAY”

*Jonas Lucas Chaves Queiroz  
Lielton Maia Silva*

#### **Introdução**

O termo “homossexual” é geralmente definido como referente a uma pessoa que sente atração sexual e/ou pratica ato sexual com um ou mais indivíduos do mesmo gênero ou sexo biológico. Contudo, para Costa (2012), é limitante reduzir a homossexualidade apenas ao ato sexual. O autor defende a homossexualidade como algo que se constitui também na identidade do sujeito e influencia seus comportamentos e pensamentos através do campo do simbólico.

Existe, contudo, no panorama brasileiro, um discurso muito utilizado por apoiadores da chamada “terapia de reversão sexual” (mais conhecida como a “cura gay”) que defende a ideia de que algumas pessoas (ou todas as pessoas) homossexuais não são verdadeiramente homossexuais, mas sim pessoas com o diagnóstico de orientação sexual egodistônica; e que, por esse motivo, seria cabível a oferta (quando não a imposição) a essas pessoas de se reajustarem ao padrão sexual e de comportamento heteronormativo (isto é, em que a norma ou o que é considerado normal é o que é referente à heterossexualidade).

A orientação sexual egodistônica é um diagnóstico (ou uma categoria diagnóstica) presente na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10(1993)), classificação publicada na década de 1990 e utilizada até os dias atuais no contexto médico brasileiro. Logo, por estar incluído dentro da classificação de doenças usada pelo órgão de maior prestígio em saúde do mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS), é um argumento maciçamente utilizado por defensores das terapias de reversão sexual.

Levando isso em consideração, o presente artigo buscou fazer um recorte da homossexualidade através da história e discutir aspectos que contribuíram e ainda contribuem para os pensamentos e práticas homofóbicos e ideias surgidas deles, como as terapias de reversão sexual (famigeradamente conhecidas como “cura gay”). Para tanto, a metodologia do trabalho consiste em conceituar o termo e a ideia da orientação sexual egodistônica (principal base usada para as terapias de reversão sexual), contextualizar historicamente a homossexualidade e explanar o posicionamento ético e científico da Psicologia a respeito dessas questões.

### **Orientação sexual egodistônica**

A 10ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), datada da década de 1990, se manteve sem atualização até o ano de 2019 e trazia em seu item F 66.1 o diagnóstico de orientação sexual egodistônica, diagnóstico este que se enquadrava como: “A identidade ou preferência sexual não está em dúvida, mas o indivíduo deseja que isso fosse diferente por causa de transtornos psicológicos e comportamentais associados e pode procurar tratamento para alterá-la.” (OMS, 1993, p. 217).

Além de muito aberta para interpretações, já que não especifica nenhum caso em que fosse possível, por exemplo, que o diagnóstico se fizesse necessário; a designação sequer faz menção de distinguir os casos desse diagnóstico com os casos em que a homossexualidade seria legítima. Ainda, a origem da palavra “egossintônico” remete à Psicanálise, cunhado pela primeira vez por Freud para explicar um indivíduo que está, a grosso modo, em sintonia com seu próprio eu (Freud, 1914/1996); logo, o egodistônico seria a falta dessa sintonia. Portanto, o diagnóstico acaba defendendo a possibilidade de uma pessoa homossexual estar, na verdade, fora de sintonia com o que seria “normal”.

Vale ressaltar que a 2ª versão do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-II), na década de 1970, também já tratou a homossexualidade com o viés patologizante, associando essa e qualquer orientação sexual que se distanciasse do padrão heteronormativo à perversão (DUNKER, 2010). Contudo, ao contrário da CID, o DSM, hoje já com a publicação com correções de sua 5ª edição, já entende a homossexualidade como algo natural do espectro da subjetividade humana.

Segundo o Conselho Regional do Rio Grande do Sul (CRP-RS, 2018), a Organização Mundial de Saúde (OMS), na publicação prévia da nova CID, teria esclarecido que toda e qualquer questão que pudesse levar a homossexualidade (ou qualquer outra orientação sexual e identidade de gênero da população LGBTQIA+) a um viés de patologização havia sido removida com a atualização. A CID-11 disponibilizada pelo site da OMS, de fato, não possui em sua lista o diagnóstico de “orientação sexual egodistônica” ou qualquer outra categoria diagnóstica que fizesse referência à ideia (OMS, 2023).

Mesmo com a nova versão da CID pronta em 2019, o Brasil segue, até a data de publicação deste artigo, sem utilizar a nova versão da ferramenta. Isso ocorre porque, segundo o Ministério da Saúde (2022), o novo manual necessita passar por tradução especial, seguindo os conformes da linguagem médica e, além disso, o processo de implantação da nova CID demora em média de 2-3

anos. Ou seja, como a tradução ainda não estava concluída na metade de 2022, a previsão para o início da utilização da CID-11 no país é somente para o ano de 2025.

### **Breve história da homossexualidade**

Há evidências sobre a existência da homossexualidade desde tempos remotos como os da Grécia Antiga. Na época, a prática (que ainda não recebia esse nome) era vista socialmente como um privilégio, na forma de pederastia (isto é, ato sexual entre um homem e um menino ou rapaz mais jovem), configurada como um ritual de passagem de um indivíduo de 12 a 20 anos da infância para a adultez. A cerimônia era vista como de caráter educacional e de transmissão de valores de uma geração para a outra (Toniette, 2005).

Na Roma Antiga, apesar da homossexualidade ter a mesma conotação ritualística citada anteriormente, os romanos acreditavam que o sexo homoerótico deveria ocorrer numa relação de poder dominador-submisso. Por isso, era proibido o amor por rapazes livres. Esperava-se também a conduta sexual agressiva dos homens libertos e a submissão dos escravos e servos. Essa dominação agressiva foi suavizada depois da vitória do Império Romano sobre a Grécia e a formação da cultura helênica, passando-se a existir somente o desprezo aos homens que fizessem sexo na posição de passivos (isto é, os que são penetrados durante o ato sexual): isso os fazia ser associados ao feminino, considerado, na época, algo inferior ao masculino (Iotti, 2021).

Na Grécia Clássica, segundo Foucault (1984), já encontra-se uma ideia de temperança a respeito do sexo e das práticas que envolvem a sexualidade (é importante ressaltar que isso ocorre no âmbito geral das questões envolvendo sexo e não apenas no que tange à homossexualidade). Este é visto como uma fonte de prazer da qual é necessário haver moderação. Tanto no discurso filosófico como no médico, o exagero da satisfação dos desejos sexuais começava a ser mal visto e associado à falta de autocontrole, a uma prática de risco para a própria saúde e à fraqueza.

Iotti (2021) explica que, desde aproximadamente 600 a.c. (uma época em que, segundo o autor, a religião e a história perpassavam seus limites e se misturavam), a influência do judaísmo e do cristianismo traziam ideias contrárias à homossexualidade em seus dogmas. A princípio, sem muito impacto nas relações homoeróticas. Mas, com o passar do tempo, começando a causar a repressão conforme esses princípios religiosos se introjetam na cultura, influenciando governantes a criar leis contra atos sexuais fora do padrão heteronormativo.

A Idade Média chegou com as práticas de sodomia condenadas à execução, primeiro pelo poder do Estado e, alguns anos após, tendo o aval da Igreja Católica. Isso se mesclou, posteriormente, à invasão do território que viria a ser, futuramente, o Brasil. No país que era novidade para os europeus, os habitantes nativos tinham suas próprias concepções sobre sexualidade

(que eram mais flexíveis que o cenário europeu da época). O contato de vários povos com a colonização e a escravidão foi também um contato de muitas culturas em um local distante das monarquias e poderes papais, o que favoreceu uma brecha para a expressão de sexualidades mais “livres”, por assim dizer, e não-heteronormativas (o que não significa que não tenha havido opressão e barbaridades em prol dos costumes dos colonizadores) (Iotti, 2021).

No século XVIII, segundo Ceccarelli e Franco (2010) a mulher era concebida como um homem invertido. Ou seja, não existia a compreensão de mulher como um ser completo e próprio. Toda a potencialidade da espécie humana residia nos homens. Já no fim do século e início do século XIX, com o advento do Iluminismo e da burguesia, entendeu-se enfim a mulher como um gênero singular, mas biológica e socialmente ainda inferior ao homem. Ela era atrelada ao cuidado do lar e à geração de novas pessoas (força de trabalho), enquanto o homem era vinculado ao poder e à proteção. Ou seja, seguia-se cada qual para um dos extremos dos papéis de gênero. A ideia de invertido (agora com conotação patológica e imoral) passou a designar então os homossexuais.

No século XX, notadamente na década de 1960, tem-se o surgimento da pílula do dia seguinte (resgatando à concepção do sexo a ideia de fonte de prazer e não exclusiva ou necessariamente de reprodução). Como nos movimentos feministas da época, as pessoas LGBTQIA+ (naquele período sem essa nomenclatura, resumidas geralmente ao termo “homossexuais”, quando não aos muitos termos pejorativos), jogadas às margens da civilização, começaram a se articular e se posicionar nas lutas por direitos igualitários em sociedade (Toniette, 2005).

No fim da década, como apresenta Fry e MacRae (1985), em 28 de Junho de 1969 ocorre talvez o marco mais importante da história da luta pelos direitos LGBTQIA+: A Revolta de Stonewall: o bar *Stonewall Inn*, localizado em *Christopher Street* (a rua de Nova Iorque mais movimentada do perímetro conhecido como o “gueto gay”) foi invadido pela polícia e gerou uma revolta que durou todo um fim de semana. O acontecimento culminou numa passeata de cunho político pelas ruas, com afirmações de orgulho a respeito de ser gay, também incentivando outras pessoas homossexuais a “saírem do armário”; da qual nasceu o Dia do Orgulho Gay (a passeata, futuramente, iria se transformar no que, nos dias atuais, se conhece por Parada LGBTQIA+).

### **Homossexualidade e psicologia**

Em 1973, a *American Psychiatric Association* deixou de classificar a homossexualidade como transtorno mental, retirando o diagnóstico do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM). Dois anos depois, a *American Psychological Association* seguiu o exemplo e fez o mesmo. No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) também deixou de considerar a homossexualidade um desvio sexual. A *World Health Organization* (WHO), em sua 43ª Assembleia

Geral, retirou a homossexualidade da lista de transtornos mentais, abolindo-a do Código Internacional de Doenças (CID) em 1993. E, em 1991, a Anistia Internacional passa a considerar uma violação aos direitos humanos a discriminação contra homossexuais (CFP, 2009).

Após denúncias feitas pelo Grupo Gay da Bahia a respeito de profissionais da psicologia com a promessa de transformar os desejos sexuais homossexuais em heterossexuais, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) compreendeu não ter arcabouço para regular essa prática e, após debates públicos com profissionais da área e militantes, projetou a Resolução CFP nº 01, de 1999 (CASSAL; BELLO, 2019), que instrui profissionais da psicologia a como exercer suas práticas no que tange às orientações sexuais. A Resolução orienta ao respeito à diversidade e à propagação do conhecimento científico contra o preconceito e contra a patologização da homossexualidade (CFP, 1999).

Cassal e Bello (2019) ainda enfatizam uma fala do então conselheiro do CFP, Pedro Bicalho, sobre a resistência que existiu após a publicação da referida resolução. O conselheiro chega a dizer que ela é a resolução mais atacada do Sistema Conselhos de Psicologia, de 1999 até os dias atuais. Dentre as justificativas para derrubar a resolução, estão a inconstitucionalidade por exercer poder que não lhe compete, a necessidade de livre exercício profissional e científico de psicólogas(os), a proteção da liberdade de expressão, dentre outros (e o embasamento usado geralmente se apoiava no diagnóstico de orientação sexual egodistônica, da CID-10).

Em 2005, o CFP publicou o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que já traz em seu princípio II o combate à discriminação (reiterado no item “b” do Art. 2º) e no Art 2ª, item “c”, especifica que é vedado à(ao) psicóloga(o) induzir, no exercício profissional, a convicções de orientação sexual (dentre outras) (CFP, 2005). Ou seja, para além da Resolução 01/1999, a prática da Psicologia sem discriminação às orientações sexuais ficou, desde então, assegurada pelo próprio código ético que rege a profissão.

Entrando um pouco na legislação do Brasil, além da própria Constituição Federal, em seu Art 3º, garantir a promoção do bem de todos os cidadãos sem qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 1988); o Supremo Tribunal Federal, em 2019, ao reconhecer a falta de amparo legal para as pessoas homossexuais quanto aos crimes de homofobia; equipara esse tipo de crime ao crime de racismo. Desde então, mesmo não havendo uma lei específica contra a discriminação com base em orientações sexuais e/ou identidade de gênero, existe uma garantia de assegurar as vítimas desse crime graças a essa decisão (Brasil, 2019).

No que tange à assistência de vítimas que sofrem violência em decorrência de homofobia, um dos dispositivos em que existe a atuação da Psicologia é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que lida com demandas envolvendo violação de direitos. Se uma pessoa homossexual, por exemplo, sofre homofobia e busca realizar a denúncia em uma Delegacia,

ela será encaminhada para ser atendida também no CREAS, onde poderá receber auxílio psicológico, assistencial e até jurídico (CFP, 2013).

Apesar de não citar explicitamente as questões de orientação sexual, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990) deixa claro, em várias partes do texto, que garante a proteção da criança e do adolescente contra qualquer tipo de discriminação. Isso garante, apesar de ficar aberto à interpretação de quem estiver fazendo uso do texto, que crianças que já demonstram traços de homossexualidade (ou outro tipo de expressão de sexualidade ou gênero) sejam protegidas de atos discriminatórios e possíveis violências surgidas da homofobia. Considera-se também que, pela data da criação do estatuto, o termo específico pode não ter sido usado justamente pela falta de discussão dessa necessidade na época.

É importante considerar que as decisões tomadas tanto para a criação da Resolução CFP 01/1999 quanto para as especificações do Código de Ética Profissional do Psicólogo quanto às orientações sexuais, bem como outros dispositivos que não são exclusivos da Psicologia, mas que combatem a homofobia (como a decisão do Supremo Tribunal Federal de equiparar homofobia e transfobia ao crime de racismo (Brasil, 2019); não são, de forma alguma, levianas ou foram tomadas deliberadamente.

Enquanto discursos advindos de políticos e profissionais que se embasam mais em suas perspectivas religiosas do que nas evidências (Gonçalves, 2019) e autores que não levam em consideração as graves consequências da chamada “cura gay”, como na pesquisa realizada por Menezes (2014); existem estudos que indicam que as terapias de reversão sexual são danosas às pessoas que a elas são submetidas, podendo gerar quadros de ansiedade patológica, depressão e, em casos mais graves, suicídio (Gonçalves, 2019; Groba, 2022; Mott, 2016).

### **Considerações finais**

Quando se pensa em homossexualidade, é indispensável compreender que as influências históricas, sociais e culturais possuem papel de construtoras dos conceitos que são perpassados de forma transgeracional (isto é, de geração em geração). Logo, em boa parte das sociedades do mundo e em especial no Brasil, tem-se a ideia de um padrão de normalidade (isto é, aquilo que se espera que todos sejam ou como todos ajam). E, no âmbito da sexualidade, esse padrão é o heterossexual (Borrillo, 2010). Por isso, qualquer vivência ou jeito de ser visto fora desse viés é taxado como fora dessa normalidade.

É perceptível que a aversão às pessoas homossexuais (isto é, a homofobia), advinda de fatores culturais e valores históricos e religiosos, somada à abertura que a patologização de

orientações sexuais não-heterossexuais realizada pelos órgãos de competência e autoridade em saúde; permitiu a existência das tentativas de reversão sexual e das lutas pela volta dessas terapias, que, considerando suas consequências já aqui supracitadas, podem inegavelmente ser designadas como atos de tortura. E, apesar dos avanços realizados nos últimos anos, seria ingenuidade acreditar que essa aversão não segue existente no imaginário da população brasileira.

Isso implica dizer que, como a CID-10 continua em vigor no Brasil, esse diagnóstico, mesmo ultrapassado, ainda pode ser levantado como argumento para defender a ideia de uma terapia de reversão sexual. O Sistema Conselhos de Psicologia, bem como as autoridades governamentais e judiciárias competentes, precisa se manter atento a possíveis novas tentativas de derrubar ou burlar a Resolução CFP 01/1999 e os outros dispositivos que garantem o direito das pessoas homossexuais (e LGBTQIA+ em geral) de viver suas vidas, suas subjetivações e suas sexualidades plenamente.

### Referências

BORRILLO, D. Homofobia: história e crítica de um preconceito. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de Junho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescentes e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jun. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde coordena tradução de novo Código Internacional de Doenças para a língua portuguesa**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/ministerio-da-saude-coordena-traducao-do-novo-codigo-internacional-de-doencas-para-a-lingua-portuguesa>>. Acesso em 14 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. N. 26/DF**. Relator: Ministro Celso de Mello, 2019. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754019240>>. Acesso em 15 abr. 2023.

CECCARELLI, P. R.; FRANCO, S. Homossexualidade: verdades e mitos. **Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidade**, v. 4, n. 5, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2315>>. Acesso em 04 abr. 2023.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética do Psicólogo**, 2005. Resolução nº 10/2005, de 21 de Julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, CFP, 2005. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005\\_10.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf)>. Acesso em 13 abr. 2023.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **CREPOP - Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, DF, 2013.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Nota Pública – Comissão Nacional dos Direitos Humanos apóia decisão do CFP. 2009**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/nota-pblica-comisso-nacional-de-direitos-humanos-apia-deciso-do-cfp/>>. Acesso em 12 abr. 2023.

CRP-RS – Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. **Atualização da OMS deve pôr fim aos argumentos em defesa da “cura gay” e de terapias de conversão sexual no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.crprs.org.br/noticias/atualizacao-da-oms-deve-por-fim-aos-argumentos-em-defesa-da-cura-gay-e-de-terapias-de-conversao-sexual-no-brasil>>. Acesso em 14 abr. 2023.

COSTA, R. da S. M. da. Homossexualidade: um conceito preso ao tempo. **Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. I.], v. 1, n. 01, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2255>>. Acesso em 04 abr. 2023.

DUNKER, C. I. L.; KYRILLOS NETO, F. Curar a Homossexualidade? A psicopatologia prática do DSM no Brasil. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 425-446, jun. 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão Técnica por José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FREUD, S (1914). **Sobre o narcisismo: uma introdução**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 14, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GONÇALVES, A. O. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 175-199, 2019.

GROBA, L. S. **O mal dito: o discurso da oposição à Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia e sua história**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Instituto de Psicologia, 2022.

IOTTI P. Da homossexualidade à homoafetividade: dos gregos à contemporaneidade. **Revista de Direito Civil**, v. 3, n. 1, jan/jul, 2021. Disponível em: <<https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaDirCivil/article/view/1756>>. Acesso em 11 abr. 2023.

MENEZES, E. V de. A. Prisioneiros da esperança: A limitação da autonomia da vontade do atendimento psicológicos de homossexuais egodistônicos no Brasil. **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco**, n. 7, 2014. Disponível em: <<https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/110>>. Acesso em 15 abr. 2023.

MOTT, L. Homofobia: uma praga cristã. **Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <[www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index)>. Acesso em 14 abr. 2023.

TONIETTE, M. A. Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 17, n. 1, 2006. Disponível em: <[https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/443](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/443)>. Acesso em 11 abr. 2023.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **CID-10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics (version 01-2023)**. 2023. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>>. Acesso em 14 abr. 2023.

## CAPÍTULO 10

### **EU TENHO UM LAR? – REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS REFUGIADOS A PARTIR DO FILME “AS NADADORAS”**

*Priscila Brasil Quintela Pontes  
Lielton Maia Silva*

#### **Introdução**

Um dos grandes desafios do mundo contemporâneo e globalizado reside na questão dos refugiados, aqueles que fogem forçosamente de seus países de origem ou de residências habituais devido ao medo da perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas (Arias, 2019). Desde o início do século XXI, ao mesmo que as nações vêm estabelecendo parcerias devido à Globalização, a humanidade observa um considerável aumento no número de pessoas que são obrigadas a fugir de suas casas em busca de segurança e proteção.

De acordo com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), até o final do ano de 2020, mais de 82 milhões de pessoas foram forçadas a sair de suas casas devido a conflitos e a perseguições pelo mundo (ONU, 2023). Dentro deste quantitativo, aproximadamente 45 milhões são refugiados, e mais de metade possui menos de 18 anos. São pessoas que buscam segurança e proteção em contextos de guerra e conflito armado, perseguições (ética, política, religiosa), violência e instabilidade social, pobreza e desastres naturais (Da Luz; Fragoso; Veloso, 2021).

Nos últimos 20 anos, grandes conflitos armados como as guerras no Iraque, República Democrática do Congo, Síria, Haiti, Israel e Palestina vêm intensificando esses movimentos de migração por refúgio, de modo que as pessoas buscam melhores condições de vida primariamente em países da Europa e América (Arias, 2019).

Neste cenário, o Brasil caracteriza-se como um dos países que mais recebem refugiados da América Latina, uma vez que o país recebeu mais de 125 mil pedidos de refúgio entre os anos de 2010 e 2017 (Brasil, 2017). Desse total, os sírios são a grande maioria (39%), seguidos dos congolezes (13%) e angolanos (9%). O grande número de refugiados deve-se, em parte, à adoção de políticas por parte do governo brasileiro que facilitam a entrada dessas pessoas no território nacional, simplificando alguns requisitos normalmente aplicados a outros imigrantes.

À luz da Psicologia, o deslocamento forçado desencadeia impactos psicológicos consideráveis no sujeito que se torna refugiado, uma vez que é comum nesses processos a ocorrência de experiências traumáticas, tais como a perda de entes queridos, a violência, a perseguição e a fuga de suas casas (Lucena; Hoersting; Modesto, 2020). Diante do exposto, as vivências de um refugiando

durante sua peregrinação atrás de um novo lugar para chamar de “lar” podem levá-lo a uma série de problemas de saúde mental.

Adicionalmente, a mudança de país pelos refugiados também promove significativos impactos culturais, uma vez que essas pessoas encontram-se forçadamente inseridas em um contexto sociocultural diferente de sua origem (Lucena; Hoersting; Modesto, 2020). Algumas das consequências culturais dessa mudança são modificações nas tradições e práticas culturais, diversidade linguística, choques culturais e perda de identidade cultural. Também problemas relacionados à xenofobia ocorrem com frequência devido à presença de refugiados em territórios estrangeiros.

Uma das obras recentes que tratam sobre a questão dos refugiados e apresenta os impactos sociais, culturais e psicológicos é o filme "As Nadadoras", disponível na Netflix, que descreve a história real das irmãs Yusra e Sarah Mardini, duas nadadoras que fugiram de Damasco em 2015, durante a guerra da Síria, objetivando chegar na Alemanha e trazer toda a sua família para as terras germânicas. O filme retrata a trajetória das irmãs e como elas se tornaram símbolos da crise migratória na Europa, descrevendo eventos e momentos que foram marcantes para ambas as protagonistas durante o trajeto até a cidade de Berlim.

Apesar do relevante número de pesquisas que tratam das questões relacionadas à saúde dos refugiados, evidências sugerem que o quantitativo de estudos voltado para a saúde mental dessas pessoas é insuficiente para a atual demanda (Da Silva; Da Silva, 2022). Existe uma grande vulnerabilidade social dos refugiados, uma vez que não há controle público que garanta a integração e assistência dessas pessoas. Adicionalmente, os serviços prestados e organizados pela população local acabam excedendo seus limites operacionais.

### **Objetivo e justificativa**

Diante do exposto, este artigo discorre sobre a relação entre o filme “As Nadadoras” com a temática dos refugiados, objetivando refletir sobre os impactos psicológicos e sociais naqueles que fogem de suas terras de origem e os impactos nas suas identidades culturais, além de apresentar estratégias que possibilitem a inclusão desse refugiado.

Este trabalho justifica-se pelo protagonismo da questão dos refugiados nos últimos anos no cenário internacional, tanto por causa da expressiva dimensão de seus fluxos, como por causa do desrespeito à dignidade humana e devido a crescente violência na sua contenção (Arias, 2019). Embora a História apresente fatores como conflitos e perseguições como causas das migrações forçadas, a contemporaneidade apresenta uma multiplicidade de fatores envolvidos na formação dos

deslocamentos forçados, que torna complexa a realidade dos refugiados e o consequente atendimento relacionado à saúde mental (Da Luz; Fragoso; Veloso, 2021).

### **Metodologia**

Como metodologia, este trabalho iniciou-se a partir da anotação das cenas relevantes que possuem relação com as questões de saúde mental dos refugiados, na forma de um diário de campo descritivo. Em seguida, buscou-se estudos científicos recentes sobre esta temática, visando embasar as reflexões apresentadas. Ao final, apresenta-se um resumo das principais conclusões e uma avaliação geral da relação entre a temática da saúde mental com a problemática dos refugiados.

### **Enredo do Filme**

Treinadas desde pequenas pelo pai, que atuou como nadador profissional pela Síria, as irmãs Sarah e Yusra Mardini (Figura 1) treinavam para serem nadadoras de excelência pelo seu país. Suas habilidades já tinham promovido seus ingressos na equipe nacional juvenil de natação, e elas buscavam evoluir para participarem das olimpíadas.

Foi no período da Primavera Árabe – uma onda de protestos e rebeliões armadas antigovernamentais que se estenderam pelos países do oriente médio durante a década de 2010 – que as bombas chegaram nas vidas e nas piscinas das nadadoras. Era o ano de 2015, quando um bombardeio durante um treino de natação abalou a vida das irmãs.

**Figura 1** – Yusra Mardini durante um treino de natação.



Fonte: As Nadadoras (2022)

Naquele momento, metade da população da Síria já tinha fugido do país, e as irmãs decidiram tentar chegar à Europa quando souberam que uma amiga tinha chegado na Europa a salvo. Embora

seus pais fossem resistentes à ideia em um primeiro momento, o aumento e a proximidade da violência da guerra os fizeram mudar de opinião. Assim começava a trajetória das irmãs Mardini rumo a Berlim.

Naquele ano, a quantidade de refugiados a caminho da Europa atingiu níveis históricos, deflagrando uma imensa crise entre os países europeus e a comunidade mundial. Estima-se que no final de 2015, mais de 900 mil refugiados haviam chegado ao litoral europeu, fugindo de conflitos e perseguições no Afeganistão, no Iraque e na Síria. A rota realizada pelas irmãs Mardini envolveu uma ida a Istambul, na Turquia, para então seguirem até o litoral turco e tentar chegar à Grécia pelo mar Egeu.

Após pagarem para cruzarem o mar Egeu e esperarem escondidas no bosque com outros refugiados, Sarah e Yusra Mardini se viram obrigadas a embarcarem com mais 20 pessoas em um bote inflável com motor de funcionamento duvidoso. Após um determinado momento em alto mar, o motor parou de funcionar e o bote começou a encher de água. Angustiados, todos a bordo jogaram seus pertences na água, mas o bote continuou a afundar.

Nesse momento, as irmãs pularam na água e começaram a puxar o bote em direção ao litoral grego, aliviando o peso e tentando vencer a iminente morte (Figura 2). Foram mais quatro horas até que eles finalmente chegassem ao litoral da Grécia, com os braços cheios de hematomas e quase sem vida.

**Figura 2** – A dramática travessia do mar Egeu.



Fonte: As Nadadoras (2022)

Na ilha de Lesbos, as irmãs pegaram uma balsa para Atenas e, em seguida, percorreram diversos trajetos até chegar a Budapeste, na Hungria. Durante esse percurso, o filme destaca diversas situações relacionadas à xenofobia dos gregos com os refugiados.

Quando estava em Budapeste, Yusra Mardini foi vítima de uma tentativa de estupro e salva pela sua irmã, Sarah. As irmãs então decidiram que não iriam continuar onde estavam, e permaneceram escondidas em Budapeste. Foi então que a chanceler alemã Angela Merkel decidiu acolher refugiados sírios na Alemanha, enviando ônibus especiais para Budapeste.

Apesar de estarem seguras, as irmãs Mardini vivenciaram as dificuldades de regularização de suas documentações no centro de refugiados de Berlim. Yusra Mardini estava disposta a retomar seus treinos, e ela acabou conhecendo o treinador Sven Spannekrebs. Depois de vê-las nadar, ele as contratou e agilizou os trâmites para acesso ao alojamento e às instalações do clube de natação local, além de participar de competições olímpicas (Figura 3).

**Figura 3** – Yusra Mardini nas Olimpíadas do Rio, em 2016.



Fonte: As Nadadoras (2022)

Em 2016, Yusra Mardini competiu nas Olimpíadas do Rio como integrante da primeira equipe de refugiados dos Jogos Olímpicos, ganhando inclusive uma das eliminatórias de nado Borboleta na modalidade Natação.

## **Discussão**

### **Impactos nos refugiados**

A história apresentada pelo filme “As Nadadoras” traz alguns dos diversos impactos psicológicos, sociais e culturais que atingem as pessoas que se tornam refugiadas. Considerando os diversos traumas que essas pessoas se encontram expostas, uma série de problemas relacionados à saúde mental podem surgir (Arias, 2019).

Um problema comumente encontrado nos refugiados e ligado à Saúde Mental é o *Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)*, distúrbio desenvolvido após uma pessoa ter vivenciado ou testemunhado um evento traumático e incluem sintomas como *flashbacks*, pesadelos, fuga de

gatilhos que remetam ao trauma e vigilância excessiva (Da Luz; Fragoso; Veloso, 2021). No filme, observa-se a insegurança de Yusra Mardini após a tentativa de estupro, deixando-a bastante abalada e sem esperanças, inclusive gerando dúvidas sobre a continuidade ou não da migração e uma tensa discussão com a sua irmã. Também observa-se a presença do TEPT na cena do pesadelo na qual Yusra vê sua irmã morta no mar Egeu, relembrando a travessia feita a nado.

Outro quadro que pode surgir em um refugiado é a *Depressão*, conhecida por levar a sentimentos persistentes de tristeza, perda de interesse em atividades que antes eram apreciadas, falta de energia e fadiga (Lucena; Hoersting; Modesto, 2020). No filme, o primo das irmãs Mardini, que as acompanhou durante toda a travessia até Berlim, demonstra sinais de depressão quando chega na capital alemã e não consegue dar prosseguimento ao seu sonho de se tornar DJ renomado.

Também é comum observar nos refugiados o problema da *Ansiedade Generalizada*, uma vez que ela provoca preocupações excessivas, irritabilidade, inquietação, dificuldade em se concentrar e distúrbios do sono (Da Luz; Fragoso; Veloso, 2021). É possível ver o transtorno de ansiedade em Sarah Mardini, quando ela abandona os treinos de natação por não conseguir se concentrar e se entrega às festas noturnas.

Além das questões relacionadas à saúde mental, outros problemas da seara sociocultural são observados em sociedades que possuem refugiados. O primeiro é o problemas da adaptação, pois as pessoas refugiadas encaram constantes conflitos durante a sua adaptação a uma nova cultura e ambiente (Lucena; Hoersting; Modesto, 2020). São exemplos de problemas relacionados à adaptação: barreiras linguísticas, falta de suporte social, problemas para encontrar emprego e moradia e a falta de acesso a serviços de saúde mental. No filme, é possível observar as dificuldades na adaptação quando as irmãs Mardini chegam à Berlim, principalmente no momento que passam a conviver junto com centenas de outros refugiados em galpões fornecidos pelo governo alemão.

Adicionalmente, é comum o surgimento de eventos relacionados ao estigma e a discriminação pelos nativos que recebem os refugiados (Lucena; Hoersting; Modesto, 2020). Por muitas vezes, os refugiados enfrentam o preconceito dos habitantes de seus novos países de acolhimento, a partir de questões relacionadas ao clima, ao código de vestimenta, à língua, à educação, aos hábitos alimentares, à infraestrutura, às crenças religiosas, ao entretenimento, à vida familiar e ao namoro. Essa discriminação resulta, a longo prazo, em problemas de autoestima, isolamento social e depressão. No filme, o período após a travessia do mar Egeu destaca bastante essa discriminação.

Assim, a migração forçada pode causar problemas graves nas estruturas psicológica, social e cultural dos refugiados, pois as referências empregadas pela pessoa para entender o mundo e suas relações não são mais as mesmas (Da Luz; Fragoso; Veloso, 2021). Em outras palavras, os

refugiados vivenciam constantemente a perda de sinais e símbolos familiares, de relacionamentos e status sociais, e de costumes ou normas adquiridos durante sua vida no país de origem. Neste contexto, o contato prolongado e direto entre indivíduos ou grupos de diferentes culturas pode resultar em mudanças no padrão original de ambos os grupos, embora a cultura local exerça maior poder de influência diante do refugiado.

Na ótica do refugiado, a fuga forçada de seu local de origem é caracterizada por uma série renúncias, ausências e perdas, que envolvem uma verdadeira “montanha-russa” de sensações (Lucena; Hoersting; Modesto, 2020). O início da travessia de um refugiado comumente inicia-se de forma abrupta e imediata, interrompendo as diversas histórias e relações da pessoa com seus entes queridos e com a sociedade ao seu redor. Essa série de perdas acabam tornando-se parecidas com a experiência do luto, resultando em traumas que promovem a depressão e a falta de motivação/esperança.

Outra questão importante refere-se aos perigos da análise dos traumas e da ausência de acolhimento e compreensão dos sofrimentos causados pelas situações de mudança forçada (Arias, 2019). O refugiado é alguém que procura reconhecimento e o seu lugar dentro da sua nova comunidade, de modo que a variedade de contextos, culturas e línguas exige do terapeuta uma abordagem focada na singularidade do refugiado enquanto paciente e no contexto atual dessa pessoa.

Portanto, promover a inclusão do refugiado não se restringe apenas a garantia de direitos básicos, como Saúde, Segurança, Educação e Trabalho. Mas é um processo que também deve primar pela racionalização da perspectiva do refugiado com relação ao novo mundo, estimulando-o a se reconhecer como parte da população do novo país, ao mesmo tempo que o instiga a entender suas diferenças e especificidades socioculturais.

### **Estratégias de Inclusão**

Diante dos impactos psicológicos, sociais e culturais na vida de um refugiado, o processo de inclusão é essencial para garantir uma melhor integração junto a uma nova sociedade e para possibilitar ao refugiado a reconstrução de sua vida (Da Luz; Fragoso; Veloso, 2021). Neste sentido, algumas ações podem ser realizadas pelos governos e sociedades para promover a inclusão do refugiado nos seus novos lares.

Primeiro, garantir que os refugiados tenham acesso a serviços de Saúde adequados é essencial para promover as suas saúdes física e mental em um novo país (Da Silva; Da Silva, 2022). Isso inclui a oferta de equipamentos (hospitais, postos de saúde, etc.) e de profissionais (médicos, psicólogos,

terapeutas, etc.) preparados para receber esses novos cidadãos, inclusive treinados para lidarem com possíveis diferenças linguísticas e culturais.

O acesso à Educação de qualidade também é um fator fundamental para a inclusão dos refugiados, de modo que escolas e universidades devem estar prontas para receber esses estudantes e ajudá-los a se adaptar ao novo ambiente acadêmico (Da Luz; Fragoso; Veloso, 2021). Inclusive, faz-se necessário oferecer suporte linguístico ao refugiado na forma de aulas de língua local, objetivando promover a comunicação entre refugiados e demais cidadãos.

Um importante fator que auxilia a inclusão do refugiado é o seu ingresso no mercado de trabalho (Da Silva; Da Silva, 2022). Portanto, deve-se oferecer treinamentos profissionais para os refugiados visando a sua participação no mercado de trabalho local, além de possibilitar a evolução dos negócios locais a partir da experiência dos refugiados em suas terras natais. Adicionalmente, o reconhecimento de qualificações e experiências anteriores desse refugiado o auxilia a encontrar empregos que correspondam às suas habilidades e experiências, além de valorizá-los.

De modo semelhante, o refugiado precisa ter uma assistência financeira, especialmente no início do seu processo de adaptação à sua nova residência, pois permite atender as necessidades básicas durante o processo de integração à nova comunidade (Da Luz; Fragoso; Veloso, 2021). O acesso à moradia também é outra questão importante para o refugiado, pois auxilia no desenvolvimento da sensação de pertencimento e assegura o seu direito a um lar no novo país.

Outra iniciativa inclusiva é a oferta de programas de mentoria e de integração comunitária (Da Silva; Da Silva, 2022). Neles, o refugiado recebe o apoio necessário para se adaptar a um novo ambiente e desenvolver uma rede de suporte, além de encorajá-lo a se envolver nas atividades da comunidade local e estimular o surgimento de conexões e de acolhimento entre o refugiado e os demais. Também é possível oferecer treinamento em habilidades sociais que objetivam uma melhor compreensão por parte do refugiado da cultura local.

### **Reflexões e Limitações**

As associações observadas entre os transtornos mentais e os eventos experimentados pelos refugiados e retratados pelo filme sugerem a necessidade de uma análise mais aprofundada e uma compreensão mais ampla do problema. Partindo da premissa que o ambiente possui forte influência no desenvolvimento psicossocial do indivíduo, o ato de migrar forçadamente para outro país estimula uma cadeia de eventos nocivos para o sujeito.

Além disso, verificou-se a fragilidade dos instrumentos jurídicos e políticas públicas nacionais e internacionais voltados para a concessão de direitos aos que migram em condições de

vulnerabilidade. Os refugiados sofrem em diversas frentes: não possuem os mesmos direitos dos cidadãos locais, nem acesso aos serviços públicos essenciais para uma vida em sociedade digna.

Apesar da identificação de problemáticas na saúde mental dos refugiados, a relação destes com as referências científicas, e a sugestão de políticas que podem aliviar a nova vida dos refugiados, este trabalho apresenta limitações. Primeiro, a revisão bibliográfica realizada não foi de modo sistemático, o que reduz a abrangência de perspectivas da comunidade científica sobre a temática. Adicionalmente, o filme retrata uma visão adaptada dos fatos da vida das irmãs Mardini, de modo que estudos mais aprofundados sobre os refugiados exigem dos pesquisadores a observação *in loco* desses grupos e a epistemologia das problemáticas vivenciadas.

### **Considerações Finais**

Este trabalho discorreu sobre como a questão dos refugiados se caracteriza como um grande desafio para a sociedade contemporânea, pois os progressos da humanidade não reduziram os conflitos armados e regimes autocráticos que ameaçam as vidas das pessoas e acabam estimulando-as a fugir dos seus países de origem.

Conforme apresentado ao longo do trabalho e ilustrado em diversas cenas do filme “As Nadadoras”, os refugiados enfrentam inúmeros desafios ao fugir de seus países de origem, incluindo violência, perseguição, deslocamento forçado e trauma psicológico. Em muitos casos, os refugiados continuam enfrentando problemas quando chegam a um novo país, devido à ausência de políticas inclusivas que ofereçam acesso a serviços básicos e que reduzam as barreiras linguísticas, sociais e culturais.

Adicionalmente, este trabalho elencou os impactos psicológicos no refugiado, destacando a importância do acolhimento e da escuta individualizada do terapeuta na formação do vínculo com o paciente. Destacou-se que a Saúde Mental é extremamente afetada pela quebra abrupta da história de vida da pessoa que passa a ser refugiada, acarretando diversos prejuízos para essa pessoa. Adicionalmente, algumas estratégias de inclusão foram apresentadas, objetivando uma melhor integração do refugiado ao seu novo país.

Por fim, algumas reflexões sobre as associações entre os problemas de saúde mental e a problemática dos refugiados reforçam a necessidade de aprofundamento desta temática enquanto linha de pesquisa científica, uma vez que ainda são tímidas as políticas públicas abrangentes para essas pessoas pelo mundo.

**Referências**

ARIAS, G. S. Saúde Mental dos Refugiados no Brasil: Uma Revisão de Literatura. **Adolescência e Sofrimento Emocional na Atualidade**, São Paulo-SP: USP, 2019.

NETFLIX. **As Nadadoras**. Direção: Sally El Hosaini. Londres: Working Title Films, 2022. Netflix (<https://www.netflix.com/br/title/81365134>) (2h15min).

BRASIL. Ministério da Justiça. **Organização Internacional para as Migrações, Agência das Nações Unidas Para as Migrações**. Política Nacional de Refúgio Consolidada. Brasília, 2017.

DA LUZ, R. R.; FRAGOSO, R. DE A.; VELOSO, M. I. DE A. A psicologia como ferramenta de inclusão de alunos refugiados nas escolas brasileiras. **Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 2, n. 3, p. 48-64, 2021.

DA SILVA, B. V.; DA SILVA, T. M. O acesso de refugiados à saúde baseado nas políticas públicas no Brasil com ênfase na atenção primária: revisão sistemática. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 7, p. 50580-50597, 2022.

LUCENA, M. S.; HOERSTING, R. C.; MODESTO, J. G. Adaptação Sociocultural e Psicológica de Refugiados Sírios no Brasil. **Revista Psico**, v. 51, n. 3, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). **Refugiados**. 2023. Disponível em: <https://unric.org/pt/refugiados/>. Acesso em 13 abr. 2023.

## CAPÍTULO 11

### DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA AO FEMINICÍDIO: O NORDESTE NA COVID-19

*Geovânia Cristina Bezerra da Silva  
Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco*

#### **Introdução**

Entende-se por violência, o ato do indivíduo de usar da força física, do poder e de ameaça contra si, outros grupos, outras pessoas e comunidades, resultando em agressões, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado e até mesmo a morte (Chagas; Oliveira; Macena, 2022). Na violência contra a mulher, destaca-se, na maioria das vezes, ser realizada por homens, companheiros ou ex-companheiros, que se utilizam do poder de manipulação, ameaça e agressão para reprimi-las, tendo como consequências mais graves o Femicídio ou feminicídio. Ou seja, trata-se do ato de assassinar mulheres por questões de gênero, isto é, quando a vítima é morta por ser mulher (Garcia et al, 2013).

Em 06 de fevereiro de 2020, foi sancionada a Lei de Quarentena nº13.979, pelo Governo Federal, com medidas de isolamento social para tentar conter o avanço da pandemia (Brasil, 2020). Na ocasião, o isolamento social se tornava necessário para evitar a disseminação do vírus com a propagação da Covid-19 (Aquino et al, 2020). Apesar de ser a medida mais eficaz para conter o vírus, muitas mulheres foram expostas a episódios frequentes de violência doméstica porque tiveram que passar mais tempo em casa com seus agressores (Magalhães, 2020). Em levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre os meses de fevereiro e maio de 2020, houve um aumento nos casos de feminicídio (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

Nesse contexto, se tem como principal motivação do estudo, a inquietude sobre desigualdade de poder entre o gênero masculino e feminino. A mulher é tratada como um objeto de poder do homem, no qual, acaba levando-a à morte. Surge assim, a seguinte problemática: “Como as restrições da pandemia, impactaram a vida das mulheres, em situação de violência doméstica, chegando até o feminicídio?”

Considera-se que o isolamento social associado ao fato de as mulheres terem que passar mais tempo em casa, resultou em uma maior exposição às agressões de seus companheiros, sendo alvo em potencial para feminicídios (Melo; Toporosk, 2022). Portanto, se faz relevante o estudo dos desdobramentos da pandemia do COVID-19, nos casos de feminicídio, no nordeste brasileiro.

## **Desenvolvimento**

A violência contra mulher ocorre por causa de um lugar inferior que o gênero feminino é colocado. Segundo Costa (2021), a violência contra mulher é qualquer ação com base no gênero que provoque a morte, dano, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado. Há mais de três décadas, esta vem crescendo, independente de classe social, cultura, raça, etnia e religião. É gerado por uma sociedade patriarcal e sexista, colocando a figura do homem como superior e o da mulher submissa a este homem. Cada mulher vivencia a violência em contexto diferente.

Em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340/06, conhecida como a Lei Maria da Penha, no qual a mesma preocupou-se em especificar as formas de violências, no qual o art. 07, aborda, 5 formas de violência contra mulher, sendo doméstica, familiar, violência física, violência psicológica, violência sexual, violência matrimonial e moral (Brasil, 2006).

Sendo assim, a violência doméstica contra mulher se caracteriza como o poder na relação de gênero que envolvam, sofrimento danos psicológicos ou físico, em que na maioria das vezes, se tem contato diário com o agressor (Garcia; Hofelmann, 2020).

No Brasil, desde o período colonial a mulher era tratada como objeto de poder do homem, sendo colocada em uma contínua relação de submissão perante a figura do sujeito masculino (Canal; Alcantara; Machado, 2018). Desse modo, foi com o movimento feminista que a percepção sobre a mulher passou a se modificar, no qual começou a se buscar espaço, luta por direito, igualdade e romper com a visão de que a mulher é o objeto do homem (Angelim; Martins, 2019). A violência contra mulher se tornou bandeira de luta dos movimentos, no qual, como fruto desse movimento de reivindicação, foi criado a secretaria Nacional de Política para Mulheres - SNPM em 2003, com intuito de combater todas as formas de preconceito e discriminação existentes de uma sociedade patriarcal (Canal; Alcantara; Machado, 2018).

Apesar do avanço com o movimento feminista, ainda há enraizado a superioridade de um gênero sobre o outro, no qual a figura da mulher ainda é marcada pelo patriarcado, onde o homem é visto como o sujeito de poder, sendo um dos principais responsáveis por exercer a violência e domínio sobre o outro, em que acabam chegando ao crime de feminicídio (Soares; Charles; Cerqueira, 2019).

Nesse contexto, se buscou desenvolver um estudo documental de caráter qualitativo, do tipo exploratória. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental pode ser comparada a pesquisa bibliográfica, porém a mesma trata-se do estudo de documentos que não foram analisados ou podem

ser recriados de acordo com os objetivos da pesquisa, tendo como fonte documentos, sendo eles oficiais ou não, revistas, jornais, relatórios, filmes, cartas, entre outros.

A obtenção do material coletado ocorreu por meio das matérias Jornalísticas dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, com acesso disponível online. Os termos de busca utilizados, foram: “Feminicídio” e “Feminicídio na pandemia”, “Violência” e “violência contra mulher”. Para escolha da coleta se observou o público-alvo, título da matéria e região, entre o período de 2020 a 2021, nos respectivos jornais. A escolha por esses jornais, se deve ao motivo de serem os de maior circulação da notícia paga, na região nordeste.

Foi obtido um total de 65 matérias jornalísticas, no qual foram utilizados 13 delas e excluído um total de 52, no qual para critério de exclusão foi levado em consideração as matérias que não estavam no período de 2020 a 2021, notícias duplicadas e as que não se referiam a temática em discussão. As matérias incluídas no total de treze, foram separadas por autor (a), jornais, matérias e ano, inseridas em Word, e organizadas em tabela, a destacar:

**Quadro 1** – Materiais distribuídos por autor(a), jornais, matérias, ano e horário

AUTOR(A)	JORNAIS	MATÉRIAS	ANO
Alice Sousa	JORNAL O POVO	Histórias de mulheres que conseguiram romper o ciclo da violência doméstica	2020
Mirla Nobre	JORNAL O POVO	Violência doméstica: quais fatores inibem as denúncias das mulheres contra os agressores?	2021
Theyse Mirla	DIARIO DO NORDESTE	“Eu não podia atender uma ligação”: violência psicológica é a mais comuns contra as mulheres no Ceará	2021
Lucas Barbosa	JORNAL O POVO	Ato lembra vítimas de feminicídio e exige fim da violência de gênero	2021
Theyse Vianna e Emanoela Campelo de Melo	DIARIO DO NORDESTE	5 a cada 10 feminicídios no Ceará ocorrem entre noite e madrugada; fins de semana são mais letais	2021
Luciano Cesário	JORNAL O POVO	Homem mata ex-namorada e abandona corpo em estrada por não aceitar fim da relação	2021
Redação	DIARIO DONORDESTE	Mulher encontrada em quintal de ex-namorado foi morta a pauladas e teve corpo queimado	2021
Jessika Sisnando	JORNAL O POVO	Acaraú de luto após morte de enfermeira e professora vítimas de feminicídio	2021
Emanoela Campelo de Melo	DIARIO DO NORDESTE	Isolamento aumenta preocupação sobre violência de gênero	2020
Emanoela Campelo de Melo	DIARIO DO NORDESTE	359 denúncias de violência contra mulher foram registradas no Ceará por semana, em 2021	2021

Gabriela Almeida	JORNAL O POVO	Pandemia fez crescer a violência contra mulher no Brasil e provocou a redução de denúncias	2020
Emanoela Campelo de Melo	DIARIO DO NORDESTE	Em 2020, 47 mulheres foram vítimas de feminicídio no Ceará, apontam observatórios da Segurança	2021
lucas barbosa	JORNAL O POVO	Ceará registra a segunda maior taxa de homicídios femininos do Brasil	2021

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

A análise dos dados aconteceu em 3 etapas: pré-análise, referindo-se a organização da pesquisa, no qual deu-se pela coleta dos documentos, e formulação da hipótese a ser estudada; a exploração do material; e a interpretação dos dados (Bardin, 2016). Diante desse processo, resultaram três categorias, a destacar: violência doméstica; tipos e subnotificação dos casos; feminicídio íntimo e políticas públicas. Destaca-se que das matérias jornalísticas analisadas, a maioria foram escritas por mulheres.

Na categoria *violência doméstica* ressalta-se que de acordo com a lei 11. 340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a violência doméstica é qualquer ato de violência que agrida a saúde da mulher e a cause sofrimento. De acordo com Santos et al (2016), a violência doméstica, pode ser entendida com o ato que gera sofrimento físico ou psicológico, sendo praticada por familiares ou pessoas que morem no mesmo ambiente, no qual a mesma pode ocorrer de forma física, psicológica, patrimonial, moral e violência sexual.

A Violência física se configura como a ação que agrida ou ofenda o corpo da mulher, A violência psicológica e moral é qualquer ação que prejudique a saúde psíquica. A violência patrimonial é o impedimento da autonomia do outro. E por fim, a violência sexual, no qual a mulher mantém ou participa de relação sexual não desejada (Rodrigues, 2016). Assim,

“Além da violência física, a violência psicológica era um instrumento comum sobre o modo como seu agressor a tratava, bem como a violência patrimonial, se se configura como a dependência financeira da vítima, mantida pelo seu agressor” (Sousa, Jornal O Povo, 2020).

“As mulheres acabam não sabendo que vivem a situação de violência doméstica porque a violência doméstica não é apenas a violência física, apesar de as pessoas imaginarem que é apenas um tapa, um murro, um empurrão, mas também há a violência psicológica, a moral a patrimonial e a sexual” (Mirla Nobre, Jornal O Povo, 2021).

Gusmão e Dornelles (2017) abordam que o ambiente doméstico é aquele que há o convívio permanente de pessoas em ambientes familiares, não precisando ser necessariamente da família, logo, a empregada doméstica também pode ser vítima de violência doméstica.

Assim, ocorrendo no âmbito doméstico e familiar, tal violência se inicia com a violência psicológica e moral. A violência psicológica tem como características comuns ameaças, diminuição

da autoestima, manipulação, constrangimento, chegando causar dano emocional (Albuquerque, 2019).

Nota-se que a violência psicológica e moral pode ser tão grave quanto a violência física, visto que mesma ao ocasionar sofrimento psíquico, passa despercebida pelas vítimas, uma vez que, na maioria das vezes os agressores manipulam as mulheres, fazendo com que as mesmas se sintam culpadas. As mesmas se encontram num cenário de vulnerabilidade dentro de suas próprias casas, pois a figura da mulher ainda é vista como um objeto de posse. Em que “Eu não podia atender uma ligação”: violência psicológica é a mais comuns contra as mulheres no Ceará” (Theyse Viana, Diário Do Nordeste, 2021).

Atualmente, a violência psicológica está inclusa também no artigo 147 do código penal, prevista na Lei nº 14.188/21, como medida de enfrentamento a violência doméstica e familiar, no qual se configura como crime a dano emocional a mulher prejudique seu estado emocional e psíquico, mediante a ameaças, manipulação, humilhação, entre outros (Brasil, 2021).

O surgimento das leis é de suma importância para o amparo das vítimas, principalmente a Lei que ampara a violência psicológica. Entretanto, só leis não é o suficiente para a diminuição dos casos de violência contra mulher. É necessário o investimento em políticas públicas para desnaturalizar a discriminação que as mesmas sofrem no cotidiano.

Acerca desse cotidiano Angelin e Martins (2019) destacam que a violação dos corpos das mulheres passou a ser naturalizado ao longo dos séculos, em que os homens se sentem no poder de agredi-las por não seguirem um padrão patriarcal. Ou seja, as relações de dominações, no qual a figura do homem é vista como a de poder, coloca a mulher no lugar de oprimida. Com isso, não de se surpreender que, atualmente os casos de violência domésticas vem aumentando no Brasil.

Na violência doméstica a violação sofrida está para além do corpo, quando a dominação, na relação de poder que o homem exerce sobre a mulher, ocorre com o intuito de controlar toda a sua vida. Tal relação se faz dentro de um patriarcado que ocorre enquanto um sistema de dominação e exploração das mulheres, no qual as mesmas são vistas como objetos de satisfação dos homens (Saffioti, 2001).

Logo, a violência contra mulher, trata-se de uma problemática social que vem ocorrendo há anos, embasados nas relações de poder e gênero, trazendo graves consequências nas vidas das mulheres, pois a perpetuação dos hábitos e discursos machistas, contribuem para as diversas formas de violência contra mulher, podendo chegar ao crime de feminicídio (Fontoura; Humberto dos Anjos, 2016).

Desse modo, surge na categoria *tipos e subnotificação dos casos* o feminicídio, enquanto o ato mais grave da violência, pois a mulher é assassinada em razão do gênero, ou seja, é morta por ser

mulher. Assim, no Brasil, o homem é a figura central como agressor de mulheres, em que essa relação de poder é enraizada de uma cultura patriarcal e machista que objetificou o corpo da mulher como poder do homem (Soares; Charles; Cerqueira, 2019).

Na atualidade, o número de mortes por feminicídio ainda é grande. A temática vem sendo discutida desde a década de 70, porém só em 2015 que o feminicídio tornou-se crime, no qual fez-se necessário a tipificação do crime, previsto na Lei nº 13.104/2015, pois, por muito tempo a morte de mulheres eram justificadas como um crime passional. Com isso, a classe de mulheres continua lutando contra o feminicídio, e buscando visibilidade e direitos numa sociedade patriarcal, quando:

“Ato lembra vítimas de feminicídio e exige fim da violência de gênero: No Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, feministas e familiares de vítimas se reuniram na Praia de Iracema e cobraram um basta Ana, Dandara, Efigênia, Jamille, Nadinny, Stefhani e tantas outras mulheres que todos os dias são assassinadas foram lembradas em ato realizado na tarde desta quinta-feira, 25, no Aterro da Praia de Iracema” (Barbosa, Jornal O Povo, 2021).

“Nenhuma mulher é vítima de feminicídio de um dia pro outro. Geralmente, são pessoas que sofreram violência por anos, e nunca denunciaram. Esse crime é o ápice”, lamenta Jeritza, estimando que mulheres “levam de 5 a 10 anos para buscar ajuda” (Vianna; Melo, Diário Do Nordeste, 2021).

É importante frisar que segundo Soares, Charles e Cerqueira (2019), além da relação de poder que leva ao caso de feminicídio, na maioria das vezes o agressor é um membro que a vítima tem relação afetivo ou parentesco. Dessa maneira, a maioria dos casos ocorrem enquanto feminicídio íntimo, sendo cometido por homens no qual a mulher possui ou possuiu contato íntimo, familiar ou de convívio, como companheiros ou ex companheiros, podendo ser observado quando se noticia que:

“Homem mata ex-namorada e abandona corpo em estrada por não aceitar fim da relação: Uma jovem de 20 anos foi vítima de feminicídio, nesta sexta-feira, 10, em Sobral, na Região Norte do Ceará. Segundo a Polícia Militar, a vítima foi encontrada morta no início da noite em uma estrada vicinal do Distrito de São José do Torto, na zona rural da cidade. Ela estava desaparecida desde o começo da tarde, após ter saído de casa para um encontro marcado com seu ex-namorado” (CESARIO, JORNAL O POVO, 2021).

“A mulher encontrada enterrada na casa do ex-namorado em Pacatuba, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), foi morta a pauladas e teve o corpo queimado” (REDAÇÃO, DIÁRIO DO NORDESTE, 2021).

“Valdian de Sousa Melcaco, de 28 anos, descumpriu uma medida protetiva que o proibia de se aproximar da ex-companheira, a enfermeira Kelry Veríssimo, de 24 anos. No domingo, às 5 horas, ele pulou o muro da residência e matou a mãe de suas duas filhas a facadas” (Jéssika Sisnando. JORNAL O POVO, 2021).

Considerando essas reportagens, observa-se que a cultura patriarcal e o machismo contribuem para a violência das mulheres, no qual o término de um relacionamento contribui para que as suas vidas sejam tiradas de forma brutal. Como aponta Mota, Mello e Costa (2021), essa violência afeta

mulheres de todas as classes, todavia, predomina nas mulheres negras e àquelas que vivem no contexto de desigualdade econômica quando “uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil e 65% delas são negras, de acordo com o Atlas da Violência 2020” (Alice Sousa, Jornal O Povo, 2020).

Como afirma Lidia de Jesus e Rita de Cassia (2022), a partir de uma perspectiva interseccional é necessário compreender e refletir a respeito da questão de gênero e patriarcado na sociedade. Contudo, a violência contra mulheres não limita só acerca do gênero, pois tal violência é a opressão com outros sistemas de dominação como o racismo, capitalismo e sexismo.

Galtierrez (2020), enfatiza que o elo desses sistemas de dominação causa o sofrimento de uma parte da sociedade, no qual mulheres não brancas, como negras e indígenas são colocadas em posições inferior das mulheres brancas. Desse modo, Ribeiro (2018) afirma que é fundamental atravessar a estrutura de opressão sobre as outras categorias, pois raça, classe e gênero, não podem ser refletidas de forma separada.

Isto posto, a categoria *feminicídio e políticas públicas* vem ponderar como as restrições da pandemia contribuíram na organização social das mulheres, visto que as mesmas passaram a ficar mais tempo em casa e conviver com seus companheiros e familiares. Tal realidade é enfatizada conforme trechos das reportagens:

“Isolamento aumenta preocupação sobre violência de gênero: Juizado da Mulher recebe 65 pedidos de medidas protetivas, em Fortaleza, durante isolamento social” (MELO, DIARIO DO NORDESTE, 2020).

“359 denúncias de violência contra mulher foram registradas no Ceará por semana, em 2021” (MELO, DIARIO DO NORDESTE, 2021).

Essas matérias jornalísticas ressaltam que com as restrições da pandemia do Covid-19, as mulheres passaram a sofrer mais agressões, visto que a rotina das mesmas se modificou, passando a ficar mais tempo em casa com seus agressores. No Brasil, com a grande disseminação do vírus da COVID-19 e as medidas impostas para contê-lo, ao mesmo tempo que tal medida protegia do vírus, acabava desprotegendo algumas mulheres que tiveram de passar mais tempo em casa com seus agressores (Magalhães, 2020).

É fato que o contexto pandêmico não criou a violência de gênero, pois a mesma já existe a séculos. Contudo, as medidas de isolamento elevaram o que acontece diariamente com as mulheres, no qual na maioria das vezes, a violência praticada no ambiente doméstico, acaba passando despercebida perante a sociedade.

Tais medidas acabaram agravando ainda mais o ambiente das mulheres, visto que às medidas adotadas geraram, crise econômica, desemprego, diminuição da renda. As mesmas passaram a

conviver por mais tempo com seus familiares, no qual o comportamento de homens violentos é aumentado com o uso de álcool e outras drogas, desemprego e diminuição de renda.

De acordo com a Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras drogas, a bebida alcoólica estabelece ligação com os casos de violência doméstica e de feminicídio. Assim, a mesma orienta que o aumento do consumo no período de isolamento poderia levar ao aumento dos comportamentos impulsivos, no qual tais comportamentos colocam em riscos a vida das mulheres. Apesar da violência acontecer em todos os lares, as mulheres sofrem violências dentro de contextos e realidades diferentes. Nesse contexto, destaca-se principalmente em lares mais pobres, constituído por pessoas com pouco acesso à educação, e entre mulheres negras (Magalhães, 2020).

Assim, os casos de violência doméstica contra mulher e feminicídio tiveram um aumento considerável, com menos chance de a vítima pedir ajuda, encontrar amigos, familiares e até mesmo buscar apoio nas políticas protetivas (Sunde; Conferso; Esteves, 2021).

Apesar das políticas públicas e medidas protetivas já existentes, é necessário o fortalecimento das mesmas, tendo em vista que ainda há um despreparo nos órgãos públicos entre alguns profissionais que recebem as demandas de violências. Além disso, no período da pandemia, as políticas públicas e medidas protetivas acabaram se tornando ineficazes, entre as mulheres que passavam mais tempo com o agressor, não conseguindo sair do domicílio para fazer a denúncia. De tal modo, a “pandemia fez crescer a violência contra mulher no Brasil e provocou a redução de denúncias” (Gabriela Almeida, Jornal O Povo, 2020).

Portanto, em 2020, com o isolamento social e os sujeitos tendo que passar mais tempo em casa, a taxa dos casos de feminicídio cresceram, e os registros das denúncias de violência doméstica diminuíram, pois com a pandemia, as mulheres passaram a conviver mais tempo com os agressores e o medo de denunciar aumentou (Cruz; Eduardo; Ribeiro, 2021). De acordo com Magalhães (2020), 105 mil casos de violência doméstica ocorreram no período da pandemia, sendo o isolamento social contribuinte para o aumento de 165,6%, dentre as denúncias do mês de março de 2020, período em que as medidas de isolamento social foram mais rigorosas. No Ceará, o índice de violência contra mulher registrado foi:

“Em 2020, 47 mulheres foram vítimas de feminicídio no Ceará, apontam observatórios da Segurança” (MELO, DIARIO DO NORDESTE, 2021)

“5 a cada 10 feminicídios no Ceará ocorrem entre noite e madrugada; fins de semana são mais letais” (MELO, DIARIO DO NORDESTE 2021).

“Ceará registra a segunda maior taxa de homicídios femininos do Brasil” (LUCAS BARBOSA, JORNAL O POVO, 2020).

Como afirma o Fórum de Segurança Pública (2020), os casos de feminicídio aumentaram 22,2% nos meses de março a abril. Desse modo, de março de 2020 a dezembro de 2021, a pesquisa anual, aborda uma taxa de registro de 2.451 casos de feminicídio durante este período de pandemia (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021). O Ceará registrou em 2020, segundo o FBSP (2021), cerca de 329 casos de homicídios de mulheres, sendo uma média de 0,7 mulheres assassinadas em 100 mil, já nos casos de feminicídio, a taxa é de 0,6 por 100 mil.

De acordo com a pesquisa do Anuário de Segurança Pública (2021), no Ceará ocorreram 8,2 % nos feminicídios, sendo um percentual bastante inferior à média nacional. Assim, Samira Bueno, diretora do FBSP, reforça que muitos casos de feminicídios têm sido classificados erroneamente apenas como homicídios, onde acabam não sendo categorizados adequadamente.

Para Cruz, Eduardo e Ribeiro (2021), a diminuição dos casos de violência doméstica, e os homicídios classificados de forma equivocada, não significa que o número de feminicídio diminuiu no referido período, mas sim, que o isolamento social e as medidas para conter o vírus, dificultaram a vida das vítimas, dado que as mesmas tiveram mais dificuldade de denunciar por estarem mais tempo com seus agressores.

É preocupante que ao analisar, que com a mudança do contexto por causa da pandemia as mulheres foram silenciadas, pelo fato de terem mais dificuldade em denunciar as agressões, tendo em vista que seus agressores passaram a estar mais tempo em casa. Ou por não conseguirem ir aos órgãos de denúncia, pois com as restrições, os locais fecharam ou tiveram o horário de funcionamento reduzido. No qual, é obrigação do estado pensar em políticas que de acordo com a vivência dessas mulheres.

Assim como aponta Junior et al (2021), é função do estado pensar em políticas públicas de acordo com a realidade das mulheres, pensando no atual contexto e que favoreceram todas as mulheres, principalmente as vivem no cenário de desigualdade social.

Desse modo, a violência contra mulher pode ocorrer com qualquer uma, porém, desentendendo do contexto social que a mesmas vive, a falta no investimento de políticas públicas pode agravar ainda mais sua realidade, pela ineficácia de políticas públicas voltadas para as mulheres em condição de desigualdade social.

### **Considerações finais**

Diante da presente pesquisa a mulher na atualidade ainda é colocada em um lugar de poder dos homens, no qual os mesmos se sentem no direito de violar os seus corpos.

As restrições do isolamento social e o estado de calamidade pública, contribuíram com impactos negativos na vida das mulheres que vivem em situação de violência. As mesmas, tiveram

mais dificuldade em denunciar as agressões, tendo em vista que seus agressores passaram a estar mais tempo em casa; como também, os órgãos de denúncia, devido às restrições, tiveram de ser fechados ou o horário de funcionamento reduzido.

Dentre os impactos negativos da pandemia do COVID-19, ocorreu a subnotificação da violência. A violência doméstica aumentou, porém, as denúncias diminuíram, contribuindo para a classificação do feminicídio de forma equivocada devido o não acesso aos órgãos públicos de proteção. Nesse sentido, as mortes por feminicídio durante a pandemia, retrataram uma socialidade desigual entre os gêneros, no qual a cultura machista entende o corpo da mulher como espaço de ocupação para as violências.

O crime de feminicídio não se restringe apenas ao ambiente doméstico e familiar, o mesmo pode ocorrer em diferentes contextos sociais, políticos e sociais. Daí a importância em se falar mais sobre esse tema em ambientes educacionais e de saúde, a fim de fortalecer a mobilização social no debate da luta por melhores condições socioculturais, às mulheres vítimas de violência.

## Referências

ANGELIM, Rosangela; MARTINS, Paulo Adroir Magalhães. **Se te agarro com outro te mato: Reflexões sociojurídicas sobre o feminicídio no Brasil**. Coisas do Gênero: Revista de estudos feministas em Teologia e Religião. São Leopoldo. v.5 n. 2. p. 06-20, 2019.

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 2423–2446, 5 jun. 2020

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006**. Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Senado Federal. 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020.

CANAL, G. C.; ALCANTARA, N. S. D. A.; MACHADO, I. V. **Feminicídio: o gênero de quem mata e de quem morre**. Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v. 5, n. 1, p. 275–288, 2018.

CHAGAS, E. R.; OLIVEIRA, F. V. A. DE; MACENA, R. H. M. **Mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia de Covid-19. Ceará, 2014 a 2020**. Saúde em Debate, v. 46, n. 132, p. 63–75, 2022.

COSTA, A. J. D. **O Contexto Histórico Da Violência Contra Mulher e a Atuação Do Psicólogo**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Vol. 04, pp. 21-37, 2021.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**.

GARCIA, L. P. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

MAGALHÃES, E. **Femicídio e suas interfaces com o patriarcado em tempos de Covid-19**. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 224, p. 81–91, 2020.

MELO, M. DA S.; TOPOROSKI, E. L. Violência doméstica contra a mulher e feminicídio na pandemia de COVID-19 no Brasil. *Academia de Direito*, v. 4, p. 688–711, 2022.

NORDESTE, Diário do. **Mulher encontrada em quintal de ex-namorado foi morta a pauladas e teve corpo queimado**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/mulher-encontrada-em-quintal-de-ex-namorado-foi-morta-a-pauladas-e-teve-corpo-queimado-1.3158948> Acesso em: 20 set. 2022

NORDESTE, Diário do. **Histórias de mulheres que conseguiram romper o ciclo da violência doméstica**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/12/09/historias-de-mulheres-que-conseguiram-romper-o-ciclo-da-violencia-domestica.html> Acesso em: 20 set. 2022

NORDESTE, Diário do. **Em 2020, 47 mulheres foram vítimas de feminicídio no Ceará, apontam observatórios da Segurança**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/em-2020-47-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-no-ceara-apontam-observatorios-da-seguranca-1.3054963> Acesso em: 20 set. 2022

NORDESTE, Diário do. **5 a cada 10 feminicídios no Ceará ocorrem entre noite e madrugada; fins de semana são mais letais**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/5-a-cada-10-femicidios-no-ceara-ocorrem-entre-noite-e-madrugada-fins-de-semana-sao-mais-letais-1.3165986> Acesso em: 20 set. 2022

NORDESTE, Diário do. **Ceará registra a segunda maior taxa de homicídios femininos do Brasil**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/07/15/ceara-registra-a-maior-taxa-de-homicidios-femininos-do-brasil.html> Acesso em: 20 set. 2022

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GATIERREZ, B., FERREIRA, E. **Femicídio e Covid-19**. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 224, p. 37–46, 21 set. 2020.

POVO, O. **Ceará registra a segunda maior taxa de homicídios femininos do Brasil**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/07/15/ceara-registra-a-maior-taxa-de-homicidios-femininos-do-brasil.html> Acesso em: 20 abr. 2022

POVO, O. **Histórias de mulheres que conseguiram romper o ciclo da violência doméstica**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/12/09/historias-de-mulheres-que-conseguiram-romper-o-ciclo-da-violencia-domestica.html> Acesso em: 20 set. 2022

POVO, O. **Violência doméstica: quais fatores inibem as denúncias das mulheres contra os agressores?**

Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/07/14/violencia-domestica--fatores-na-relacao-inibem-denuncias-das-mulheres-contra-os-agressores.html> Acesso em: 20 set. 2022

POVO, O. **Ato lembra vítimas de feminicídio e exige fim da violência de gênero.** Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/11/25/ato-lembra-vitimas-de-femicidio-e-exige-fim-da-violencia-de-genero.html> Acesso em: 20 set. 2022

POVO, O. **Homem mata ex-namorada e abandona corpo em estrada por não aceitar fim da relação.** Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/sobral/2021/09/11/homem-mata-ex-namorada-e-abandona-corpo-em-estrada-por-nao-aceitar-fim-da-relacao.html> Acesso em: 20 set. 2022

POVO, O. **Acaraú de luto após morte de enfermeira e professora vítimas de feminicídio.** Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/acarau/2021/11/29/acarau-de-luto-apos-morte-de-enfermeira-e-professora-vitimas-de-femicidio.html> Acesso em: 20 set. 2022

POVO, O. **Pandemia fez crescer a violência contra mulher no Brasil e provocou a redução de denúncias.** Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2020/10/20/pandemia-fez-crescer-a-violencia-contramulher-no-brasil-e-provocou-a-reducao-de-denuncias.html> Acesso em: 20 set. 2022

RIBEIRO, D. **Quem Tem Medo Do Feminismo Negro?** 1ªed. São Paulo, Companhia Das Letras, 2018

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>

SUNDE, R. M.; SUNDE, L. M. C.; ESTEVES, L. F. **Femicídio durante a pandemia da COVID-19.** Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 1, p. 55–73, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/11081/6591>

## CAPÍTULO 12

### A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES E A SUA INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO LGBTQIA+FÓBICO

*Francisco Matheus de Oliveira Cavalcante  
Meury Gardênia Lima de Araújo*

#### **Introdução**

Na contemporaneidade, temáticas relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual permeiam os mais diversos contextos, e lançam questionamentos acerca de como se constituem, e se caracterizam tais vivências. Diante dessas tensões, o presente texto busca se debruçar acerca da seguinte questão: como se dão as construções das masculinidades, tendo em vista as normativas de gênero impressas sob esses sujeitos através da cisheteronormatividade? E buscando compreender a influência das normativas acerca da produção dos comportamentos LGBTQIA+fóbicos para com os sujeitos considerados dissidentes, fora destas normativas sexuais e de gênero.

Ao falarmos de masculinidades, no plural, entende-se que há mais de uma maneira de ser e se entender enquanto homem no mundo. Contudo, devido a cultura patriarcal que sustenta várias idealizações do que é ser homem, e opressões oriundas da não performance desta, surge o ideal do que é ser homem, destacando-se convicções como: provedor, forte e viril. E em contrapartida, surgem os corpos de caráter não masculino, ou que abrem mão dos privilégios que lhes são dados ao nascer enquanto um ser do sexo masculino, sendo esses os corpos LGBTQIA+ (Andrêo *et al*, 2016).

A dissidência desses corpos, ou seja, a ida na direção contrária ao que se espera ser a performance de masculinidade, no caso de sujeitos do sexo masculino, faz com que se pense em que tipo de masculinidades são tidas e enxergadas enquanto passíveis de aprovação, ou de exclusão, invisibilização e/ou aniquilamento. Tendo em vista que, o que aqui falamos ser “normal”, “esperado”, “aceito”, é fruto de uma construção do que o sujeito com as atribuições e características lidas enquanto másculas, e também, lidos biologicamente enquanto machos, devem expressar em suas vivências (Castro; Siqueira, 2020).

#### **Sexo, Gênero e Sexualidade: categorias de análise**

##### **Sexo**

Segundo Oka e Laurenti (2018), apontar para o sexo é também pensar em gênero, entendendo que o primeiro corresponde a aspectos biológicos, enquanto o segundo, a aspectos

culturais. Ou seja, o sexo chega para o corpo antes que o próprio sujeito se reconheça com as características e as marcas biológicas. E o gênero lhe atravessa enquanto modo de afirmar ou não os traços que já demarcaram o corpo através do caráter biologicista. Antecedendo uma vastidão de existências possíveis para esses indivíduos, pautados, a princípio, no caráter biológico de seus corpos.

O sexo, principalmente na atualidade, ainda se encontra preso diante de um discurso binário, ou seja, havendo segundo Pombo (2017), uma divisão que se coloca como e enquanto polos opostos, como no caso dos sujeitos masculinos e femininos. Desta maneira, indo numa lógica de oposições, como por exemplo: preto-branco, alto-baixo, grande-pequeno. Tudo o que é diferente das referidas proposições, portanto, configurando-se no âmbito da anormalidade. Considerando enquanto comuns apenas dois modos biológicos distintos, mas com caráter de complementaridade.

### **Gênero**

Gomes (2018), aponta que a intenção de se utilizar o termo ou a categoria “gênero”, e não mais a categoria sexo, é um ato de enfrentar e ir na contramão do determinismo biológico colocado através da perspectiva do sexo, ou seja, do que é “ser mulher” e “ser homem”. Tendo em vista que o caráter e a significância do termo gênero são carregados de um teor político, histórico e social. E, que por sua vez, ultrapassa as barreiras do binarismo comumente empregadas diante da ideia de sexo enquanto oposição.

Segundo Miskolci e Campana (2017), o caminhar na direção contrária ao que é esperado socialmente, e dito enquanto “normal” acerca dos gêneros, ganha um caráter de imoralidade. Pois, diante de modos de se colocar no mundo diferente do paradigma proposto tradicionalmente, alguns sujeitos permeados por ideais morais conservadores, descrevem esse fenômeno como “ideologia de gênero”. Esses sujeitos encontram-se embasados em fundamentos éticos e morais, respaldados por dogmas religiosos, os quais norteiam como devem se constituir os papéis e as figuras de gênero, ainda numa linha de pensamento pautada no binarismo e em preceitos bíblicos.

### **Sexualidade**

A sexualidade nos dois últimos séculos, de acordo com Louro (2018), vem sendo apontada enquanto objeto de observação, por cientistas, antropólogos, religiosos, psiquiatras, educadores, sendo vista enquanto uma “questão”. Através desses modos de olhar para uma mesma “questão”, ela vem sendo descrita, compreendida, saneada, educada, normatizada. Sobre as sexualidades são colocadas autorizações, permissões, acerca da forma de direcionar os afetos e os desejos sexuais, ou

seja, colocando uma função específica e direta, meramente reprodutiva. E considerando tudo o que não se coloca a favor desta função enquanto desviante, anormal, patológico, pecaminoso.

Rangel e Carvalho (2020) colocam que os discursos de ódio lançados para os corpos desviantes que compõem a sigla LGBTQIA+, estão sustentados pelo direito de liberdade de expressão, contudo, tais discursos andam longe dessa concepção, caminhando muito mais próximos e alinhados com pensamentos moralistas e conservadores acerca de como determinados sujeitos podem existir e se expressar. Sendo tais expressões negativas para com os sujeitos do referido grupo, compreende-se que é a partir de falas preconceituosas, depreciativas, que outras formas de violências são geradas, como por exemplo, violências psicológicas, morais, sexuais e físicas, podendo inclusive, levar ao assassinato de indivíduos que não se encaixam dentro do padrão imposto, cisheteronormativo.

## **A construção de masculinidades no Brasil**

### **Masculinidades hegemônicas**

Segundo Rodriguez (2019), a masculinidade se dá através de um conjunto de ideias e ações acerca do que seria um “homem de verdade”, ou seja, esse sujeito deve ser jovem, heterossexual, cisgênero, branco e viril. Para além de uma negação dos seus sentimentos e afetos, seguindo uma ideia de que “homem de verdade não chora”, logo, as opressões tanto são destinadas ao próprio sujeito quanto aos demais homens que circundam seu meio social, como uma espécie de pré-requisito para que se possa existir enquanto um sujeito do gênero masculino. Atribuindo ainda que o sujeito que performa em suas relações romântico-sexuais, uma heteronormatividade, a esse indivíduo é permitido “fazer o que quiser”, sendo algo socialmente visto e lido enquanto liberdade. Pois, os comportamentos sexuais quando exercidos por sujeitos masculinos e heterossexuais, sofrem menos ou quase nenhum apontamento ou comentário de repressão. O que não é o caso quando mulheres e sujeitos não cis-hetero dão vazão aos seus desejos erótico-sexuais.

A utilização do termo “masculinidades”, no plural, afirmam Nogueira e Miranda (2017), não se dá a partir da multiplicidade de identidades e estilos de vida, mas sim, enquanto uma forma de apontar para os tipos de relações de poder diante das manifestações de masculinidades, ou seja, destacando como se dão as interações destinadas tanto para com os sujeitos do mesmo sexo, masculino, quanto para com as mulheres, buscando assim evidenciar os modos de funcionamento destas relações.

Diante do modelo de masculinidade vigente como norma, a hegemônica, pode-se passar a entender, enxergar, vislumbrar, outras possibilidades de se colocar no mundo como um sujeito

masculino, contudo, todos os outros modelos de masculino, (masculinidades subalternas, como indígenas, afro-brasileiras, pobres, homossexuais, dentre outros.), que vão na contramão ao que é considerado ideal, comum ou normal, são colocados enquanto subordinados ao padrão normativo, ou seja, podendo-se compreender que há uma hierarquia entre essas possibilidades de ser homem, masculino, havendo e sendo ensinado ao longo do processo histórico, que há um modelo de masculinidade que é superior às demais (Rodriguez, 2019).

### **Heteronormatividade e Dissidência**

O conceito de heteronormatividade diz respeito ao conjunto de instituições, estruturas e práticas que normalizam apenas um único modo de lançar seus afetos e desejos, sendo assim, normalizando as formas dominantes de heterossexualidade, atribuindo a estas, um caráter de universalidade e moralidade. Também estando diretamente ligada às normativas sociais sobre os corpos e como e a quem, os desejos afetivos-eróticos devem ser destinados. Colocando todas as outras condutas não-heteronormativas num lugar de social e sexual, passíveis de discriminação, tanto em dimensões materiais quanto simbólicas. Propiciando uma maior naturalização e aceitação para com as práticas no âmbito sexual e sociais, dos indivíduos heterossexuais. E proporcionando uma invisibilização acerca dos sujeitos que desviam das normativas impostas pela sociedade (Santos; Sanches; Sacramento, 2019).

Para Camilloto e Camilloto (2017), pensar sobre a heteronormatividade compulsória enquanto um sistema que rege a sociedade contemporânea, é lançar-se para a necessidade de se pensar soluções para os corpos que não cabem nesse campo, ou seja, os corpos entendidos como desvios, anormais ou imorais. Visto que, essa forma de normatizar e regular os desejos perpassa pelo campo dos discursos de poder, já que se pautam em discursos científicos, religiosos e políticos para impor um modelo único, o heterossexual. Além de atravessar conceitos como o binarismo, questões raciais e econômicas, colocando assim, hierarquias nas quais os sujeitos que correspondem aos atributos heteronormativos ocupam o topo dessa cadeia alimentar. Mantendo também um sistema onde entende-se que há dominador, o sujeito heterossexual, e o dominado, os não correspondentes as normativas.

Aos desvios do que é imposto como regras, podemos denominar também de dissidências, existências estas que seguem na contramão do que é considerado socialmente como “comum” ou “normal”, acerca de performance sexual e de gênero. Para com esses corpos, além de inúmeras violações de direitos, lhes são dadas e retiradas por uma soberania heteronormativa, quais sujeitos podem viver ou devem morrer. Visto que estigmas circundam esses sujeitos, lendo-os ao longo da história, enquanto sujeitos abjetos, ou seja, que não possuem afetos, desejos, direitos. Destinando

estes corpos a condições precárias, sem caráter políticos, sociais e afetivos, lançando-os rumo a uma invisibilidade, de modo como passíveis de descartes (Duarte, 2020).

## **LGBTQIA+fobia e outras violências**

### **LGBTQIA+fobia**

Para pensarmos em LGBTQIA+fobia, é importante que se entenda por quais caminhos essa forma de dominação e violência percorre. Segundo Torres, Saraiva e Gonzaga (2020), um ponto bastante relevante ao olharmos para a construção e como se configura a LGBTQIA+fobia é observar o caráter de sofrimento ético, político e social que circundam uma mesma questão, o não reconhecimento de vivências contrárias a cisheteronormatividade compulsória, ou seja, os comportamentos fóbicos que são lançados em forma de discursos de ódio e atos de violência para com os corpos desviantes, os sujeitos da comunidade LGBTQIA+.

A pauta da LGBTQIA+fobia perpassa inúmeros cenários, tendo em vista que, já há muito tempo tem-se o interesse de controlar e docilizar esses sujeitos que se colocam de forma contrária às normas impostas como caminho viável para viver, amar e desejar. Para Vázquez, Toneli e Oliveira (2019), organizações nacionais como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e organizações internacionais não governamentais como a *Transgender Europe* (TGEU) apontam que o Brasil é o país que lidera o *ranking* na lista de países que mais mata pessoas trans. Nesse processo de negação de suas existências, a necropolítica e o necrobiopoder, constituem uma hierarquia de quais corpos são passíveis ou não de morte, e ainda, de forma desvelada e cruel deslegitima os processos de vida e morte dessa população, os deixando de lado ou não dando a devida importância para com os crimes a esses sujeitos cometidos.

Cassal, Bello e Bicalho (2019), à luz da Resolução nº 01/1999, apontam para as problemáticas e questões éticas acerca de profissionais da psicologia, que se dispõem e compactuam com processos tais quais a “cura gay” ou “reversão sexual”.

Estas práticas juntamente com o lugar de poder ocupado pelo profissional psicólogo, podem servir como mais um instrumento e mecanismo de sofrimento ético-político para os sujeitos não correspondentes às expectativas cisheteronormativas, ou seja, colocando-se enquanto mais um meio de opressão para com essa população já tão estigmatizada (CFP, 1999).

Logo, segundo Furlan (2017), a despatologização da homossexualidade, ultrapassa questões de crença ou morais, indo ao encontro de uma questão de preservação de direitos para com estes indivíduos. Onde a atuação prática de profissionais da psicologia, deve estar pautada no seu entendimento ético e respaldados no seu código de ética profissional, a fim de melhor manejar os

processos para com os sujeitos, em busca de uma atuação que vise o respeito às diferenças de quaisquer tipos, e que assegurem o indivíduo no que encontra-se como orientação no tocante da garantia de seus direitos enquanto cidadão, prescritos na Declaração Universal de Direitos Humanos.

### **Método**

A pesquisa é do tipo exploratória, uma vez que, segundo Gil (2019), este tipo de pesquisa visa proporcionar uma maior familiaridade entre os conceitos apontados durante o processo de desenvolvimento dos escritos, também com o intuito de tornar explícito, e melhor aproximar, os conceitos abordados ao longo do presente texto.

Utilizando-se também da abordagem qualitativa, que se caracteriza segundo Creswell (2014), como um método que proporciona uma maior liberdade para que o pesquisador possa interpretar os dados de uma maneira mais natural, trazendo aspectos de si para os escritos, pois, falar de sua pesquisa também é se colocar. Assumir posicionamentos político culturais, sociais, de gênero, classe e pessoal, compondo e dando uma forma singular para a pesquisa.

Como procedimento, optou-se, inicialmente, por uma pesquisa bibliográfica, que segundo Martins e Theóphilo (2016) trata-se de um método de pesquisa onde consiste em reunir e catalogar, materiais elaborados anteriormente, e que dialogam com o tema, assunto ou problemática estabelecidos pelo pesquisador. Constituindo-se através de livros, periódicos, revistas, artigos científicos, jornais, sites, anais, congressos, dentre outras fontes confiáveis de disseminação de informações e/ou conhecimentos.

Assim, a investigação para a composição do seguinte texto, configura-se enquanto uma revisão integrativa, pois segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), trata-se de uma abordagem metodológica mais ampla, contemplando tanto estudos experimentais, quanto não experimentais. Buscando uma maior amplitude acerca do objeto de estudo da pesquisa, além de apontar lacunas do conhecimento.

Foram utilizados enquanto meios para a coleta dos dados as seguintes plataformas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Google Acadêmico e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC). Tendo em vista que tais ferramentas dispõem de um vasto acervo acerca do que há de mais atual no que diz respeito ao cenário de produção de conhecimento científico. Quanto aos critérios de inclusão dos materiais para compor o referencial teórico, foram selecionadas produções tais quais artigos referentes aos anos de 2017 a 2021, com temas relacionados aos seguintes descritores e/ou palavras-chave: “LGBTQIA+” and “Heteronormatividade” and “Masculinidades”.

## Resultados e discussão

Para pensarmos nas masculinidades, é importante que tenhamos em mente que diversas questões atravessam essa discussão. Ao que Rodriguez (2019) discorre acerca do que seria a masculinidade hegemônica, sendo este um dos modelos e possibilidades de ser e/ou estar no mundo a partir do lugar de um corpo masculino. Onde um imaginário do que seria uma masculinidade ideal perpassa as vivências desses sujeitos, e ao não estar em correspondência às normativas e/ou idealizações do que é ser homem, ser macho, essa masculinidade é colocada em xeque. Ocupando essa masculinidade hegemônica um lugar de dominação, numa ordem social hierárquica onde mulheres e outras identidades de gênero, como as dissidentes, são postas enquanto subalternas ou inferiores.

Ao longo de décadas uma imagética do que seria um “homem de verdade” ou “verdadeiro macho” vem sendo construído socialmente, e junto a essa ideia, empregasse características que este sujeito deve corresponder para se fazer pertencente a tal grupo dominante, como: não ser vulnerável, delicado e brocha. Muito pelo contrário, fugindo sempre de aspectos que se assemelham ao feminino, questão está que fica em evidência quando há medo, receio ou estranhamento, por exemplo de um sujeito masculino que não teme expressar-se como bem entende, ou sujeitos desviantes, como homens que se relacionam com outros homens. Mas sim, a este homem de verdade, fiador das normativas, cabe performar força, bravura e virilidade. Sendo construídos tais aspectos desde a infância, quando lhes são ensinados modos de pensar, ser e agir, a partir desse corpo masculino (Rodriguez, 2019).

O que corrobora com o que Camilloto e Camilloto (2017) apontam ao descreverem acerca da heteronormatividade compulsória, e como essa questão rege inúmeros aspectos na sociedade contemporânea. Sobretudo acerca do que seria passível de ser considerado “normal” ou não. E que também permeia discursos de poder que limitam possibilidades de experimentação, principalmente quando voltado para a questão das experiências de masculinidades. Restringindo ao possível o que permeia uma lógica imbricada na cisheteronorma. Discursos esses atravessados por dizeres científicos, religiosos e políticos.

Os estereótipos acerca do que seria um sujeito masculino, dito macho, quando reforçados e colocados como possibilidade única, buscando eliminar os outros modelos que fogem do que seria o modelo hegemônico só potencializam os diversos tipos de violências lançados para com os sujeitos que ainda dentro de uma lógica masculina, mas que vivem essa corporeidade de outras formas sejam o alvo de tais violências. Em especial quando se têm figuras em locais de poder que disseminam

discursos hegemônicos e revestidos de ódio para com possibilidades outras de experimentação das masculinidades (Pereira; Gamas, 2021).

Entender que como uma questão de caráter social, histórico e cultural, os comportamentos fóbicos destinados aos sujeitos da comunidade LGBTQIA+ podem ser revistos a partir de uma ótica crítica, em especial no que se refere aos entrelaçamentos com as possibilidades de ser e viver como um sujeito masculino. Passando pelo crivo de uma reeducação e reformulação do que seria ser homem, ser masculino e quais as outras variáveis. Desta forma, repensar os modelos de gênero, e como a partir dessas construções pode-se enfrentar mais claramente os discursos de poder e as hierarquias sexuais e de gênero (Oliveira; Moreira, 2020).

### **Considerações finais**

No que se refere aos principais achados, fica evidente a partir dos textos encontrados ao longo do processo de pesquisa, o quanto as construções dos modelos de masculinidades e a reafirmação de tais práticas implicadas num sistema hierárquico social que privilegia os sujeitos enquadrados dentro de uma lógica cisheteronormativa, estão diretamente relacionadas aos modos de subjugação de mulheres e de outras identidades de gênero. E também colocam no campo da estranheza e impossibilidade os modos outros de experienciar as masculinidades de diferentes formas. Uma vez que, a partir de tais práticas, podemos perceber o fenômeno da LGBTQIA+fobia como uma reação direta ou indireta para com os sujeitos que não compactuam dos mesmos ideais e modos de vida.

Não sendo algo atual essas tentativas de controle acerca das sexualidades. Sendo enunciado em vários textos, uma vez que entende-se que alguns discursos financiam essas visões acerca de sexualidades e gênero desviantes, sendo eles: a religião, o estado e os discursos científicos. Sendo perceptível fortemente ainda na contemporaneidade, inclusive quando alguns sujeitos se entendem e reafirmam falas ditas e consideradas conservadoras. Onde através de suas ações e discursos, tentam constantemente borrar as fronteiras entre o que seria liberdade de expressão e discurso de ódio. E em algumas situações, tais atos de violência podendo acontecer em algumas esferas, sobretudo, deixando marcas singulares em cada campo ao qual atinge nos sujeitos alvos desses comportamentos fóbicos.

Entende-se que as experiências masculinas e desviantes são fenômenos que se atualizam ao longo da história, é perceptível o quão importante é a formulação de novos estudos acerca destas temáticas, uma vez que não há conclusões fixas, enrijecidas sobre tais temas, mas sim, um processo de constante compreensão sobre essas constituições e vivências. Para além também de se pensar acerca das políticas públicas já existentes e novos modos de enfrentamento aos processos de LGBTQIA+fobia.

## Referências

ANDRÊO, Caio; PERES, Wiliam Siqueira; TOKUDA, André Masao Peres; SOUZA, Leonardo Lemos. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre os gêneros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. vol.16 no.1, p.46-67, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v16n1/v16n1a04.pdf> Acesso em: 23 de março de 2021.

CAMILLOTO, Bruno; CAMILLOTO, Ludmilla. Tolerância liberal e pluralismo: Uma crítica à heteronormatividade. **RDFG - Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v.4, n.1, p.25-41, Guanambi-Bahia, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ceeb/a5a38a223b904a749dbe1f6c9664f10c6ca4.pdf> Acesso em: 25 de abril de 2021.

CASSAL, Luan Carpes Barros; BELLO, Héder Lemos; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Enfrentamento à LGBTfobia, afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº01/1999. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.39 (n.spe 3), Brasília, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932019000700305](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000700305) Acesso em: 27 de abril de 2021.

CASTRO, Gustavo Henrique Carvalho de; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. “Vão achar que é uma piada, mas, para nós, não!”: discursos de resistência em clubes brasileiros de futebol gay. **Cadernos EBAPE. BR**. vol.18, no.4, Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512020000501058&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512020000501058&tlng=pt) Acesso em: 23 de março de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução 01/99 - Psicologia e práticas homossexuais**. BRASIL, 1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/resolucao-01-99/> Acesso em: 29 de maio de 2021.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 3ª edição, 2014.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Vidas precárias e LGBTQIfobia no contexto da pandemia: A necropolítica das sexualidades dissidentes. **Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APES**, Juiz de Fora, 2020.

Disponível em: [https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT\\_Convid\\_19\\_APES-1.pdf](https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf) Acesso em: 30 de abril de 2021.

FURLAN, Vinicius. Psicologia e a Política de Direitos: Percursos de uma relação. **Psicologia: Ciência e Profissão**. vol.37, no.spe, Brasília, 2017.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932017000500091](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500091) Acesso em: 13 de abril.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2019.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas - Revistas de Ciências Sociais**. vol.18, no.1, Porto Alegre, 2018.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-60892018000100065&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-60892018000100065&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 13 de abril de 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Autêntica: Belo Horizonte, 3ª edição revista e ampliada, 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 3ª edição, 2016.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2008.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximilliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**. vol.32, no.3, Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci_arttext) Acesso em: 23 de abril de 2021.

NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A (re)produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos humanos. **Revista de Educação: Interritórios**, Universidade Federal de Pernambuco, v.3, n.5, Caruaru, 2017.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/viewFile/234444/27612> Acesso em: 15 de abril de 2021.

OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. Entre o sexo e o gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde e Sociedade**. vol.27, no.1, São Paulo, 2018.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902018000100238&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000100238&lng=pt&tlng=pt) Acesso em: 14 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Thiago César de; MOREIRA, Margareth Campos. A construção da homofobia e sua reprodução na escola: Marcas históricas que inviabilizam a educação sexual. **Cadernos de Psicologia**. v. 2, n. 4, p. 93-118, Juiz de Fora, 2020.

PEREIRA, Marcio Jose; GAMAS, Luciane Cristina. Redes sociais, masculinidade hegemônica e violência: o machismo como elemento (des) civilizacional no Brasil. **Perspectivas em Diálogo: Revista de educação e sociedade**, v. 8, n. 17, p. 215-234, 2021.

Disponível em: <https://periodicos-teste.ufms.br/index.php/persdia/article/view/12781> Acesso em: 29 de setembro de 2021.

POMBO, Mariana Ferreira. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e queer. In: **Periódicos, Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades**, n.7, v.1, Salvador, 2017.

Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/21786/14314> Acesso em: 18 de abril de 2021.

RANGEL, Felipe Augusto Barreto; CARVALHO, Camila Magalhães. Sexualidades descolonizadas em combate ao discurso de ódio. **Opará, Etnicidades, movimentos sociais e educação**, v.8, n.12, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/10768> Acesso em: 09 de abril de 2021.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Revista Diversidade e Educação**, v.7, n.2, p.276-291, Rio Grande, 2019.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9291> Acesso em: 07 de abril de 2021.

SANTOS, Allan; SANCHES, Julio César; SACRAMENTO, Igor. Boy Erased: Vigilâncias e coerções da heterossexualidade compulsória na cultura brasileira contemporânea. In: **VI Simpósio Internacional LAVITS, Assimetria e (in)visibilidades: Vigilância, gênero e raça**, Salvador, 2019. Disponível em: [https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Santos\\_Sanches\\_Sacramento-2019-LAVITSS.pdf](https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Santos_Sanches_Sacramento-2019-LAVITSS.pdf) Acesso em: 24 de abril de 2021.

TORRES, Marco Antônio; SARAIVA, Izabella Marina Martinho; GONZAGA, Rubens Modesto. Sexualidade no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. vol.25, Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782020000100237&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100237&lang=pt) Acesso em: 18 de abril de 2021.

VÁZQUEZ, Claudia Lazcano; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; OLIVEIRA, João Manuel de. Necropolítica, políticas públicas interseccionais e cidadania trans. **Ex aequo**, no.40, Lisboa, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602019000200010&lang=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602019000200010&lang=pt) Acesso em: 03 de maio de 2021.

## CAPÍTULO 13

## VIOLÊNCIA AMBIENTAL SIMBÓLICA: UM CONCEITO EM PSICOLOGIA

*Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco***Introdução**

Durante a construção da pesquisa de doutorado em Psicologia, intitulada *O adolescente em privação de liberdade: a violência ambiental simbólica em Centros Socioeducacionais* foi observado que as palavras em destaque para a realidade atual do Centro Socioeducacional resumiram-se em: violência e poder. A violência que transcorre pelas relações de poder no espaço socioeducativo se estrutura nos pilares da invisibilidade, contrário aos processos de socialização, turvo aos padrões instituídos, mas legitimado pelos profissionais do ambiente.

Nesse contexto, a violência existe também enquanto um processo de dominação que Bourdieu (1989) aponta como um poder invisível, imaginário, com capacidade de obtenção dos resultados equivalentes ao da força física. Tais barreiras simbólicas oprimem grupos minoritários à margem dos espaços de poder e disputa, frente as posições naturalizadas por ideias dominantes em um dado espaço relacional.

Compreender a violência ambiental pelas trocas simbólicas é algo novo para os estudos da subjetividade em Psicologia Ambiental, posta em construção nesse ensaio teórico. Sua manifestação perspicaz e quase imperceptível nas relações de poder, presentes no ambiente, intitulada Violência Ambiental Simbólica, é desenvolvida baseada em: Bourdieu (2003, 2012) que trabalha as estruturas sociais (campo) e mentais (habitus) enquanto operantes de (re)produções naturalizadas e internalizadas (violência simbólica) nas relações das pessoas com os diferentes espaços institucionais; Moser (2009), com seus estudos a respeito do ambiente (portador de significado das ações) enquanto um campo multidisciplinar compreendido a partir de um contexto físico-social em que as relações das pessoas nos diferentes espaços ganham sentidos e significados; e Barker (1968,1987) que nas investigações dos estudos inerentes à Psicologia Ecológica discorre da relação intrínseca entre comportamento e experiência nos ambientes do cotidiano (behavior setting).

A ideia de que o Ambiente na Psicologia Ambiental não está alicerçada somente dentro de um panorama físico, mas também interligado às causas e efeitos das relações, capazes de modular comportamentos, assinala o questionamento para questões mais amplas, perpassadas pelos fatores visíveis e invisíveis.

## Desenvolvimento

Nos estudos em Psicologia Ambiental, se compreende a pessoa pela inter-relação com os diferentes espaços, caracterizados dentro de um panorama cultural e social que se configura por sua história tanto coletiva como individual. A inter-relação da pessoa com o ambiente contribui para o entendimento das necessidades e aspirações particulares, que condiciona percepções e comportamentos às perspectivas futuras (Moser, 2016).

Segundo Moser (2005) o ambiente é, por essência, um campo multidisciplinar, e a diversidade nas discussões entre as áreas disciplinares contribuem para trocas interdisciplinares. De tal modo, o ambiente é culturalmente formatado em função dos significados estabelecidos mediante as ações do indivíduo, ou seja, as dimensões do ambiente implicam em reconhecimento das inter-relações com o indivíduo nas dimensões físicas e sociais. (Moser, 2016).

Feitas as devidas considerações acerca da interdisciplinaridade nos estudos voltados ao ambiente, considero sua íntima relação com as contribuições de Bourdieu que analisa os espaços a partir das relações sociais que transcendem às observações objetivas.

O autor assinala que as relações sociais sob um determinado contexto assumem caráter objetivo e subjetivo mediante “relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento” (Bourdieu, 2003, p. 27).

O campo adota autonomia quando guiado por regras hierárquicas regidas pelas relações de poder em que cada pessoa ocupará a posição social pertencente ao grupo dos dominantes ou dominados. A posição social será influenciada pela quantidade de capital que é o instrumento pelo qual ocorrem as disputas em cada campo. Assim:

“A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa a imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada” (Bourdieu, 2003, p. 20-21).

Conforme Pierre Bourdieu, o campo detém quatro capitais a destacar: 1) o capital econômico caracterizado pelos rendimentos financeiros; 2) o capital social constituído pelas configurações de convívio e relações sociais diárias; 3) o capital cultural, presente nos processos educacionais com a representatividade de certificados e diplomas, bem como o envolvimento no conhecimento dos ofícios artísticos; 4) capital simbólico, ligado à: forte representatividade de lideranças em que por meio da relação social se obtém ganhos secundários; compromisso ancestral do prestígio a honra, ou seja, é tido como grande ofensa ter a mãe ofendida ou o bairro de origem desqualificado;

reconhecimento social pelo mesmo corte de cabelo característico dos famosos nas mídias sociais, estilos de vestimentas pertencente a classe dominante e bom comportamento.

No campo do centro socioeducacional, influenciado por um conjunto de relações históricas, os capitais predominantes serão aqueles de maior legitimidade entre os indivíduos que disputam o poder, definidos socialmente pelo convencimento de uma ideia sobre as demais.

Para Bourdieu o capital social como um instrumento de poder, dependendo do campo, estará inserido nos demais capitais como o artístico, econômico, cultural e simbólico. Em cada campo, ou seja, espaço, a classe dominante será aquela que deterá o maior capital. Nesse contexto, se darão as disputas para aquisição de mais capital, prevalecendo os das classes dominantes.

Cada campo se constituirá do que Bourdieu chamou de habitus, referindo-se a aquilo que se adquiriu e foi incorporado como disposições permanentes do comportamento frente às diferentes situações. Habitus, é a história socialmente construída e incorporada pelo indivíduo (Bourdieu, 2003).

Desse modo, o habitus, como produto da história do sujeito em relação a um contexto que perpassa por gerações, é um sistema de acomodações constantemente afetados por ser durável, mas não estável.

O habitus é constituído pela forma como alguns conceitos ou ações são incutidos no ser humano, como por exemplo, normas e regras que são instituídas com o passar dos tempos pela sociedade. Os indivíduos que fazem parte de determinada cultura acabam praticando ações que no seu contexto são tidas como padrões essenciais para viver em sociedade. Assim, comportamentos compreendidos pela classe dominante como sendo atos de violência, nas classes dominadas pode ser concebido enquanto uma ação natural e própria da comunidade.

Resumindo, em cada espaço existe um padrão de comportamento a ser seguido pelas pessoas a partir das ideias predominantes, compreendido na Psicologia Ambiental como behavior setting, conceito melhor explicado posteriormente.

Nessa configuração, o habitus, ao mesmo tempo que guia as ações do indivíduo, permite num determinado campo, o acúmulo das experiências do fluxo da vida. Dito isso:

“As experiências se integram na unidade de uma biografia sistemática que se organizam a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo, nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva do seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do habitus de classe [...]. O estilo pessoal, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo habitus, práticas ou obras, não é senão um desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe” (Bourdieu, 2003, p. 80-81).

Os habitus individuais são frutos das relações sociais nos diferentes espaços a partir de costumes e trajetórias diversas. No entanto, dependendo das circunstâncias a pessoa pode criar estratégias que produzam reações voltadas à moldar o campo em função das suas necessidades a partir das experiências anteriores. Portanto:

“Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada em todas as conseqüências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para confrontá-las às suas disposições” (Bourdieu, 2003, p. 28-29).

Nessas circunstâncias, o ambiente socioeducativo percebido enquanto uma manifestação da vida cotidiana, na dimensão ambiental física e social (Moser, 2016), mediante as relações sociais de poder, promotoras de conflitos e demarcações das ideias dominantes, pode ser compreendido como:

“um lugar onde a pessoa era pra ser ressocializado, mas não é bem assim. É um lugar que a pessoa é oprimido (CS2-A1)”; “era para nós refletir e sair para atividades. Ficar solto, mas não. É totalmente diferente. Aqui é horrível (CS2-A4)”; “é uma merda, porcaria. Só deixa os menor com mais ódio (CS2-A5)”; “é uma merda porque querem que nós faça os deveres mas não querem, na maioria das vezes, dá nossos direitos (CS2-A8)”; “era pra ser um lugar para nós se ressocializar, mas apanhamos e não temos oportunidade de cursos. Só ficamos mais revoltado (CS2-A9)”; “um passo para cadeia (CS2-A10)”; “é lugar ruim você ficar, longe da sua família e é humilhado (CS2-A14)”; “uma etapa que nós apanha (CS2-A15)”; “uma porcaria porque não respeita nós (CS2-A18)”; “uma porcaria onde alimenta mais ódio (CS2-A19)”; “uma febre porque deixa o adolescente fora da liberdade (CS2-A1)”; “uma pirangagem porque eles bate em nós (CS2-A22)”; “terror para minha vida e de todos (CS2-A24)”; “lugar de sofrimento, você apanha e é humilhado (CS2-A30)”; “era pra ser um lugar pra sair renovado, bem para nossa família, mas tá mostrando é ruindade pra quando a gente sair fora ir praticar (CS2-A34)”; “uma cadeia, trancado direto. Igual uma cadeia mesmo (CS2-A35)”; “deve ser um local para dar educação, mas tá dando revolta. Nós apanha é na cara (CS2-A37)” (PACHECO, 2019).

Esse ambiente consubstanciado pela opressão, ódio, revolta, falta de respeito e prevalência dos deveres sob os direitos é compreendido por Bourdieu (2003) como um arranjo social injusto, que privilegia alguns grupos ou indivíduos em detrimento de outros. O autor mesmo munido do estranhamento nessas circunstâncias, entende “que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais” (Bourdieu, 2003, p. 10).

Nessas circunstâncias, a naturalização da reclusão social para aqueles que cometem ato infracional pela sociedade, é evidenciado pelos adolescentes diante da pergunta “qual o significado do centro socioeducacional (CS) para aqueles que não experienciaram esse lugar?” em:

“é lugar onde a sociedade acha que só tem pessoas erradas que não tem como mudar de vida” (CS1-1); “a sociedade não aceita nós por nós ser bandido” (CS1-A35); “Uns acha bom porque quer ver nós preso, longe da sociedade, sem tá roubando e matando” (CS2-A1); “Os

outros pensam que é bom um cofre onde eles leva nós para lá algemado e 5 ou 6 socioeducador bate em nós” (CS2-A9); “É um canto aonde os menores infratores é pra estar e a sociedade discrimina” (CS2-A26)” (PACHECO, 2019).

Retirar da sociedade, um adolescente “problema” que comete ato infracional e colocá-lo num Centro Socioeducacional é, para a maioria das pessoas/agentes, uma resposta assertiva do Estado para a manutenção da ordem pelo cumprimento dos deveres civis de respeito às regras.

Tentativas frustradas de modelagem do campo, às necessidades individuais podem repercutir na aquisição de novos comportamentos. O habitus, direciona comportamentos, mas a depender do campo que a pessoa se insira, sensação de deslocamento e estranhamento ocorrerão mediante o distanciamento da realidade de suas origens. De tal modo, com o passar do tempo novos comportamentos serão incorporados sem que a pessoa perceba.

O ambiente se molda às características sociais e culturais das pessoas que agem nele. Igualmente, o ambiente tem uma “manifestação física a fim de proporcionar significado” (Moser, 2003).

Assim a legitimidade da reprodução social das crenças dominantes, construídas e reconstruídas historicamente, é incorporada na linguagem dos adolescentes do CS1 ao significarem o centro socioeducativo como:

“É um centro que ensina nós adolescentes poder mudar de vida e fazer coisas melhores (CS1-A1)”; “ Centro para menor de idade (CS1-A4)”; “ Uma reflexão para nossa vida (CS1-A6)”; “ Escola (CS1-A13)”; “ uma casa de recuperação porque está refletindo a mente (CS1-A20)”; “ é um local seguro (CS1-A21)”; “uma FEBEM, uma chance para se mudar de vida (CS1-A25)”; “ é um canto bom para gente refletir sobre os nossos erros (CS1-A26)”; “ é um lugar para refletir a mente e quando sair daqui ter um trabalho, continuar os estudos e ter uma família (CS1-A28)”; “ uma escola da vida (CS1-A37)”; “ É um canto que quer fazer uma revolução na vida da pessoa. Tipo fazer o menor mudar de vida (CS1-A43)” (PACHECO, 2019).

Tendo em vista essas considerações, distanciamentos e aproximações dos dominados em relação às ideias dominantes, no campo socioeducativo, encontram-se adolescentes, professores, equipe de profissionais da saúde, técnicos administrativos, agentes socioeducadores, cozinheiros, equipe de segurança e limpeza. Cada um desses agentes carrega inconscientemente diferentes habitus que atendem às suas posições sociais.

Apesar da experiência de vida que cada um tenha, com o passar do tempo prevalecerá, segundo Bourdieu (2012, 2003), os saberes e práticas voltados aos ajustes de comportamento, aceitos e mantidos pela classe dominante, que são incorporados aos habitus dos adolescentes em cumprimento de sentença. Assim, a representatividade de sentido do ambiente socioeducativo pode ser: “Mudar de vida. Sair daqui um adolescente ressocializado (menino quieto que respeita) (CS1-A22)” (Pacheco, 2019).

O menino quieto que respeita, deverá andar pelo centro socioeducacional (CS) com as mãos para trás e em silêncio ficar, mediante todas as regras impostas pelos profissionais, durante período de permanência.

Esse mesmo adolescente que concebe o CS enquanto “uma casa de recuperação de vidas”, durante a entrevista, também entende que para a sociedade trata-se de “um presídio porque estamos privados da liberdade” (Pacheco, 2019).

Tal reflexão, demarca uma lógica de sentido contraditório e estruturante; ou seja, se reconhece o centro socioeducativo como lugar para recuperação de vidas, ao mesmo tempo que é compreendido também como um espaço para proteção da população, mediante a reclusão dos adolescentes.

A ordem e os sentidos vão se encontrar dentro de sistemas simbólicos como estruturas estruturantes e instrumentos de dominação. Nas construções sociais, Bourdieu desenvolve a ideia da estrutura que constrói e é simultaneamente construída, ou seja, a pessoa como um agente real, é condicionado e moldado pelas condições materiais e simbólicas da sua história que incorpora as relações de poder na condição de dominado ou dominante.

No campo simbólico, Bourdieu (2003, 2012) entende que as relações sociais são construídas sob os pilares das representações e do poder em que se reconhece a dominação de uma classe sobre outra. Essa dominação que está imersa no campo do poder simbólico, tem no alicerce da realidade social, o estabelecimento de uma ordem e um sentido.

Nessa conjectura, acreditando na competência humana de perceber os espaços construídos a partir das elaborações internas simbólicas, entende-se que são possíveis concepções múltiplas, perpassadas pela relação de dominante/dominado, acerca do ambiente socioeducacional.

Na ocasião, os significados e sentidos presentes nas relações, são socialmente construídos, estando as percepções ambientais sujeitas a variações, conforme a maneira pela a pessoa afeta-se aos lugares.

Essas dimensões sociais são importantes em todas as questões que perpassam a existência humana. O indivíduo apreende, avalia e tem modos singulares de interação com o seu espaço físico e social. Existe uma reciprocidade, mediante circunstâncias constringentes entre ambos, ou seja, no estudo do ambiente ocorrem interrelações que se formam num todo (Moser, 2003). Essa interrelação forma a unidade de análise da Psicologia Ambiental. Moser (2003, p.2) salienta que “fatores físicos e sociais estão entrelaçadamente vinculados em seus efeitos sobre percepções e comportamentos dos indivíduos, em um contexto real”.

Tais circunstâncias, nas representações e sistemas simbólicos, se alargam a partir do conhecimento e da comunicação, promovendo sentido às relações sociais no exercício do poder. Esse

poder, configurado como uma construção simbólica, só pode ser legitimado na prática se for reconhecido e aceito entre àqueles que lhe estão sujeitos, a depender de certas crenças na manutenção do seu comportamento.

Isto quer dizer que o ambiente socioeducacional, pode ser compreendido como um campo de inter-relações, situado no plano simbólico; e a dominação ambiental como uma ação social significativa predominante sobre o espaço, nos seus diferentes modos de uso e percepção do lugar.

Desse modo, a cultura dominante que atua e valida diferenças, durante as integrações sociais, por meio das decisões nos costumes, ordenação de subculturas e produção dos sistemas simbólicos, constrange dominados a se manterem passivos mediante diferentes práticas sociais.

Esses sistemas simbólicos avigoram as relações de poder (políticas, culturais e econômicas) e se alicerçam sob a dominação de uma classe sobre a outra; ambas ao buscarem sua própria definição de mundo cooperam para a reprodução social das crenças dominantes.

Portanto, o poder simbólico como um sistema de práticas, no exercício da dominação àqueles que se submetem, tem sua manutenção sustentada pela crença produzida e reproduzida, na esfera do campo das inter-relações.

No campo das inter-relações, o ambiente socioeducacional, como um espaço de dominação, com regras implícitas e explícitas, tem na perspectiva da violência ambiental simbólica um novo modo de se discutir esse lugar, caracterizado por relações de poder, na atualidade, que despotencializa o adolescente para a tomada do empoderamento e conscientização da sua realidade.

O fato de o adolescente estar interno, após sentença, em Centro Socioeducacional, e ter seu comportamento regido por regras institucionais, a serem executadas sob as devidas condições de submissões à ordem, acrescida da permanência indefinida, alinhada à relatórios psicossociais semestrais, pode repercutir nas relações sociais opressoras conflituosas.

Por dias, horas e meses os adolescentes permanecem em um espaço físico e simbólico que não escolheram, mas foram obrigados à permanência, mediante ato infracional. Esse processo que legitima a manifestação das relações de poder, tem entre alguns adolescentes uma realidade baseada nas desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas.

Nessa legitimação, baseada nas submissões do comportamento vinculado a ordem das regras instauradas pela classe dominante, existem também os adolescentes que criam suas próprias normas como um movimento resultante da violência inerentemente sutil, inclusive entre os colegas; ou seja, o ambiente é também portador de significados que mobilizam as ações normativas das pessoas.

Dentre essas normas, destacam-se: obediência àquele que está a mais tempo interno na unidade ou no dormitório específico, cedendo alimentos ou medicação quando solicitado; respeito

entre os adolescentes que respondem sentença por homicídio, principalmente quando vinculado a policial; manter sigilo acerca da entrada de substâncias psicoativas, planejamento de fuga ou motins.

Nesse cenário de conflito, entre dominantes e dominados, a questão dos significados e sentidos perpassam por concepções referentes às disputas pelo poder, no campo da socioeducação entre os diferentes grupos.

Esse poder, no campo das representações e crenças socioeducacionais, envolverá questionamentos em torno do *porquê* e *para quem* deve ser destinado um ambiente que tem lógica própria de fluidez dos mecanismos e instrumentos da apropriação, com acesso a recursos guiados pelas regras institucionais pré-estabelecidas dos grupos dominantes.

No caso do ambiente disciplinar socioeducativo, existe a repressão física e as relações sutis de dominação, determinadas pelas estruturas econômica, social, cultural, política e psicológica das pessoas “que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (Bourdieu, 2012, p. 239) exercidos “com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 2012, p. 16).

O adolescente, então, estará imerso, no que se define como violência ambiental simbólica quando no ambiente sócio-físico regido por regras, através da construção permanente das suas crenças, se posicionar em determinados espaços adotando critérios e padrões do discurso dominante. Todo ambiente na sociedade tem regras que são regidas por ideias da classe dominante, resultando em mudança de comportamento.

A leitura de contexto do comportamento que adequa ações aceitas socialmente por mecanismos ajustáveis, próprios para alguns cenários físicos e culturais, organizados pelo cotidiano, é intitulado na Psicologia Ambiental por Behavior Setting (Barker, 1968). Essa leitura existe por causa da interdependência entre ambiente e comportamento enquanto uma unidade estável que obedece a padrões delimitados, por escalas de tempo e espaço; ou seja, Barker (1968,1987), discutiu o comportamento e as experiências das pessoas, em conexão com seus entornos cotidianos, dentro das interações de um determinado lugar. Esse tipo de estudo se baseia em um padrão estável de comportamento, dentro das fronteiras espaciais e temporais do entorno observado.

Para o autor no ambiente existem comportamentos específicos, dispostos por ajustes ordenados. Em meio a organização dos acontecimentos da vida diária, no ambiente, se desenvolverá uma ação humana específica. Exemplos de behavior settings, no ambiente socioeducacional com privação da liberdade, pode ser a aula de culinária em Centro Socioeducativo 1, que acontecia em turno contrário ao do ensino regular para grupo de alunos, previamente agendados e autorizados devido ao bom comportamento observado entre os profissionais que o acompanham, no horário de

8:30 às 10:30. Esse espaço com delimitação temporal e atividade específica, exigia dos adolescentes um comportamento padronizado para: manejo de objetos; higienização ao lavar mãos; limpeza constante do espaço e objetos nele contidos; atenção aos minutos necessários ao cozimento de legumes e carnes; disposição correta dos pratos e talheres, nas bandejas, para degustação dos professores e funcionários (PACHECO, 2019).

O Behavior Setting tem a função de manter um padrão de comportamento em acordo com as regras sociais presentes no ambiente voltadas ao bem-estar social como, por exemplo, não se pode gritar dentro de uma igreja porque vai incomodar os outros, mas o mesmo comportamento é possível no período do carnaval por fazer parte dos costumes regionais.

Já a violência ambiental simbólica (VAS) não se preocupa com o bem-estar coletivo, mas com a manutenção da estrutura hierárquica do poder. Então, um segurança gritar com um adolescente no ambiente socioeducacional não será considerado comportamento inadequado, mas do contrário sim; ou seja, o adolescente em cumprimento de sentença, não pode gritar por não ter o mesmo direito do segurança. O grito do segurança é considerado manutenção da ordem, enquanto do adolescente é um desacato a autoridade, balbúrdia ou desordem social. Essa adequação do comportamento, para a manutenção da organização social, demarca posições hierárquicas de inferioridade e superioridade (Pacheco, 2019).

Assim sendo, a violência ambiental simbólica não está voltada para o bem-estar coletivo através da adequação do comportamento por meio das regras sociais predominantes, mas na manutenção da estrutura hierárquica de poder (Pacheco, 2019).

Observou-se no ambiente socioeducacional como um exemplo da VAS, a logística da aprendizagem dos adolescentes, mediante a chegada na sala de aula, com permanência delimitada pelo tempo previamente agendado. Ao adentrarem na sala de aula, em fila indiana, a primeira pessoa cumprimentada era o professor que entregava um livro acompanhado do lápis, dividido ao meio e na extremidade uma borracha, para em seguida sentarem nas carteiras (Pacheco, 2019).

Estes adolescentes, chegavam devidamente higienizados na sala de aula, na maioria das vezes, com cabelo molhado e um mesmo estilo no penteado. Na sala, o professor podia manusear lápis ou caneta sem dividi-los ao meio, porque detinha o poder da posse, por motivos da hierarquia, imposta pela ideia predominante das normas de segurança. Alguns lápis eram tão pequenos que chegavam a causar, nos adolescentes, dor na mão, durante a escrita (Pacheco, 2019).

Contudo, nesse contexto, não é permitido ao professor autorizar o adolescente usar lápis inteiro e nem levar para os seus respectivos dormitórios. Caso houvesse o descumprimento dessa ordem, pelo professor, haveria uma punição, sendo chamado para advertência na direção (Pacheco, 2019).

De tal modo, esses ajustes de comportamento em espaços pré-definidos, com tempo delimitado, existirão na violência ambiental simbólica, sendo demarcados pela performance sutil do poder, em determinado espaço sócio-físico, que não considera o bem-estar coletivo, mas se prevalece as ideias dominantes, para manutenção da ordem (Pacheco, 2019).

O poder configurado pela violência simbólica, nos diferentes campos, se revestirá da convivência entre quem sofre e exerce, sem que ocorra consciência entre os envolvidos. Esse tipo de violência persiste nas relações com dominação sem a coerção física ao se reconhecer a autoridade desempenhada por algumas pessoas ou grupos (Bourdieu, 2012).

Pode ser legitimada pelo compromisso do respeito de um para com o outro, como no caso dos adolescentes que internalizam obediência às regras institucionais sem questionar, por saberem que a modelagem do bom comportamento, em campo socioeducacional, favorecerá remissão ou suspensão da sentença; ou então, por incorporarem o bom comportamento de modo inconscientemente, pelo motivo do reconhecimento da autoridade (Pacheco, 2019).

A desobediência às regras institucionais, ocasionará ficar na permanência dos dormitórios sem atividades e com notificação de descumprimento às regras no relatório, enviado ao juiz. Esse tipo de relação não ocorre por um acordo formal, mas por forças sociais e normas internas do espaço, onde os adolescentes se inserem e que de certa maneira internalizam (até mesmo corporalmente) em seus habitus, ou seja, a história introjetada pela pessoa (Pacheco, 2019).

Como uma eternização do arbitrário, Bourdieu (2003, p.7-8) discorre ser a violência simbólica uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento.”

É uma violência dissimulada que afere poderes particulares de resultado pontual, na qual a classe dominante evidencia o que pode ser configurado como verdadeiramente importante, dentro de cada cultura, por denotar um certo valor social significativo, com vantagens materiais e simbólicas. Existe uma imposição de uma classe sobre outra em que:

[...] violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.) resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (Bourdieu, 2003, p. 47).

No campo da socioeducação, por exemplo, domina quem diz o que é disciplina, de modo direto ou indireto, pela sutileza de dominação e exclusão social, acrescentando ao adolescente conceitos e regras que conservam sua posição de dominado. São ideias dominantes que oferecem respostas simbólicas, demagógicas e punitivas, centradas na culpabilização do indivíduo sob ameaças do encarceramento prolongado (Pacheco, 2019).

O habitus da obediência na violência simbólica, é incutido entre alguns adolescentes, quando não tomam consciência das disposições adquiridas nos ambientes opressores, previamente padronizado pelas ideias dominantes (Bourdieu, 2012).

Desse modo, compreender o ambiente institucional socioeducativo pressupõe discuti-lo dentro das esferas da violência, do poder e dos simbolismos. Tal lugar, na violência ambiental simbólica, está relacionado às discussões em torno do modo de como as regras implícitas e explícitas modelam o comportamento das pessoas no espaço sócio-físico, de maneira consciente ou inconsciente, sob regimento das ideias da classe dominante (Pacheco, 2019).

### **Considerações finais**

A medida socioeducativa de internação é uma sanção com caráter extremista e severa, imposta ao adolescente mediante ato infracional, que o restringe da sua liberdade. Nesse contexto, o estudo em Psicologia Ambiental, acerca da construção do conceito de violência ambiental simbólica, surgiu a partir das discussões sobre o espaço sócio-físico na perspectiva das regras que oprimem e inibem o comportamento, causando prejuízos psicológicos através das ideias implícitas e explícitas da classe dominante sob os dominados.

Foram realizados esforços iniciais para a contextualização do adolescente em privação da liberdade, com fins de que as contribuições teóricas estejam tencionadas e vinculadas à realidade das inter-relações no ambiente socioeducativo, sustentado sob os princípios da ressocialização e seguridade dos direitos humanos entre seus gestores.

O princípio do diálogo respeitoso que considera as questões sociais, culturais e humanas dos adolescentes, assim como, instruções direcionadas aos direitos humanos, se faz urgente principalmente entre os socioeducadores e seguranças. Os adolescentes não são objetos e sim pessoas de direitos humanos inalienáveis em que as medidas socioeducativas surgem, ante a um ato infracional, com fins de ressocialização, ressignificação de valores e direcionamentos para novos projetos de vida. Contudo, práticas abusivas no exercício do poder diário, nos ambientes socioeducacionais, não estão sendo questionáveis ou punidas. Nesse cenário, não existe somente o abuso físicos, mas o simbólico que sutilmente negligência aos parâmetros da integridade psíquica.

## Referências

BARKER, R. G. **Ecological psychology**. Stanford: Stanford University Press, 1968.

BARKER, R. G., & Schoggen, P. **Qualities of community life: methods of measuring environment and behavior applied to na American and an English town**. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOSER, G. **Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a Psicologia Ambiental**. Estudos de Psicologia, Rev. v.8, n.2, p. 331-333, 2003.

MOSER, G. **Psicologia Ambiental**. Rev. Estudos de Psicologia, v.3, n.1, p.121-130. Universidade René Descartes-Paris V, 1998.

MOSER, G. **A Psicologia Ambiental: competência e contornos de uma disciplina**. Rev. Psicologia USP, v.16, n1, p.279-294. Universidade Paris V, 2005.

PACHECO, M. E. A. G. **O adolescente em privação de liberdade: a violência ambiental simbólica em Centros Socioeducacionais**. 2019. 257 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Ceará, 2019.

**CAPÍTULO 14****DESENVOLVENDO O POTENCIAL DAS ALTAS HABILIDADES NA ESCOLA:  
IDENTIFICAR, DESAFIAR E APOIAR ALUNOS INCLUÍDOS**

*Isabela Bezerra Ribeiro  
Thamires Pereira Alves  
Meury Gardênia Lima de Araújo  
Tadeu Lucas de Lavor Filho*

**Introdução**

As Altas Habilidades Intelectuais (AH) representam um conjunto de características e competências que podem levar a um desempenho excepcional em áreas específicas. Essas habilidades podem se manifestar de diferentes formas, tais como habilidades acadêmicas, criatividade, liderança, empreendedorismo, entre outras (Oliveira; Capellini; Rodrigues, 2021). No DSM V (APA, 2014) há uma menção de que em indivíduos com diagnóstico de transtornos de aprendizagem podem apresentar a condição de Altas Habilidades Intelectuais.

Ao longo da história, as pessoas com altas habilidades intelectuais foram chamadas de diferentes formas, como prodígios, gênios e, mais recentemente, superdotados. No entanto, esse termo acabou caindo em desuso nas últimas décadas, uma vez que é considerado limitante e estigmatizante. Isso reflete uma mudança no entendimento da natureza das altas habilidades e de como elas são influenciadas por fatores sociais, culturais e ambientais. Hoje, acredita-se que as altas habilidades não sejam uma característica fixa e inata, mas sim o resultado da interação entre fatores genéticos e ambientais, como oportunidades de aprendizagem, estímulo e suporte (Mendonça, Rodrigues, Capellini, 2020). Portanto, o uso de termos neutros e inclusivos busca refletir essa nova perspectiva, que valoriza a diversidade de habilidades e potencialidades em todos os indivíduos, independentemente de rótulos ou classificações.

Identificar quando uma criança tem AH pode ser um desafio para professores, pais e profissionais da área. Alguns indicadores podem incluir um alto nível de curiosidade, uma grande capacidade de memorização, a facilidade de aprender rapidamente e de forma independente, bem como a capacidade de se concentrar em uma tarefa por um período prolongado (Virgolim; Pereira, 2020).

No Brasil, a identificação de alunos com altas habilidades ainda é um desafio. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, há 24.424 estudantes com perfil de altas habilidades/superdotação matriculados na educação especial, mas o número real pode ser ainda maior. Especialistas

argumentam que esse número pode estar subestimado, uma vez que a identificação de alunos com altas habilidades pode ser um processo complexo e muitas vezes falho.

A Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2007) tem um ponto referente às altas habilidades na seção sobre atendimento educacional especializado. O documento destaca que os alunos com AH requerem atendimento educacional especializado específico, com recursos e estratégias que podem estimular e desenvolver suas habilidades e potencialidades. Além disso, ressalta a importância da formação dos educadores para identificar e atender esses alunos, promovendo sua inclusão e desenvolvimento pleno.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é explorar as diferentes formas de identificação de alunos com altas habilidades, bem como discutir as estratégias e recursos que podem ser usados pelos educadores para desafiar e apoiar esses alunos em sua jornada educacional. A pergunta de partida que orienta esta pesquisa é: Como identificar e apoiar alunos com altas habilidades na escola?

### **Identificando Altas Habilidades em crianças**

Para identificar alunos com altas habilidades é necessário utilizar uma abordagem multidisciplinar, que considere diversos aspectos do desenvolvimento humano. Uma das maneiras mais comuns de identificação é através de testes de inteligência, como o Teste de Inteligência *Stanford-Binet* e a Escala de Inteligência *Wechsler* para Crianças (Schelini, 2000). Alunos que apresentam um desempenho significativamente acima da média em testes de inteligência podem indicar altas habilidades.

Além dos testes de inteligência, outras ferramentas podem ser utilizadas na identificação de habilidades altas, como comandos de autorrelato preenchidos pelos pais, professores ou pelo próprio aluno. Esses experimentos podem conter perguntas sobre a criatividade, habilidades verbais e matemáticas, entre outras habilidades. Uma identificação de altas habilidades pode ser feita também por meio da análise do perfil comportamental do aluno. Muitos alunos com altas habilidades apresentam características comuns, como grande curiosidade, capacidade de concentração por períodos prolongados, interesse por assuntos complexos, habilidades de liderança, além de uma grande capacidade de resolução de problemas (Mendonça, Rodrigues, Capellini, 2020).

Segundo os autores acima citados, outra forma de identificar alunos com altas habilidades é através da observação do desempenho e comportamento em atividades extracurriculares. Muitos alunos com altas habilidades se destacam em áreas como música, arte, esportes ou atividades sociais, demonstrando habilidades acima da média para sua faixa etária. Por isso, a observação dos professores, pais e outros profissionais da educação pode ser uma ferramenta importante na

identificação de alunos com habilidades. A detecção precoce desses alunos pode ajudar a garantir que eles recebam o suporte e os desafios adequados para desenvolver todo o seu potencial.

Em suma, a identificação de alunos com AH requer uma abordagem multidisciplinar e consideração de diversos fatores, incluindo testes de inteligência, experimentos de autorrelato, observação de professores e profissionais da educação, perfil comportamental e desempenho em atividades extracurriculares. A identificação precoce e adequada desses alunos é fundamental para garantir um atendimento educacional especializado que valorize suas potencialidades e contribua para o desenvolvimento pleno de suas habilidades (Arantes-Brero; Capellini, 2022).

É importante notar que o termo superdotação é frequentemente usado como sinônimo de altas habilidades, embora alguns autores defendam que esses termos se referem a condições distintas. Superdotação é um termo que se refere a uma condição em que um indivíduo apresenta um nível de inteligência muito acima da média, geralmente superior a dois desvios-padrão em testes de inteligência (Arantes-Brero; Capellini, 2022). Os termos são utilizados em consonância e geralmente em conjunto como: Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD).

Embora a alta habilidade seja um fator que pode contribuir para um bom desempenho escolar, ela não é garantia de escolaridade. Muitos fatores podem influenciar o desempenho escolar, como a qualidade do ensino, o ambiente escolar, a motivação e o interesse do aluno pelo conteúdo, além de fatores emocionais e sociais. Além disso, alguns alunos com altas habilidades podem apresentar dificuldades em algumas áreas do conhecimento, o que pode afetar seu desempenho escolar. Por exemplo, um aluno com altas habilidades em matemática pode apresentar dificuldades em outras áreas, como linguagem ou ciências sociais (Streiechen; Krause-Lemke; Cruz, 2020).

Oliveira, Capellini e Rodrigues (2021) relatam que é importante destacar que algumas crianças com altas habilidades podem apresentar dificuldades comportamentais ou emocionais, como ansiedade, baixa autoestima, desmotivação ou falta de interesse pela escola. Essas dificuldades podem ser causadas por uma série de fatores, como o tédio com o conteúdo escolar, a falta de desafios adequados, o isolamento social ou a pressão para manter altos padrões de desempenho. É importante que os professores e profissionais envolvidos no processo educativo desses alunos estejam atentos a esses fatores e suporte emocional e psicológico adequado, além de oportunidades de aprendizado mais desafiadoras e estimulantes.

Muitas vezes, esses alunos podem sentir tédio ou desmotivação em relação ao conteúdo escolar, pois o nível de dificuldade está abaixo do que eles são capazes de aprender. Isso pode levar à falta de interesse, desatenção em sala de aula e até mesmo à evasão escolar. Além disso, é possível que esses alunos sejam subestimados pelos professores, o que pode prejudicar sua autonomia e confiança em relação a suas próprias habilidades.

Martins, Chacon e Almeida (2020) lembram o quanto é importante oferecer conteúdo adequado é fundamental para engajar e motivar os alunos com altas habilidades. Professores que conhecem bem seus alunos e entendem suas necessidades individuais podem desafiar e estimular esses alunos com conteúdo mais complexo e desafiador, permitindo que eles desenvolvam todo o seu potencial. Isso pode incluir atividades mais investigativas e criativas, projetos multidisciplinares, uso de tecnologias educacionais e outras formas de ensino que garantem que os alunos com altas habilidades se sintam desafiados e motivados.

A falta de qualidade das escolas pode dificultar a identificação desses alunos e o fornecimento de um atendimento educacional especializado, que leve em conta suas necessidades individuais e suas habilidades excepcionais. Andrade (2020), refletindo sobre as precarizações das escolas rurais, destaca a falta de qualidade nas escolas públicas brasileiras como um problema complexo que exige uma série de medidas para ser resolvido, incluindo a ampliação do investimento em educação, a melhoria das condições de trabalho dos professores e a oferta de uma formação adequada para esses profissionais.

A crítica sobre a falta de qualidade nas escolas públicas brasileiras é um tema recorrente em diversos debates e discussões sobre o sistema educacional brasileiro. Segundo alguns especialistas, a falta de investimento e a precariedade das condições de trabalho dos professores são fatores que motivaram a baixa qualidade do ensino. Muitas escolas públicas apresentam infraestrutura reforçada, falta de materiais didáticos e tecnológicos, salas superlotadas e professores sobrecarregados. Além disso, a formação insuficiente de muitos profissionais da educação também pode ser um fator que contribui para a falta de qualidade do ensino (Andrade, 2020).

O documento intitulado "Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Altas Habilidades/Superdotação", publicado pelo Ministério da Educação em 2001, destaca a importância de se garantir o acesso a uma educação de qualidade para alunos com altas habilidades. O documento enfatiza que é fundamental que esses alunos recebam um atendimento educacional especializado, que leve em conta suas necessidades individuais e suas habilidades instruídas. As diretrizes destacam que, enquanto o termo "altas habilidades" se refere ao potencial para se destacar em áreas específicas do conhecimento, a "superdotação" é um termo mais amplo que engloba não apenas o potencial cognitivo, mas também aspectos emocionais e sociais da personalidade desses alunos (Brasil, 2001).

### **Aspectos emocionais e sociais: o apoio necessário**

Crianças com altas habilidades frequentemente apresentam uma série de desafios emocionais que precisam ser levados em conta em sua educação e desenvolvimento. Embora muitas vezes sejam

vistas como privilegiadas por sua habilidade excepcional em determinadas áreas, essas crianças podem enfrentar problemas como ansiedade, baixa emoção e sensação de isolamento. Eles podem se sentir deslocados em relação aos colegas e ter dificuldades para se adaptar a um ambiente escolar que não atende às suas necessidades de aprendizado. Além disso, muitas crianças com altas habilidades apresentam traços de intensidade emocional, o que pode tornar suas experiências experimentais mais desafiadoras (Virgolim, 2020).

Para lidar com essas questões emocionais, é fundamental que os professores e outros profissionais da educação sejam capazes de reconhecer as necessidades específicas desses alunos. É importante que eles mantenham um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor, que permitam que essas crianças se sintam valorizadas por quem elas são, e não apenas por suas habilidades instruídas. Também é importante fornecer a esses alunos recursos para lidar com suas emoções, como aconselhamento ou terapia individual ou em grupo, para que eles possam desenvolver habilidades sociais e emocionais saudáveis que os ajudem a tornar adultos bem-sucedidos (Oliveira *et al.*, 2021).

Algumas crianças com altas habilidades podem se sentir incompreendidas devido a uma série de fatores. Por um lado, elas podem se sentir diferentes das outras crianças e, portanto, ter dificuldade em encontrar amigos que apoiem seus interesses e habilidades. Além disso, podem enfrentar o isolamento social se a escola ou a comunidade não oferecerem programas ou oportunidades educacionais para desenvolver suas habilidades e interesses (Oliveira; Capellini; Rodrigues, 2021).

O isolamento também pode surgir devido à pressão social para se encaixar e se conformar com as expectativas da maioria. Crianças com altas habilidades podem se sentir diferentes e desajustadas quando não são capazes de se encaixar nas normas e padrões sociais, que podem ser rígidos e inflexíveis. podem exibir comportamentos sociais desajustados, hostilidade, agressão, baixo autoconceito, insegurança, frustração, raiva e sentimentos de inadequação (Virgolim, 2020).

Outro fator interessante que se destaca em algumas pesquisas como a de Alves e Nakano (2015), aponta que há uma comorbidade entre autismo e AH/SD. Em alguns casos, as crianças com autismo apresentam habilidades motivadas em áreas específicas, como música, matemática ou ciências, e são consideradas superdotadas. Por outro lado, muitas crianças com altas habilidades também apresentam traços autistas, como dificuldade em se comunicar e socializar, interesses estreitos e comportamentos repetitivos.

A comorbidade pode levar a desafios únicos para essas crianças, já que suas necessidades e habilidades são complexas e requerem uma compreensão profunda por parte de seus pais e familiares. Por exemplo, uma criança com autismo e altas habilidades pode ter dificuldade em se

comunicar efetivamente com seus professores ou colegas devido a problemas de linguagem e habilidades sociais, mas também pode se sentir frustrada e desmotivada se o conteúdo escolar não for o suficiente para suas habilidades inerentes (Alves; Nakano, 2015).

Uma outra comorbidade comum em crianças com altas habilidades é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O TDAH é caracterizado por desatenção, hiperatividade e impulsividade, e pode afetar significativamente a vida acadêmica, social e emocional da criança. Estudos mostram que crianças com altas habilidades têm uma taxa maior de diagnóstico de TDAH do que a população em geral. A comorbidade entre altas habilidades e TDAH pode apresentar desafios adicionais no ambiente escolar (Alves; Nakano, 2015).

Os autores identificaram que, assim como a comorbidade com autismo, a comorbidade de altas habilidades com TDAH também pode afetar significativamente a vida emocional das crianças. Em alguns casos, uma criança pode se sentir frustrada ou desmotivada por não conseguir lidar com as demandas do ambiente escolar devido à dificuldade de concentração e hiperatividade. Além disso, crianças com altas habilidades e TDAH podem ter dificuldades para se adaptar socialmente e lidar com as rejeições ou conflitos interpessoais, o que pode levar a uma baixa autoestima e problemas emocionais.

### **Desafios do processos de adaptação e acompanhamento de crianças com AH/SD**

Branco *et al.* (2017) destacam que a psicologia tem um papel fundamental no acompanhamento de crianças com altas habilidades, ajudando a identificar precocemente essas habilidades e orientando as famílias e escolas sobre como proporcionar um ambiente de aprendizado adequado e estimulante. Os psicólogos também podem auxiliar na avaliação do desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental das crianças, a fim de fornecer informações relevantes para os professores e para a escola sobre a melhor forma de ensinar e estimular esses alunos. Além disso, os psicólogos podem oferecer instruções específicas para ajudar a lidar com as dificuldades emocionais e sociais que podem surgir devido às altas habilidades, como ansiedade, baixa autoestima e dificuldades de relacionamento com os colegas.

A psicologia também pode contribuir com a educação dessas crianças, oferecendo orientação e suporte aos pais e professores. Os psicólogos podem trabalhar em conjunto com a equipe escolar para desenvolver estratégias e planos de ensino personalizados, que atendam às necessidades específicas de cada criança com altas habilidades. Eles também podem fornecer treinamento para os professores, para que possam identificar e lidar de forma adequada com esses alunos em sala de aula (Arantes-Brero; Capellini, 2022).

Os autores acima apontam que uma forma de estimular crianças com altas habilidades é por meio de projetos de pesquisa e atividades extracurriculares que desafiam suas habilidades. Essas atividades podem incluir programas de ciências, matemática, música, artes e esportes avançados, projetos de pesquisa, jogos educativos, leitura de livros e artigos científicos. Além disso, é importante que os professores e educadores entendam as necessidades individuais de cada criança e forneçam apoio adequado para ajudá-las a desenvolver suas habilidades. Isso pode incluir ajustes na carga horária e no conteúdo escolar, bem como a oferta de aconselhamento psicológico e emocional para lidar com quaisquer desafios ou dificuldades que possam enfrentar.

O envolvimento da família também pode ser um fator importante, uma vez que os pais podem ajudar a identificar as habilidades dos filhos e estimulá-los em casa com atividades complementares. Os pais devem estar cientes das necessidades e desafios que seus filhos enfrentam e trabalham em conjunto com professores e profissionais da área da psicologia para proporcionar um ambiente de aprendizagem adequado e enriquecedor. Os pais podem fornecer estímulos em casa, incentivar a criatividade, a leitura e a exploração de novas ideias. Além disso, devem estar atentos à saúde emocional dos filhos e buscar ajuda profissional caso necessário (Virgolim, 2021).

A família também pode apoiar os filhos no desenvolvimento de habilidades sociais, proporcionando oportunidades para interação com outras crianças e adultos, e incentivando-os a participar de atividades extracurriculares que atendam aos seus interesses e habilidades. Quando a família está envolvida e apoia a educação de crianças com altas habilidades, os resultados podem ser melhores em termos de realizações acadêmicas, satisfação pessoal e bem-estar emocional.

### **Considerações finais**

Ao longo deste artigo, podemos discutir diversos aspectos relacionados às altas habilidades em crianças. Foi possível perceber que, apesar de ainda haver muita desinformação e falta de reconhecimento por parte da sociedade, identificar e atender as necessidades dessas crianças é fundamental para seu desenvolvimento pleno.

Vimos também que a psicologia tem um papel importante no acompanhamento dessas crianças, seja por meio da identificação e diagnóstico, seja no suporte emocional e orientação aos pais e professores. A família e a escola também são fundamentais para o sucesso da intervenção, já que é necessário um ambiente acolhedor e adequado para estimular e desafiar essas crianças.

Por fim, destacamos a importância de se ter em mente que crianças com altas habilidades também enfrentam desafios e precisam de suporte emocional e pedagógico para que possam desenvolver todo o seu potencial. É responsabilidade de toda a sociedade garantir que essas crianças recebam o suporte necessário para se tornarem adultos participantes e contribuintes para a sociedade.

## Referências

ALVES, Rauni Jandé Roama; NAKANO, Tatiana de Cássia. A dupla-excepcionalidade: relações entre altas habilidades/superdotação com a síndrome de Asperger, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e transtornos de aprendizagem. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v.32, n.99, p.346-360, 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862015000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 abr. 2023.

ANDRADE, F. M. R. D.. Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. **Educação em Revista**, v. 36, p. e234776, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/s4jFSrDttW6fxPyHqysW3JF/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 de abr. de 2023.

ARANTES-BRERO, D. R. B.; CAPELLINI, V. L. M. F.. Possibilidades da Consultoria Colaborativa para a Formação de Educadores que Atuam junto a Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e233814, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/XMzn8JgSsdGhz7yrbHJr6GD/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 de abr. de 2023.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5ª ed. Washington, DC, 2013.

BRANCO, A. P. S. C.; TASSINARI, A. M.; CONTI, L. M. C.; ALMEIDA, M. A.. Breve histórico acerca das altas habilidades/superdotação: políticas e instrumentos para a identificação. **Educação, Batatais**, v. 7, n. 2, p. 23-41, 2017. Disponível em: <[https://www.academia.edu/download/64485455/breve\\_historico.pdf](https://www.academia.edu/download/64485455/breve_historico.pdf)>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Política Nacional de Educação Especial na**

**Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial MEC; SEESP, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação - MEC. **Diretriz específica para o atendimento de estudantes com altas habilidades ou superdotação**. 2022. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=242301-diretriz-altas-habilidades-ou-superdotacao-1&category\\_slug=novembro-2022-pdf-1&Itemid=30192#:~:text=Enquanto%20o%20termo%20E2%80%9Caltas%20habilidades,da%20intelig%C3%A2ncia%20e%20da%20personalidade.>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=242301-diretriz-altas-habilidades-ou-superdotacao-1&category_slug=novembro-2022-pdf-1&Itemid=30192#:~:text=Enquanto%20o%20termo%20E2%80%9Caltas%20habilidades,da%20intelig%C3%A2ncia%20e%20da%20personalidade.>)> Acesso em: 15 de abr. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 15 de abr. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Censo Escolar 2020**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2020/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf)> Acesso em: 15 de abr. de 2023.

DEL PRETTE, Z. A. P. DEL PRETTE, A. (2009). Avaliação de habilidades sociais: Bases conceituais, instrumentos e procedimentos. In Z. A. P. Del Prette, & A. Del Prette (Orgs.), **Psicologia das habilidades sociais: Diversidade teórica e suas implicações** (pp. 189-231). Vozes.

DE OLIVEIRA, A. P.; CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R.. Altas Habilidades/Superdotação: Intervenção em Habilidades Sociais com Estudantes, Pais/Responsáveis e Professoras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 1, p. 125–142, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/LX78WqRVjrHLNfPfmJ6fKCS/?lang=pt#>>. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

MARTINS, B. A.; CHACON, M. C. M.; ALMEIDA, L. D. S.. Altas Habilidades/Superdotação na formação de professores brasileiros e portugueses: um estudo comparativo entre os casos da UNESP e da Uminho. **Educação em Revista**, v. 36, p. e212442, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/PDbfzckQWGXym3kSxTBHv5h/?lang=pt#ModalHowcite>>. Acesso em: 23 de mar. de 2023.

MENDONÇA, L. D.; RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F.. Alunos com altas habilidades/superdotação: como se veem e como são vistos por seus pais e professores. **Educar em Revista**, v. 36, p. e71530, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/pXpvkKqhvSDhJpnrMCBFhdc/?lang=pt#>>. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

OLIVEIRA, A. P. de.; CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R., BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento de Crianças com Altas Habilidades/Superdotação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e219590, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/Fw6PhSynmSgdTJBk6hGbRwg/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 de abr. de 2023.

SCHELINI, P. W.. A teoria subjacente à escala wechsler de inteligência para crianças (WISC). **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 17, n. 2, p. 73–77, maio de 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/hd6T5cvh87HHZWthMJd9NSf/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 de abr. de 2023.

STREIECHEN, E. M.; KRAUSE-LEMKE, C.; CRUZ, G. DE C.. Análise do percurso escolar de um estudante com altas habilidades em um contexto familiar multilíngue: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250057, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/njg8KstTLg9CFj3Rx9yNWyB/?lang=pt#ModalHowcite>>. Acesso em: 02 de abr. de 2023.

VIRGOLIM, A.. As vulnerabilidades das altas habilidades e superdotação: questões sociocognitivas e afetivas. **Educar em Revista**, v. 37, p. e81543, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/55HDKrpm9R8Sb5SPBPrB3jF/?lang=pt#>>. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

VIRGOLIM, A. M. R.; PEREIRA, V. L. P.. **Identificar e atender alunos com altas habilidades ou superdotação na escola**. In: MENEZES, Adriane Melo de Castro; MENEZES, Suely Melo de Castro. Brasília: ANEC, 2020. p. 105-122. E-Book (Coletânea ANEC - Instituições Católicas). Disponível em: Disponível em: [https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/07/2020\\_07\\_29\\_ANEC\\_coleta%CC%82nea\\_digital.pdf](https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/07/2020_07_29_ANEC_coleta%CC%82nea_digital.pdf) Acesso em: 02 nov. 2021.

**CAPÍTULO 15****O EXTREMISMO IDEOLÓGICO NAS DINÂMICAS SOCIAIS E SUA  
INTERFACE COM A POLARIZAÇÃO POLÍTICA**

*José Erison Noronha Félix  
Jonas Lucas Chaves Queiroz  
Francisco Nalysson Lucena Da Silva  
Manuel Ferreira de Sousa Junior  
Tadeu Lucas de Lavor Filho*

**Introdução**

A polarização política e o extremismo ideológico são temas cada vez mais presentes no debate público e têm sido objeto de vários tipos de matérias em diferentes canais midiáticos em todo o mundo. De acordo com Levitsky e Ziblatt (2018), a polarização política ocorre quando as diferenças entre os partidos políticos e suas ideologias se tornam cada vez mais acentuadas, levando a uma maior fragmentação da sociedade e a um enfraquecimento das instituições democráticas, uma vez que essas logísticas partidárias tendem a produzir regimes institucionais próprios com suas diretrizes e projetos de sociedade. Já o extremismo ideológico é caracterizado pela adoção de posições radicais e inflexíveis, muitas vezes associadas à violência e à rejeição do diálogo e do compromisso democrático e da diversidade de opinião.

As dinâmicas sociais que levam à polarização e ao extremismo ideológico são variadas e complexas, contudo estão inseridas no seio das estruturas sociais e dos mecanismos discursivos da sociabilidade humana (Carcanholo; Baruco, 2009; Oliveira; Vieira, 2015). Segundo Van Bavel e Pereira (2018), as redes sociais e os algoritmos que as alimentam - essas divergências - têm um papel importante na disseminação de informações e na formação de opiniões, podendo criar bolhas ideológicas que dificultam o diálogo e o entendimento mútuo. Além disso, a desigualdade econômica e social, a falta de representatividade política com grupos minoritários e a sensação de injustiça social também podem contribuir para a polarização e o extremismo (Gidron; Adams; Horne, 2018).

Diante desse contexto, é fundamental compreender as causas e as consequências da polarização política e do extremismo ideológico, bem como buscar alternativas para superá-los e fortalecer as instituições democráticas do Estado. Conforme aponta Freedom House<sup>1</sup> (2019), a crise democrática global tem sido impulsionada pela crescente desconfiança dos cidadãos nas instituições

---

<sup>1</sup> *Freedom House* é uma organização sem fins lucrativos que realiza investigações e elabora documentos que abordam diversas questões temáticas fundamentais relacionadas à democracia, direitos políticos e liberdades civis. Disponível em: <https://freedomhouse.org/about-us>

políticas e na elite governante do sistema econômico. Assim, é preciso promover a transparência, a participação cidadã e o diálogo construtivo para restaurar a confiança e fortalecer a democracia em suas diversas esferas política.

Na política brasileira a polarização segue uma tendência concentrada em segmentos sociais, especialmente entre os indivíduos politicamente engajados. O que pode levar a uma diminuição na tolerância, aumentando a hostilidade e a divisão entre grupos. Assim, vale ressaltar como a ideologia traz concepções nesse meio. O que implica em vê-la a partir de sua análise e dos interesses sociais que a originam. Com isso, é importante destacar a percepção do psicólogo social Martín-Baró a respeito do fenômeno ideológico. Consoante ao autor, tal fenômeno pode ser compreendido a partir de duas concepções, a saber: a funcionalista e a marxista.

A concepção funcionalista entende ideologia como um conjunto coerente de ideias e valores que orienta e dirige uma determinada sociedade e, portanto, que cumpre uma função normativa a respeito da ação dos membros dessa sociedade. Por outro lado, a concepção marxista (que tem suas raízes em Maquiavel e Hegel) entende a ideologia como uma falsa consciência em que se apresenta uma imagem que não corresponde à realidade, a qual a encobre e justifica a partir dos interesses da classe social dominante (BARÓ, 2012, p. 17).

Percebe-se então, que os indivíduos mais participativos e com vínculos partidários podem desembocar em aderências de posição extremista, tanto na ideologia como no afeto. Assim, não é o contexto, mas os atributos individuais chancelados por processos ideológicos que tornam os marcadores identitários de grupo. Ou seja, determinado posicionamento político torna o indivíduo membro de um grupo. Esta lógica invoca a psicologia dos grupos, que é estudada em contextos de relações entre grupos, sejam eles pequenos, médios ou grandes (Fuks; Marques, 2023).

Os posicionamentos políticos dos indivíduos podem ser entendidos com base na Teoria da Identidade Social - SIT (Tajfel; Turner, 1979). Neste conceito conseguimos compreender aspectos de pertencimento do engajamento político dos indivíduos, que consiste nos aspectos da autoimagem de uma pessoa que deriva das categorias sociais nas quais ela acredita pertencer. Portanto, a simples questão de uma pessoa se identificar com outro grupo é capaz de proporcionar a hostilidade, pelo fato de não se identificarem, em relação ao exogrupo, que são indivíduos de um outro grupo com os quais a pessoa não se identifica. Com isso, as participações em grupos que compartilham alguma característica, ainda que trivial, são o suficiente para acionar o favorecimento em relação ao endogrupo, que são as pessoas que se identificam com o grupo que está inserido e a derrogação ao exogrupo (Mario Gloria, 2022).

Também pode-se perceber como efeito produzido por essa hostilidade, a produção do estigma e do desejo de distanciamento que é decorrente das rivalidades entre grupos, e da qual constituem também uma certa polarização política afetiva. Pois, trata-se de como um grupo com uma identidade

diferente se relaciona com um grupo diferente de sua forma estigmatizada. E, portanto, se traduz em atitudes como o desejo de distanciamento social e desconfiança, a escolha de parceiros afetivos, minimização das habilidades cognitivas e das necessidades psicológicas do exogrupo (Mario Glória, 2022).

A polarização na política brasileira tem sido um objeto de estudo e identificação pela ciência política que teve como um primeiro elemento o surgimento de uma nova direita nas ruas, no parlamento, nos meios de comunicação e na internet. Exemplo desse fenômeno é o que culminou na eleição de um candidato de extrema direita no Brasil em 2018, que teve como resultado um maior alinhamento ideológico entre os eleitores (Fuks; Marques, 2023).

O que resultou no Brasil o enfrentamento de um período de instabilidade política significativa, caracterizado por uma conjuntura complexa e difícil para as camadas populares, em que houve uma redução dos direitos sociais e um avanço do neoconservadorismo, onde a violência de Estado é legitimada (Brito; Alves; Rampim, 2019).

Por outro lado, a exemplo de extremismo de esquerda, o livro *The Cambridge History of Communism*, em seu capítulo *Communism, Violence and Terror* (Kuromiya, 2017) cita inúmeros casos extremos causados por governos de base esquerdista, a exemplo do ditador Stalin, causador de tanta violência que o autor chega a dizer que não há uma família da União Soviética que não tenha sido “tocada” por sua onda de crueldade.

Frente a essa breve contextualização da temática, o presente texto objetivou discutir os atravessamentos da produção ideológica na sustentação de extremismos ideológicos, assim como os efeitos da polarização política nas dinâmicas sociais da sociedade brasileira contemporânea. Partimos de um arcabouço teórico oriundo das contribuições da Psicologia Social e sua interface de problematização desse fenômeno social - polarização política - como uma prática social (individual e coletiva). O texto, ao discutir processos de sociabilidade, processos de grupo e ideologia, bem como a responsabilidade da consciência crítica, ratifica a relevância ético-política da Psicologia na superação das opressões oriundas de processos ideológicos, que criam dinâmicas sociais atravessadas pela alienação e atitudes extremistas de intolerância e antidemocracia.

## **Método**

Este estudo se caracteriza como revisão bibliográfica narrativa, sendo um tipo de estudo que tem por finalidade examinar e analisar a literatura científica disponível em livros e periódicos sobre um tema específico. O seu propósito é fornecer uma atualização clara e concisa do conhecimento existente acerca do tema em questão mediante a interpretação crítica dos autores. Esta estratégia de

pesquisa é útil para contextualizar e compreender uma área de conhecimento, e pode ser usada como base para estudos futuros (Narazeth; Kalil; Kalil, 2021).

Este estudo é uma pesquisa de caráter exploratório, que buscou aproximação acerca do tema pesquisando, esclarecendo, desenvolvendo e modificando conceitos e ideias, propondo reformulações de problemas mais precisos (Gil, 2008).

A coleta de dados para o desenvolvimento das discussões deste estudo se deu na base de dados da plataforma da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), com auxílio de estudos encontrados na plataforma de busca livre do *Google Acadêmico*. Foram utilizados os seguintes descritores: Psicologia Social; Consciência Crítica; Polarização Política; para obtenção dos estudos que contribuíssem analiticamente para a discussão deste estudo.

Foram inicialmente lidos diversos estudos publicados com variedade de idiomas, a saber: Inglês, Português e Espanhol, a fim de abarcar com maior amplitude os debates sobre o tema para melhor formulação das discussões, com o objetivo de compreender os debates e a difusão do conhecimento e que foram sendo acessados nas estratégias de busca.

No tratamento de seleção dos artigos científicos, foram utilizados como critério de seletividade, a saber: a) objetivo geral do estudo, selecionados a partir de; 1) leitura dos resumos e 2) palavras-chave. As sistematizações desses estudos possibilitaram a produção da sessão de resultados e discussões. Importante ressaltar que foram excluídos os artigos científicos que fugiam aos interesses desse texto e que não acrescentavam às discussões deste estudo acerca da produção de ideologia e os atravessamentos da polarização política.

### **Notas da Psicologia social crítica sobre o fenômeno ideologia nas práticas sociais**

Para se entender e se discutir plenamente o fenômeno ideológico, particularmente no âmbito da política e das dinâmicas sociais brasileiras, faz-se necessário primeiro ter uma concepção clara dele. Tal empreendimento, todavia, comumente esbarra na tentativa de sistematizá-lo conceitualmente nos debates sociais. Strey *et al.* (2013, p. 76), nesse sentido, afirma que “talvez não haja conceito no campo das ciências sociais mais complicado, obscurecido ou sujeito a ambiguidades do que o de ideologia.”

Tendo em vista a identificação desse revés, bem como a busca por sua resolutividade, Strey *et al.* (2013) formula quatro ideias distintas sobre a natureza do fenômeno ideológico, a saber: ideologia em sentido positivo (nada mais é do que a cosmovisão social das pessoas, isto é, como as pessoas enxergam a realidade objetiva que se apresenta a elas), ideologia em sentido negativo (ideologia que engana, distorce a realidade, ajuda a criar ou reproduzir relações de dominação, relações assimétricas e desiguais), ideologia materializada ou concreta (ela é concreta, pois se

materializa a partir das instituições sociais e seus discursos) e, por fim, ideologia em sua dimensão dinâmica (capacidade prática de operacionalizar transformações, produções, ou sustentar determinadas relações).

É importante salientar que as representações mencionadas acima não constituem ilhas de significados sem aparente associação. Em vez disso, elas funcionam de maneira correlativa. Por exemplo, a ideia de uma ideologia material negativa – junção da ideologia em seu sentido negativo com a ideologia concreta – pode ser observada na perpetuação de relações opressivas, enganadoras e assimétricas; as quais podem ser perpetradas por instituições sociais como escolas, igrejas, empresas e governos.

Aprendemos também com os escritos do fundador da Psicologia da Libertação na América Central, o salvadorenho Martín-Baró, que a conceituação de ideologia se trata de uma visão de mundo que se aplica aos ideais políticos e as perspectivas de classe que corroboram com as atitudes e ações dos sujeitos. Ocorre nesse processo uma condição de tomada de uma consciência não-crítica, a qual é suplantada como uma falsa consciência, relacionada à alienação pela conceituação primeira, em que a ideologia referente a visão de mundo faz ocultar a realidade, numa perspectiva de atender aos interesses ideológicos, e da qual o indivíduo passivamente se perpetua oprimido (Mendonça; Souza; Guzzo, 2016).

Ainda, segundo Strey *et al.* (2013), uma ideia ou instituição só é passível de ser considerada perpetradora de uma ideologia negativa se de fato distorcer ou negar a realidade objetiva. Assim, só é possível definir o sentido negativo de uma ideologia quando se demonstra que ela contribui para o desenvolvimento ou reprodução de relações desiguais e assimétricas. Dentro desse contexto, a noção de relação de dominação, que tem sido amplamente explorada pelas ciências sociais, ganha destaque. Sua notoriedade nos estudos científicos, sobretudo aos correspondentes à psicologia social, decorre principalmente das tentativas de desvelar o seu caráter responsivo no que diz respeito à estruturação e disseminação da naturalização das ideologias em sua dimensão negativa. Ademais, nas palavras de Thompson (1995, p.76), “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

Consoante Strey *et al.* (2013), às relações de dominação se configuram através de um conjunto de interações sociais nas quais um grupo ou indivíduo exerce poder, ou melhor, expropria o poder (capacidades) do outro, causando, por sua vez, desigualdade, injustiça e opressão. Essas relações, como de praxe, ocorrerem em diferentes níveis e contextos, nas mais diversas relações interpessoais, sociais e institucionais “fazendo com que determinados agentes, ou grupos de agentes, não possam participar de determinados benefícios, sendo assim injustamente deles privados, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito” (Strey, 2013, p.83).

Outra ocorrência social comumente observada, que também é resultado da ideologia em sua forma negativa, é o que Góis (2008) denomina de Ideologia de submissão e resignação.

A ideologia de submissão e resignação revela-se, no dia-a-dia, como ação repressora e se torna subjetividade na forma de identidade de oprimido e explorado, quer dizer, quando o indivíduo rompe com as relações familiares ou com sua vizinhança, por isolamento ou agressões, quando parte para a droga, assalto ou assassinato, quando se submete à inferiorização cultural, social e econômica; quando aceita seu lugar ou obedece cegamente ao patrão, como empregado ou capanga; quando acredita que só no céu poderá viver bem ou quando imagina que sua situação é vontade de Deus. Manifesta-se quando o pobre ignora a realidade em que vive e acredita que só as autoridades podem resolver seus problemas, ou quando tenta ser o próprio opressor, o próprio agressor. Todos esses fatores formam no cotidiano a rede de submissão e resignação, presente numa ideologia tecida ao longo do tempo para manter o oprimido afastado da vida, explorado e excluído, impedindo-o de acreditar em seu potencial de valor e de poder de realização pessoal e social (GÓIS, 2008, p. 51).

Diante disso, o olhar do(a) psicólogo(a) social, enquanto agentes mediadores do processo de despertar e (re)despertar o outro da sua inexpugnável capacidade de compreender a si e a sua realidade a partir do prisma ontológico, de fazê-los reconhecer o seu potencial na efetivação de transformações em seu meio social, deve estar intimamente associado a uma perspectiva crítica. Destaca-se que tal incumbência foi transmitida aos profissionais da área a partir da estruturação de uma Psicologia Latino-Americana consolidada sob uma perspectiva decolonial da produção científica implicada em promover transformações nessa realidade.

Logo, ao munir essas pessoas de ferramentas que as permitam discernir o caráter sócio-histórico da sua formação subjetiva e social, ao instrumentalizá-las com o exercício da atitude filosófica, ao estimular essas pessoas a práxis transformadora, ao exortar a tornarem-se questionadoras e críticas da realidade que lhes é apresentada, o(a) psicólogo(a) social, desse modo, poderá evidenciar a compreensão de que as ideologias se apresentam como condições indissociáveis à consciência e a formação da subjetividade. O que torna a tomada de consciência crítica o mecanismo, como afirmam os autores Mendonça, Sousa e Guzzo (2016), capaz de transformar a realidade social e, dos indivíduos e grupos mobilizarem ações concretas sobre suas vidas e seus modos de pensar.

Destarte, não se pretende confinar ao fenômeno ideológico toda e qualquer agrura social que surja na sociedade. Assim sendo, esclarece-se que o objetivo aqui não é instaurar um viés deturpado sobre a complexidade do mesmo, pois, como já se constata, ele se constitui e se manifesta para além da sua dimensão negativa e/ou objetiva da realidade. Deve-se entender, portanto, que a ideologia esteve presente em todas as organizações sociais humanitárias; ou seja, não se pode ignorar seu papel na formação da subjetividade humana ou, pior ainda, tratá-lo de modo reducionista ao se supor que seja apenas um componente secundário da identidade ou do desenvolvimento pessoal (Góis, 2008).

A ambivalência de seu sentido está, por isso, na condição “favorável ou desfavorável de impulsionar o sujeito ou opressor, permitindo ou não ao indivíduo fazer-se e refazer-se dentro da coletividade em que está” (Góis, 2008, p. 49).

Observamos esses fenômenos ideológicos como aspectos marcantes da sociedade brasileira contemporânea. As consequências da polarização política no Brasil, que é atravessada pela desigualdade de classes, podem ser observadas no apoio, por uma determinada classe regada de privilégios sociais e muitas vezes detentora de influência política, à fenômenos políticos - como golpe parlamentar, midiático e jurídico, culminando em estrago nas trajetórias de movimentos sociais, a favor dos interesses e objetivos das classes dominantes em detrimento da classe trabalhadora, além da alimentação das práticas de ódio contra as minorias (Oliveira; Silva Junior; Xavier, 2019).

Algumas das práticas desencadeadas pela polarização podem abarcar o contexto discursivo, em que a população, por meio das mídias sociais ou até nos lugares públicos cotidianamente, demonstra tais discursos em forma de deslegitimação, como, por exemplo, frente ao caso do assassinato de Marielle Franco, uma vereadora detentora da defesa dos Direitos Humanos que foi assassinada brutalmente no Brasil diante de um contexto de milícias criminosas (Arruda *et al*, 2023).

A partir da ideia de alienação já discutida nos parâmetros da conceituação de ideologia, é percebido como a sociedade acaba por desestruturar relações influenciadas pela ideologia que se segue (Arruda, 2021). Isso demonstra instabilidades no âmbito micro da dinâmica social, onde a família é estruturada como instituição social. Por isso, as ideologias que se apresentem nos diferentes mecanismos de controle político não podem ser somente observadas na discursividade do partidarismo políticos, mas nas suas bases sociais e estruturais da sociedade, por exemplo, nas supostas ideologias de gênero, ideologias conservadoras da família, no patriarcado, dentre outras forças ideológicas operantes.

Como é exposto por Oliveira, Silva Junior e Xavier (2019), outro fenômeno de práticas sociais está atrelada à participação *online* nas discussões e disseminação de conteúdo com viés político, muitas vezes com conteúdo falso, considerando a alta aderência das mídias sociais pela população brasileira, em que são preferíveis conteúdos com viés opinativo, segundo o *Digital News Report* (2014). Nesse tipo de prática, é observada uma disseminação de conteúdo com notícias e informações falsas, sem critério pré-avaliativo da veracidade das informações. Esse fenômeno mundialmente conhecido pelas *fake news* é uma dessas condições de atualização de novos cursos de fenômenos ideológicos mais sofisticados e agregados ao curso da globalização tecnológica e social das relações humanas.

De fato, concordamos que é utópico pensar uma sociedade sem processos ideológicos, uma vez que esse *modus operandi* de instituir condutas e consciências é um alicerce estrutural da formação humana em suas práticas sociais. O que também não torna isento a busca pela sua superação e a constatação de uma realidade social munida de democracia, igualdade, respeito e valorização da dignidade humana em sua plena existência.

### **Considerações finais**

A Psicologia Social, enquanto área disciplinar aplicada nos estudos do comportamento social, precisa adotar uma postura ética-política frente à polarização política nas questões que envolvem a construção da democracia na sociedade. Apostamos nesse campo justamente por se tratar de uma área de conhecimento que estuda a relação entre indivíduos e sociedade, não só buscando compreender como os contextos sociais influenciam a formação de identidades, atitudes e comportamentos, mas também a participação social como um mecanismo de subjetivação política e emancipatória do indivíduo.

Nesse sentido, é importante que as(os) psicólogas(os) sociais assumam uma posição crítica e reflexiva sobre as implicações políticas de suas pesquisas e intervenções, evitando a reprodução de preconceitos e estereótipos que possam contribuir para a polarização e extremismo, de mesmo modo ratificando a não neutralidade da Psicologia, da qual aprendemos com a crise da Psicologia Social da década de 1980. A construção desse campo disciplinar no Brasil nos convoca a endossar a atuação democrática e de valorização dos Direitos Humanos em que as ciências psicológicas são necessárias e também partícipes.

Já a polarização política encontra-se muitas das vezes associada a conflitos e tensões sociais, sobretudo àqueles marcados pelo cenário de disputa de governança partidária. Encontramos nos estudos reflexões que apontam um cenário de extremismos atravessados por violências, descredibilidade e negação de grupos minoritários, bem como recrudescimento de valores conservadores. Nesse sentido, a Psicologia Social deve estar atenta para não reproduzir ou legitimar práticas que possam contribuir para a discriminação e o enfraquecimento da democracia e da dignidade humana.

Portanto, a Psicologia Social tem um papel importante na promoção do diálogo e da compreensão mútua entre grupos com diferentes posições ideológicas, enfatizando que a diferença de opiniões e/ou defesas partidárias não deve ser confundida como legitimidade para segregações e/ou perpetuação de discursos de ódio. Para a superação desse dualismo, fomentam-se pesquisas e intervenções buscando compreender as dinâmicas sociais que levam ao extremismo ideológico e a produção de artifícios da ignorância antidemocrática. As(os) psicólogas(os) sociais podem contribuir

para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e plural.

## Referências

- ARRUDA, Ângela. **A polarização sob o olhar psicossocial**. In: ROSO, A. *et al.* (Orgs.), *Mundos sem fronteiras. Representações sociais e práticas psicossociais*. ABRAPSO. pag. 43-83, 2021. Disponível em: <https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Mundo-sem-fronteiras.pdf>
- ARRUDA, Ângela *et al.* **O Assassinato De Marielle Franco: Olhar Psicossocial Sobre Polarização Em Um Recorte Do Pensamento Social**. *Psicologia & Sociedade*, v. 34, p. e253657, 2023.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; DA CUNHA BARUCO, Grasiela Cristina. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Lutas Sociais**, n. 21/22, p. 132-145, 2009.
- FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2019: Democracy in Retreat**. *Freedom House*. Nova Iorque, 2019.
- FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. **Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil**. *Opinião Pública*, v. 28, p. 560-593, 2023.
- GIDRON, N.; ADAMS, J.; HORNE, W. **“How ideology, economics and institutions shape affective polarization in democratic polities”**. In: *Anais Annual Conference of the American Political Science Association 114th*, Boston, p. 1-46, 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas. São Paulo, 6ª ed. 2009.
- GLORIA FILHO, Mario. **Polarização política afetiva, empatia, desumanização explícita e ideologia política**. 2022.
- GÓIS, C. W. L. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. *Saúde em Debate*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- KUROMIYA, Hiroaki. Communism, Violence and Terror. In: PONS, Silvio; SMITH, Stephen Anthony. **The Cambridge History of Communism: World Revolution and Socialism in one Country 1917-1941**. 1. Reino Unido: University of Cambridge, 2017.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Zahar. Rio de Janeiro, 2018.
- MENDONÇA, Gabriel Silveira; DE SOUZA, Vera Lucia Trevisan; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **O conceito de ideologia na psicologia social de Martín-Baró**. *Revista Psicologia Política*, v. 16, n. 35, p. 17-33, 2016.
- NAZARETH, C. C. G; KALIL, M. T. A. C; KALIL, M. V. **Revisão de literatura e revisão sistemática: uma análise objetiva**. *Revista Fluminense de Odontologia*, 2021.
- NICK, N; LEVY, D. A. L. **REUTERS INSTITUTE DIGITAL NEWS REPORT 2014**. *Reuters Institute For The Study Of Journalism*. Universidade de Oxford. 2014. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/research/files/Reuters%2520Institute%2520Digital%2520News%2520Report%25202014.pdf>
- OLIVEIRA, C. B; DA SILVA JUNIOR, E. A; XAVIER, K. R. **Polarização política no Brasil: uma leitura desde a Psicologia Social**. In \_\_\_\_\_ VICENTIN, M. C; GONÇALVES, M. G. M;

MIRANDA, S. C; XAVIER, K. R. Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica. Cap. 13, p. 211-231. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, L.; VIEIRA, V. H. **Nas tramas do discurso:** sociabilidade comunicação cultura poder. Intexto. Porto Alegre, n. 33, p. 46–63, 2015. DOI: 10.19132/1807-8583201533.46-63. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/52445>.

STREY, M.N. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2013. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Psicologia\\_social\\_contempor%C3%A2nea/dugbBAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Psicologia_social_contempor%C3%A2nea/dugbBAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover). Acesso em: 15 de abr. 2023.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN BAVEL, Jay J.; PEREIRA, V. M. "The Partisan Brain: An Identity-Based Model of Political Belief". *Trends in Cognitive Sciences*, v. 22, n. 3, pp. 213-224, 2018.

## CAPÍTULO 16

**O FENÔMENO DA *FAKE NEWS* DISCUTIDO NA LITERATURA CIENTÍFICA:  
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE 2012 – 2021**

*Tadeu Lucas de Lavor Filho*  
*Ana Beatriz Garcia de Souza*  
*Faeilla Maria Ferreira Lima*  
*Francisco Nalysson Lucena da Silva*  
*Lucas de Queirós Cavalcante*  
*Maria Rosaria Vieira Neta*  
*Francisco Alison Custódio Idelfonso*

**Introdução**

O tema das *fake news* tem sido convocado ultimamente como um processo ideológico a ser superado no âmbito da comunicação, das relações de sociabilidade e do espaço midiático (Marques, 2020; Riemsdijk et al., 2020). Expressivamente com a pandemia de COVID-19, a disseminação de *fake news* ganhou visibilidade como um problema que maximiza a confusão sobre diferentes temas, dos quais se sobressai questões políticas, de gestão governamental e de acesso a serviços, como foram as questões de saúde pública na pandemia (Barcelos et al., 2021).

O uso desse recurso alienador, que deturpa a compreensão verdadeira dos fatos, não se qualifica apenas como um método de disseminação da informação, mas é também um sistema ideológico que coloca refém a racionalização na produção do pensamento crítico e analítico dos fatos (Costa; Romanini, 2019). É a *fake news*, uma deturpação violável da informação com fluxos e objetivos pré-estabelecidos, dos quais desvirtuam a reflexão e a busca pela veracidade dos conteúdos (Gomes; Penna; Arroio, 2020).

A agilidade e eficiência são pontos em comum relacionados aos efeitos bola de neve das informações que bombardeiam os indivíduos diariamente em seus canais de comunicação cotidiana (Gomes; Penna; Arroio, 2020). As comunicações mediadas pelas novas tecnologias se tornaram veículos de agilidade da propagação das *fake news* e, por isso, esse fenômeno passou a ser discutido no âmbito das Ciências da Informação, Sociologia, Ciências Políticas, Filosofia, Linguística, Psicologia, dentre outras (Sousa; Rosa, 2019).

A exemplo do período da pandemia de COVID-19, a maximização do uso desse recurso alienador das *fake news* foi comprovada em diversas pesquisas e debates de mídias responsáveis. Foi necessário ratificar e justificar preceitos científicos básicos de cuidados de enfrentamento à disseminação do coronavírus frente a um arsenal de propagações ambiciosas e fraudulentas sobre o

cenário epidemiológico em saúde pública, por exemplo, na exigência do distanciamento social e isolamento social, a produção da vacina e a salvaguarda de grupos de riscos (Sousa Júnior et al., 2020; Galhardi et al., 2020).

Além disso, o cenário que envolve o cuidado em saúde mental também foi um vetor atravessado pela disseminação de *fake news*, uma vez que a propagação de informações falsas prejudicava a conscientização da população, da qual era responsável por produzir impactos psicossociais como medo, insegurança, baixa auto-estima, sentimentos depressivos, ansiedade e outros agravantes que afetaram a saúde mental durante a pandemia (Marques, 2020; Falcão; Souza, 2021).

O que nos mostra a literatura científica sobre o fenômeno das *fake news* é que ela também se configura como uma pandemia da (des)informação (Paula; Silva; Blanco, 2018; Cruz et al., 2021). A sociabilidade humana na contemporaneidade que vive fortemente engendrada nas redes sociais e nos mecanismos de comunicações virtuais tem gerado um cenário de preocupação para a saúde pública, pois, um dos efeitos reverberado na pandemia foi o negacionismo científico e, a pretensa desqualificação da ética na comunicação, na mídia e nas relações grupais (Bachur, 2021; Ferreira; Sousa; Lima, 2020).

Com isso, o presente texto objetivou discutir os impactos da disseminação da *fake news* na sociedade contemporânea a partir de uma revisão sistemática da literatura científica. Compreende-se que a relevância do tema é fundamental para as Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Saúde, pois, tem sido esses eixos mais desafiados pela desinformação gerada pelas *fake news*. As discussões propostas nesse texto possibilitam tensionar os desafios da sociabilidade humana frente às práticas de comunicação de massa e o reconhecimento da consciência crítica como preâmbulo fundamental para a superação das *fake news*.

### **Procedimentos metodológicos**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de base exploratória. Metodologicamente, foi utilizada a Plataforma de Periódico CAPES para recuperação de artigos científicos publicados em periódicos. Realizou-se uma busca por estudos demarcados por textos publicados nos últimos dez anos, a saber, nos anos de 2012 a 2021. Tendo em vista a recuperação dos estudos que visaram a produção desta revisão sistemática (RS), utilizamos técnicas qualitativas de síntese para exposição de nossos achados, em meio a uma série de extrações de dados avaliados pelos autores da presente pesquisa.

Por meio das orientações do PRISMA de revisão sistemática (Sampaio & Mancini, 2007), realizamos alguns passos para a produção do estudo: 1º) Definindo a pergunta; 2º) Buscando estudos

e evidências; 3º) Revisando e selecionando os estudos; 4º) Analisando a qualidade metodológica dos mesmos; 5º) Apresentando os resultados sobre a revisão sistemática. O uso do PRISMA foi fundamental para a orientação da escrita de redação textual da versão final deste estudo.

Logo em seguida, ao estabelecer esses alicerces para a produção, foi iniciado o seguimento dessas etapas, começando por responder o objetivo do estudo e evitando fazer afirmações que não tenham sustentação nos resultados encontrados na RS. Para tanto, a questão de busca que orientou nossa recuperação foi: “Como o campo das práticas culturais e da *fake news* é tematizado na literatura científica dos últimos 10 anos (2012 – 2021)?”. Em seguida, tivemos como foco apresentar um panorama de conhecimento acerca da temática.

Ao buscar estudos e evidências, foram verificados e incluídos os descritores e o uso do operador booleano “AND” em nossa pesquisa. Ao total foram recuperados 2.202 artigos, incluído para a leitura de títulos e resumos de 1.120 estudos “revisados por pares”, cuja seleção é realizada e filtrada automaticamente pela ferramenta de busca na Plataforma de Periódicos CAPES. Os critérios de inclusão foram os artigos que tivessem relação explícita com a temática, incluindo artigos em Português, Inglês e Espanhol. Foram excluídos dessa fase inicial de seleção textos indisponíveis em sua versão completa. Além disso, este procedimento ocorreu por meio da seleção pareável de juízes às cegas, tendo as discordâncias de aprovação e reprovação discutidas em processo de supervisão colegiadas da equipe de autores desse estudo.

O seguinte estudo contou com a investigação das seguintes estratégias de busca descritas na tabela 1. As bases de dados recuperadas na investigação na Plataforma de Periódicos CAPES foram: *ScieELO*, *Dialnet Directory of Open Acces journals (DOAJ)*, *GALE*, *Scopus*, *Web of Science*. Segue abaixo as informações do quantitativo de estudos recuperados a partir das combinações dos descritores aplicados na estratégia de busca. Ao final, foram analisados 11 artigos científicos. Logo depois, na figura 1, exemplificamos o fluxograma deste estudo de revisão sistemática.

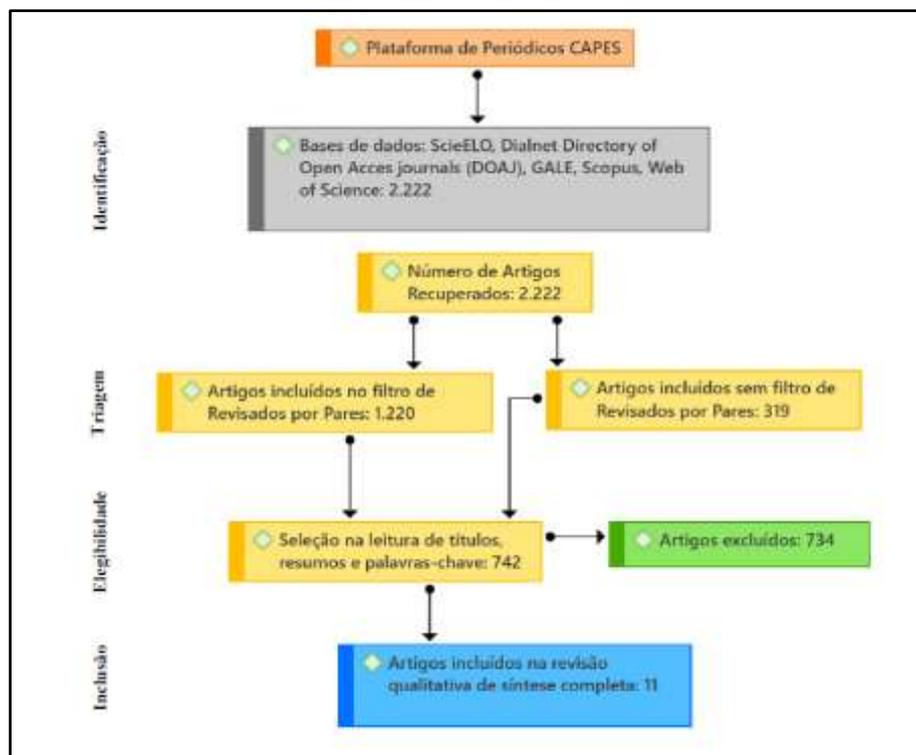
**Tabela 1** - Artigos recuperados a partir da busca de descritores (2012-2021).

<b>Etapa</b>	<b>Descritores e operador booleano operacionalizado</b>	<b>Artigos recuperados</b>	<b>Revisados Por Pares</b>	<b>Incluídos na Pré-análise</b>
<b>1</b>	“Práticas culturais” AND “Fake news”	10	-	10
<b>2</b>	Cultura AND “Fake news”	714	442	442
<b>3</b>	“Relações sociais” AND “Fake news”	50	-	90

Etapa	Descritores e operador booleano operacionalizado	Artigos recuperados	Revisados Por Pares	Incluídos na Pré-análise
1	“Práticas culturais” AND “Fake news”	10	-	10
2	Cultura AND “Fake news”	714	442	442
3	“Relações sociais” AND “Fake news”	50	-	90
4	Personalidade AND “Fake news”	128	-	
5	“Redes sociais online” AND “Fake news”	15	-	15
6	Política AND “Fake news”	1081	678	678
7	Psicologia e “Fake news”	204	-	204
	<b>Total</b>	<b>2.222</b>	<b>1.120</b>	<b>1.439</b>

Fonte: Coleta realizada na Plataforma de Periódico Capes (Brasil), (31/Mar/2022).

Figura 1 - Fluxograma da Revisão Sistemática de Literatura.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

## Resultados e discussão

Iniciamos nossa discussão com as contribuições do estudo de Ferreira et al., (2020), no qual vem enfatizar uma discussão teórica sobre a narrativa noticiosa e como ela assume a fiscalização dessas notícias. Desse modo, buscou-se discutir como as *fake news* estão sendo vistas como uma prática cultural que está se formando e se desenvolvendo a cada momento. No que se refere ao contexto da pandemia, mais do que nunca, precisou-se de ser regada com a verdade, pois a mídia e a divulgação pública voltou a ser relevante na divulgação de informações nesse contexto pandêmico. Assim, começaram a existir, na pandemia, veículos de notícias e comunicação pública, voltando a ocupar seu papel de destaque na prestação de informações confiáveis. A pandemia fez com que os jornalistas dobrassem sua atenção, conhecimento e dedicação nas notícias, pois, as *fake news* se mostram como influências de rápida propagação. Com isso, os jornalistas enfrentam presencialmente os propagadores da desinformação. A forma da narrativa jornalística toma-se em um movimento dos propagadores de *fake news*, que utilizam e usam ferramentas semelhantes para disseminar o medo e pavor no meio social.

Já o estudo de Garcia et al., (2021) acerca de adolescentes espanhóis enfatiza a importância de uma revisão exaustiva do papel das redes sociais em sua reprodução discursiva entre os pares. Trazendo o reconhecimento da necessidade de implementação das iniciativas educacionais que abordam especificamente o discurso de ódio contra outras raças ou nações. De início é preciso examinar a percepção que as novas gerações têm sobre os estrangeiros, partindo da ideia de identidade cultural, onde a mesma é um processo dinâmico construído individualmente, mas também coletivamente, pois se retroalimenta das influências do ambiente. Desse modo, é fundamental abrir espaço para o compromisso ético no currículo das escolas, para que os alunos se conscientizem do enriquecimento de viver em uma sociedade de diversidade, e possam combater argumentativamente notícias populistas de natureza marcadamente discriminatória e preconceituosa. Portanto, que seja repassado e refletido valores e consciência de tolerância e inclusão sociocultural.

O estudo de Recio et al., (2019), retrata o tempo antes da mídia alcançar grandes repercussões, marcando um período de grandes mudanças, não havendo um meio de como se adaptar aos novos ambientes, uma vez que o auge da mídia alcançou meios de informações a todo vapor e não houve mais controle. Em meio ao estudo destaca-se o período de 2016, um ano em que a comunicação política mudou o valor da informação e sua relação com a mídia a partir das propostas do presidente Donald Trump, devido às mais diversas interpretações ouvidas pelos os usuários da mídia. Desde então, uma enxurrada de desinformação produzida *ad hoc* por “mercenários” de conteúdo, redes sociais e mídia impressa trouxe uma nova ordem à comunicação. Além disso, este

estudo analisa a situação atual das *fake news* e de uma sociedade pós-verdade, onde a mídia se adapta e utiliza a tecnologia para reorganizar as informações. O monitoramento é feito em diversas organizações e instituições, apresentando resultados positivos para evitar informações falsas e más práticas.

O que faz necessário discutir que a “desmediatização” tem sido impulsionada pelo uso cada vez mais frequente de dispositivos móveis e pela popularização das redes sociais. Com a extensão do acesso à internet, a disseminação de informações ocorre de maneira descentralizada e muitas vezes sem a seleção adequada das fontes, o que pode levar a uma infodemia e à expressão de notícias falsas (Hissa, 2021).

Nesse sentido, Hissa (2021) argumenta que é necessário desenvolver habilidades críticas para avaliar informações e fontes, além de fomentar a ética na comunicação digital. Ele destaca que, diante da complexidade desses fenômenos, é importante que a sociedade, os governos e as empresas trabalhem juntos para criar soluções que possam minimizar seus efeitos negativos da desinformação e das *fake news*.

Já no estudo realizado por Andreatta et al., (2021), a autora destaca a produção de sentido que são mais exigentes enquanto alteram a relação entre consumo, recepção e produção de linguagem e discurso. O intuito deste artigo é analisar as *fake news* geradas durante a COVID-19. Para tanto, são encontradas no estudo uma série de estratégias linguísticas e imaginativas de apelo e persuasão, bem como o manuseio digital de notícias falsas refletindo uma narrativa transmidiática, que supõe a necessidade de um alfabetismo crítica que possa conectar pessoas, objetos midiáticos e o que significa estratégias de construção. No qual se há liberdade para acessar muitas informações e interagir com outras pessoas, as práticas de leitura que devem buscar compreender os textos que circulam, bem como compreender as relações estabelecidas nos meios de transmissão e produção de textos em contextos digitais.

Para Silva (2021), as tecnologias da informação e comunicação trazem grandes benefícios para a sociedade, uma delas é a Internet, que além de ser uma ferramenta de trabalho que emprega muitas pessoas, também ajuda na circulação de informação, trazendo novas formas de inclusão e, possibilitando que a sociedade possa interagir sobre diversos assuntos de forma simultânea. Apesar de tantos benefícios, também existe o seu lado perigoso como a divulgação de notícias falsas, fazendo com que as pessoas acreditem em algo que não tem fundamento e/ou veracidade. A rapidez com que as notícias são postadas na nossa tela faz com que sejam sustentados comportamentos na qual os indivíduos não se aprofundem no assunto e verifiquem a veracidade do conteúdo, pois em questão de segundos já tem outro conteúdo para ser visto.

No texto de Satre e Carvalho (2018), os autores refletem como os indivíduos dificilmente têm autonomia para ter seus próprios pensamentos, pois através dos meios de comunicação como, por exemplo, nas redes sociais podem sofrer influência e terem a impressão de uma falsa liberdade, onde não conseguem perceber que são diariamente direcionados por meio de *post*, propagandas e outras diversas formas em que a *internet* nos permite acessar, a tomarem decisões e atitudes que possivelmente não teriam feito sem ter tido acesso a esses materiais, sob a influência informacional. O principal problema desse processo é que nem sempre a internet é um lugar seguro e diariamente a sociedade é exposta a *fake news*.

A exemplo do caos social gerado pelas fake news, como já mencionado, é o caso da propagação de notícias falsas na pandemia da COVID-19 no ano de 2020. Com o surgimento das tecnologias digitais e meios de comunicação, a entrega e rapidez de informações cresceu cada vez mais nos últimos tempos, alcançando um número maior de pessoas e de diferentes lugares. Ao substituir ferramentas tradicionais de comunicação como jornal impresso, rádio e TV, equipamentos móveis conectados à internet possibilitam agora, além do acesso, o compartilhamento de informações, essas que em alguns casos podem ser de cunho duvidoso e mal-intencionado, multiplicando assim o alcance de tal informação. Com esse crescente aumento de notícias e seu alcance, fica a critério do público acreditar naquilo que vê ou então duvidar (Ferreira; Lima; Souza, 2021).

Para Ferreira, Lima & Souza (2021) por conta da oportunidade de ter “voz” que a tecnologia trouxe, antes quem era apenas um telespectador, agora podia dar sua opinião e propagar aquilo que via como certo, podendo assim influenciar diversas pessoas com seu conteúdo, tanto de forma positiva quanto negativa. No cenário de uma pandemia em que os meios de comunicação em sua completa maioria são digitais, a população se vê então num impasse de dúvida sobre o que é verdade ou não. Um dos maiores problemas identificados na pandemia foram notícias contra a credibilidade da ciência e de instituições que a seguem, gerando dúvida na população e consequências de descaso com a gravidade de sintomas referente à doença. A utilização de religiões, medicamentos caseiros e achismos fizeram com que o número de gravidade dos casos de covid aumentasse drasticamente repentinamente, juntamente com o número de mortes, gerando desespero na população sobre o que era verdade ou não do que era visto.

Da mesma forma, podemos ver os impactos das *fake news* na eleição presidencial brasileira de 2018. Menon & Bachini (2021) mostram em seu artigo como ocorreu a disputa eleitoral e os métodos focados em disseminar informações falsas em redes sociais, principalmente *WhatsApp* e *Facebook*, para benefício próprio de um dos candidatos em sua campanha eleitoral, inspirada na de Donald Trump nos Estados Unidos. Nessa perspectiva, fica nítido a força e gravidade que as *fake*

*news* causam, chegando a manipular uma população em massa para uma escolha de suma importância que objetifica principalmente o cumprimento de seus direitos e bem-estar.

Segundo Silva, Silva & Gonçalves Neto (2021) as *fake news* e os discursos de ódio possuem atravessamentos no campo propagativo e objetificante dos conteúdos inverídicos. Os limites entre liberdade de expressão e liberdade para aterrorizar alguém e deturpar a imagem de alguém estão ficando cada vez mais estreitos. Com o avanço da tecnologia e da internet, nunca foi tão fácil se comunicar, de igual modo, nunca foi tão fácil expressar uma opinião de forma anônima e, o problema se instala quando essa opinião traz consigo inverdades e ofensas. As *fake news* podem também ser produzidas com objetivos de serem informações falsas divulgadas com o propósito de atingir determinada pessoa ou grupo social. Essas notícias falsas divulgadas deliberadamente são um completo desserviço à liberdade de expressão, visto que, à medida que é permitido a propagação de toda e qualquer informação quando identificada a finalidade hostil e violenta, também deverá haver a culpabilização do autor. Além disso, para serem consideradas *fake news*, as mesmas deverão se constituir em um grupo de desinformações que induz o público a desinformação, outra característica é que elas aparentam ter fontes legítimas, e por último é que elas foram criadas com esse intuito, e não acidentalmente.

As *fake news* muitas vezes estão inseridas em temas que envolvem *status*, poder, injustiça e/ou até mesmo algum tipo de prevenção de situações de risco e isso acontece porque as pessoas buscam e tendem a querer encontrar algo que as dê autonomia e habilidade para conseguir ser e ter o que elas querem. Ao ter acesso a esses conteúdos na internet, elas podem se identificar com as situações que estão sendo divulgadas e acabam se deixando levar pelo que foi direcionado e não dando a importância necessária para a verificação de credibilidade da notícia e acabam absorvendo e seguindo um conteúdo sem ter ideia que está sendo enganada. O alcance gigantesco que as mídias sociais proporcionam podem trazer sérios danos aos seus usuários se os mesmos não verificarem corretamente a fonte dessas informações, e dessa forma a autonomia em que as pessoas acreditam ter sobre suas atitudes pode ser facilmente redirecionada a um pensamento alienado (Satre; Carvalho, 2018)

Compreendemos também a partir do estudo realizado por Silva (2021) que a propagação de notícias falsas que percorrem a internet cotidianamente na maioria das vezes está relacionada a conteúdos de ordem política e, da qual podemos observar os impactos desse conteúdo sobre a sociedade. A alienação, por intermédio de *fake news*, que ocorre nesses processos pode influenciar de alguma forma a escolha, por exemplo, a escolha de um partido político e/ou decisões democráticas, deveria ser feita conforme a proposta que o partido político oferece e o indivíduo interpreta e julga conscientemente dos fatos e de forma coerente. Os autores alertam para o fato de

que esse processo de decisão e compreensão podem ser obnubiladas mediante *fake news* bem posicionadas e com finalidades estratégicas de massa. O efeito disso é que o usuário passa a viver cada vez mais em uma bolha social com acesso de assuntos que muitas vezes não é o suficiente para fazer dele uma pessoa com autonomia para decidir e compreender os impactos da influência das informações que são acessadas diariamente.

Como já apontado anteriormente, as *fake news* não são fenômenos recentes, embora elas sejam compreendidas como fenômenos anteriores às eleições de 2018 no Brasil, foram nessas eleições que elas ficaram mais evidentes. Aliadas aos discursos de ódio, às *fake news* foram destaque em 2018, uma vez que elas foram usadas como instrumento para proferir injúrias e deturpar a imagem de grupos políticos especificados. Frente a isso, pode-se destacar também o caso de Marielle Franco, vereadora brutalmente assassinada em detrimento da sua condição de defensora dos Direitos Humanos, que após sua trágica morte, houve a proliferação de várias *fake news* divulgadas ao seu respeito, com o intuito de difamar a imagem da vereadora e distorcer a causa do crime (Silva; Silva; Gonçalves Neto, 2021).

Podemos dizer que as *fake news* nada mais é do que um fenômeno social que teve seus efeitos aprimorados pela tecnologia atual e pela ação que o usuário tem ao consumir o conteúdo na contemporaneidade, uma vez que o ciberespaço é uma dessas marcas. É necessário um aprofundamento no conteúdo informacional que chega nos meios de comunicação cotidianamente. Desse modo, podemos ver a necessidade de que o indivíduo em novamente precise constantemente atentar-se aos seus conceitos e desenvolva uma postura crítica diante do mundo tecnológico atual e, de que seja capaz de se posicionar conscientemente (Satre; Carvalho, 2018).

Por último, Silva (2021) reforça que é cada vez mais necessário o pensamento crítico com o modo de agir e pensar que possa contribuir com o fortalecimento da democracia na atualidade, sobretudo na era digital, trazendo dessa forma novas formas de participação social. Frente a isso, é importante discutirmos como a liberdade de expressão, que é um tema bem definido e assegurado pela Constituição Federal deve ter limites, de uma forma que, se existem pessoas que usam desse direito para injuriar, aterrorizar, criar falsas crenças e demais atividades ligadas às *fake news*, essas pessoas têm que serem culpabilizadas pelos seus atos na esfera cível e criminal. Por isso, é de caráter urgente a autoavaliação dos indivíduos com a realidade social, assim como a constante verificação por meio de mecanismos de avaliação e propagação das informações que são amplamente divulgadas (Silva; Silva; Gonçalves Neto, 2021).

De acordo com Sarlet e Siqueira (2020), a liberdade de expressão é um direito fundamental em uma sociedade democrática, mas não é absoluta e deve ser equilibrada com outros valores importantes, como a proteção dos processos democráticos, o direito à informação e a prevenção de

danos. Os autores também destacam que a disseminação de informações falsas ou enganosas em redes sociais durante os períodos eleitorais pode representar um desafio à integridade do processo eleitoral. Nesse sentido, é necessário encontrar formas de proteger a liberdade de expressão ao mesmo tempo em que se evita o dano à democracia.

Desta forma, com base na análise realizada por Sarlet e Siqueira (2020), é possível afirmar que a liberdade de expressão é um dos pilares da democracia, mas sua aplicação deve ser equilibrada com outros valores e interesses importantes, tais como a proteção de direitos humanos fundamentais, a garantia da ordem democrática e a preservação da dignidade humana.

### **Considerações finais**

O fenômeno das *fake news* tem sido apontado como um processo não apenas de propagação de notícias falsas, como também é entendido como um curso de desinformação dos acontecimentos na sociedade. É importante perceber que os impactos que as *fake news* produzem não se trata apenas da aquisição de conteúdos inverídicos, mas também do conformismo que se ratifica nos comportamentos de indivíduos que se recusam a buscar pela constatação da verdade.

Vale salientar que não é apenas o conteúdo informacional que se torna objeto de investigação da superação das *fake news*, mas quem as produz, os canais de propagação e a objetividade destinada para as notícias. A exemplo disso, tanto das eleições políticas de 2018 quanto no cenário da pandemia de COVID-19, o uso de *fake news* foi identificado como recursos de negacionismo e alienação, respectivamente, frente a possibilidade de que os indivíduos tivessem uma escolha autônoma e democrática, e no segundo caso, a negação e desqualificação do discurso científico frente às vacinas e/ou protocolos de saúde pública.

Percebe-se também a influência das *fake news* na sustentação de uma lógica de adoecimento do pensamento crítico, não se trata de um adoecimento psicopatológico, mas de uma fragilidade de que o indivíduo socialmente reconheça os efeitos ideológicos que os fenômenos de alienação atinge as massas. A saúde mental, por exemplo, também é compreendida como uma variável agravada pelo impacto do excesso de informações, o que se passou a chamar de “infodemia”, uma vez que esse bombardeio de comunicação tenciona aspectos de adoecimento psíquico (medo, ansiedade, mal-estar, angústia excessiva, desesperança, dentre outros sintomas psicológicos).

A superação das *fake news* parte da necessidade de que existem mecanismos e políticas que barrem os mecanismos de comunicação de que se objetivam reproduzir conteúdos ideológicos que colocam em xeque a autonomia do pensamento crítico e a democracia. É necessário tratar as *fake news* como um processo de violência que assume diferentes processos alienatórios para a população,

bem como a responsabilização criminal de condutas que reforçam esta prática de desserviço na sociedade.

## Referências

ANDREATTA, Elaine Pereira. Fake news em tempos de pandemia: a urgência de novos multiletramentos na cultura digital. **Calidoscópico**, v. 19, n. 1, p. 88-103, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/22017>. Acesso em: 2022.

BARCELOS, Thainá do Nascimento et al. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 45, p. e65, 2021. Acesso em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.65>

BACHUR, J. P. Desinformação política, mídias digitais e democracia: Como e por que as fake news funcionam?. **Direito Público**, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5939. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5939>.

COSTA, Maria Cristina Castilho; ROMANINI, Vinícius. A educomunicação na batalha contra as fake news. **Comunicação & educação**, v. 24, n. 2, p. 66-77, 2019. Acesso em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7529622>

CRUZ, Ederval Pablo Ferreira et al. Fake news: uma revisão compreensiva e interdisciplinar. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 3, p. 502-520, 2021. Acesso em: <https://brajets.com/v3/index.php/brajets/article/view/790>

FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline Batista. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 1, 2021. Acesso em: <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2219>

FERREIRA, Josué. A apropriação da narrativa jornalística pelas fake news. **Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 4, n. 3, p. 120-137, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/13355>. Acesso em: 2022.

FERREIRA, J. R. S.; LIMA, P. R. S.; SOUZA, E. D. de. Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da COVID-19. **Em Questão, Porto Alegre**, v. 27, n. 1, p. 30–53, 2020. DOI: 10.19132/1808-5245271.30-53. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/102195>.

GARCÍA, Francisco José Sánchez. El lenguaje xenófobo en el discurso de los adolescentes en redes sociales. Análisis y propuestas de trabajo en el aula. **Didáctica (Lengua y Literatura)**, n. 33, p. 121-132, 2021. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DIDA/article/view/77661>. Acesso em: 2022.

GOMES, Sheila Freitas; PENNA, Juliana Coelho Braga de Oliveira; ARROIO, Agnaldo. Fake news científicas: percepção, persuasão e letramento. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 26, 2020. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320200018>

GALHARDI, Cláudia Pereira et al. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4201-4210, 2020. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>

HISSA, D. L. A. Desmediatização, Infodemia e fake news na cultura digital . **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 40-67, 30 nov. 2021.

MARCOS RECIO, Juan Carlos. Fuentes documentales para crear confianza entre los usuarios digitales: propuestas desde los medios. **Letras (Lima)**, v. 90, n. 131, p. 107-127, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S2071-50722019000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S2071-50722019000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 2022.

MARQUES, Ronualdo. Fake news: influência na saúde mental frente à pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 8, p. 42-47, 2020. Acesso em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/94>

MENON, Gustavo ; BACHINI, Natasha. Fake News e o uso do Facebook na Eleição Presidencial Brasileira de 2018: ideologias, pós-verdade e aparelhos ideológicos de dominação. **Economic Analysis of Law Review**, v. 12, n. 1, p. 143, 2021. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/12633>>.

PAULA, Lorena Tavares; DA SILVA, Thiago dos Reis Soares; BLANCO, Yuri Augusto. Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre fake news. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 3, n. 1, p. 93-110, 2018. <https://revistas.ufjf.br/index.php/rca/article/view/16764/1122>

RECIO, Juan Carlos Marcos. Fuentes documentales para crear confianza entre los usuarios digitales: propuestas desde los medios. **Letras (Lima)**, v. 90, n. 131, p. 107-127, 2019.

RIEMSDIJK, G. et al. O fator fake news na atualidade, na mira da psicologia. **International Journal of Developmental and Educational Psychology.**, v. 1, n. 1, p. 255-262, 2020. Acesso em: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2020.n1.v1.1782>

SANTOS, Rodrigo. Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da COVID-19. **Em Questão**, p. 30–53, 2021. Disponível em: <<https://search.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/fr/covidwho-1609145>>.

SARLET, Ingo Wolfgang; SIQUEIRA, Andressa de Bittencourt. Liberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas "fake news" nas redes sociais em período eleitoral no Brasil. **Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, pág. 534-578, maio/ago. 2020. DOI: 10.21783/rai.v6i2.522

SASTRE, A.; CARVALHO, J. M. O comportamento do usuário no processo de difusão de Fake News: reflexões sobre o processo de comunicação nas plataformas digitais. **Comun. & Inf., Goiânia, GO**, v. 21, n. 3, p. 91-106, out./dez. 2018. Acesso em: <https://doi.org/10.5216/ci.v21i3.54005>

SILVA, G. N. P.; SILVA, T. H. C.; GONÇALVES NETO, J. C. Liberdade de Expressão e seus Limites: uma análise dos discursos de ódio na era das fake news. **Argumenta Journal Law**, n. 34, p. 415-437, 2021. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/2169>

SOUSA, A. M. DE; ROSA, L. P. Fake news na ciência: contribuição teórica para o universo conceitual da informação, desinformação e hiperinformação. **Revista Scientiarum Historia**, v. 2, p. 9, 13 dez. 2019.

SOUSA JÚNIOR, J. H. de; RAASCH, M.; SOARES, J. C.; RIBEIRO, L. V. H. A. de S. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 331, 2020. DOI: 10.9771/cp.v13i2.35978. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/35978>.

**CAPÍTULO 17****O QUE O AJUSTAMENTO BANAL NOS DIZ SOBRE A RACIONALIDADE NEOLIBERAL: UM OLHAR À LUZ DA GESTALT-TERAPIA**

*Cecilia Neves Ferreira Neta  
Laricia Nogueira Alexandre  
Rebecca Pinheiro Sedrim  
Maxwell Fontes Teixeira*

**Introdução**

Tendo em vista a implicação social da psicologia enquanto ciência, que deve em seu compromisso ser crítica frente às questões que permeiam a sociedade vigente e que atingem diretamente a vida do indivíduo, o presente estudo aborda a relação da clínica gestáltica do ajustamento banal diante da racionalidade neoliberal. A Gestalt-terapia entende que a existência se dá na relação pessoa-mundo, nesse sentido, não se pode separar organismo e ambiente, uma vez que ambos são compreendidos como uma Gestalt. É no contato com o mundo e na interação diante do que é novo e diferente, que se configura uma nova forma, a partir da assimilação do que surgiu como novidade (Frazão; Fukumitsu, 2016).

Entendendo que nessa interação pode haver desvios, são criadas formas de ajustamentos como resposta a isso. As clínicas políticas são assim, ajustamentos criadores, dentre elas, há as que são apontadas pelos autores Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) como novas clínicas políticas, a clínica do ajustamento antissocial e a clínica do ajustamento banal, a qual será discutida neste estudo. Ainda para esses autores, a clínica do ajustamento banal é uma forma de ajustamento criador diante das exigências neoliberais, os sujeitos da banalidade se veem impossibilitados de atender às demandas capitalistas e de enfrentar esse sistema autoritário, assim, encontram alternativa abandonando o desejo, uma vez que esse é moldado pelas determinações neoliberais, e se alienam ao consumo sem meta de restos de objetos.

A respeito da racionalidade neoliberal, de acordo com Cenci e Petry (2020), ela tem por característica conduzir os sujeitos a se perceberem a partir da lógica reducionista do mercado, buscando, desse modo, produzir uma subjetividade em função daquilo que pretende. O neoliberalismo como racionalidade se empenha, com o seu caráter normativo e ética individualista, em moldar todo o aspecto da vida humana em torno do capital, desse modo, toda forma de vida é minada por essa lógica.

Nesse sentido, é provocador pensar sobre como a clínica do ajustamento banal está imbricada no contexto da doutrina neoliberalista, sobretudo no que se refere ao modo em que as pessoas nesse ajustamento expressam os efeitos da racionalidade neoliberal nos seus modos de estar no mundo. Assim, busca-se compreender o sistema econômico vigente, bem como os efeitos psicossociais produzidos nas pessoas, em especial numa análise específica feita pela abordagem Gestalt-terapia.

### **A racionalidade neoliberal**

O neoliberalismo como racionalidade refere-se a fazer o indivíduo agir de determinada forma como se o fizesse movido por seus próprios interesses. Nesse sentido, captura-se o desejo do indivíduo para que esse proceda como atuante análogo ao capital, isso quer dizer que o sujeito constantemente está aperfeiçoando-se e buscando valorizar-se para obtenção de excelentes resultados (Corbanezi; Rasia, 2020).

Segundo Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo não transformou apenas o modo de acúmulo do capital, mas também modificou, de forma simultânea e radical, o semblante das sociedades modernas, instituindo como seu âmago a concorrência generalizada, que envolve não só as práticas econômicas, como também as relações sociais e até mesmo o campo da subjetividade. Ainda conforme os autores, o neoliberalismo se instaura, antes de tudo, como um processo normativo, uma racionalidade, cuja influência se propaga por todo o mundo. Desse modo, a lógica capitalista se fixa em todos os aspectos da vida humana, e se possível na sua dimensão mais intrínseca.

Corroborando com essa ideia Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) diz que o conceito sobre neoliberalismo, para além de uma teoria sobre o desempenho da economia, é um modo de vida que se define através de uma política para nomear o mal-estar e por um processo característico para intervir no estatuto social do sofrimento; esse modo de vida propõe uma forma de individualização apoiada no padrão de empresa, ou seja, “uma vida que deve ser apreendida, dirigida e avaliada como se o faz com uma empresa” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p.11). Desse modo, a força neoliberal não atua apenas na coerção do comportamento, mas também moldando desejos, identidades, valores e modos de vida dos sujeitos.

Por fim, entende-se que essa razão visa produzir sujeitos comprometidos apenas na mudança individual, sem interesse de mudar o mundo, mas centrados em si mesmos, como alguém autossuficiente, capaz de dar conta de toda a esfera de sua vida, seja social, profissional, do âmbito familiar e ainda das suas próprias emoções e das demais pessoas. Assim, o sujeito senhorio de si, que

deve ser capaz de alcançar tudo o que quer, precisa também rejeitar qualquer tipo de dependência dos outros (Casara, 2018).

### **As clínicas gestálticas**

De acordo com Perls (1978) a Gestalt-Terapia é uma abordagem de base fenomenológica-existencial caracterizada por aspectos experienciais e experimentais. Busca enfatizar o Aqui e Agora, entendendo que passado e futuro se manifestam no presente. O passado, por sua vez, se expressa através das repetições, das situações não acabadas, nas recordações e hábitos, bem como, na experiência total de vida. Já o futuro surge no presente por meio de planejamentos, expectativas e temores.

A Gestalt-terapia trabalha com a noção de *self* como um modo pessoal de como nos envolvemos nos processos, qualquer que sejam eles, essa expressão particular parte do contato com o ambiente, o self contacta o presente, permitindo o ajustamento criador. No self tem-se a função “id”, “eu” e “personalidade”. A função “id” refere-se às pulsões e necessidades interiores e vitais, é responsável pelos atos involuntários. A função “eu”, por outro lado, é ativa, funciona na tomada de decisão, podendo aumentar ou limitar o contato. Por último, a função “personalidade” é aquilo que o sujeito tem enquanto identidade, o modo que ele fala de si mesmo, a partir da integração daquilo que foi vivenciado anteriormente e assimilado ao longo de toda sua história (Ginger; Ginger, 1995).

Na experiência clínica da Gestalt-terapia o terapeuta e o consulente produzem modos de lidar com a vulnerabilidade das funções do self. A vulnerabilidade na dimensão do afeto (corresponde a função id); vulnerabilidade política diante do desejo do outro (se refere a função “ego”); vulnerabilidade das representações prejudicadas por uma figura de poder autoritária (diz respeito à função personalidade). Essas formas de reagir à vulnerabilidade das funções surgem no campo clínico de modo peculiar na atuação dos atores perante agentes que causam desvios, esse movimento pode ser compreendido como ajustamentos criativos (Müller-Granzotto; Müller- Granzotto, 2012).

Há também outras duas formas de ajustamentos apontados pelos autores, os quais são produzidos em um campo de conflitos políticos e antropológicos, são esses: o ajustamento banal e o ajustamento antissocial, em que as ações do sujeito são direcionadas para, de modo concreto ou simbólico, o auto aniquilamento ou aniquilamento do terapeuta.

### **Clínica do ajustamento banal**

Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) apontam que as atitudes em que os sujeitos alienam suas alternativas e ambições em detrimento de “restos de objetos ou objetos de consumo em

massa” (Müller-Granzotto; Müller-Granzotto, 2012, p. 196), referem-se às inconseqüências do ajustamento banal. Esses objetos não podem ser considerados próprios da realidade ou do desejo, visto que, não proporcionam a condição de reflexão, como um objeto da realidade requer, nem a vivência de transcender um objeto não concreto, o que se requisita do objeto de desejo.

Os sujeitos em ajustamento banal se apresentam apáticos aquilo que possa motivar o desejo, além disso, não há interesse em serem reconhecidos socialmente pelos seus semelhantes, antes, se resguardam dos excitamentos e da engenharia social, sujeitando-se a se alienar em substitutivos aos objetos, sem medir as conseqüências sociais que essa atitude alienada pode causar. Apegam-se a imagens fixas que não demandam respostas, reflexão, debate e opinião. Expressam indiferença pela família, pela comunidade e sociedade. É alguém desacreditado, desistente e desapontado. Para o terapeuta é uma experiência decepcionante, tendo em vista que a deserção do desejo não lança nenhum tipo de demanda (Müller-Granzotto; Müller-Granzotto, 2012).

É importante enfatizar que ao definirem a banalidade Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) fazem menção a “banalidade do mal” descrita por Hannah Arendt e se diferenciam da definição dessa autora. Enquanto que para Hannah Arendt o conceito de banalidade consiste nos atos inconseqüentes que podem causar o mal, os autores Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) buscam definir a banalidade separada da concepção do “mal”, uma vez que para eles esse é uma concepção moralista. Nesse sentido, para Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) a banalidade, anterior às ações inconseqüentes é uma forma de ajustamento para romper com as exigências do outro demandante, a saber o outro capitalista.

## **Metodologia**

O presente trabalho é de caráter exploratório, que é marcado pela possibilidade de aprofundamento do fenômeno de pesquisa (GIL, 2008). Foi utilizada a abordagem qualitativa, a qual fundamenta em um processo lógico, indutivo e em métodos de coleta de dados que não são completamente predeterminados (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Os procedimentos se deram por meio de uma pesquisa bibliográfica do tipo de revisão de literatura narrativa.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram livros, capítulos, artigos científicos, dissertações de mestrados e teses de doutorados, que correspondem a um recorte de tempo do ano 2012 a 2021. A coleta de material se deu através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e a Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, por meio dos bancos: Literatura Latina Americana em Ciências e Saúde – LILACS, e a Scientific Electronic Library Online – SciELO. Para a busca de materiais, foram utilizados os seguintes descritores, almejando o maior alcance possível:

“Gestalt-terapia”, “clínicas gestálticas”, “ajustamento banal”, “racionalidade neoliberal”, “capitalismo”, “neoliberalismo”.

Para a descrição dos conceitos da Gestalt-terapia, optou-se pela utilização da literatura clássica, pois os materiais atualizados fornecem uma redundância por citarem autores clássicos. Na seleção do material foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: estudos que discutem a racionalidade neoliberal à luz da teoria crítica social da Escola de Frankfurt; o conceito de ajustamento banal com base na Gestalt-terapia e discussões que abrangem a relação dos dois conceitos, desenvolvidos no período de tempo determinados por essa pesquisa (2012-2021).

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Essa técnica está disposta em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Na pré-análise foram organizadas as percepções intuitivas e as primeiras ideias, a fim de elaborar um delineamento preciso para o desenvolvimento dos procedimentos seguintes. Quanto à exploração do material foi a etapa de aplicação sistemática conduzida a partir das decisões tomadas na fase anterior. No tratamento dos resultados, inferências e interpretação foi realizada a síntese e seleção dos resultados levando em consideração as interferências, bem como a interpretação para obtenção de aspectos teóricos e pragmáticos (Bardin, 2016).

### **Resultados e discussões**

Para Francesetti (2021) o âmbito da vida social e individual são interdependentes e isso se expressa de modo complexo e intenso, sendo pouco atribuir apenas umnexo de causa-efeito. Nesse sentido, cada contexto social produz modos específicos de sofrimento, seja motivando-os ou causando-os diretamente, seja atuando na sua forma. Ratificando essa ideia, Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) afirmam que o modo como as categorias específicas de sofrimento, são expressas ou contidas, descritas ou silenciadas, identificadas ou criticadas, é prescrito por cada época.

Cabe aqui ressaltar que ao se referir ao sofrimento não é feita referência ao ajustamento de inclusão descrito pela Gestalt, mas se trata da condição inerente das inconseqüências dos atos produzidos pelos indivíduos da banalidade. No ajustamento de inclusão as situações que provocam perda das representações sociais têm relação com o termo *misery*, o qual tem sua tradução original como “aflição”, no entanto, os autores Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) optam por traduzir como “sofrimento”.

Dito isto, é indispensável compreender que toda intervenção psicológica deve ser coerente com o contexto em que o sujeito está inserido. Desse modo, deve ser levado em consideração todos os atravessamentos sociais, comunitários e culturais do indivíduo, pois, a partir desse campo, o sujeito constrói sentidos para sua vida (Quadros, 2012).

Essas considerações são importantes para entender que o ajustamento banal acontece situado em uma conjuntura social. Uma vez que, segundo Souza (2014) a compreensão do funcionamento dinâmico do sistema self acontece de maneira intersubjetiva. Portanto, é possível afirmar que os ajustamentos da clínica gestáltica, incluindo o ajustamento banal, se dão em um contexto social, político, econômico, ideológico, comunitário, etc. Nesta discussão será enfatizado o ajustamento banal no cenário da racionalidade neoliberal.

Os pesquisadores Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) ao descreverem a origem dos ajustamentos banais, enfatizam que diante do impedimento de atuar com os próprios desejos ou desfazer as exigências do outro capitalista, o sujeito cria alternativas, o que se constitui como um ajustamento criador, para enfrentá-lo com os seus próprios recursos.

Segundo Carmo (2018), a lógica neoliberal traz um mal-estar à vida do sujeito por determinar os modos de sobrevivência social como o propósito da existência, nesse sentido, é como se houvesse apenas essa alternativa de atuar na sociedade. Como se a interação com a realidade, a busca por conhecimentos e os modos de vida estivessem centrados apenas na lógica da produtividade e do consumo.

Ainda de acordo com a autora, essa dinâmica além de gerar destituição de poder diante das condições materiais impostas, ocasiona sentimento de frustração, superficialidade, vazio, solidão e impotência. Frente a essa lógica compulsória, Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) apontam pessoas que se ajustam de modo banal, que contrárias a essa realidade, não há nelas vontade em ter reconhecimento social, sejam como cidadãs, consumidoras ou empreendedoras, além disso, são pessoas apontadas como improdutivas.

Esses sujeitos em ajustamento banal optam por substituir esse modo de vida que parece ser o único possível, alienando-se a objetos fugazes, tornando o próprio corpo em “mercadoria sem valor subjetivo”, são nomeados pelos autores como sujeitos-mercadoria (Müller-Granzotto; Müller-Granzotto, 2012, p.197). De acordo com Basso (2016), o espaço virtual que dispõe de jogos, pornografia, redes sociais, são exemplos de objetos utilizados pelo sujeito da banalidade. O autor argumenta que o acesso à tecnologia portátil fornece um campo propício para um ajustamento banal, uma vez que esse campo dá ao sujeito a possibilidade para o não enfrentamento de demandas. Nesse contexto, o ajustamento banal pode ser percebido pelas excessivas horas dedicadas para jogos, leituras, pornografia, vídeos, etc.

Para Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) no ajustamento banal as pessoas desistem de desejar e não respondem mais à função social que o outro capitalista demanda. Mas qual seria esse papel social demandado? Como afirma Santos (2018) a racionalidade econômica busca se impor de maneira totalitária como forma de vida. Perez Junior (2018) corrobora com Basso (2016) ao

ênfatizar que a racionalidade está sujeita às conjecturas neoliberais, ela opera nas emoções, abstrações, pensamentos, no corpo e em qualquer outra dimensão do indivíduo, e essa sujeição tem um custo (demanda): o ser humano precisa negar a si próprio; seus sentimentos, suas fantasias, idiossincrasias devem ser dadas em sacrifício ao domínio do capital.

Além disso, a racionalidade neoliberal demanda do indivíduo atitudes conformistas, submissas, adaptativas e uma disposição constante para ocupar, sem nenhuma resistência, as esferas de consumo, produção, trabalho e entretenimento (Perez Junior, 2018). Diante dessas exigências, entende-se que o sujeito em ajustamento banal em vez de negar a si mesmo em detrimento do capitalismo autoritário, faz essa autonegação alienando-se ao consumo de restos de objetos, de modo inconsequente, sem nenhuma meta ou propósito que favoreça as imposições capitalistas.

Conforme Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) ao banalizar as demandas desse outro capitalista, que atua com veemência, o sujeito expressa um modo de resistência, que se dá através da abdicação dos seus excitamentos e suas formas autônomas de criação, sendo essa a maneira de se colocar insubordinado, desobediente e transgressor a esse outro tão autoritário. Nessa perspectiva, as pessoas em ajustamento banal optam por uma dependência aos objetos de consumo substitutivos em detrimento de uma postura passiva às exigências neoliberais.

Vale ressaltar que ao apontar essa resistência dos sujeitos em ajustamento banal os autores observam que ela é ineficaz, pois o sujeito foge do conflito e abre mão de um posicionamento crítico-político em relação ao poder perverso da lógica capitalista. Para Ribeiro (2018) a força de resistência se coloca em oposição ao domínio instituído sobre a sociedade. Nesse sentido, a luta se dá pela tomada de consciência sobre a atuação da racionalidade que favorece o neoliberalismo e com isso a denúncia de suas contradições e seu modo de operar autoritário.

Santos (2018) traz uma importante discussão sobre como a racionalidade neoliberal atua, explica que o avanço da dominação fere a espontaneidade dos indivíduos, nessa lógica, precisam dispensar a criação autônoma para a realização imposta. Então veja, para o indivíduo da banalidade há vantagem em ignorar as solicitações autoritárias do neoliberalismo, uma vez que, como afirmam Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) é como se a inconseqüência desse ajustamento tivesse por propósito lesionar o outro tão poderoso que se impõe.

Os Gestalt-terapeutas Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) dialogam com os pensadores da racionalidade neoliberal, bem como as ideias dos autores trazidos até aqui. Ao firmar uma compreensão de que as exigências totalitárias do capitalismo consistem em moldar e reduzir os desejos, excitamentos, identidades sociais e a dimensão humana das pessoas ao poder de consumo. Assim, para eles, o ajustamento banal é uma alternativa para aqueles que nem podem agir com os próprios desejos, nem muito menos corresponder às expectativas desse demandante capitalista,

apegam-se então aos restos sociais. É como se a banalidade comunicasse assim: “se eu não posso operar com os meus próprios desejos, não irei desejar nada”.

Para reforçar tal compreensão, Mendes e Fillipehorr (2014) promovem a seguinte discussão: frente ao imperativo social- “trabalhe!”, “produza!” - ter a possibilidade de uma atitude oposta a isso é uma forma de não alienação à dominação neoliberal. Quando o sujeito da banalidade deixa de assumir responsabilidade é um mecanismo para afrontar o sistema, mesmo que para isso ele precise se autodestruir. Os autores observam ainda que os indivíduos desse ajustamento se percebem impotentes diante desse dominador, não há neles perspectiva de mudar esse funcionamento social e, sobretudo, de mudar a si próprios.

Essa racionalidade neoliberal impõe a crença de que a liberdade é adquirida pela adaptação à lógica do capital. Quando na verdade, ao aderir às exigências neoliberais, o sujeito põe em risco sua autonomia, liberdade e sua integração social (Ribeiro, 2018). O autor aponta ainda que para o neoliberalismo o sujeito que não se adequa às suas pretensões é patológico, a clínica do ajustamento banal, por outro lado, ver como um desvio possível para lidar com essa imposição tão violenta.

O outro capitalista é quem demanda que o sujeito em ajustamento banal seja tratado, não à toa Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) afirmam que o neoliberalismo gere e administra o sofrimento, o que pode ser perigoso, uma vez que ao colonizar os espaços de cuidado em saúde mental, essa demanda de adequação aos desejos neoliberais pode encontrar na clínica psicológica reversibilidade ao seu favor, por isso a proposta de intervenção, que será apresentada no parágrafo seguinte, é tão crítica e assertiva. Haja vista que os tratamentos dessas pessoas são solicitados pelo demandante neoliberal para que voltem a produzir e consumir.

Diante do pedido desse outro capitalista, que é a reabilitação do desejo em consumir as novidades do mercado, os terapeutas Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) propõem uma intervenção oposta à vontade deste. Compreendem que o objeto da banalidade, que pode ser o vício em drogas, jogos, pornografia- entre outros instrumentos que são consumidos sem meta- não pode ser suspenso súbito e completamente, tendo em vista que é nessa alienação a esses objetos que pode estar a resistência que o indivíduo da banalidade lança ao outro capitalista perverso.

Para tanto, a proposta é que se trabalhe com esses sujeitos a política de “redução de danos”, visando fornecer a eles a ampliação de possibilidades no enfrentamento a essas questões que lhes tomam, e resguardar as formas construídas como defesa. Assim, o objetivo não é de reabilitação, mas de formar a criticidade dessas pessoas em ajustamento banal sobre o que produz sua banalização (Müller-Granzotto; Müller- Granzotto, 2012).

Para Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) a intervenção aos sujeitos da banalidade deve ser construída primeiramente pelo acolhimento, deve ser prestado uma ajuda e ouvir o que está

se dizendo nesse ajustamento, a fim de encorajar essas pessoas sobre seu potencial para o enfrentamento desse outro capitalista totalitário.

Sendo assim, na proposta de intervenção não cabe condenar as ações dos sujeitos em ajustamento banal, em contrapartida a um sistema moral e normativo, deve ser fornecido um espaço que promova autonomia e desperte um posicionamento crítico e político desses sujeitos, a partir de um acolhimento genuíno que se faz pela compreensão da função que o ajustamento banal tem na vida do indivíduo.

### **Considerações finais**

Ao final deste trabalho foi possível identificar que o ajustamento banal é uma forma criadora para ignorar as imposições feitas pela racionalidade neoliberal. Enquanto as demandas neoliberais são de que o sujeito deseje um modo de existência baseado na relação de consumo e produção, o sujeito da banalidade abdica de desejar, como forma de romper com as exigências desse outro tão autoritário.

É no consumo sem meta e nos atos inconsequentes que o sujeito da banalidade encontra um modo de escape a esse outro neoliberal que tenta moldar a vida das pessoas sem que haja resistência ou contraposição. Ainda que de maneira ineficiente, o ajustamento banal comunica que não quer estar subordinado às expectativas neoliberais, que é preferível até se autodestruir a se sujeitar às vontades desse outro. Foi observado, que só é possível ouvir o que se diz da banalidade por meio do acolhimento e do encorajamento desse indivíduo que se ajusta banalmente, para que possa haver consciência da origem do seu ajustamento, bem como uma atitude de enfrentamento desse outro neoliberal.

Diante disso, a proposta do estudo foi alcançada, no entanto, se restringiu aos poucos materiais produzidos sobre a temática, evidenciando uma dificuldade significativa em dialogar sobre diferentes pontos de vista da clínica do ajustamento banal, o que revela grande necessidade em produzir mais pesquisas sobre esse conceito.

Apesar de serem escassos os estudos que relacionam o ajustamento banal e a racionalidade neoliberal, foi possível uma discussão que apresenta pontos de intersecção entre os dois conceitos. As pistas deixadas por Müller-Granzotto e Müller-Granzotto, sobre a relação entre ajustamento banal e o outro capitalista, pôde ser mais ampliada e dialogada à luz de outros autores que discutem a racionalidade neoliberal, revelando a importância dessa produção. E aos autores que discutem racionalidade neoliberal, o ajustamento banal está sendo apontado neste estudo como possibilidade de análise a ser inserida nesse debate.

Por fim, a iniciativa desse trabalho abre caminho para que outras produções de conhecimento sobre o assunto sejam desenvolvidas e que a discussão seja ampliada, abrangendo diferentes pontos de vistas que potencializem ainda mais a compreensão desse fenômeno de pesquisa. Além disso, dispõe de uma perspectiva crítica para formação em psicologia e na compreensão da Gestalt-terapia, uma vez que traz uma discussão contextualizada e aponta inter-relações entre um fenômeno social e psicológico.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf> . Acesso em: 29 maio 2021.

BASSO, Fabrício Siqueira. Reflexões sobre a internet à luz da Gestalt-terapia. **Revista Igt na Rede**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 273-297, 2016. Disponível em: <https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/511> . Acesso em: 02 nov. 2021.

CARMO, Taísa Fidelis do. **O consumo nocivo de substâncias psicoativas e o mal-estar subjetivo na sociedade administrada: uma leitura crítica**. 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8419> . Acesso em: 03 nov. 2021.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CENCI, Angelo Vitória; PETRY, Cleriston. Para além da racionalidade neoliberal. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 56, p. 1-19, 25 ago. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n56id21291> . Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/21291/13127> . Acesso em: 30 maio 2021.

CORBANEZI, Elton; RASIA, José Miguel. Apresentação do Dossiê: Racionalidade Neoliberal e Processos de Subjetivação Contemporâneos. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 287-301, jul. 2020. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665> . Acesso em: 02 jun. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANCESETTI, Gianni. **Fundamentos da Psicopatologia Fenomenológico-gestáltica: uma introdução leve**. Belo Horizonte: Artesã, 2021. 158 p.

FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima (org). **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINGER, Serge; GINGER, Anne.; **Gestalt: uma terapia do contato**. [Tradução: Sonia de Souza Rangel]. São Paulo: Summus, 1995.

MENDES, Célia Regina Pessanha; FILLIPEHARR, João. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 90-97, jun. 2014. Disponível em: <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/328/395> . Acesso em: 03 nov. 2021.

MÜLLER-GRANZOTTO, Marcos José & Rosane Lorena. **CLÍNICAS GESTÁLTICAS - O sentido ético, político e antropológico da teoria do self**. São Paulo: Summus, 2012. 304p.

PEREZ JUNIOR, Jesus Vasquez Meira. **A expropriação psicológica do sujeito no capitalismo tardio e a concepção neurocientífica de homem**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19082019-103013/pt-br.php> . Acesso em: 04 nov. 2021.

PERLS, Laura. **Entendidos e mal-entendidos da Gestalt-terapia**. VOICES, Journal of the AAP. Vol.14, nº 3, 1978.

QUADROS, Laura Cristina de Toledo. A dimensão social da prática clínica na perspectiva da abordagem gestáltica: do espaço íntimo às transformações coletivas numa experiência em comunidades. **Revista Igt na Rede**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 202-215, 2012. Disponível em: <https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/313> . Acesso em: 04 nov. 2021.

RIBEIRO, Elias Nasser de Castro. **Arte e (R)existência: grafites na cidade de São Paulo à luz da teoria crítica**. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-24092018-102541/pt-br.php> . Acesso em: 04 nov. 2021.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **NEOLIBERALISMO como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 286 p.

SAMPIERI, Hernández; COLLADO, Fernández; LUCIO, Baptista. **Definições dos enfoques quantitativo e qualitativo, suas semelhanças e diferenças**. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: <https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/116717564.pdf> . Acesso em: 29 maio 2021.

SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. **Por uma teoria crítica do neoliberalismo: Marcuse no século XXI**. 2018. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-21022019-101602/pt-br.php> . Acesso em: 01 nov. 2021.

SOUZA, Israel Ferraz de. A Gestalt-terapia e as relações de poder: um diálogo possível. **Revista Igt na Rede**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 84-104, 2014. Disponível em: <https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/407> . Acesso em: 04 nov. 2021.

**CAPÍTULO 18****DA AMBIVALÊNCIA MATERNA À AUTOTRASCENDÊNCIA: UMA REFLEXÃO  
SOBRE O SOFRIMENTO MATERNO A PARTIR DA LOGOTERAPIA**

*Maria Erilene Silva  
Rebecca Pinheiro Sedrim  
Daniel Rubens Santiago da Silva*

**Introdução**

A maternidade é um acontecimento carregado de situações novas na vida de quem a experiência. As mudanças no corpo, os hormônios trabalhando intensamente, a privação de sono, a rede de apoio que nem sempre se tem, fazem parte da despedida de uma fase que jamais voltará e, o início de uma nova, totalmente desconhecida, do ponto de vista da unicidade de cada experiência.

Veríssimo (2009) ressalta que o valor dado à relação mãe-bebê teve profundas variações no decorrer da história, tais mudanças estão diretamente ligadas a questões sócio-político- ideológicas predominantes em cada período, sofrendo também influência do discurso científico. Ao modo que a mulher lida com a multiplicidade de sentimentos, próprios da maternidade, a psicanálise traz algumas contribuições, por meio de diversos autores, denominando esse fenômeno de ambivalência materna. De acordo com Parker (1997), a ambivalência não é uma condição estática, e sim uma experiência dinâmica de conflito ante as flutuações sentidas por uma mãe em épocas diferentes do desenvolvimento da criança, e varia de um filho para outro, a autora ressalta também que a ambivalência em si não é um problema, mas como cada mãe administra a culpa e a angústia produzidas pela ambivalência.

A Logoterapia, na sua visão de mundo, traz algumas contribuições acerca do sofrimento humano e, dentro desse aspecto do sofrimento, pode-se refletir, também aquele intrínseco à maternidade. A Logoterapia aponta através de seus pressupostos teóricos, sobre a capacidade do ser humano posicionar-se frente ao seu sofrimento, como aponta Lukas (1990), que neste caso é abordado em específico o sofrimento materno.

Esse posicionamento se daria por meio da autotranscendência. Para Frank (2005), o homem deve estar sempre apontado para qualquer coisa, ou qualquer um diverso dele próprio, para um sentido a realizar ou para outro ser humano a quem encontrar, para uma causa à qual se consagrar ou para uma pessoa a quem amar. Portanto, a autotranscendência se refere à capacidade do ser

humano de voltar-se para fora de si, esquecendo um pouco de si mesmo e encontrar um sentido, inclusive no sofrimento.

Frankl (2016), aponta para o fato de que sofremos por algo quando nos deparamos com uma situação a qual buscamos de todo modo evitar, em uma atitude interior, “lhe voltamos as costas”, diz o autor, e assim cria-se uma distância entre o sujeito e aquilo que lhe aconteceu, uma tensão entre o fato e o que deveria ser. Desse modo, quanto mais o sujeito se esquivava de enfrentar, da maneira que pode, tal circunstância, mais ainda, esta lhe causa sofrimento.

Assim, o presente trabalho objetiva refletir acerca do sofrer que atravessa o ser mãe sob a perspectiva autotranscendente, apresentada pela Logoterapia, buscando compreender se esta pode contribuir como um modo de lidar com os sofrimentos presentes na maternidade, sofrimentos estes que são vistos sob a perspectiva psicanalítica como ambivalência materna.

Ressalta-se a relevância deste trabalho visto que foi percebido uma escassez de materiais que possam refletir o sofrimento materno sob a perspectiva da Logoterapia, e pelas contribuições que as reflexões abordadas podem trazer para as mulheres que vivem as dores e alegrias do ser mãe. A temática abordada é de interesse particular da autora pelo fato de que ao passo que se estuda sobre o assunto, também o experiência.

### **Ambivalência materna**

O conceito de Ambivalência é de origem psicanalítica, e possui uma vasta aplicação, podendo ser utilizado em relações diversas em que se apresentam sentimentos conflituosos. O psiquiatra suíço, Eugene Bleuler, pioneiro a falar deste conceito, considera a ambivalência em três domínios. Voluntário: o sujeito quer ao mesmo tempo comer e não comer, por exemplo. Intelectual: o sujeito enuncia simultaneamente uma proposição e o seu contrário. Afetivo: ama e odeia em um mesmo movimento a mesma pessoa (Laplanche & Pontalis, 2001).

Na perspectiva de Freud (1969), quase todos os casos em que haja uma intensa ligação emocional com uma pessoa em particular, descobre-se que por trás do amor há uma hostilidade oculta. trata-se, portanto de uma hostilidade inconsciente. Essa ambivalência se encontra presente em maior ou menor grau, na disposição inata.

Para Winnicott (1947) o ódio está presente na maternidade, devido ao processo de adaptação da mãe ao bebê, sendo necessário que esta tolere a interferência do filho na sua vida privada. Mathelin (1999) afirma que do mesmo modo que não existem relações humanas sem ambivalências, também não é possível se conceber maternidade sem ambivalências. Para a autora, uma das principais dificuldades que as mães precisam enfrentar é a ambivalência em relação aos

bebês, visto que eles são completamente dependentes delas, o que exigirá uma atenção e cuidado que nem sempre as mães se sentem dispostas a dar.

Nesse sentido, Parker (1997), uma psicanalista que se dedicou a estudar sobre a maternidade e seus atravessamentos, psíquicos e sociais, aponta como um dos fatores gerados dessa ambivalência, o estresse que surge na relação do casal com a chegada do filho, muitas vezes não trazendo a união tão desejada, mas abrindo entre os dois, um rol de queixas, que acabam por abrir feridas antigas, deixando um ou outro magoado, carente de apoio ou sobrecarregado. A autora defende ainda que a ambivalência materna diz respeito a capacidade da mãe conhecer a si mesma e tolerar a presença de traços que considere talvez um pouco longe de ser algo admirável, sendo extremamente doloroso para a mãe reconhecer que os sentimentos de ódio se encontram no mesmo lugar onde se encontra seu amor.

Melanie Klein (1996), possui em seus textos referentes a ambivalência, apontamentos bastante úteis à reflexão da ambivalência dentro do aspecto da maternidade. A psicanalista austríaca, em sua obra “Amor, Culpa e Reparação”, explica que a ambivalência materna muito diz respeito à mulher experimentar mais uma vez, os sentimentos que alimentava durante a infância em relação à própria mãe. O filho, neste caso, ocupa simbolicamente o lugar da mãe.

### **Logoterapia e análise existencial**

Oriundo de Viena, médico, psiquiatra e neurologista, sobrevivente de quatro campos de concentração no período da Segunda Guerra Mundial, Viktor Emil Frankl é conhecido como o pai da Logoterapia e o principal nome da abordagem em todo o mundo (Neto, 2013).

Vindo de uma formação médica, Frankl encontrou novos horizontes a partir do campo filosófico e psicológico, tendo como influência, a antropologia filosófica de Max Scheler para embasar sua visão de mundo; Martin Heidegger, Martin Buber e Nicolai Hartmann, são outros importantes autores que influenciaram o pensamento de Frankl (Neto, 2013).

Ao lançar as bases que fundamentam a visão de homem da Logoterapia, Frankl (2011) afirma que ela se sustenta sobre três pilares: a liberdade da vontade, que se está relacionada ao ato do indivíduo posicionar-se frente aos determinismos; a vontade de sentido, que se refere à motivação primária da pessoa humana; e o sentido da vida, que constitui como a visão de mundo da Logoterapia.

Sobre o sentido da vida, que corresponde à base central da Logoterapia, Frankl (2018) explica que este não pode ser respondido em termos genéricos, isso porque o sentido da vida difere de pessoa para pessoa, de um dia para outro. O que importa não é o sentido da vida de modo geral, mas antes, o sentido que o sujeito encontra em um dado momento da sua existência. O sentido

ocorre, portanto, como um desdobramento de possibilidades enquanto ação, consciência pré-reflexiva, vivência de valores por meio de atos noéticos, ou seja, que partem da dimensão noética do ser humano, a qual será abordada na próxima sessão. A apreensão do sentido se dá numa vivência, numa experiência relacional entre o homem e o mundo (Neto, 2013).

Frankl (1989) ressalta que o sentido de uma pessoa, coisa ou situação não pode ser dado, precisa ser encontrado pela própria pessoa, não dentro dela, porque isto iria contra a lei da autotranscendência do existir humano. Esse encontrar sentido está em estreita relação com a percepção da realidade.

### **Dimensão Noética**

Para Frankl, o homem pode ser visto a partir de três dimensões: a dimensão somática que seria o ser biológico; dimensão psíquica, que seria a dimensão dos desejos inconscientes, das pulsões e condicionamentos e, a dimensão noética, que representa o espírito humano, a vontade livre diante dos determinantes, sociais, biológicos e psíquicos (Neto, 2013).

A dimensão noética, como ressalta Lukas (1989), é a dimensão propriamente dos homens, uma vez que as outras duas dimensões (corpo e psique), são dimensões existentes também nos animais. É na dimensão noética, especificamente humana, onde encontram-se as decisões pessoais da vontade, da intencionalidade, pensamento criativo, religiosidade, senso ético e compreensão de valor.

Assim, Frankl (1992a) não nega os condicionantes, sejam eles biológicos psíquicos ou sociais que envolvem o ser humano, mas ressalta a liberdade do ser humano de posicionar-se frente às contingências, ou seja, o homem não é livre de algo, mas livre para algo. Possuindo o homem essa dimensão noética, ele não apenas reage, mas responde, afirma Aquino (2013), e quando responde torna-se responsável pelo que será no momento seguinte, constituindo liberdade e responsabilidade como duas faces de uma mesma situação.

### **Autotranscendência**

Frankl (1978) afirma que o homem, de fato, está sempre direcionado para algo que o transcende, seja um sentido a realizar, seja uma pessoa a encontrar. Essa atitude de transcender a si mesmo constitui a essência da existência humana.

Nesse sentido, Aquino (2013) explica que para Frankl a motivação para o sentido consiste em orientar a própria vida para além de si mesmo, para algo ou para alguém, o que é denominado autotranscendência da existência humana, que estaria em oposição ao egocentrismo. Como forma de exemplificar o movimento de autotranscendência, Frankl(2005) traz a analogia do olho: O olho

não pode ver a si mesmo, senão quando se olha no espelho. Um olho com catarata, por exemplo, pode entrever como uma nuvenzinha, que é exatamente sua catarata; um olho com um glaucoma pode entrever um alo colorido ao redor das luzes. No entanto, um olho são não vê nada de si, é autotranscendente.

Em oposição à teoria da homeostase, do equilíbrio interior, Frankl (2003) aponta que a autorrealização é essencialmente um efeito colateral da plenitude de sentido, da transcendência de si mesmo. Há certa tensão “saudável” entre os valores a realizar e as condições e determinantes psíquicas, a que ele chama de antagonismo noopsíquico.

### **Sofrimento materno X autotranscendência**

Na perspectiva psicanalítica, como destaca Parker (1997), ambivalência materna é um termo utilizado para expressar sentimentos misturados de amor e ódio em relação ao bebê, que nem sempre correspondem aos desejos da mãe, que sorri para estranhos, e não para a mãe. Esta ambivalência também está relacionada às mudanças que surgem na vida do casal, que dificilmente se adaptam a nova rotina sem grandes conflitos na relação. A autora defende ainda que esse termo foi cunhado, provavelmente, devido à inaceitabilidade da palavra ódio, enquanto o conceito inicial levantado pela psicanálise explica que se trata de sentimentos e impulsos bastante contraditórios, relacionados à mesma pessoa.

A partir dos pressupostos teóricos apresentados, é possível levantar-se como hipótese, uma alternativa de se pensar o sofrimento inerente à experiência da maternidade, a priori denominado ambivalência materna, na perspectiva psicanalítica, visto e refletido agora sob uma ótica logoterapêutica, que não pretende negar o sofrimento, mas aponta para o fato da capacidade do ser humano posicionar-se “acima dele”, conforme Lukas (1990). Para a autora, quem consegue manter-se de pé diante de um sofrimento, já está posicionando-se acima de seu sofrimento.

Esse posicionamento está relacionado ao sentido que pode ser encontrado diante do sofrimento humano, nesse caso, o sofrimento encontrado frente às renúncias e desafios próprios da maternidade, que se dá, como explica Lukas (1990), a partir da dimensão noética (também chamada de espiritual), conforme apresentado no item 3.2.1 deste trabalho; esta não se contenta com a satisfação dos extintos, mas está orientada para um sentido. Como apontado por Frankl (2019), de que o ser-homem sempre indica um transcender na direção de um sentido. E somente na medida em que transcende a si mesmo, ele se realiza — quando se dirige para uma causa ou para uma pessoa.

Portanto, poderia a perspectiva autotranscendente da Logoterapia contribuir para que mães possam lidar com o sofrimento que atravessa a experiência da maternidade, que se apresenta de

modo único e irrepetível em cada experiência. Essa é a questão central a qual se dedica esse estudo, e que será desenvolvida e aprofundada na segunda parte da pesquisa.

## **Metodologia**

A presente pesquisa trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de cunho exploratório realizada por meio de pesquisa bibliográfica. Nesta abordagem, o pesquisador se foca nas nuances de sentido existente entre as unidades ou entre as categorias que as reúnem, uma vez que a significação de um conteúdo está nos seus elementos individuais e na relação entre eles (Laville; Dionne, 1999).

Para Gil (2002) a abordagem exploratória objetiva fazer um levantamento de informações sobre o tema abordado, com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema. Severino (2016) explica que a revisão bibliográfica visa recorrer aos registros já feitos até então, sejam em artigos, livros, teses, etc. A pesquisa bibliográfica é uma revisão narrativa, pois objetiva mapear o conhecimento sobre determinada questão. Através de uma seleção arbitrária dos conteúdos, o pesquisador decide quais informações são relevantes e suscetíveis à interferência de percepção subjetiva (Cordeiro *et al.*, 2007).

No tocante a coleta de dados, os artigos foram localizados nas bases Scielo, PePSIC, Google Acadêmico e Index - Psi, com os descritores: “ambivalência materna e “autotranscendência”. Além disso, foram realizadas consultas em livros de autores psicanalistas, autores logoterapeutas e de comentadores que abordem a temática envolvida.

Como critérios de exclusão e inclusão, adotou-se livros em português e espanhol independente do ano, tendo em vista tratar-se de conceitos abordados em obras de autores clássicos.

A análise de dados dessa pesquisa se deu, inicialmente, entendendo os conceitos de ambivalência materna na psicanálise e autotranscendência na logoterapia compreendendo como cada uma enxerga o sofrimento humano, que pode ser refletido também no sofrimento materno. Para isso, foi utilizado o método de Bardin (2011) para a análise e interpretação dos dados. Este método segue as fases de pré-análise, exploração de material e dos resultados.

Bardin (2011) explica que a pré-análise corresponde a fase de organização das ideias, com o objetivo de torná-las operacionais, de modo que possa ser desenvolvido um esquema de operações sucessivas, num plano de análise. A fase de exploração do material, trata-se da aplicação sistemática propriamente dita, do que foi decidido na fase anterior. Por fim, a apresentação dos resultados obtidos. Estes podem ser demonstrados através de percentagens, diagramas, figuras e

modelos. Tendo o pesquisador à disposição, resultados significativos e fiéis, pode então, elaborar inferências e interpretações relacionadas a hipóteses previstas ou sobre novas descobertas.

### **Resultados e discussões**

Conforme o caminho metodológico escolhido, após a fase da exploração do material encontrado, destacaram-se na pesquisa duas categorias, sendo elas: a categoria “Ambivalência Materna” e a categoria “Autotranscedência”, que serão apresentadas em aproximações e distanciamentos.

### **Aproximações**

A experiência da maternidade é uma experiência singular para cada mulher. Seja para a mãe de um filho apenas, seja para a mãe de muitos. Sob o olhar da psicanálise, porém, como afirma Parker (1997), os sentimentos ambivalentes em relação aos seus filhos é algo em comum à experiência de todas as mães. Mais que isso, Benhaim (2006) defende que é importante que o amor materno seja envolvido de ódio simbólico, pois esse misto de sentimentos impede que a mãe seja como um crocodilo em cuja boca se encontra o filho, como afirmava Lacan (1992) sobre as mães inteiramente devotadas ou suficientemente boas. Para Benhaim (2004) a ambivalência é necessária na estrutura do amor materno, pois é como que um tempero que favorece que a criança se separe da mãe, do contrário essa intensa ligação a levaria a morte.

Veríssimo (2009) ratifica o pensamento da autora citada anteriormente, ao apontar em um estudo sobre a ambivalência materna em mães de crianças com alergia à proteína do leite de vaca que coloca a ambivalência materna como algo negativo, seria patologizar um conflito existente em todas as mães, ainda que elas se apresentem em intensidades variadas. Além disso, para a autora, a negação desses sentimentos conflitantes apenas corrobora com a mentalidade de uma maternidade idealizada. Num viés logoterapêutico, negar o conflito existente na relação entre mães e filhos, visto na psicanálise como ambivalência materna, significaria ignorar aquilo que emerge do biopsíquico. Para a Logoterapia, aquilo que se manifesta na dimensão física da mãe, como o cansaço, as dores, o sono; e na dimensão psíquica, sentimentos de tristeza, de solidão, de raiva, são absolutamente naturais, uma vez que na visão de homem da Logoterapia, a dimensão física e psíquica faz parte da constituição humana.

Em seu livro “A mãe dividida”, a psicanalista Rozsika Parker destaca que apesar de todo sofrimento que a ambivalência causa nas mães, a autora considera que os sentimentos ambivalentes, de amor e de ódio, desenvolvam um papel positivo e até transformador no papel da maternidade. A autora apresenta alguns relatos de entrevistas no qual as mães expressam como a

ambivalência se manifesta na relação delas com seus filhos. Em alguns desses relatos percebe-se que o sofrimento causado pela ambivalência promove nas mães uma reflexão, e esta promove a capacidade de pensar nos seus filhos e tentar compreendê-los. Uma das mães entrevistadas relata que o súbito da ambivalência fez com que ela refletisse sobre a total dependência do seu filho em relação a ela, e de como isso era esgotante para ela. A partir do momento em que a mãe permitiu-se parar para pensar sobre o conflito que vivenciava, a mãe pode chegar a um reconhecimento do quanto seu filho era dependente dela, porque necessitava dos seus cuidados. As conclusões as quais a mãe chegou, fez com que a partir de então, o choro do seu bebê não a irritasse mais como antes.

Posto isso, ainda que a maternidade seja para muitos uma matéria intocável, são reais os conflitos que a permeiam. Reconhecer e aceitar os conflitos que a envolvem, é um prelúdio para um posicionar-se diante deles. A mãe que rejeita os sentimentos hostis, logo, não pode posicionar-se frente a eles. Por conseguinte, numa linguagem Lacaniana, “engole” o filho, impedindo-o de uma separação necessária, que pode vir a privá-lo de uma possível autonomia.

### **Distanciamentos**

Considerando o que até aqui foi discutido sobre o sofrimento materno, visto inicialmente sob uma ótica psicanalítica através da ambivalência materna, fazendo agora uma releitura, numa ótica logoterapêutica, é possível identificar pontos nessa discussão em que as duas abordagens se afastam.

Tomando como ponto de partida aquilo que a Logoterapia postula por meio do seu principal autor, Viktor Emil Frankl, o que diverge a Logoterapia das demais abordagens psicológicas é a sua visão de homem. Esta define o homem como um ser tridimensional, um ser biopsico-noético. Esta última dimensão confere uma capacidade exclusivamente humana, que é a capacidade de autotranscendência, conforme foi esclarecido por Neto (2013) ao destacar dimensão noética, é aquela que permite ao homem a liberdade para posicionar-se frente àquilo que emerge do biológico e psíquico, conforme discutido na sessão 3.1 deste trabalho.

Desse modo, analisando o que foi exposto sobre o sofrimento materno, é possível inferir que, ao se deparar-se com o sofrimento causado pelos conflitos presentes na maternidade, algumas mães tendem ficar fixadas em si, no seu sofrimento, ao passo que outras mães conseguem, de algum modo tirar o foco de si e voltar-se para os filhos, através da compreensão de suas necessidades. Não significa dizer que as mães que não conseguem exercer esse movimento de saída de si mesmas, vivam em um estado patológico. Numa ótica logoterapêutica, as mães que vivenciam de modo mais intenso os sentimentos ambivalentes, estas poderiam estar fixadas na dimensão do

biopsíquico, mas todas possuem a capacidade (em potencial) de posicionar-se frente ao sofrimento, capacidade conferida pela dimensão noética.

Na atitude de esquecer um pouco de si mesmas, colocando as suas dores em segundo plano, e direcionando-se para os filhos, suportando-os em suas necessidades; a mãe realiza aquilo que a Logoterapia denominou de autotranscendência. Frankl (2011) explica que a qualidade essencial autotranscendente da existência concede ao homem a faculdade de um ser que se move numa busca para além de si mesmo. Logo, se pode inferir que a autotranscendência contribui para que as mães possam lidar com os conflitos presentes na maternidade.

A autotranscendência como lembra Martins Filho (2019), é uma elevada característica humana, que está muito além de uma submissão ao nível dos instintos. A visão antropológica da Logoterapia não nega a instintividade do homem, assim como não ignora que existam condicionantes, mas para além dos extintos e dos condicionantes, ela evidencia que o homem enquanto um ser noético, é livre para posicionar-se perante o ambiente, o social, o mundo exterior e interior, explica Frankl (2019).

Desse modo, é legítima a angústia da mãe que sofre com as dores e sentimentos conflituosos inerentes à experiência da maternidade. Porém, embora não seja possível evitar as dores e os conflitos, uma vez que estes são naturais da constituição humana, como já dito anteriormente, é possível dar a eles um sentido. Quando a mãe, de algum modo, se posiciona frente às suas dores, além de si mesma, indo ao encontro de algo que está fora dela mesma.

Após um aprofundamento nas leituras com o propósito de compreender o conceito psicanalítico de ambivalência materna e o conceito logoterapêutico de autotranscendência, percebeu-se que a ambivalência materna, expressa nos sentimentos de amor, mas também de raiva da mãe em relação ao bebê; e a autotranscendência, expressa na capacidade de superar, por assim dizer, esses sentimentos, não são conceitos excludentes, embora se trate de abordagens psicológicas distintas. Mas, fazem parte da constituição humana, assim como também foi possível observar que a ambivalência materna, se vivida positivamente, pode ser como que um degrau para a autotranscendência.

Uma mãe pode sofrer, e esse sofrer que emerge do biopsíquico pode, de algum modo, marcá-la com fortes sentimentos negativos acerca da maternidade, ou pode ocorrer ainda, desta mesma mãe sofrer, mas por conta da sua capacidade humana de decidir como age frente às suas contingências, esta pode elevar-se acima de si, em busca de um sentido para o seu sofrimento.

## Considerações finais

O presente estudo teve como problema central, refletir o sofrimento materno, tendo como ponto de partida o conceito psicanalítico denominado de ambivalência materna, e se a perspectiva autotranscendente da Logoterapia poderia contribuir para que as mães pudessem lidar com os sofrimentos presentes na experiência da maternidade. Observou-se que o problema de pesquisa foi respondido, ao perceber e inferir, a partir da literatura encontrada, que as mães que conseguem, de algum modo, distanciar-se de si mesmas, buscando compreender as necessidades dos filhos, estas já estão se posicionando frente aos seus sofrimentos. Foram também contemplados nesta pesquisa os objetivos específicos

Quanto aos resultados obtidos através dessa pesquisa, foi percebido que a autotranscendência, qualidade intrinsecamente humana, quando despertada, ou seja, quando a mãe consegue se distanciar do conflito existente, abre-se a possibilidade de um posicionamento, e ao posicionar-se ela já se encontra, de algum modo, transcendendo a si mesma.

Foi percebido também que para que a mãe consiga ir além de si, posicionando-se frente a raiva, a dor, o cansaço, é essencial primeiramente que essa mãe reconheça e aceite a existência desses conflitos, é necessário a aceitação de que a maternidade não é permeada apenas de alegrias. O conflito é real, porém, natural da experiência da maternidade. Desse modo, uma aceitação da ambivalência materna, não há como existir a autotranscendência.

A pesquisa evidenciou que a ambivalência materna é um aspecto importante para o amadurecimento do papel materno e para uma relação saudável entre mãe e bebê, inclusive. Embora à primeira vista o conceito de ambivalência materna denuncie um lado negativo da maternidade, lado este que as mães, de modo geral, têm dificuldade de aceitar, mas que pode tornar-se positivo quando há o reconhecimento e a aceitação do conflito.

Algumas limitações foram identificadas na realização da pesquisa como a escassez de estudos que abordassem a temática envolvida tanto no âmbito da psicanálise, quanto no âmbito da logoterapia. Para uma melhor compreensão do fenômeno observou-se a necessidade de que sejam realizadas pesquisas futuras, preferencialmente utilizando-se de uma metodologia fenomenológica, uma vez que não foi possível o uso da metodologia sugerida no momento atual, devido ao contexto pandêmico e por limitações pessoais da autora.

Os achados acima mencionados são de suma relevância para a compreensão do fenômeno em questão, especialmente porque o sofrimento materno é um fenômeno presente e frequente na sociedade atual. Apesar disso, foram encontrados poucos estudos que se dedicassem a compreendê-lo. Essa pesquisa, porém, não visa um esgotamento do tema, mas sim, um ponto de partida para

pesquisas futuras que possam proporcionar novas reflexões acerca do fenômeno do sofrimento materno.

### Referências

AQUINO, T. A. A.; **Logoterapia e Análise Existencial**: uma introdução ao pensamento de Viktor Frankl. 1ª Ed. São Paulo: Paulus, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENHAIM, Michèle; MACHADO, Inesita. A queixa materna. **Estilos da Clínica**, v. 9, n. 16, p. 36-49, 2004.

BENHAIM, Michèle; JANO, Isabel Bettencourt. A intimidade materna: A contribuição da psicanálise na pesquisa sobre os bebês. **Estilos da Clínica**, v. 11, n. 20, p. 72-83, 2006.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

FRANKL, V. E. **Psiconálisis y existencialismo**. Trad. Carlos Silva, José Mendoza. México: FCE, 1978.

FRANKL, V. E. **Sede de Sentido**. Trad. Henrique de Helfes. São Paulo: Quadrante, 1989.

FRANKL, V. E. **Um sentido para a Vida**. Trad. Victor Hugo Silveira Lapenta. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2005.

FRANKL, V. E. **A vontade de Sentido**. Trad. Ivo Studart Pereira. São Paulo: Paulus, 2011.

FRANKL, V. E. **Psicoterapia e Sentido da Vida**: Fundamentos da Logoterapia e Análise Existencial. 6ª Ed. Trad. Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2016.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. Editora Vozes, 2018.

FRANKL, V. E. **O sofrimento humano**: fundamentos antropológicos da psicoterapia. Tradutores: Renato Bittencourt e Karleno Bocarro. São Paulo: É Realizações, 2019.

FREUD, S. Totem e Tabu: Retorno ao Totemismo na infância (1913). In: **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XIII.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação**. Rio de Janeiro: Editora Imago (1921-1945). 1996.

LACAN, J. O Seminário. Livro XVII. **O avesso da psicanálise**. (1969/1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LUKAS, Elisabeth. **Mentalização e saúde**: A arte de viver e logoterapia. Vozes, 1990. LUKAS, Elisabeth. **Logoterapia: A força desafiadora do espírito**. Loyola, 1989.

MATHELIN, C. **O sorriso da Gioconda** - Clínica psicanalítica com bebês prematuros. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe. Intencionalidade, Sentido e Autotranscendência: Viktor Frankl e a Fenomenologia. Ekstasis: **revista de hermenêutica e fenomenologia**, v. 8, n. 1, p. 21-37, 2019.

NETO, V. B. L. Existência e Sentido: A Logoterapia como uma genuína psicoterapia fenomenológica existencial. **Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**, Ceará, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2013.

PARKER, Rozsika; DE LIMA, Alice Xavier. **A mãe dividida**: a experiência da ambivalência na maternidade. Rosa dos Tempos, 1997.

PONTALIS, Jean-Baptiste; LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VERÍSSIMO, Daniela Maria Maia. **Um estudo sobre a ambivalência materna em mães de crianças com alergia à proteína do leite de vaca**. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

WINNICOTT, Donald Woods. **O ódio na contratransferência**: 1947. In: Textos selecionados: da pediatria à psicanálise. 1982.

## CAPÍTULO 19

### BENEFÍCIOS PSICOLÓGICOS DA MUSCULAÇÃO EM MULHERES DURANTE O PERÍODO MENSTRUAL

*Alliny Dayse Firmino Bezerra  
Maria Conceição Lucas Soares*

#### **Introdução**

Uma qualidade de vida saudável precisa contar com atividade física e uma boa alimentação. Porém isso não era questão de informação pública no Brasil. Apenas nos últimos anos surgem pesquisas sobre a causa de mortes por sedentarismo (quando há falta de uma vida ativa) e sobre as práticas físicas como estilos de vida, deixando a população mais ciente dos benefícios de atividades saudáveis. Um exemplo disso é a musculação: um treino de força que possibilita o movimento dos grupos musculares em um único exercício. Essa prática é uma excelente opção para hábitos regulares, movimentando e melhorando o funcionamento do corpo (Nahas, 2017).

O corpo humano é composto por vários sistemas que garantem o seu funcionamento por meio de um trabalho coletivo. No entanto, cada sistema tem sua atividade principal. O sistema esquelético garante a movimentação, sustentação e proteção do corpo. O Sistema Muscular, por sua vez, é responsável pela movimentação e a contração dos órgãos. Em sequência, o Sistema Circulatório garante o transporte dos nutrientes e do oxigênio até as células, pelo sangue. Os Sistemas Linfático e Imunológico usam as defesas do corpo para combater infecções e outras ameaças. O Sistema Respiratório mantém as trocas gasosas do corpo, o Digestório faz o aproveitamento dos alimentos ingeridos, o Urinário elimina as substâncias desnecessárias e os Genitais garantem a reprodução dos humanos e a produção dos hormônios (Tortora; Derrickson, 2017).

Além disso, os Sistemas como o Endócrino e o Nervoso/Neurológico são os que executam funções mais importantes na manutenção da homeostasia: habilidade do corpo de se manter estável diante de mudanças. A função principal do Sistema Nervoso é captar e responder estímulos externos e internos, através de comunicações sinápticas, tornando-se responsável pelas memórias, comportamentos e concepções. Já o Sistema Endócrino tem como principal função a produção de hormônios, garantindo o controle das funções biológicas. Com isso, em meninos ocorre a produção de testosterona (hormônio sexual masculino, que ajuda no aumento da massa muscular) e, em meninas, é produzido o estrogênio (hormônio sexual feminino que compõe o ciclo menstrual junto com a progesterona, que é liberada pelo útero) (Tortora; Derrickson, 2017).

O período menstrual dura em média uma semana. Ele ocorre regularmente uma vez por mês, em que o útero libera normalmente o sangue utilizado para uma gravidez que não ocorreu. Em alguns casos a liberação do sangue no período menstrual se torna anormal, fenômeno conhecido como SUA (Sangramento Uterino Anormal). Quando isso ocorre na ausência de gravidez, há episódios intensos e irregulares durante o período menstrual, podendo se tornar crônico se tiver duração acima de 6 meses. O ciclo menstrual acontece desde a menarca (primeira menstruação), que realiza-se na puberdade, por volta dos 10 anos de idade. Esse ciclo tem sua finalização por volta dos 45 anos de idade, na menopausa (caracterizada pelo fim da ovulação) (Sousa *et al*, 2021).

Durante o ciclo menstrual, a mulher passa por vários momentos de desregulação hormonal, como alterações de estrogênio e progesterona. Isso causa sintomas de ansiedade e irritabilidade, que atrapalham a sua vida ativa. Porém, é possível obter mais motivação para enfrentar o dia a dia nesse período através da prática da musculação, que é uma atividade que propõe o aumento na produção de endorfina (hormônio que contribui para a sensação de satisfação e que causa a diminuição do cortisol: hormônio produzido em resposta ao estresse e que tem a sua produção aumentada no período menstrual) (Santos, 2021).

Este trabalho tem como objetivo elencar os benefícios psicológicos causados pela musculação especificamente em mulheres durante o período menstrual. Tem-se como direcionamento delimitar o tema com foco em mulheres que se apresentam em período menstrual ativo, após a puberdade e anteriormente à menopausa.

A menstruação associada às práticas de exercícios físicos ainda é um assunto pouco abordado nas produções científicas. Contudo, dada a grande relevância no que tange à saúde física e mental (a exemplo de melhoramento do condicionamento físico, maior resistência muscular, elevação da autoestima e sensação de bem-estar), busca-se neste estudo ofertar um maior arcabouço teórico sobre o tema e contribuir com a comunidade acadêmica e para a disseminação do conhecimento a respeito da temática abordada.

### **Ciclo menstrual**

Uma das etapas do ciclo menstrual e, talvez, a principal; é a menstruação. Esse fenômeno ocorre uma vez ao mês, em média por cinco dias, quando não há gravidez. O ciclo menstrual tem início em torno de 10 a 15 anos de idade: uma consequência do aumento dos hormônios na puberdade (período de transição da infância para a vida adulta) e termina após um ano da última menstruação, entre 45 e 55 anos de idade, com a denominada menopausa. Esse processo acontece

pela evacuação do sangue na descamação do endométrio (camada que reveste o útero) (Ministério da Saúde, 2023).

O ciclo menstrual não dura apenas os cinco dias de fluxo sanguíneo, mas começa desde antes da liberação do óvulo, na chamada fase folicular; durante a liberação e amadurecimento do óvulo na fase ovulatória (o período fértil); e até depois da liberação, na fase lútea, formando uma proteção para a implantação do embrião. Do contrário, ocorre novamente o início do fluxo, completando uma duração em torno de 28 dias. Ou seja, durante praticamente todo o mês ocorre uma interação complexa dos hormônios (Lembrance *et al.*, 2020).

Essa interação de hormônios pode gerar um descompasso aumentando ou diminuindo a produção deles, causando efeitos nos comportamentos físicos e psíquicos das mulheres que menstruam. Um exemplo disso é o Transtorno Disfórico Pré-menstrual, reconhecido como um transtorno depressivo no DSM-5 (2014).

A Tensão Pré Menstrual (TPM) ocorre uma semana antes da menstruação, apresentando sintomas que indicam seu início, tais como: cólicas, fadiga, cefaleias, dores no corpo e diarreia. Gerando consequências de caráter social e pessoal durante a vida toda, que podem impedir de conseguir fazer suas atividades habituais normalmente, ou ficar propensa a desistir de concluí-las. Como mostra o projeto de lei 1143/19 em que permite o afastamento da mulher do trabalho por três dias durante a menstruação (Brasil, 2019).

## **Musculação**

O Sistema Nervoso Central é adaptável e muda de acordo com impulsos oferecidos pelos neurônios, que são os transmissores de informação do ambiente externo e interno do corpo para o encéfalo. Essa adaptação, conhecida também por plasticidade cerebral, promove uma mudança nas respostas cerebrais para determinados incentivos ambientais de acordo com a motivação para essa mudança e a prática dessa mudança em si. A atividade física, quando transformada em hábito, gera um novo aprendizado para o cérebro, produzindo neurotransmissores essenciais, como a serotonina, que ajuda na regulação do sono, humor e apetite (Neves; Silva, 2019).

Segundo a OMS (2020), se as pessoas tivessem hábitos de vida mais ativos e saudáveis, seria possível evitar, por ano, até cinco milhões de mortes. Em consequência do avanço da tecnologia e as grandes concentrações urbanas, que possibilitam mais conforto para a sociedade, o sedentarismo tem se agravado cada vez mais e com isso várias doenças causadas pela imobilidade, como as cardiorrespiratórias e a obesidade, tornam-se problemas recorrentes (Nahas, 2017).

A musculação é uma modalidade de treinamento de força, executado a partir da junção de vários exercícios, com foco em cada musculatura do corpo. Tem sua origem mais recente na Grécia antiga com os jogos olímpicos e os ginásios para os atletas se exercitarem, o que se parece muito com as academias de hoje (um espaço específico, que disponibiliza equipamentos necessários para a prática da musculação). Além da melhora na musculatura, a musculação promove efeitos metabólicos (diminuição da pressão arterial e de gorduras circulares) cognitivos (melhora na autoestima e sono regulado) e esqueléticos (manutenção e aumento na densidade dos ossos), tornando a vida do praticante mais saudável (Matos *et al*, 2020).

A musculação tem se tornado cada vez mais optada, graças ao aumento de recomendações dos profissionais de saúde, que corroboram a qualidade de vida que essa prática disponibiliza, principalmente com a junção de uma alimentação saudável. Além disso, para a permanência nessa atividade, é preciso considerar fatores motivacionais, que vão além da conscientização profissional, como a influência das mídias sociais, que produzem uma busca errônea por um corpo perfeito, mas que, ao mesmo tempo, também representam a prática de forma recreativa, que acaba sendo ofertada como uma forma de lazer (Lima; Santos, 2022).

### **Metodologia**

Os procedimentos utilizados para a coleta de dados neste trabalho se deram por meio de uma pesquisa bibliográfica do tipo de revisão de literatura integrativa. De acordo com Mendes *et al* (2008), a revisão de literatura integrativa consiste em uma análise crítica dos resultados obtidos em várias pesquisas adequadas para dar suporte na tomada de decisão sobre o tema em questão. É elaborada através de um objetivo proposto, em seguida a formulação de questionamentos, e, por fim, a busca pelo máximo de pesquisas formuladas, que sejam relevantes, dentro dos critérios escolhidos para inclusão e exclusão.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram monografias e artigos científicos, que correspondem aos critérios de inclusão em um recorte de tempo do ano de 2018 ao ano de 2023, e de exclusão em todos os anos que antecedem 2018. A coleta de material se deu através do portal Periódicos CAPES, pela Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, por meio da base de dados Scientific Electronic Library Online – SciELO e pelo site Google Acadêmico. Para a busca de materiais, foram utilizados os seguintes descritores, acompanhados do operador booleano “AND”: “musculação AND mulheres”, “sintomas AND ciclo menstrual” e “musculação AND ciclo menstrual AND cognição”.

## Resultados e discussões

Em pessoas com transtornos depressivos, a satisfação com a vida é cada vez menor, por serem indivíduos caracterizados por uma tristeza profunda, que afeta o dia a dia. O melhor tratamento para casos de depressão é a psicoterapia, com a junção da administração de antidepressivos, a depender do grau. Porém, o exercício físico se torna um excelente ajudante nesse processo, por meio dos seus amparos quanto ao sistema neurológico com a produção de endorfina, que produz efeitos na melhora da memória, alívio de dores e sensação de bem-estar. Assim, os indivíduos que praticam atividade física podem ter uma melhora significativa em seus aspectos psicológicos, como uma atitude mais positiva e a diminuição do estresse (Silva; Santos, 2019).

A ansiedade, enquanto transtorno, pode atrapalhar a rotina, deixando a pessoa mais estressada emocionalmente. Em mulheres esse transtorno se torna mais comum, desenvolvido pelas pressões sociais que enfrentam em seu cotidiano, e também pelos ciclos hormonais que acontecem no seu corpo. A musculação, praticada regularmente, traz melhoras físicas e cognitivas em relação aos sintomas de ansiedade para essas mulheres, de forma que diminui a intensidade destes. Também vale ressaltar os benefícios na regulação dos ciclos hormonais, aumento da libido e alívio da tensão pré-menstrual (Chagas; Andrade, 2022).

A prática de atividades físicas acaba se tornando socialmente um privilégio para as mulheres, pois a rotina da maioria delas é mais exaustiva, se comparada à dos homens. Existem vários empecilhos para que as mulheres frequentem uma academia. Um deles é a ocorrência de casos de assédio sexual no ambiente de treino (Paiva; Natalia, 2021). Ainda assim, é mais comum que mulheres busquem estar ativas, por terem consciência dos benefícios. Dentre eles, alguns psicológicos são: maior disposição, melhor facilidade de socialização e, principalmente, pelo estímulo que o ambiente propicia.

O período menstrual é uma época do mês desgostosa para muitas mulheres, na qual os hormônios estão numa complexa variação. A presença do estrogênio contribui para a realização de treinos musculares, auxiliando na geração de força no ato do exercício. Mas, com a oscilação dos hormônios, a prática da musculação precisa ser elaborada da melhor forma por um profissional da área, levando-se em consideração os sintomas que estão sendo manifestados. Isso é importante para não haver interferência no desempenho do treino, o mesmo para prevenir a ocorrência de lesões ou o agravamento das cólicas (Santos *et al*, 2023).

A musculação se torna preferível entre as práticas físicas pela sua exclusividade de treino em acordo com os objetivos desejados de cada pessoa. É uma atividade que gera muita motivação. Essa motivação pode ser extrínseca (em que a influência acontece por fatores externos, como

reconhecimento social) e a motivação intrínseca (causa dos principais efeitos que permitem a continuação dessa prática, sendo realizada apenas pela satisfação do indivíduo, que aproveita o processo de melhoria). A motivação intrínseca, gerada pelo hormônio da dopamina, interfere em atributos psicológicos do praticante, desenvolvendo uma sensação de bem-estar, sono regularizado, autoestima e prazer pela atividade; resultando numa satisfação maior para com a vida (Silva *et al*, 2019).

A prática da musculação mostra-se eficiente para o alívio dos sintomas de depressão e ansiedade em mulheres, podendo ser vista como uma prática terapêutica, que prospera na praticante uma desenvoltura melhor no seu dia a dia (Oliveira, 2019). Por ser uma atividade de constância e disciplina, a praticante mantém seu foco na evolução, manutenção do seu corpo e da sua saúde física. No exercício, o seu pensamento está totalmente na execução, ficando longe de pensamentos intrusivos e disfuncionais. Durante uma hora (média diária de um treino de musculação), a mulher fica longe da sua zona de conforto, busca vencer seus limites físicos e, com isso, obtém a possibilidade de também vencer seus limites cognitivos, melhorando sua saúde mental.

### **Considerações finais**

A musculação é uma prática possível de ser realizada durante o período menstrual, momento conveniente para realizar atividades com foco na saúde. Mas é necessário entender que pode ser mais difícil a sua realização de acordo com cada mulher e também de como ela está se sentindo no dia. O correto é conseguir estabelecer um treino mais favorável junto com um profissional. É importante também o autoconhecimento para compreender o impacto que a menstruação causa e como lidar com ela de forma mais agradável. Mesmo que os danos sejam um impeditivos, as mulheres precisam aprender mais sobre o ciclo menstrual, para que não acabem se limitando e para que possam seguir uma rotina normal.

É de grande necessidade perceber as mudanças valiosas que a musculação oferece no cotidiano da mulher com transtornos psicológicos. A atividade física oferta mais endorfina, regulação do humor e do sono, motivação, bem-estar, ânimo, entre outros. Por ser uma atividade feita geralmente na academia, um ambiente que influencia a socialização, estimula-se o desenvolvimento social. Dessa forma, é possível concluir que a musculação é uma grande aliada para as mulheres que buscam alternativas para lidar com seus sintomas menstruais.

### **Referências**

BRASIL, **Agência Câmara de Notícias**. Projeto permite que mulher se afaste do trabalho por três dias ao mês. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/557546-PROJETO->

PERMITE-QUE-MULHER-SE-AFASTE-DO-TRABALHO-POR-TRES-DIAS-AO-MES. Acesso em: 26 mar. 2023

CHAGAS, Rafaela; ANDRADE, Josiane. Resultado subjetivo do treinamento de musculação em mulheres com transtorno, **Repositório Universitário da Ânima -RUNA**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/30916>. Acesso em: 05 mai. 2023

LEMBRANCE, Ana; PENA, Alice; LEMBRANCE, Lara; FELIZARI, Aline; PAIVA, Flávia; CAMPOS, Sophia. **Fisiologia do Ciclo** / Guilherme Barroso Langoni de Freitas. 1. ed. 2. Vol, p.62. 2020. Disponível em: <https://editorapasteur.com.br/wp-content/uploads/2021/07/e-book-Saude-da-Muher-iurgtf.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023

LIMA, Luiz; SANTOS, Luiz. Fatores motivacionais que levam à prática da musculação. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 30, p. 42–56, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/614>. Acesso em: 25 mar. 2023

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5** / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MATOS, Cristiano; LISBOA, Salime; SANTOS, Ana; OLIVEIRA, Lafaiete. Introdução ao treinamento de força. In: MATOS, Cristiano; LISBOA, Salime; SANTOS, Ana; OLIVEIRA, Lafaiete. **Musculação**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581739041.

MENDES, Karina; SILVEIRA, Renata; GALVÃO, Cristina. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na Enfermagem. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 17, p. 758-764, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ> Acesso em: 07 mai. 2023

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saiba o que é a menstruação, quando ela acontece e quais as principais características. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/saiba-o-que-e-a-menstruacao-quando-ela-acontece-e-quais-as-principais-caracteristicas>. Acesso em: 15 abr. 2023

NAHAS, Markus. Atividade Física, Aptidão Física e Saúde. In: NAHAS, Markus. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 7. ed. Florianópolis, Ed. do Autor, 2017.

NEVES, Geraldo; SILVA, Diego. Atividade física e o desenvolvimento da plasticidade cerebral. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, v. 3, n. 2, p. 158-169, 2019. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/1237>. Acesso em: 20 de mar de 2023

OLIVEIRA, Larissa. A musculação como prática corporal terapêutica em mulheres afetadas pelos transtornos mentais: depressão e/ou ansiedade. Belém, 2019. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/4126>. Acesso em: 06 mai. 2023

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMS. **Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/26-11-2020-oms-lanca-novas-diretrizes-sobre-atividade-fisica-e-comportamento-sedentario> Acesso em: 22 mar. 2023

PAIVA, Natalia. Atividade física como promoção de saúde em mulheres adultas: benefícios e dificuldades para sua implementação. **Pontifícia Universidade Católica de Goiás**, Goiânia, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1844>. Acesso em: 06 mai. 2023

SANTOS, Alyne. A influência do ciclo menstrual no desempenho físico de mulheres praticantes de treinamento resistido. **Universidade PUC Goiás**, Goiania, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3120/1/Artigo%20Alyne%20Crizostimo%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023

SANTOS, Paula; FERREIRA, João.; ADILSON, Ariane.; LOURES, Poliana.; SILVA, Cintia; SILVA, Sandro. Análise do desempenho da força e da potência muscular durante as fases do ciclo menstrual. **RBPfEX - Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 16, n. 105, p. 420-429, 15 jan. 2023. Disponível em: <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/2614>. Acesso em: 05 mai. 2023

SILVA, Lislaiane; SANTOS, Nádia. Efeitos do exercício físico nos aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais em pessoas com depressão. **Revista Científico Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, Itapeva, 2019. Disponível em: [http://www.fait.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/8rmACQy634bi0CY\\_2020-6-19-20-47-56.pdf](http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/8rmACQy634bi0CY_2020-6-19-20-47-56.pdf). Acesso em: 06 mai. 2023

SILVA, Thays; FREIRE, Gabriel; MORAIS, Olga; NASCIMENTO, José. Motivação, bem-estar e autoestima de praticantes de diferentes modalidades de exercício físico. **Saúde e pesquisa (impresso)**, Maringá (PR), 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1016574> Acesso em: 05 mai. 2023

SOUSA, Nathaniel; MENDES, Felipe; AMORIM, Renata; SOUZA, Victor. Condições clínicas relacionadas ao ciclo menstrual. **Condutas Clínicas em Atenção Primária à saúde. C.IX**, Campina Grande, 2021. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/books/2021/12/CondutasClinicasAPS.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. **Corpo humano**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788582713648.

**CAPÍTULO 20****OS IMPACTOS DO DIAGNÓSTICO TARDIO DO  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM CRIANÇAS***Juliana do Nascimento Souza Lucena**Ester das Graças Nunes Cândido**Joyce Kézia de Aquino Nunes**Kauane Pereira dos Santos**Maria da Silva Barbosa**Janaína Araújo Santiago Oliveira**Amanda Gabriel Viana Bezerra**Maria Conceição Lucas Soares***Introdução**

A quantidade exata de pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista- TEA, ainda é incerta no Brasil. Segundo um estudo realizado nos Estados Unidos, com 12.554 pessoas e dados de 2019 e 2020, publicado na *Jama Pediatrics* (2022), estima-se que 1 em cada 33 crianças é autista.

Segundo o DSM-V (2014), o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. O CID-11 (2022), classifica o autismo em três níveis diferentes: leve, moderado e severo. O nível 1 de suporte, é o autismo leve, que requer pouco apoio. O nível 2 de suporte, é o autismo moderado que requer pouco apoio substancial e o nível 3 de suporte, é classificado como severo, por exigir muito apoio substancial.

Quanto mais cedo o diagnóstico, mais cedo se inicia a intervenção, e com a importante ajuda da neuroplasticidade, que controla todas as nossas funções cognitivas, tais como atenção, memória, linguagem e percepção, entre outras, o tratamento pode melhorar o desenvolvimento geral e ajudar a criança a aprender novas habilidades que podem levar a mais independência ao longo da sua vida. A terapia em cada estágio de desenvolvimento auxilia as crianças com autismo a adquirir as habilidades de que precisam para sua vida, sejam elas sociais, motoras ou cognitivas.

O risco de não conseguir estabelecer relações com os pares e a falta de tentativas espontâneas de partilhar alegrias, interesses ou conquistas com os outros, são algumas das consequências de um diagnóstico tardio. As crianças com autismo não têm noção real de perigo e isso pode ocasionar graves acidentes. Sua agressividade pode atrapalhar a vida escolar e doméstica e, se não tiver o

tratamento adequado, com o tempo a hipersensibilidade sensorial evidente na síndrome, pode levar à dor em pessoas autistas, e os estímulos podem levar à neurastenia por incômodo sonoro.

Nesse contexto, é fundamental avaliar os impactos do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista, como os atrasos no desenvolvimento das crianças, bem como, a aceitação do diagnóstico pelos familiares. A ênfase desta revisão justifica-se pela importância do diagnóstico precoce do TEA, para que a criança consiga ter o desenvolvimento o mais próximo possível de uma criança típica e a intervenção precoce possibilite uma melhor qualidade de vida em todos os âmbitos. Este estudo justifica-se pela relevância científica que o tema possibilitará que alunos, pais e profissionais se familiarizem e aprofundem os conhecimentos acerca dos impactos que o diagnóstico tardio pode causar.

Assim, esperamos que os levantamentos aqui realizados, possam instigar reflexões sobre a importância de um diagnóstico precoce, com o apoio adequado da família e da equipe multidisciplinar, que busque minimizar os atrasos cognitivos e comportamentais da criança.

## **Metodologia**

O desenvolvimento deste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, através de artigos científicos, manuais, livros e revistas acadêmicas, que enfocam a temática das causas e impactos do diagnóstico tardio do TEA- Transtorno do Espectro Autista em crianças. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Bem como Minayo (2008) enfatiza que os instrumentos de trabalho de campo na pesquisa qualitativa permitem uma mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica.

Os critérios de inclusão foram artigos brasileiros dos últimos oito anos, salvo exceção de algumas literaturas de suma importância para a construção desse trabalho, que fogem desse critério de inclusão, das bases de dados PePSIC e SciElo. Dados de exclusão artigos e revistas de outra linguagem e/ou que fugiam do tema ou que não eram de caráter científico.

## **História do Autismo**

Em 1943 o Dr. *Leo Kanner* descreveu o transtorno autista, embora possivelmente já tivesse sido estudado outros casos anteriormente. O médico relatou casos de 11 crianças portadoras do que ele deu o nome de “distúrbio inato do comportamento”, pois para ele essas crianças vinham ao mundo sem interesse habitual com outras pessoas e com o ambiente inserido.

Além disso, ele faz uma descrição cuidadosa de como seria esses comportamentos incomuns como resistência a mudança podendo assim ser identificado uma insistência nas mesmas coisas, caso

algo surja como novo eles começam a ficar agitados pois saem da rotina habitual deles. Para Volkmar et. al (2019), o termo resistência à mudança também foi utilizado para se referir a alguns dos comportamentos típicos vistos com frequência em crianças com autismo como também comportamentos motores aparentemente sem propósito (estereotípias), tais como balanço do corpo, andar na ponta dos pés e sacudir as mãos. *Kanner* acreditava que esses comportamentos poderiam estar ajudando a criança a manter as mesmas coisas. Em consequência disso é possível destacar que o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que pode gerar grandes dificuldades em crianças ao se comunicar e se relacionar com outras pessoas, assim como também no brincar com outras crianças. (Arruda, 2017).

Hoje amplamente conhecido como Transtorno do Espectro Autistas ou (TEAs) que se manifesta através de alterações no desenvolvimento, no qual afeta a linguagem, comunicação, o desenvolvimento da inteligência social, a percepção dos aspectos sociais, interação e habilidades para brincar. A princípio os sinais tendem a se manifestar em uma idade bem precoce, ou seja, ainda quando se é bebê. Mas cabe aqui destacar que mesmo os sinais aparecendo tão precocemente o autismo não se torna um problema infantil pois existem pessoas com TEA de diferentes idades. Embora algumas pessoas tenham inteligência e fala intacta, outras possuem sérios retardos em seu desenvolvimento da linguagem (Arruda, 2010). O importante é compreender que ela é uma criança que precisa ser amada acima de tudo e estimulada um pouco mais para que se desenvolva. Livrar-se de todo preconceito e buscar informação, são atitudes essenciais da família e amigos para ajudar uma criança autista.

Fazendo-se uma retrospectiva nos Manuais de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, podemos observar que no DSM II (1968) o autismo foi inserido no quadro “esquizofrenia de início na infância”. Somente a partir da década de 1980, é que o autismo é retirado da categoria de psicose e no DSM III utilizou-se a nomeação de distúrbios invasivos do desenvolvimento. Já no DSM IV (1991) o autismo é caracterizado por prejuízo severo e invasivo em diversas áreas do desenvolvimento é considerado um distúrbio global do desenvolvimento. No DSM 5 (2013) o autismo é situado na categoria de Transtornos do Neurodesenvolvimento e assumido como espectro, substituindo assim as subcategorias dos “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento” que são agora abordadas por um único termo abrangente: Transtornos do Espectro do Autismo, nos quais se assinalam “especificadores” para identificar suas variações, como a presença ou ausência de comprometimento intelectual, comprometimento estrutural da linguagem, condições médicas ou perda de habilidades anteriormente adquiridas.

## Diagnóstico

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, regulamenta que o paciente com TEA- Transtorno do Espectro Autista tem direito ao acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada, a terapia nutricional, os medicamentos e informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma desordem complexa do neurodesenvolvimento que abrange alterações relacionadas ao convívio social, prejuízos na comunicação e presença de movimentos repetitivos ou estereotipados (Alvim, 2020). De origem multicausal, envolve fatores genéticos, biológicos e ambientais, onde é de suma importância que a identificação aconteça nos primeiros anos de vida da criança. Segundo Fernandes et. al (2020), os critérios que subsidiaram o diagnóstico do autismo passaram por diversas mudanças ao longo dos anos e foram descritos nos manuais de categorização nosológica. Podemos mencionar o DMS- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a CID- Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

É falado espectro autista, pelo fato de englobar muitas situações diferentes umas das outras podendo ir de graus mais leves a mais graves. (SILVA, 2017). Em todos os casos, predomina a dificuldade na comunicação e na interação social.

As características comportamentais do transtorno do espectro autista tornam-se inicialmente evidentes na primeira infância, com alguns casos apresentando falta de interesse em interações sociais no primeiro ano de vida. Algumas crianças com transtorno do espectro autista apresentam platôs ou regressão no desenvolvimento, com uma deterioração gradual ou relativamente rápida em comportamentos sociais ou uso da linguagem, frequentemente durante os dois primeiros anos de vida (DSM-V, 2014).

Fernandes et al. (2020) afirma que o diagnóstico é clínico, feito por indicadores, por meios de observações comportamentais e relatos quanto ao histórico do desenvolvimento e das neurociências. Existem alguns testes de *screening* (rastreamento) que auxiliam na identificação do TEA, como o M-CHAT (*Modified Checklist for Autism in Toddlers*) – instrumento de rastreamento precoce do autismo, que identifica indícios do TEA em crianças entre 18 e 24 meses. O diagnóstico é realizado por uma equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, composta pelo neuropediatra, por um psiquiatra da infância, o psicólogo, o fonoaudiólogo, o fisioterapeuta e pelo terapeuta ocupacional, onde estes devem orientar a família sobre possíveis intervenções e tratamentos apropriados.

Segundo (Pinto et al., 2016), o nascimento de um filho se constitui na formulação de um novo ciclo vital, o qual passa a ser idealizado pelos pais e por toda família. A maioria dos pais, sonham com seu filho “perfeito”, ideal, e o diagnóstico de alguma doença ou síndrome crônica, pode

gerar sensações ambíguas como medo, frustrações, insegurança, negação e luto. As características do TEA expõem, os familiares ao luto pela perda da criança saudável idealizada por eles (Machado et al., 2018).

Como já mencionamos, o TEA é de origem multicausal e segundo um estudo realizado com 12.554 pessoas e dados de 2019 e 2020, publicado na *Jama Pediatrics* (2022), estima-se que 1 em cada 33 crianças é autista, nos Estados Unidos. Segundo o DSM-V (2014), a idade parental avançada, o baixo peso ao nascer ou exposição fetal a ácido valproico, são fatores de risco ambientais para o autismo. Afirma ainda, que o TEA é diagnosticado quatro vezes mais frequentemente no sexo masculino do que no feminino.

### **Os impactos do diagnóstico para a família**

O diagnóstico do transtorno do espectro autista (TEA) pode trazer à família grandes impactos e repercussões emocionais ocasionando o comprometimento da estabilidade emocional da família, visto que nem sempre os familiares estão aptos para lidar com a aceitação do diagnóstico. Alguns pais sofrem diante do quadro de diagnóstico, pois muitas vezes idealizam uma criança perfeita, e ao negarem o diagnóstico vivenciam o luto e a negação, a incerteza e incompreensão sobre o transtorno autista pode deliberar uma nova rotina na vida dos pais, bem com adequação de tempo, apoio emocional e assistência à criança. Oferecer um acolhimento adequado aos pais cujo filho (a) teve diagnóstico do TEA é necessário e importante. Isso pode facilitar o enfrentamento do diagnóstico e permitir uma passagem mais rápida pelos estágios de luto, que constituem uma sequência relativamente previsível de fases (Maia et al, 2016).

A família se vê diante de um desafio desconhecido, o medo e a incerteza sobre o desenvolvimento da criança são geradores de sofrimento aos pais, visto que crianças com diagnóstico de autismo possuem algumas limitações sociais, o que acaba delimitando a comunicação da criança até mesmo com os pais, podendo se tornar um evento marcante e estressor. Segundo Machado et al. (2018), pode-se refletir que as características da criança com TEA, como suas dificuldades na interação e comunicação com o mundo e seus comportamentos estereotipados e repetitivos, geram dificuldades no desempenho de tarefas que são comuns e esperadas de outras crianças. Diante do desconhecido os familiares precisam estar atentos aos comportamentos estressores da criança que outrora eram desconhecidos, e com o diagnóstico é preciso saber lidar, procurar intervenções que atendam a necessidade da criança que também sofre com os impactos causados pelo transtorno.

Existem situações que a família não aceita o diagnóstico e passa a buscar vários profissionais até que encontre alguém que discorde do diagnóstico anterior, e encontre algo que seja mais “fácil de

lidar”. Esta atitude faz com que a criança perca um tempo precioso, o que compromete a estimativa de boa funcionalidade desta criança, pois entardece o tratamento da mesma.

### **Os danos causados pelo diagnóstico tardio**

O autismo é um distúrbio do comportamento de início precoce e curso crônico, com impacto variável em áreas múltiplas e nucleares do desenvolvimento é caracterizado por prejuízos na interação e na comunicação sociais, com restrita gama de interesses, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados.

Alguns autores afirmam que as variações características percebidas nos indivíduos com TEA ocorrem por causa da influência entre genes e ambiente (Maia et al., 2019). Uma vez que descoberto de maneira tardia, pode prejudicar todo o processo de desenvolvimento da criança em si, então é importante que os pais e pessoas próximas tenham em primeiro lugar conhecimento sobre o assunto, para que assim fique até mais claro quaisquer sinais do diagnóstico. Os pais são, geralmente, os primeiros a suspeitarem, mas o desconhecimento dos aspectos do desenvolvimento esperados para cada idade pode retardar a procura por assistência (Girianelli et al, 2023).

Diversos autores trazem dados convergentes de que o diagnóstico precoce favorece e potencializa as possibilidades de intervenção em fases iniciais do desenvolvimento infantil por possibilitar a aquisição de repertório, como o desenvolvimento das habilidades. (Girianelli et al, 2023). É claro identificar que ao ser feito o diagnóstico mais cedo a criança vai poder desenvolver cada vez mais as suas funções cognitivas, motoras, a interação social com o meio em que vive, tudo isso acompanhado de perto pela família.

Em relação ao processo de descoberta e diagnóstico, a família tem dificuldade em compreender os comportamentos atípicos apresentados pelas crianças (Bomfim et al., 2020). Ao ser diagnosticado de forma tardia a criança ou no caso o adolescente muitas vezes, vai encontrar diversas dificuldades para lidar com o seu novo contexto, e irá passar por um processo longo de desenvolvimento e de entendimento, porém não só dele mais de todos a sua volta, para descobrir esse novo momento.

### **Resultados e discussão**

Os resultados do estudo realizado, demonstraram que o diagnóstico precoce do autismo, permite que a criança tenha menos prejuízos em seu desenvolvimento, onde um diagnóstico tardio pode prejudicar a ampliação de habilidades cognitivas, motoras e comportamentais. Desse modo, faz-se necessário que os profissionais da saúde e da educação, estejam em constante formação para atender da melhor possível essas crianças e que os pais estejam atentos a qualquer sinal que a criança

apresente, como atrasos no marco do desenvolvimento esperado para cada faixa etária, para que então possam buscar ajuda qualificada com os profissionais específicos da área para uma investigação diagnóstica.

Cabe ressaltar que é imprescindível o planejamento da forma que será comunicado o diagnóstico do autismo para a família, por ser um momento delicado e desafiador, no qual requer cuidado e acolhimento para repassar as informações, visto que geralmente os pais sonham com uma criança “ideal” e a quebra dessa idealização, pode gerar distintos sentimentos que podem levar ao adoecimento psíquico da família. Além disso, a forma como essa informação é elaborada, pode influenciar nos próximos passos pela busca de tratamento, onde faz-se necessário estratégias de enfrentamento mediante o impacto que a revelação pode gerar em algumas famílias.

Diante destes resultados, podemos afirmar que a intervenção precoce, possibilita ganhos significativos no desenvolvimento, pois leva em consideração necessidades singulares da criança, onde a equipe multidisciplinar, a família e a escola, poderão estimular a criança afim de evitar atrasos, levando em consideração a neuroplasticidade do cérebro infantil.

### **Considerações finais**

De acordo com o material bibliográfico analisado, o diagnóstico precoce e o manejo terapêutico contribuem para o encaminhamento a equipes e tratamentos adequados, que promovam o desenvolvimento de habilidades como a independência, autonomia e a qualidade de vida.

Frente as reflexões, o estudo possibilitou destacar a importância de uma abordagem integrada, onde os profissionais da saúde, família e a comunidade em geral possam ofertar uma melhor qualidade de vida para a pessoa autista. É importante lembrar que o autismo é um transtorno que afeta cada indivíduo de maneira única e apresenta diferentes graus de severidade.

A aceitação da condição é fundamental para melhorar as relações familiares e a integração da criança no meio em que vive. No entanto, muitos pais têm dificuldade em lidar com o diagnóstico, já que idealizavam uma criança perfeita. Isso pode afetar o convívio da criança com a sociedade, tornando-se um problema.

Em suma, o diagnóstico tardio de autismo pode ter um impacto significativo na família, afetando tanto a criança com autismo quanto os pais. É importante que os profissionais de saúde estejam cientes dos sinais de autismo e incentivem os pais a procurarem ajuda assim que perceberem qualquer suspeita. Além disso, é preciso garantir que as famílias recebam apoio necessário para lidar com a condição, incluindo tratamentos adequados e suporte emocional. Com o tratamento adequado, é possível melhorar a qualidade de vida da criança com autismo e ajudar a família a superar os desafios dessa condição.

## Referências

ALVIM, Renata Joviano. Perfil Epidemiológico do Transtorno do Espectro Autista na População Pediátrica em um Hospital Terciário do Estado do Rio de Janeiro. **FIOCRUZ, 2020**. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47326>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2022.

ARRUDA, Inácio. **A História de Pedro, Perguntas e Respostas Sobre o Autismo e a Lei 12.764/2012**. Impresso na Secretaria de Editoração e Publicações Produzido no Gabinete do Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

BONFIM, Tássia de Arruda. ARRUDA, Bianca Cristina Ciccone Giacon. ULIANA, Catchia Hermes. GALERA, Sueli Aparecida Frari. MARCHETI, Maria Angélica. Vivências familiares na descoberta do Transtorno do Espectro Autista: implicações para a enfermagem domiciliar. **SciELO, 2020**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/reben/a/cpkwQJQP8kccvs8zN4LgHCH/?lang=pt&format=html>>. Acesso em 01 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

FERNANDES, Conceição Santos. TOMAZELLI, Jeane. GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **SciELO, 2020**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pusp/a/4W4CXjDCTH7G7nGXVPk7ShK/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de Março de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAMA, Periodics. Prevalência do transtorno do espectro autista entre crianças e adolescentes nos Estados Unidos de 2019 a 2020. **Jama Network, 2022**.

GIRIANELLI, Vania Reis. TOMAZELLI, Jeane. SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. FERNANDES, Conceição Santos Fernandes. Diagnóstico precoce do autismo e outros transtornos do desenvolvimento, Brasil, 2013-2019. **SciELO, 2023**. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/article/rsp/2023.v57/21/pt/>>. Acesso em 01 de maio de 2023.

MACHADO, Mônica Sperb. LONDERO, Angélica Dotto. PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. Tornar-se família de uma criança com transtorno do espectro autista. **PEPSIC, 2018**. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822018000300006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822018000300006)>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2023.

MAIA, Fernanda Alves. ALMEIDA, Maria Tereza Carvalho. OLIVEIRA, Liliane Marta Mendes de. OLIVEIRA, Stéffany Lara Nunes. SAEGER, Vanessa Souza de Araújo. OLIVEIRA, Victória Spínola Duarte de. SILVEIRA, Marise Fagundes. Importância do acolhimento de pais que tiveram diagnóstico do transtorno do espectro do autismo de um filho. **Cad. Saúde Colet, 2016**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/n6ZpCNpT9cSjLWVxVvVrYMr/?lang=pt>>. Acesso em 29 de Abril de 2023.

**Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz. TORQUATO, Isolda Maria Barros. COLLET, Neusa. REICHERT, Altamira Pereira da Silva. NETO, Vinicius Lino de Souza Neto. SARAIVA, Alynne Mendonça. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **SciELO, 2016**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/?lang=pt>>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2023.

SILVA, Ludmila. Transtorno do Espectro Autista é analisado sob o ponto de vista de cuidadores. **FIOCRUZ, 2017**. Disponível em: < <https://portal.fiocruz.br/noticia/transtorno-do-espectro-autista-e-analisado-sob-o-ponto-de-vista-de-cuidadores>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2022.

SILVA, Micheline. MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **SciELO, 2009**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

VOLKMAR, F.; WIESNER, L. A. **Autismo: guia essencial para a compreensão e o tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2019. 356 p.

**CAPÍTULO 21****UM DIÁLOGO ENTRE PSICANÁLISE E TEATRO: O INCONSCIENTE EM CENA***Davi Sampaio Cardoso**Najara Oliveira Silva***Introdução**

O diálogo entre a psicanálise e arte está presente desde os textos primordiais de Sigmund Freud (1856-1939) ao tratar da sublimação como um dos caminhos possíveis das pulsões até os textos de Jacques Lacan (1901 – 1981) sobre a arte como um ato de criação que contorna o vazio do sujeito. Portanto, a relação entre psicanálise e arte ainda se constitui enquanto um campo fértil de pesquisa e contribuições mútuas, ao passo que a psicanálise lança luz sobre processos inconscientes da psique humana envolvidos na experiência artística, assim, a arte, também, tornou-se umas das vias de acesso ao inconsciente.

Considerando esse a natureza diversa do campo de estudo, essa artigo parte do pressuposto de que a relação entre a arte e psicanálise ainda continua contribuindo significativamente na construção do conhecimento sobre o inconsciente e seus efeitos, sendo necessário investigar mais acerca desses processos evocados na experiência da arte. Para tanto, neste artigo o teatro foi selecionado como linguagem artísticas estudada, visto que o teatro se apresenta como um campo artístico que convoca o corpo por meio da atuação e a linguagem pela escrita

Para fins deste estudo, se partirá do destino pulsional pela sublimação como ponte de partida, visto que este é fundamental na experiência artística. Para Freud (1915), a sublimação efetua-se no nível da pulsão, operando uma mudança no circuito pulsional e encontrando satisfação num novo alvo que é dessexualizado, permitindo outro caminho pulsional e colocando-se a serviço do processo civilizatório.

A serviço dessa pesquisa se fez necessário buscar em Jacques Lacan, renomado psicanalista francês que propõe uma releitura de Freud, contribuições intrínsecas para discutir o objeto de estudo deste artigo. O retorno a Freud realizado por Lacan possibilitou à psicanálise avançar em suas elucubrações, tecendo novos conceitos às descobertas freudianas e rearticulando alguns conceitos da psicanálise. Assim, os marcos teóricos de Lacan como suas contribuições para a compreensão de pulsão e sublimação, além de sua teoria própria dos três registros (imaginário, simbólico e real) serão alicerces nessa discussão.

## Metodologia

O trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a relação entre teatro e psicanálise por meio de conceitos da psicanálise que estão a serviço dessa elucidação. Foram utilizados autores cujas obras e teorias possibilitem a interlocução entre esses campos. Parte-se dos conceitos de sublimação e *pathos* (Resende e Filho, 2004) para iniciar uma reflexão acerca do afeto como plano de fundo comum entre teatro e psicanálise.

O conceito de catarse comum na história do nascimento do teatro e da psicanálise é evocado para introduzir uma discussão do conceito de sublimação, de pulsão e de elaboração segundo Freud (1905). Posteriormente com Lacan (Brito, 2013) é feita uma resgate com algumas reformulações desses conceitos. Por fim, discorre-se com a teoria dos três registros de Lacan (Brito, 2013) sobre elementos do teatro – escrita e corpo.

## Discussão

Aludir ao teatro e às suas origens é traçar um longo caminho histórico que perpassa pelos primórdios da civilização, desde as danças interpretativas, das atitudes e gritos dos homens afim de garantir o sucesso nas caçadas em tempos passados até as diversas épocas em que surgiram movimentos da arte cênica (Andrés, 1997).

O teatro na Grécia Antiga é tido como um dos marcos na história do teatro, visto que, inaugurou a elevação do teatro a uma linguagem própria, surgindo toda a estrutura conhecida até hoje. A dramaturgia e a encenação, os atores e a plateia, os tipos de palcos, etc. são alguns dos elementos mais conhecidos na estrutura de qualquer espetáculo teatral (Andrés, 1997).

O teatro surge diretamente ligado à religiosidade, a partir das celebrações dionisíacas, o culto ao deus Dionísio, o deus do teatro, do vinho, da transformação e do desregramento (Brito, 2013). Foram nos rituais dionisíacos, geralmente nas festas das colheitas, embriagados também pelo êxtase e entusiasmo que as fronteiras do eu eram ultrapassadas. Essa ultrapassagem da mera mimese demarca a superação da imitação ou representação sem intuito artístico, emergindo um novo sujeito marcado pela capacidade de expressar-se através da interpretação (Brito, 2013).

Apesar daquele início eufórico do teatro e das diversas proposta oriundas de se fazer teatro, a tragédia adquiriu rapidamente um lugar privilegiado na história do teatro, assim como na psicanálise. Brito (2013), autora da tese “*Teatro e Psicanálise: A Tragédia Revisitada*”, deixa explícito como a tragédia é encontra-se no primórdio da psicanálise: “*O Seminário*, livro 7, (1959-1960/2008, p. 290), Lacan retoma o conceito de catarse a partir da leitura de Freud e propõe que a tragédia se encontra na

origem da experiência do analista desde os primórdios da psicanálise.” (p. 42). Assim, a ideia de catarse é evocado como o primeiro destino dos afetos suscitados por uma tragédia.

Segundo Queiroz (2013), o termo catarse é de origem grega, *kátharsis*, e significa purificar, purgar ou limpar, ou seja, evoca um retorno a um estado anteriormente puro ou límpido. Para os gregos a finalidade da catarse era dar um tratamento aos efeitos da paixão, para Freud e Breuler (Brito, 2013) ela era uma liberação, uma descarga de um afeto desvinculado de memória que era investido e expressado no corpo. Apesar das diferenças entre essa duas elaborações, como o teor clínico da segunda concepção, ambas lidavam com o mesmo conteúdo, o *pathos*.

A palavra *pathos*, derivada do grego, dá origem às palavras paixão, passividade e sofrimento. O que os autores enxergam a partir de uma reflexão desses 3 significados é a base afetiva. Assim, o *pathos* é compreendido aqui como algo inerente ao ser humano, nas palavras dos autores:

[...] *pathos* deve ser entendido como uma disposição afetiva fundamental, que é organizadora e propulsora do destino humano, ou seja, é fundamental na tomada de decisão com relação à posição de vida do sujeito, tornando-se em muitos casos o que move e dá vida a esse sujeito (Resende; Filho, 2004. p. 93).

Para os gregos a paixão é equiparada à passividade e ao sofrimento, enquanto na psicanálise, a paixão é entendida como afeto, que se personifica como a base afetiva de qualquer ação humana (Resende; Filho, 2004). Entre psicanálise e teatro existe uma convergência descritiva quanto a alguns assuntos, para tanto que alguns conceitos básicos da psicanálise, principalmente na obra freudiana, recebem nomeação a partir do campo cênico, como “complexo de Édipo”, “cena primária”, “cena psíquica”, “ato” (*acting out*), “interpretação”, etc. (Neves; Santiago, 2017).

Tão forte parece ser a afinidade da psicanálise com a arte que durante seu percurso antes da formação da psicanálise, Freud juntamente com Breuler (Brito, 2013) investigou os efeitos da hipnose em pacientes histéricas e desenvolveram uma teoria sobre a conversão histérica, na qual o conceito de catarse foi indispensável. Tais estudos mostraram-se intrínsecos para a criação da psicanálise, por meio (do fracasso) deles Freud conseguiu evidenciar algumas dificuldades do método sugestivo da hipnose que até então era empregado por ele no tratamento de casos histéricos (Brito, 2013).

A ideia de catarse não foi totalmente descartada, entretanto, não ocupou um lugar de destaque na teoria freudiana e na análise, sendo realocada como um fenômeno intrínseco da psique humana (Brito, 2013). Logo, catarse não se ausenta de ocorrer em análise, mas não é um objetivo, pois o que está em jogo em análise é a elaboração, o *durcharbeitung* é que está em cena. Afinal, sabe-se que o trabalho da análise implica numa modificação das relações do sujeito com seu modo de satisfação

pulsional, possibilitando um novo posicionamento frente as suas exigências pulsionais (Meirelles, 2012).

Para Lacan (O Seminário: livro 11, 1964), o objeto de uma pulsão, o objeto como causa de desejo, esteve sempre perdido. Logo, a pulsão (*Trieb*) nunca atingirá totalmente sua meta, tornando-se assim uma força constante. Por ser insistente e por não encontrar objeto que a satisfaça plenamente, a pulsão é obrigada a buscar desvios, destinos por onde possa continuar tentando se satisfazer. Para Freud esse objeto causa de desejo foi perdido desde o começo, restando à pulsão mirar no que possa fazer algum semblante do mesmo, para Lacan, tal objeto sempre esteve perdido, nunca foi acessado ou sequer existiu. “Na análise o objeto é um ponto de fixação imaginário dando, em qualquer registro que seja, satisfação a uma pulsão” (Lacan, 1959-1960, p. 139).

Assim, as exigências pulsionais continuam a proliferar-se no inconsciente, produzindo novas associações e ganhando acesso ao consciente por meio dos sonhos e do sintoma (Freud, 1915). Esse processo implica numa divergência entre as possibilidades de satisfação das diferentes instâncias da psique humana, na qual uma experiência que satisfaz a pulsão pode ser sentida como desprazer pelo consciente (Freud, 1920).

Os estudos produzidos no campo da psicanálise convocam, geralmente, a arte a partir do seu viés de sublimatório. Desde Freud (1929) a arte é vista como um dos lenitivos que o homem inventa para lidar com a dor experimentada no processo civilizatório. O efeito sublimatório da arte como já mencionado acima, opera como uma modificação no circuito pulsional. Conforme Freud (Barbieri, 2000), trata-se de um mecanismo agindo ao nível do alvo da pulsão defletindo a libido e reorientando a pulsão para um trajeto muito afastado da satisfação sexual. Outra característica apontada pelos textos freudianos é o endereçamento social, ou seja, o produto artístico deveria ter algum valor cultural como critério, logo o resultado teria que obedecer às leis da beleza ou do que é considerado belo dentro de determinado padrão estético (Barbieri, 2000). O produto desse processo também seria livre de recalque e o material trabalhado pelo artista seria moldado até uma “imagem fiel de sua fantasia” (Brito, 2013).

Algum tempo depois, Lacan vai retomar o conceito freudiano de sublimação, problematizando esse livramento do recalque e chamando a definição de Freud de “exotérica e carregada de cinismo” (Brito, 2013). Ele vem a afirmar então que:

A sublimação, que confere ao *Trieb* uma satisfação diferente de seu alvo - sempre definido como alvo natural - é precisamente que revela a natureza própria ao *Trieb* uma vez que ele não é puramente o instinto, mas tem relação com *Das Ding* como tal, com a Coisa dado que ela é distinta do objeto (Lacan, 1959-1960, p. 140).

A sublimação, segundo Lacan, tem sua função ordenada em referência à Coisa. Enquanto a arte organiza-se no entorno do vazio produzido pelo Das Ding (A Coisa), a religião o renega esse vazio e a ciência o foraclui (Lacan, 1959-1960). Assim, a sublimação não tem como característica a aprovação social, assim como a arte não tem a função de domar o real, mas sim produzir a partir do inominável, do vazio, a única representação possível da Coisa (Brito, 2013). O artista, mergulhado em seu inconsciente, como qualquer outro, faz sua criação através de um campo desconhecido, da ordem do não saber (Brito, 2013):

Entendemos que o artista cria a partir de um não saber, de algo que emerge à sua consciência e é apresentado pela própria obra. Por mais que a obra de arte se torne de certa forma, consciente ao artista e seja compartilhada com o público, sempre aparece algo inominável na arte. [...] Essa falta de palavras que possam dar conta do trabalho artístico é parte do enigma, da enigmática estranheza, e explicações não nos servem, nem quando vindas da boca do próprio criador da obra (Brito, 2013, p. 22-23).

Em O Seminário: livro VII (1959-1960), a sublimação é tomada como “a elevação do objeto à dignidade da Coisa”, por meio dessa elevação, de um objeto comum e desinvestido, é que se torna possível cingir algo da Coisa.

O exemplo utilizado por Lacan para falar dessa função é o do oleiro que cria o vaso. O vaso não nasce de uma fôrma, ele nasce de um vazio contornado por uma matéria. No caso da sublimação, é pela via da matéria significante que se contorna o vazio da Coisa, criando-o ao mesmo tempo e introduzindo assim a perspectiva de preenchê-lo. É portanto a partir do furo, do ex-nihil que o criador opera (Silveira, 2017, p. 8).

Portanto, a sublimação trata-se de uma possibilidade de contornar o vazio, organizando-o. De maneira generalista, pode-se afirmar que tanto a análise quanto a arte constituem-se como uma forma do sujeito organizar o seu *pathos* (Resende e Filho, 2004) Ao evocarmos o pathos, a dimensão motriz afetiva do homem, entra em cena o real, o registro que recebeu mais atenção nos últimos anos da vida de Lacan, e que ele vai definir como o impossível, aquilo que resta fora da possibilidade de simbolizar. É esta dimensão que está em cena quando Lacan define a sublimação enquanto contorno do vazio.

A análise, por outro lado, implica em um processo de re-escrita que Freud vai chamar de trabalho de elaboração. Toca o inconsciente e permite uma outra vivência da pulsão. Toca portanto o sofrimento com o sintoma. O termo elaboração é uma tradução de três termos encontrados na obra freudiano: *Verarbeitung*, *Bearbeitung* e *Durcharbeitung* (Santos, 2014). O primeiro termo, *Bearbeitung*, dá preferência à quantidade do que qualidade, ou seja, diz respeito à quantidade de trabalho que é empregado no material e não sobre a qualidade desse trabalho, logo, distancia-se da tradução em português, pois o termo elaborar implica numa ideia de melhoria desse material (Santos, 2014).

A segunda tradução, *Durcharbeintung*, por sua vez, confere um caráter que faltava à primeira, a ideia de finalidade, de um trabalho contínuo e profundo até alcançar seu objetivo, mas cujo teor não é de triunfo ou vitória sobre algo, pois o material trabalhado é o material psíquico, o mesmo que constitui um obstáculo para cingir no núcleo da questão (Santos, 2014). Na análise, esse trabalho consiste no (longo e árduo) enfrentamento das resistências que provêm do Eu, integrando uma interpretação e superando a resistências suscitados por ela, livrando-se dos mecanismos repetitivos (Santos, 2014).

Deve-se mencionar de passagem que alguns autores optaram por traduzir esse termo como *perlaboração*, devido à proximidade desse conceito com o trabalho analítico (Santos, 2014). Tal trabalho é mais comum em algumas fases da análise, na qual o paciente parece estagnar numa resistência, persistindo às interpretações do analista e as suas próprias, até porque as interpretações realizadas pelo analista que apontam as resistências podem não coincidir com o tempo de *perlaboração* do paciente (Santos, 2014).

Por fim, o *Verarbeitung*, indica uma transformação com o material destinado ao trabalho, eliminando sua forma anterior, o *arbeit* implicado aqui pode ser apresentado como forma de lidar ou processar sentimentos e pensamentos (Santos, 2014). Freud associa *Verarbeitung* um método de funcionamento psíquico das primeiras atividades psíquicas normais (sem qualidade neurótica, ou seja, sem o retorno do recalado), como ao brincar infantil que está relacionado com a criação poética (Santos, 2014).

Esta concepção integra de maneira mais articulada a ideia de uma transformação interna como a sublimação, no entanto, a sublimação não produz um novo posicionamento do sujeito frente ao seu sintoma, pois ela é um dos mecanismos para se lidar com as exigências pulsionais, o sujeito livra-se da angústia e não da repetição (Santos, 2014). No entanto, pode o teatro ir além da sublimação e oferecer ao artista uma elaboração próxima à *Durcharbeintung*?

Segundo Neves e Santiago (2017), o teatro trabalha com dois semblantes que demarcam expectativas subjetivas nos espectadores e atores, são o corpo e a letra, ou a encenação e o texto. A escrita, enquanto criação de um texto cênico, que aqui se discute e interessa é a que permite reescrever os traços que marcam a história de um sujeito, não se limitando a um apaziguamento das angústias, não mais se resumindo à sublimação das exigências pulsionais, mas a escrita que reescreve a história do autor, a escrita que (trans)borda algo do indizível, no limiar do gozo e do sem sentido (Simões, 2017).

É o real em cena convocado pela impossibilidade de satisfazer-se com a palavra que tem um destaque ao falar-se de arte, de teatro, pois a arte é sobre dar tratamento a esse real utilizando-se dos outros registros (Neves; Santiago, 2017).

E, dispondo de ferramentas do simbólico, cria, muitas vezes, incidências no imaginário justamente a partir do real que lhe é próprio; assim como alcança, pela via do que se põe em cena, as produções imaginárias de cada tempo (Neves; Santiago, 2017, p. 15).

Portanto, a escrita remete ao enigma do real, sobre os enigmas do sexo, da morte e da carne, ela cria em torno do real assim como o oleiro esculpe sua obra em torno do vazio (Gualda, 2008). Mas a palavra permite um corte, descolando significado e significante, criando novos mundos através da metáfora e da metonímia, no qual o autor é capaz de expressar aquilo cujas palavras não bastaram, já que a palavra é submetida ao desejo, e assim, à falta (Gualda, 2008).

Em *Paixões Segundo* GH 176, Clarice Lispector (1920 – 1977) retrata de maneira bastante poética sobre a enigmática presença do real na escrita, sobre a ausência de algo que só pôde fazer-se presente pelo contorno dos significantes: “O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu” (Gualda, 2017).

Simões (2017) salienta que é do mesmo modo que o inconsciente se manifesta, pela falência da linguagem, nos atos falhos, lapsos, vazios, reticências, em elementos estranhos ao próprio sujeito. Portanto, existe paralelamente à escrita significante, à fala, outra que se faz oculta, como um sussurro, uma escrita cuja letra é a serviço do gozo (Bastos, 2008). Quando a angústia não pode ser suprida, ela (extra)vaza por meio dessas vias (e outras, como sonhos, *acting out*, etc.), sendo revelado o hiato entre cada um e o Outro, e é esse hiato revelado pelo ato criador de escrever arranca essa angústia, afeto não camuflado, e pelo viés do simbólico faz uma nova construção acerca desse indizível (Simões, 2017).

Pode-se compreender a escrita como uma forma de tradução desse indizível, uma passagem do incomunicável cujo produto pode ser tão exótico ao escritor que:

[...], não só o seu leitor, mas ele próprio é surpreendido pela novidade do seu escrito, isto é, o escritor, então na posição de leitor, pode experimentar um sentimento de estranheza diante de seu próprio texto. Em seu processo criativo, o artista se experimenta como exterior a si, ele “desaparece nas não suas lembranças” – o que vem de dentro e é tão seu é, ao mesmo tempo, uma novidade para ele –, há uma submissão ao saber que o sabe, no seu ato (Castro; Lo Bianco, 2008, p. 333).

Esse estranhamento do autor com sua própria criação revela que a escrita é uma tentativa de tradução do indizível, tradução essa que não diz respeito à comunicação, não é uma mera transmissão de informação com predominância de um sentido, mas é voltada para a enunciação, efeito do sujeito da linguagem (Castro; Lo Bianco, 2008). Em sua última entrevista, quando indagada sobre o papel do escritor, Clarice Lispector responde que é o de “falar menos possível” (sic), estendendo sua resposta para essa discussão, podemos assumir que a escrita adquire efeito

semelhante à fala do analistante, e essa passagem à escrita impõe ao escritor/analísante a defrontação consigo mesmo, com a parte estranha e até irreconhecível de si mesmo (Castro; Lo Bianco, 2008).

Já no teatro, a criação textual é encarregada à dramaturgia, ao qual é imbuída da missão de construir um texto que possa cingir algo do real e alcançar a poética, reconhecendo a insuficiência da linguagem e superando o intuito comunicativo (Castro; Lo Bianco, 2008). Na obra de Clarice, estão dispostas todas essas características discutidas da escrita que podem produzir uma transformação no sujeito. Para Simões (2017), a escrita de Clarice não foi um sintoma, mas possivelmente a saída de um sintoma, foi na sua escrita singular que ela deparou-se com o seu indizível, confrontando-se com seu real e construindo uma saída para tal confronto, indo além da sublimação.

E quanto à encenação? E quanto ao ator? Quais os efeitos a atuação pode lançar no ator que age sendo guiado pelo autor do texto, que assumiu o lugar de Outro (Neves; Santiago, 2017)? É certo que o teatro une corpo e palavra em atuação (ato-ação). A atuação possui algumas semelhanças com a brincadeira, tanto para o ator quanto para os espectadores que entram nesse “jogo de fingimento” (Neves; Santiago, 2017). No caso do ator, ele situa-se numa zona litoral entre devaneio e realidade, e faz dessa brincadeira um ofício, uma brincadeira levada a sério na qual ele desliza entre o devaneio e as exigências da realidade, ocupando o vazio do palco teatral com o seu próprio vazio e o seu próprio corpo, realizando alguma anamorfose com sua representação (Neves; Santiago, 2017).

Para os pesquisadores Neves e Santiago (2017), o corpo ocupando esse vazio do palco em cena não é apenas uma marionete, o corpo é o imaginário em cena, encenado. Seus membros, sua presença, seus movimentos e tensões são emprestados juntamente com seu inconsciente, o que faz com que o ator seja mais compatível com certos tipos de papeis, pois há algo que não se pode ser ensaiado, que não pode ser encenado, que é a compatibilidade de seu inconsciente com o empréstimo da marionete (Regnault, 2001).

O ator empresta seu “eu” para dar uma vida a um “outro”. Se a escrita evidencia o hiato entre o sujeito e o Outro, a atuação (o ato-ação) incide diretamente sobre essa relação. O teatro personifica esse grande Outro, seja pelos personagens que respondem de um lugar inalcançável ou pela enunciação do discurso de um Outro (o autor) pelo o ator (Neves; Santiago, 2017). Mediante a suspensão temporária da identidade nuclear, o “eu” do ator é transformado e o personagem se constrói e se faz convincente, essa integração da identidade artificial é possível ao passo que o personagem torna-se um objeto amado, investido de libido (Neves; Santiago, 2017).

Ainda segundo Neves e Santiago (2017), Lacan afirma que o personagem torna-se mais crível à medida que essa identificação progride, o que é bastante comum levando em consideração que qualquer ator ou atriz, que se presta a ter a arte como ofício, faz uma pesquisa acerca do seu

personagem, vasculha seus traços atrás de algo no qual possa apoiar a sua atuação, deparando-se com seus próprios traços nessa busca. Ainda conforme os autores:

O reconhecer-se num quadro, cena, personagem, leva implícita uma dimensão fantasmática, imaginária, referente a um registro da experiência humana. Assim, o reconhecer-se no outro encerra uma dimensão de identificação especular ao duplo. Na obra opera-se a ideia de “eu sou outro”. O teatro leva ao extremo a função de duplo. Desse modo, a cena teatral torna-se uma janela através da qual nos vemos. E, dispondo de ferramentas do simbólico, cria, muitas vezes, incidências no imaginário justamente a partir do real que lhe é próprio; assim como alcança, pela via do que se põe em cena, as produções imaginárias de cada tempo (Neves; Santiago, 2017, p. 45).

Assim, pelo viés do duplo, do espelho que lhe oferece o reflexo de suas próprias características e faltas, o ator pode entrar em contato com seu indizível também.

No entanto, o inconsciente não deixará de situar sua marca em qualquer peça, desde as peças da Antiguidade como Édipo Rei e Antígona até as peças modernas como A Cantora Careca de Ionesco, o inconsciente mostra-se como sussurro (Simões, 2017). Em Édipo Rei, um mito como metáfora do romance familiar e a simbiose entre desejo e morte permeada na busca de conhecer as origens; em Antígona, a ética do desejo e o limite entre a vida e a morte (Furtado, 2013). Em A Cantora Careca, a palavra é divorciada do mundo, sua insuficiência é totalmente exposta, ela é perdida de sentido para produzir uma pergunta (Arruda, 2014).

O teatro, em suas variadas vertentes tocará o real, se terá sucesso em produzir algum efeito catártico no espectador ou sublimatório no artista, cabe aos agentes criadores da palavra e dos atos da carne. Para o ator, seu trabalho pelo corpo consiste em disponibilizar sua marionete por meio do empréstimo de seu imaginário vinculado aos outros registros, dando vida a um novo eu que pode tocar outros por meio da identificação outros (Neves; Santiago, 2017). Para o autor enquanto escritor cabe o devaneio em sua escrita, deve fazer operar o seu simbólico e contornar pelos significantes o real, permitir que o texto venha a abolir o trajeto linear de sentido das palavras, e por meio do “fracasso da sua linguagem, encontrar o seu indizível” (Simões, 2017).

### **Considerações finais**

O artista assume um risco único para criar uma obra que possa ser desfrutada pelo público, um perigo assumido apenas por ele. Para o artista, criar acerca do seu sofrimento e do seu vazio, ele necessita acessá-lo e senti-lo, em pro disso coloca-se em risco, pois evocar tal dimensão sem que se possa dar um tratamento ao real pode dar abertura ao campo do gozo, dando vazão a pulsões que não poderiam satisfazer-se na sublimação. Portanto, a sublimação não constitui a única semelhança entre psicanálise e teatro, visto que ambas convocam o sujeito a deparar-se com sua angústia e darem algum tipo de tratamento ou elaboração para aquele afeto, indo além do sublimatório.

A descoberta freudiana do inconsciente nivelou uma forma de se compreender a psique humana e seus produtos, como a arte e os afetos, lançando um novo olhar sobre o que acontece pro fora do palco do consciente. Entretanto, existem incertezas quanto às distinções de cada um desses campos e como eles operam no inconsciente que ainda requerem novos estudos, tornando este um tema inacabado, mas propício para a investigação psicanalítica.

## Referências

ANDRÉS, Maria Helena. **Os caminhos da Arte**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

ARRUDA, Rejane Kasting. **Arranjos paradigmáticos como campo de extração para um jogo de enquadramentos híbrido**. Cena Porto Alegre. v. 15, n. 17, 2014.

BARBIERI, Cibele Prado. Psicanálise da Criação: sublimação e repetição. **Cógito**, v. 2, p. 21-28, 2000. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S15199479200000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15199479200000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: em 14 maio 2023.

BASTOS, Angélica. O sintoma: uma questão de escrita. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 11, n. 2, p. 354-356, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151614982008000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982008000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: em 4 maio 2023.

BRITO, Janaina Marins Moraes Mangeli. **Teatro e Psicanálise: A Tragédia Revisitada**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <[https://app.uff.br/slab/uploads/2013\\_d\\_Janaina.pdf](https://app.uff.br/slab/uploads/2013_d_Janaina.pdf)>. Acesso em: 02 de Abr. de 2023.

CASTRO, Juliana de Miranda e; LO BIANCO, Anna Carolina. Escrita poética e elaboração analítica: fazer com o impossível de ser dito. **Revista Subjetividades**, v. 8, n. 2, p. 327-341, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482008000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2023.

FREUD, S. **Os instintos e suas vicissitudes (1915)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

Freud, S. (1980). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de S. Freud (Jayme Salomão, trad.). (Vol. 7, pp. 121-252). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1905).

FURTADO, Dimas Barreira. Antígona e a ética da psicanálise: notas sobre o Seminário 7. **Reverso**, v. 35, n. 65, p. 31-37, 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010273952013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010273952013000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 maio 2023.

GUALDA, Lorene Moura. A Psicanálise e a Escrita Literária–Interfaces. **Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise**. v. 3, 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O seminário livro 7: ética da psicanálise 1959-1960**. Jorge Zahar, 1997.

MEIRELLES, Carlos Eduardo Frazão. O manejo da transferência. **Stylus** (Rio de Janeiro), n. 25, p. 123-135, 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676157X2012000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676157X2012000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2023.

NEVES, Libéria; SANTIAGO, Ana Lydia. Arte e psicanálise: o teatro e o ator. **aSEPHallus**, v. 12, n. 24, p. 31-50, 2017.

QUEIROZ, Alvaro. Sobre o conceito de catarse na poética de Aristóteles. **Revista Entrelinhas**, v. 1, n. 1, 2013.

REGNAULT, François. **Em torno do vazio: a arte à luz da psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

RESENDE, Tania Inessa Martins; FILHO, José Carlos Castelo Branco. A patologia como possibilidade estruturante do sujeito: uma releitura da questão phática. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 2, n. 1, p. 1-151, 2008.

SANTOS, Diogo de Siqueira Bendelak dos. **Elaboração analítica e escrita poética: Aproximações a partir de uma experiência de Cortázar**. 2014.

SILVEIRA, Lia. **A sublimação em Marguerite Duras: A dor elevada a dignidade da coisa**. [S.I.: s.a.], 2017.

SIMÕES, Regina Beatriz Silva. **Psicanálise e literatura – o texto como sintoma**. Analytica Revista de Psicanálise, v.6, n. 11, 2017.

**CAPÍTULO 22****TORNA-SE PAI: O PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO COMO FERRAMENTA NA  
CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE**

*Jessyca Araci Mota Maciel  
Rebecca Pinheiro Sedrim*

**Introdução**

Sabe-se que todo o processo gestacional acontece dentro de um corpo com útero e é indiscutível a existência de diversos estudos voltados para a preocupação e o cuidado com a mulher mãe no período da gestação ao pós-parto, tendo em vista que o período gestacional compreende muitas mudanças no âmbito físico, psíquico e social das mulheres. Há uma cultura de que esse período é de grande alegria e benção, mas na prática sabe-se que também é um processo dolorido, com um leque de sentimentos como insegurança, ansiedade e medo (Cavalcanti; Arruda; Paulino, 2020). Assim, embora existam vários conhecimentos biomédicos para o acompanhamento do processo da maternidade e paternidade, a chegada de uma criança é uma etapa em que surge diversas necessidades e afetos decorrentes de crenças pessoais, sociais e familiares disseminadas de geração a geração (Arrais; Araújo, 2016).

A chegada de uma criança é regada de transformações na vida familiar e na relação dos genitores, necessitando de mudança para os papéis sociais de pai e mãe. É avassaladora e compreensível a diversidade de estudos voltados para a mulher no período da gestação, mas no que se refere a paternidade e os sentimentos de angústia e medo ali presentes, a uma escassez de estudos, sendo considerado o homem como figura auxiliar e de segundo plano, podendo causar no mesmo um sentimento de exclusão do processo gestacional (Bornholdt; Wagner; Staudt, 2007).

Essa realidade acontece por múltiplos fatores sendo eles culturais, sociais e históricos. Segundo Badinter (1985), nas sociedades religiosas antigas, a família era vista como um grupo religioso que o homem-pai era chefe do lar, sendo seu poder mais evidente que o amor, designado a condenar e julgar aqueles membros da família (esposa e filhos) que fugissem da boa conduta, cumprindo o papel de figura pública perante a sociedade. Embora ainda hoje se pratique questões relacionadas ao gênero biológico no qual a maternidade e cuidado com os filhos ficaram para a mulher, e para o homem restou o papel de provedor do lar, alguns estudos indicam que nos dias atuais existem mudanças de valores em relação a paternidade e a inserção do homem no processo de construção da parentalidade (Trindade et al., 2019).

A transição para os papéis sociais de pai e mãe requer muitas mudanças e adaptações para a chegada do novo membro da família e tem gravidez como o período de preparação e construção da parentalidade que acontece no âmbito psicológico, biológico e social (Piccinini, 2004 et al, apud Salmela-Aro et al, 2000). O conceito de parentalidade é função materna e/ou paterna de zelar pelos cuidados e suprir as necessidades básicas da criança como alimentação, educação, saúde e vestuário (Ribeiro; Gomes; Moreira, 11 2015). O exercício da parentalidade é visto como uma das tarefas mais complexas da vida humana, abrangendo diversos aspectos para manter a sobrevivência da criança, promovendo também um lugar seguro e disponibilidade de ferramentas para o desenvolvimento da autonomia e socialização do sujeito (Barroso; Machado, 2010).

O pré-natal psicológico (PNP) é uma das ferramentas que pode auxiliar o profissional de psicologia no manejo da inserção masculina no processo de gestação, logo após a paternidade. O PNP visa a maior humanização do processo gravídico, do parto e da construção da parentalidade. A literatura e a prática com gestantes nos mostram que o período pré e pós-parto acarreta diversos sofrimentos psíquicos, físicos e sociais (Arrais; Mourão; Fragalle, 2014). Assim, esse instrumento tem como função o entendimento do período perinatal e dos impactos causados por esse processo nas mulheres, visando também a diminuição da ocorrência de possíveis transtornos mentais (Cavalcante; Arruda; Paulino, 2020). O envolvimento paterno, nesse processo, resulta em um bem-estar próprio e uma melhoria na relação familiar (Silvia; Pinto; Martins, 2021).

Com isso este trabalho visa responder a seguinte problemática: *como o pré-natal psicológico auxiliaria na construção da parentalidade sob uma perspectiva paterna?* Visto que esta ferramenta ainda é pouco difundida, mas é de grande importância para a promoção e prevenção de saúde no âmbito familiar (Cavalcante; Arruda; Paulino, 2020). Essa temática é de sumo interesse da autora, pois sempre teve a paternidade com incógnita, estudando sempre os aspectos gravídicos e como isso impacta na saúde mental da mulher e da família como um todo.

Este estudo foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica exploratória do tipo narrativa utilizando a ferramenta de análise de conteúdo em artigos, livros, dissertações e monografias nas bases BVS saúde, SCIELO, PEPSIC, periódicos Capes e google acadêmico, entre livros físicos que englobam a temática descrita acima. O estudo foi realizado tendo a população base os casais cis heteros.

Utilizou-se da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) na qual subdivide-se em 3 etapas de análise sendo a 1º primeira: a pré análise é uma fase de organização do material encontrado na qual o autor vai fazer uma leitura flutuante, essa primeira parte ter o objetivo de escolher os documentos mais relevantes, formulações de hipóteses e objetivos e elencar indicadores para a interpretação final, 2º etapa: a exploração do material colhido fazendo a separação dos resultados

obtidos, na 3ª etapa acontece o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, é onde o autor vai lapidar os resultados e colocar suas inferências de acordo com o estudado

### **Revisão de literatura**

Com a chegada de uma criança no seio familiar, seja ela adotiva ou biológica, é esperado socialmente que os progenitores supram todas ou a maioria de suas necessidades básicas para o melhor desenvolvimento físico, psicológico e social. De acordo com o decreto nº 99.710, de novembro de 1990 que promulga a convenção de direitos da criança, cabe aos genitores ou responsáveis o papel de propiciar, conforme suas possibilidades e meios financeiros, o suporte necessário para o desenvolvimento satisfatório da criança (Brasil, 1990). O conjunto de atividades que tem o objetivo de manter a sobrevivência da criança e seu pleno desenvolvimento, em um ambiente saudável e seguro, como também proporcionar a sua socialização para a construção de uma autonomia é chamado de parentalidade (Hoghughi, 2004).

A cultura tem uma forte influência nos papéis parentais, uma vez que o conceito de parentalidade é carregado por crenças culturais, sendo as práticas partilhadas e delineadas através da cultura. Mesmo sabendo das diferenças culturais, os estudos sobre os processos da parentalidade mostram que as instruções sobre as dimensões e as práticas da parentalidade tendem a ser semelhantes (Barroso; Machado, 2010 apud Keller et al., 2005).

Iaconelli (2019) no seu livro, Criar filhos no século XXI, mostra que a parentalidade no século de tantos avanços, um deles o da pílula anticoncepcional, acontece na maioria das vezes por desejo e não por demandas sociais, mesmo que as exigências sejam de grande influência na tomada de decisão sobre ter ou não filhos. Com uma cultura que prega o individualismo e a realização pessoal é difícil ter o compromisso de se dedicar quase que exclusivamente ao outro, ter um bebê demanda grande investimento narcísico.

Assumir o papel parental tem dois grandes desafios, um é o trabalho físico de cuidar e atender as necessidades do bebê, sendo preciso alguém que se dedique ao choro, frio, calor, fome, noites em claro e as preocupações inacabáveis geradas por múltiplas necessidades indecifráveis. Como também ser o alicerce de um ser no mundo, ficar no lugar que antes era ocupado por nossos pais, ser o ponto de referência onde os filhos vão se voltar, quando surgirem dúvidas, lugar que projetamos antes nos nossos pais, entendedores da origem da vida e de tantas outras questões, acabamos por descobrir que nossos pais não sabiam de nada, assim como hoje não sabemos.

Ela ainda coloca a diferença entre papel e função, na qual papel é o que é designado para cada um assumir, pai provedor do lar e mãe cuidadora dos filhos, por exemplo. Função é o que se é necessário fazer para que as crianças se desenvolvam de forma satisfatória. Com isso ela classifica a

parentalidade como função, assim existem aspectos imprescindíveis para um bom desempenho da parentalidade. Iaconelli (2019) elencou 7 funções: Tratar o bebê como semelhante, educação, transmissão geracional, dar nome e sobrenome, apresentar a lei e responsabilizar-se ou encarregar uma pessoa nos cuidados com a criança e, por fim, o amor peça essencial para a sobrevivência e desenvolvimento de uma criança.

Tendo a parentalidade como função, ela vai muito além da anatomia do corpo, todos aqueles que se encarregam de cuidar da criança - pais, avós, tias(os), funcionários de uma instituição, madrinha, padrinho, madrasta e padrasto – que interpretam seus desejos, opiniões e choros, falando com e por ela, são suportes para o desenvolvimento satisfatório do bebê, todos eles podem se encaixar na função materna e paterna. Ou seja, independente das formações familiares existentes nos dias atuais, as funções tratam das relações afetivas estabelecidas por cada membro da família com a criança (Faria, 2020).

A parentalidade paterna, a que esse trabalho procura estudar, segue em passos lentos e progressivos como modelo ideal para ser seguido, visto que a ideia de “pai ajuda a mãe” se tem modificado para “o pai tem que cuidar dos seus filhos”, sendo obrigação de ambos. Mas ainda existem diversas pessoas com costumes conservadores que canonizam homens que cumprem suas funções, mas espera-se que com as mudanças de costumes esse processo seja cada vez mais visto com normal (Iaconelli, 2019).

Isso acontece porque ao longo dos tempos vimos o poder paterno sobre os outros membros da família, mãe e filhos, o pai ocupava o lugar de juiz, designado a julgar a moral e os comportamentos dos outros membros, era a figura pública perante a sociedade, enquanto a mulher era encarregada dos afazeres domésticos e do cuidado com os membros. No século XVII, a autoridade paterna se sobressaía ao amor, pois o homem era considerado um ser superior a todos os outros, sendo igualado ao divino, enquanto a mulher era inferior sendo sua única qualidade ter um bom ventre.

No patriarcado, a imagem masculina é baseada no seu intelectual superior ao da mulher para a criação das tecnologias e para o controle da natureza, na sua força física para promover o sustento e defesa da família e em sua agressividade para a atuação em guerras. Ao decorrer da história o homem foi sendo direcionado ao âmbito público, tendo os comportamentos voltados para o trabalho e o poder, sendo objetivo e calculista e assim se distanciando dos sentimentos, enquanto isso, a mulher foi marginalizada e designada ao privado, a reprodução, ao cuidado com a casa (Muraro, 1993). Tinha o homem e a sua autoridade um pilar para a manutenção da família burguesa, sendo o pai provedor do lar e moralmente superior à mulher, enquanto a mulher tinha sua imagem relacionada à mãe e ao cuidado com os filhos (Cossi, 2020).

Com o passar do anos a revolução industrial trouxe mudanças ao mundo do trabalho e ao âmbito doméstico, com a invenção dos maquinários era preciso agora pessoas que tivessem pouca força física e com desenvolvimento corporal imaturo, mas com muita flexibilidade para o manuseio das máquinas, assim as mulheres e as crianças se inseriram no mercado formal e toda família passou a ser mão de obra da indústria, agora ao invés de somente o chefe de família trabalhar e ganhar o salário, todos trabalham e o homem recebe o salário. Esse novo modelo, não só tomou o tempo de recreação das crianças como também invalidou o trabalho doméstico feito pelas mulheres para o benefício da própria família (Marx, 1867).

A mudança na estrutura do trabalho remunerado mudou e com ela a concepção da virilidade masculina, que se modifica de acordo com a época e a sociedade, o mesmo acontece com o conceito de paternidade, mas ainda hoje o homem não tem sua masculinidade vinculada tão diretamente com a paternidade, como a mulher que sempre teve sua imagem atrelada a capacidade de gerar uma criança e cuidar dela (Cossi, 2020).

As formas de exercer a parentalidade paterna estão sendo modificadas de forma lenta e progressiva, pois na atualidade é exigido cada vez mais que o homem participe do cuidado com os filhos, não apenas pagando suas despesas financeiras, mas sendo sujeito ativo na educação e o cuidado, visto que é imprescindível para o bom desenvolvimento da criança.

Gomes e Resende (2004) na sua pesquisa, o pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea, trazem que os participantes de sua pesquisa revelaram que se sentem triste com as relações estabelecidas com os pais e que se sentiam motivados a mudar a estrutura da paternidade criada culturalmente em nossa sociedade e afastar-se do modelo de relação que teve com seu pai, relataram que não era apenas ter atitudes contrárias a seus pais, mas de admitir seus sentimentos e ambivalências da paternidade. O pai contemporâneo descrito no estudo, se permite reconhecer seus sentimentos e abdica do papel de pai que é imposto pela sociedade, quebrando assim o que Corneau (1991) designou de silêncio hereditário dos homens.

Embora a concepção de paternidade esteja mudando para os homens, os mesmos enfrentam obstáculos, a sua participação parece depender de fatores externos como melhores políticas de trabalho em relação a paternidade, visto que os pais acabam se afastando do lar e da família para o trabalho, que é muitas vezes cansativo e competitivo. Necessita-se também de novas políticas de saúde e família. O trabalho dos profissionais de saúde voltados para a mulher e o bebê, tendo os processos da gravidez como femininos, surge como um dos obstáculos para o bom desenvolvimento da parentalidade paterna (Cesar; Oliveira; Fontaine, 2020 apud Milkie e Denny, 2014).

Nas licenças de maternidade e paternidade nota-se uma grande discrepância, de acordo com a lei 13.257 de março de 2016, a mulher tem o direito de prorrogar sua licença por mais 60 dias, sendo

possível se afastar do trabalho por 180 dias para o cuidado com o filho. O homem tem direito de prorrogar a sua licença por mais 15 dias além dos 5 dias já estabelecidos pela constituição, ou seja, se afastar do trabalho por apenas 20 dias. Em caso de adoção ou guarda os dois tem direito ao afastamento na mesma proporção descrita acima. A remuneração de ambos permanece integral (Brasil, 2016).

Diante de uma paternidade sendo reconstruída é preciso se atentar para os cuidados com o pai na gestação da sua companheira, sabe-se que é um período de grandes transformações, pois é preciso modificar a estrutura familiar e/ou conjugal para a chegada da criança. Observa-se uma grande atenção para a mulher, pois é nela que acontece todas as mudanças físicas, mas é preciso refletir sobre quais mudanças acontecem com os pais. Visto que alguns pais não estão mais satisfeitos com o papel social designado a eles, de apenas provedor da casa, tendo uma relação com a criança periférica, pode-se perceber que as angústias e inferências relacionadas a gravidez encontram-se tanto na mulher quanto no homem (Bornholdt; Wagner; Staudt, 2007).

Na pesquisa de Silva et al (2021) os pais relataram experiências no pré-natal com profissionais que os deixavam de lado, como figura de segundo plano, excluídos, dirigindo o diálogo apenas para a mulher. Como também relataram que as consultas de pré-natal são na maioria das vezes em horário comercial quando os mesmos precisam estar trabalhando e não são liberados pelas empresas.

A política nacional de atenção integral à saúde do homem (PNAISH), ressalta que é necessário a conscientização do homem sobre seus direitos e deveres em relação ao planejamento reprodutivo na tomada de decisão de ter ou não filhos. Como também a sua participação diante da gravidez de sua companheira no momento do pré-natal, parto e pós-parto, visto que não se deve pensar a paternidade apenas como obrigação legal do homem (Ministério da Saúde, 2008).

Considerando a gestação um processo na qual acontecem diversas transformações no âmbito físico, psicológico, emocional e social dos pais, que exige adaptações para a chegada da criança, no período perinatal é comum a recorrência de psicopatologias como baby blues (um tipo de depressão leve e de caráter transitório), depressão e psicose perinatal, tendo como fatores de risco: pouco apoio familiar, baixa renda, relacionamento conjugal insatisfatório, idealização de uma maternidade, gravidez indesejada, traumas anteriores no parto e prematuridade (Cavalcanti; Arruda; Paulino, 2020).

Diante disso, pré-natal psicológico (PNP) é uma ferramenta que trabalha no auxílio no período gestacional para propor um atendimento mais humanizado, entendendo este período e os impactos do mesmo na saúde mental das gestantes, visando a diminuir a incidência de transtornos mentais decorrentes do puerpério e fortalecimento de vínculos afetivos (Cavalcanti; Arruda; Paulino,

2020). Sendo uma prática inovadora, que vem complementar o pré-natal ginecológico tradicional (Arrais; Araújo; Schiavo, 2019). Apesar da psicologia pegar carona no termo pré-natal, a atuação é bastante diferenciada, sendo o PNP uma ferramenta que propõe a promoção de saúde.

O Pré-natal Psicológico trabalha na escuta do casal para acolher seus medos, angústias, dúvidas, preocupações em relação a gestação, sendo psicoterapêutico e contribuindo para os possíveis diagnósticos puerperais e diminuição da probabilidade de possíveis crises psíquicas, contribuindo para o bem-estar na gravidez e na chegada do bebê (Bortoletti, 2007).

Ele visa trabalhar temas como desmistificação da maternidade, parto, a importância do apoio de terceiros como avós, a lei do acompanhante, distúrbios emocionais no puerpério, amamentação, paternidade e sexualidade na gravidez. Assim pretende preparar a gestante e sua rede de apoio para o fortalecimento dos vínculos familiares e ajudar na preparação para a chegada de um novo membro, auxiliando para o desenvolvimento dos papéis parentais, de forma instrucional e informativa. No grupo de pré-natal podem ser convidados a participar os pais e os avós (Arrais; Araújo; Schiavo, 2019). Estudos apontam que os cônjuges de mulheres com depressão são suscetíveis a desenvolverem psicopatologias, o que deixa claro a importância de intervenções no âmbito familiar (Cavalcanti; Arruda; Paulino, 2020).

## **Resultados e discussões**

Com as mudanças ocorridas a partir da década de 70, diante dos movimentos feministas e as invenções tecnológicas para controle da natalidade e conseqüentemente da maternidade e paternidade, abriu-se espaço para a discussão sobre a partilha da parentalidade, momento em que o homem foi convocado a participar dos cuidados com os filhos e se envolver emocionalmente com a paternidade. Com isso foi surgindo um novo modelo de ser pai, comprometido não somente com o sustento, passando a se envolver e ser capaz de cuidar dos filhos em qualquer etapa do seu desenvolvimento. A sua participação na gestação poderia contribuir para o desenvolvimento da relação parental de pai e filho e para um desenvolvimento infantil satisfatório (REIS, 2019).

Mesmo diante de uma possível dissolução da conjugalidade, o casal deve continuar a exercer a parentalidade nos cuidados e na responsabilidade irreversível em relação a prole. O que antes era o seu par conjugal, seu marido/esposa, torna-se agora em um pai ou mãe, o que pode acarretar um choque com a realidade e com a fantasia antes existente. Essas modificações demandam um trabalho complexo de compreensão dos casais (Dunker, 2020). Diante do ciclo gravídico, nota-se um grande aumento dos níveis de ansiedade nos homens que depende de diversos fatores e um deles está relacionado com o fato da relação conjugal passar a ser uma relação à três e que o bebê venha criar uma espécie de instabilidade na relação com a parceira. É imprescindível que haja uma atenção

voltada para essa temática pois é um momento do desenvolvimento do homem e da mulher complexo e importante, diante que a gravidez pode ter sido uma decisão do casal ou apenas de um membro, indesejada, pode ter sofrido influências de crenças individuais e sociais, ou acontecer em diversos contextos ambos vivem (Reis, 2019).

O pré-natal psicológico pode ser uma ferramenta que contribua para a diminuição desta estranheza referente a gravidez e as ansiedades diante de um terceiro membro que vai chegar e interferir na conjugalidade, pois é um espaço que proporciona uma escuta qualificada e de ressignificação (Cavalcanti; Arruda; Paulino, 2020). É um espaço aberto para que pai fale livremente e expresse seus sentimentos na presença da companheira de modo que ela lhe enxergue e possa entender seus sentimentos, situação que pode ajudar na aproximação dos cônjuges (Bortoletti, 2007).

A parentalidade é considerada um grande desafio que pode tornar o mais forte dos homens em indivíduos vulneráveis, por não terem instruções prévias de como agir diante de um momento novo, tendo que lidar com sentimento de insegurança, incapacidade, felicidade, dúvida, preparação para a paternidade, questões de gênero do bebê, os movimentos fetais e a visão estendida para a família ao todo. O homem também sofre na transição de papel social, surgindo elevada preocupação com a responsabilidade financeira, mudança de comportamento da companheira, sendo essa face vivenciada de forma singular, então uma das maiores e desafiadoras mudanças na vida do homem é a de torna-se pai (Reis, 2019). Com isso o Pré-natal Psicológico vem com o caráter acolhedor, humanizando o processo gestacional e com prevenção de adoecimento, oferecer um apoio emocional trabalhando diversas temáticas referentes ao processo, deixando que os participantes falem abertamente e compartilhe suas vivências, criando um novo olhar sobre o período e fortalecendo a rede de apoio (Calvacatti; Arruda; Paulino, 2020).

O Pré-natal psicológico informativo vem oferecendo uma escuta qualificada e informada sobre esse processo, oferecendo um espaço onde a mãe possa expressar os seus medos e inseguranças, um lugar de descobertas e informações, possibilitando o compartilhamento da parentalidade (Cavalcanti; Arruda; Paulino, 2020). Cria um momento de acolhimento mútuo e um alívio da angústia paterna, aparecendo muitas vezes sinais de construção da cumplicidade (Bortoletti, 2007).

Um fator desencadeante de estresse no homem é o momento do parto, a insegurança de estar presente fisicamente, a participação do homem no trabalho de parto e parto é de grande contribuição para a estabilidade emocional da parturiente, além de propiciar ao homem uma condição favorável para estar presente em um momento importante da sua vida (Bortoletti, 2007). Estudos apontam que pais que tem pouca ou nenhuma informação sobre o parto são suscetíveis a passar por um grau elevado de sofrimento (REIS, 2019). O Pré-natal psicológico presta o suporte informacional de

orientações de forma a preparar a mulher e sua rede de apoio para possíveis crises, oferecendo mecanismos de enfrentamento e resolução eficaz das situações (Cavalcanti; Arruda; Paulino, 2020).

Ainda não se têm estudos suficientes que envolva o homem na gestação, sendo um espaço escasso e que dificulta a mudança social de pensamento para que a comunidade veja este homem como uma das peças centrais dessa relação, sendo uma tríade pai-filho-mãe, onde ambos têm suas responsabilidades e seus direitos perante a parentalidade. Este tema ainda é pouco estudado visando a perspectiva do homem, trazendo a ideia de que é apenas a mulher que precisa ser cuidada e acolhida pelas propostas de intervenção neste âmbito, essa imagem vem da concepção patriarcal que coloca o homem como apenas provedor de sustento familiar e longe de se envolver com as crianças e seus cuidados.

A ferramenta do pré-natal psicológico ainda não é muito difundida como uma prática importante para promoção e prevenção de possíveis agravos na saúde mental dos envolvidos na gestação, como também um instrumento capaz de fortalecer os vínculos familiares e assim desenvolver uma parentalidade saudável para ambos os personagens da gravidez. Diante disso existiu uma certa dificuldade para a coleta de dados, não sendo encontradas publicações atualizadas, sendo necessário o incentivo à escrita deste tipo de trabalho para o fortalecimento desta ferramenta.

### **Considerações finais**

De acordo com o que foi analisado, nota-se que a inserção masculina no período de gravidez ainda é pouco estudada, o que pode dificultar a transição deste homem para uma parentalidade saudável. O que apresenta é que para que o homem possa ser protagonista deste processo é preciso uma mudança social de comportamentos e pensamentos acerca das responsabilidades e direitos de ambos os pais. Nota-se que o pré-natal psicológico seria de grande contribuição para o fortalecimento do vínculo familiar, desmitificação da gravidez e a inserção do homem no mundo da perinatalidade, com seu caráter informativo, acolhedor e como uma ferramenta de promoção e prevenção de saúde, na qual seria trabalhado todos os sentimentos como medo, dúvida, ansiedade, angústia, características culturais que envolvem o processo da gestação.

É visível a cobrança para que o homem esteja mais presente no processo da gravidez, mas ele é visto apenas como apoiador da mulher, estando ali apenas com a função de ajudá-la no que for preciso e não como uma pessoa que também deve ser acolhida e cuidada. Para que homem faça parte do processo de gravidez é preciso a mudança em diversos fatores dentre eles o cultural, na qual ainda está baseada no modelo patriarcal e que traz o homem às margens do cuidado e longe da parentalidade, limitando-o apenas a suporte ou incapaz de exercer o cuidado com os filhos. É preciso que haja um incentivo para a escrita sobre o homem na parentalidade, diante da imensa escassez de

conteúdos que relacionam gravidez e homem, homem e parentalidade, com estudos voltados para essa temática os profissionais de saúde teriam um suporte para suas práticas na gestação, como também poderia pouco a pouco dissolver a cultura patriarcal de que o cuidado com os filhos é dever apenas das mulheres.

O pré-natal psicológico também ainda é pouco difundido, apresentando algumas limitações no processo de coleta de dados, diante de biografias desatualizadas, é importante o incentivo da elaboração de novos trabalhos expondo essa temática de atuação do psicólogo. É necessário o estudo da disciplina de perinatalidade e a apresentação da ferramenta do pré-natal psicológico dentro das universidades de psicologia para que os estudantes tenham conhecimento sobre como poderiam atuar diante de uma demanda perinatal. Esta ferramenta poderia contribuir bastante para o desenvolvimento de atividades que promoveriam a prevenção e promoção de saúde em diversos campos de atuação do profissional, podendo ele ser trabalhado no setor público como na atenção básica de saúde de forma individual ou de grupo como no consultório particular.

Este trabalho respondeu a seu problema de pesquisa: como o pré-natal psicológico auxiliaria na construção da parentalidade paterna, contemplando todos os seus objetivos, mas com algumas limitações de escassez bibliográfica, pois o campo ainda é pouco estudado não sendo encontrado nenhum material que contemplasse os três aspectos da pesquisa: pré-natal psicológico, paternidade e parentalidade.

Esta pesquisa é de suma importância para o entendimento de fenômenos como paternidade, parentalidade e pré-natal psicológico que ainda se encontram escassos de bibliográficas e práticas, abrindo espaço para se pensar em uma atuação voltada para a saúde no processo de gravidez, como para a realização de estudos voltados para a disciplina de perinatalidade com o objetivo de difundí-la.

## Referências

ARRAIS, A.R.; ARAUJO, T.C. Pré-natal Psicológico: perspectivas para atuação do psicólogo em saúde materna no Brasil. **Rev. SBPH**, vol.19, n.º. 1, Rio de Janeiro, 2016.

ARRAIS, A.R.; ARAUJO, T.C.; SHIAVO, R.A. Depressão e ansiedade gestacional relacionadas a depressão pós-parto e o papel preventivo de pré-natal psicológico. **Revista psicologia e saúde: Brasília- DF**, v. 11, n. 2, 2019.

ARRAIS, A.R.; MOURÃO, M.A.; FRANGALLE, B. O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.1, p.251-264, 2014.

BADINTER, E. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROSO, R.; MACHADO, C. Definições, dimensões e determinantes da Parentalidade. **Psychologic**, 52 – Vol. 1, 2010.

BORNHOLDT, E.A.; WAGNER, A.; STAUDT, A.C.P. A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna. **Psic. Clín.**, Rio de Janeiro, vol.19, n.1, p.75 – 92, 2007.

BORTOLETTI, Fátima. Psicodinâmica do ciclo gravídico puerperal. In: BORTOLETTI, FÁTIMA et al. **Psicologia na prática obstétrica: abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Manole, 2007. p. 37-47.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a convenção de direitos da criança. Diário oficial da república federativa do Brasil. Brasília – DF, 1990.

BRASIL. **Lei 13.257, de 8 de março de 2016**. Diário oficial da república federativa do Brasil, Brasília, DF, 2016.

CAVALCATTI, P.P.T. ARRUDA, R.G.A.; PAULINO, K.J.G. **Saúde mental da gestante: pré-natal psicológico e suas funcionalidades**. Rui Maia Diamantino. A psicologia com foco nas múltiplas práticas em saúde mental. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020, pag.78-82.

COSSI, R.K. Masculinidade e paternidade. IN: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. **Gênero**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2020. Pag. 33-48.

DUNKER, Christian. Economia libidinal da parentalidade. In. TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. **Parentalidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 39-52.

FARIA, M. Função materna e função paterna. In: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. **Gênero**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2020. Pag. 25-32.

GOMES, A.J.S; RESENDE, V.R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, 2004, Vol. 20 n. 2.

IACONELLI, V. **Criar filhos no século XXI**. São Paulo: contexto, 2019.

MARX. K. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Rubens Enderle. Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem**. Secretaria de atenção em saúde, Brasília, 2008.

PICCININI, C. et al. O Envolvimento Paterno durante a Gestação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, pp.303-314, Rio Grande do Sul, 2004.

REIS, Helena. **Homens e mulheres na vivência psicológica da gravidez: um olhar sobre si e o outro**. 2019. 83 págs. Dissertação mestrado em Psicologia da educação e desenvolvimento humanos – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2019.

RIBEIRO, C.R; GOMES, R.; MOREIRA, M.C.N. A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, C; PINTO, C; MARTINS, C. Transição para a paternidade no período pré-natal: um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Portugal, 2021.

TRINDADE, Z. et al. Pais de primeira viagem: demanda por apoio e visibilidade. **Saúde Soc.** São Paulo, v.28, n.1, p.250-261, 2019

**CAPÍTULO 23****AVANÇOS E RETROCESSOS NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DO BRASIL: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO PROJETO DE LEI Nº 1.241/2019**

*Mateus da Silva Araújo*  
*Isabela Bezerra Ribeiro*  
*Thamires Pereira Alves*  
*Tadeu Lucas de Lavor Filho*

**Introdução**

O estudo sobre a história dos hospitais psiquiátricos revelou que a violência sempre foi inerente ao que era defendido como método de tratamento, como também expôs as relações autoritárias e negligentes dos profissionais para com os internados. Atualmente, se questionam as pretensões da internação da pessoa dita louca, como foco na higienização dos grandes centros urbanos, desta forma, não só pessoas com transtornos eram levadas aos hospitais, há relatos de que a internação com foco na higienização trancafiou os sujeitos que a sociedade considerava desajustados, como homossexuais, usuários de drogas e pessoas em situação de rua (Cardoso et al., 2020).

Dentro do contexto da reforma psiquiátrica brasileira, ocorreu no ano de 2001 a aprovação da Política Nacional de Saúde Mental, sob a Lei Nº 10.216/2001, tendo como objetivo a garantia e proteção dos sujeitos com transtornos mentais. Trazendo uma nova perspectiva de cuidado e assistência sem discriminação, garantindo melhor tratamento aos sujeitos, com base no respeito à decisão de ser acompanhado, com orientações à família, profissionais especializados, atividades recreativas para além do acompanhamento médico, entre outras (Brasil, 2001).

Com a reforma psiquiátrica os leitos dos hospitais psiquiátricos diminuíram em decorrência às novas formas de se fazer o cuidado em saúde mental, práticas essas que surgiram para substituir o modelo manicomial com novas formas de cuidado do sujeito e sua comunidade em relação ao tratamento e assistência. Desta forma, é criada a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) onde se incluem os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) responsáveis por toda essa nova metodologia de cuidado e proteção aos sujeitos com doenças mentais e uso de drogas (Duarte; Barros; Cabral, 2020).

A reforma psiquiátrica brasileira é uma grande conquista social reconhecida mundialmente, a qual deu lugar a outras formas de cuidado em saúde mental, onde as práticas anteriores a essa reforma estavam totalmente atreladas a serviços hospitalares. Nos primeiros anos do século XXI o movimento cresceu, ganhou força e conquistou um lugar na sociedade, causando uma verdadeira mudança significativa na vida de milhares de pessoas (Nunes et al., 2019).

A prática da desinstitucionalização baliza a organização da atual política de saúde mental no Brasil, a qual entrou em vigor como resultado da conquista de muitas lutas dos reformistas psiquiátricos brasileiros, passando de uma prática vigente, para outro extremo do cuidado em saúde mental, prática essa que exige estudos e esforços de uma equipe multiprofissional para entender a complexidade dos fatores que atravessam o adoecimento (Braga, 2019).

Apesar dos avanços, a área de serviços psicossociais no Brasil vem apresentando grandes crises nos últimos anos, no que se refere aos retrocessos políticos de propostas em saúde mental, em forma de cortes de repasses públicos e revogação de portarias. Vemos nos últimos anos um processo acelerado de desmonte das conquistas da reforma psiquiátrica, na qual se percebe um ataque à liberdade e autonomia do sujeito (Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020).

Observando a Política Nacional de Saúde Mental (Brasil, 2001) e o PL 241/2019 (Brasil, 2019) podemos perceber que as formas de ofertar o cuidado se diferem, uma vai contra a proposta da outra, uma vez que a PNSM de 2001 é um marco da desinstitucionalização desses sujeitos e sua reinserção à sociedade, o PL vem trazendo um olhar retrógrado, pois visa mesmo que por adesão voluntária, à interação como proposta de acolhimento, desenvolvimento pessoal, formação de vínculo, visto que os CAPS já possuem toda uma logística dessas e outras metas, como já possuem uma equipe multiprofissional, o que facilita a vida daquele sujeito em seu território, sem a necessidade de retornar os mesmos aos grandes muros.

Foucault aponta em sua obra que durante os séculos XIV e XVI tenha iniciado o movimento da crença de que a loucura representava um risco para a sociedade, onde o comportamento dos sujeitos com transtornos mentais estavam causando desordem social, e como consequência criou-se então os internatos, onde as pessoas que eram isoladas da sociedade, passavam a conviver sob certas regras, e essas solicitações para o internamento vinham de vários segmentos sociais, como instituições religiosas, delegacias, das famílias e outros grupos. Esses internatos se configuraram como uma instituição de controle e poder, provocando a exclusão dos ditos loucos dos demais sujeitos da sociedade (Foucault, 1978).

Da mesma forma a lógica dos hospitais para loucos recebiam dependentes químicos. De acordo com Melo e Maciel (2016) a dependência química é um problema multifacetado, o qual está associado de forma bem próximas a questões sociais, como a pobreza e desigualdade social, assim como demais problemas sociais vigentes. Porém, segundo Medeiros et al Tófoli (2019) nos últimos debates sobre drogas, ela é sempre enfatizada como doença, e que todo o investimento deve ser direcionado à cura a qualquer custo, pelo bem social, e assim o campo do debate fica repleto de atritos pelos críticos dos prós ou contras das formas de tratamento e intervenção frente às drogas e seus usuários.

Para longe da compreensão do que de fato pode levar um sujeito ao vício nas substâncias psicoativas, se tem primeiramente um forte estigma associado ao sujeito, como alguém delinquente, causador da desordem social, que põe em risco o bem-estar civilizatório que acreditam ter, tendo pouca disponibilidade para de fato ouvir e saber as reais necessidades desses sujeitos, levando a um extremismo no combate às drogas (Melo; Maciel, 2016).

Tendo em vista todo o imaginário que se tem sobre as drogas e o sujeito usuário e/ou viciado, ocorre uma pactuação no plano de enfrentamento voltado para o proibicionismo e criminalização das drogas ilícitas (Melo; Maciel, 2016). O proibicionismo pode ser compreendido como uma política simplista de evitação e negação da complexidade do problema existente, gerando assim tantos outros problemas, como o auto encarceramento e o fortalecimento dos estigmas e estereótipos da pobreza (Rodrigues; Silva, 2021).

Segundo Rodrigues e Silva (2021), o Brasil é um país repressivo, oportuno para a prática do proibicionismo, primeiramente, o consumo é danoso para a sociedade, justificando as ações do governo que deve criminalizar a circulação e consumo a fim de evitar danos terciários com a prática da livre circulação das drogas pelas ruas (Medeiros et al., 2019). Nos últimos anos é visto um modelo intensivo contra o SUS, principalmente ao que se refere à saúde mental, onde são apresentadas propostas que vão contra ao que é defendido pela reforma psiquiátrica, e pela própria lei de saúde mental, muitas delas tem orientação religiosa e que pautam seu trabalho na abstinência e em ações morais (Almeida; Cunha, 2021).

Dentro dessa perspectiva, o objetivo principal deste trabalho é analisar, à luz dos princípios da psicologia sobre saúde mental, o projeto de Lei N°1.241/2009, comparando os aspectos da atual Política de Saúde Mental com o referido PL, apresentando o posicionamento crítico da psicologia para com a atenção e o tratamento de usuários de drogas. Haja visto que o projeto referido visa estabelecer diretrizes para o entendimento das comunidades terapêuticas como políticas públicas de caráter permanente em todo território brasileiro, garantindo cuidado de qualidade aos dependentes químicos (Brasil, 2019).

A análise do PL é interessante à psicologia uma vez que, a saúde mental é foco da construção da área enquanto ciência e profissão. É um debate que se estende pelo menos há três décadas no Brasil, e toda e qualquer proposição a novos cuidados e formas de tratamentos aos sujeitos deverá passar por uma análise dos profissionais em saúde mental, sempre visando o bem-estar e a garantia de direitos. Desta forma, se questiona sobre o projeto de lei: Como o PL N. o 1.241, de 2019, propõe a garantias de avanço no que se refere às práticas de cuidado em saúde mental? Quais eixos desta proposta estão de acordo e quais vão de encontro ao que é preconizado pela psicologia na atenção e tratamento aos usuários de drogas?

Acredita-se que o PL possa defender interesses específicos, e que a proposta seja prejudicial aos avanços da política em saúde mental. Conforme, analisa-se a intenção de internação, os profissionais de psicologia se preocupam com o retorno ao modelo hospitalar, de clausura dos internados e de abandono dos mesmos pela família, fato que foi muito presente na história dos hospitais psiquiátricos. Outra preocupação se dá pela gerência dos atendimentos especializados ocorridos nestas comunidades, sobre a sua qualidade e respeito à autonomia dos sujeitos, que é preconizado pela atual política em saúde mental.

## **Metodologia**

Este estudo é do tipo documental, se define como uma pesquisa ampla e de intensa análise de diferentes documentos, consistindo em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reavaliados, ser averiguadas outras interpretações ou informações complementares, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Bonotto; Kripka; Scheller, 2015).

A pesquisa documental foi escolhida por permitir uma melhor aproximação com o fenômeno estudado e propiciar uma análise crítica a partir das mudanças ocorridas ou sugeridas na área com base na dimensão do tempo, o que veio ao encontro do problema e do objetivo do estudo, que envolvem a análise de informações a respeito da saúde mental e suas mudanças que ocorrem constantemente (Bonotto; Kripka; Scheller, 2015).

A análise documental do Projeto de Lei N° 1.241/2019 se deu a partir de uma pré análise: etapa onde se define as hipóteses que podem ser confirmadas ou anuladas, na qual a hipótese deste trabalho encontra-se na introdução dele. O segundo passo de uma pesquisa documental é a organização, tendo como foco a facilitação do entendimento do que será analisado, para que se consiga alcançar a terceira etapa com os dados alinhados, a qual é a análise das informações que se deu por meio do exame e análise crítica, tendo em vista o contexto, interesses e conceitos-chave.

## **Discussão**

### **Estrutura e dados sobre o PL nº 1.241/2019**

Disponível no site da câmara dos deputados, o PL N° 1.241/2019 que será analisado neste trabalho, é de autoria do pastor, sargento aposentado da polícia militar e deputado federal mais votado do estado da Bahia, nas eleições de 2018 pelo partido avante, Manoel Isidório de Santana Júnior.

O PL que tem como ementa a proposta do estabelecimento de diretrizes para o atendimento das comunidades terapêuticas como política pública permanente no território nacional, objetivando o cuidado de qualidade aos pacientes com dependência química, em regime de residência transitória, e dá outras providências, foi apresentado em plenário pelo seu autor no dia 27 de fevereiro de 2019. Possui dezenove páginas, sendo organizado em oito capítulos, sendo cada um deles sobre um determinado objetivo e esclarecimento da proposta (Brasil, 2019).

De acordo com o PL em seu capítulo 2, artigo 3º, as comunidades terapêuticas são organizações da sociedade civil, privadas que não objetivam fins lucrativos e que possuem código e descrição da atividade econômica principal sob registro número 87.20-4-99, sendo essas atividades a assistência psicossocial e a saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química (Brasil, 2019).

No capítulo 3, artigo 7º, dentre as principais atividades desenvolvidas encontramos as seguintes propostas: o desenvolvimento de atividades integradas para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal e social, pessoas essas alcançadas pelos programas combatem à pobreza e de geração de trabalho e renda, educação, assistência social e saúde, capacitando-os para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social (Brasil, 2019).

No artigo 8º do capítulo 3, o PL defende cinco principais características das comunidades terapêuticas, a saber, a permanência dos sujeitos nas comunidades terapêuticas de caráter voluntária e transitória, devendo ser formalizadas por escrito, e assim entendidas como uma etapa transitória, onde o sujeito deve ser reinserido em sua questão sociofamiliar e econômica. Sucedendo, observa-se papel de acolhimento da proposta, sob o nome de o Plano de Acolhimento Singular, construído pela comunidade terapêutica.

A última característica apresentada é a de promoção do desenvolvimento pessoal, onde é focado o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade com problemas associados ao uso abusivo ou dependência de substâncias psicoativas. No texto ainda se evidencia que as comunidades possibilitam a formação de vínculos entre os sujeitos (Brasil, 2019).

Na data atual, maio de 2023, o PL encontra-se arquivado/retirado de tramitação, a pedido do próprio autor do PL, o qual solicitou no mesmo em que foi apresentada a proposta. Mesmo o PL fora de circulação, as comunidades terapêuticas vêm ganhando visibilidade e exercendo atividades, por vezes sem a presença de uma equipe mínima de saúde mental. É possível observar que o PL reflete uma prática de instituições que já tem seu espaço exercem suas atividades, contudo estas podem afastar os sujeitos, famílias e comunidades dos serviços públicos que têm a mesma função e uma equipe apropriada para o cuidado.

## **Analisando as proposições dos artigos do PL**

### **Das características das Comunidades Terapêuticas**

O modelo de cuidado em comunidades terapêuticas surgiu no ano de 1940 na Grã-Bretanha, programa voltado aos militares que retornavam da guerra, e possivelmente desenvolveram algum problema psicológico. As comunidades terapêuticas surgem espelhadas nesse modelo, e também muito ligadas ao grupo chamado de alcoólicos anônimos, fundação que surgiu em 1935, nos Estados Unidos, por alcoolistas recuperados, sem o acompanhamento de profissionais da saúde. Este programa é baseado na abstinência completa e, apesar da fundação fazer menções religiosas, ou acontecer dentro instituições religiosas em alguns municípios, a mesma não possui ligação com nenhuma religião (Fossi; Guareschi, 2015).

De acordo com Ferreira (2011) um dos pilares dos Alcoólicos Anônimos é a linguagem, essa é sobretudo um dos principais métodos utilizados nos encontros das pessoas as quais fazem parte do grupo, nesses encontros, os mesmos podem partilhar suas experiências com o álcool, onde para eles o alcoolismo tem origem no próprio indivíduo que tende a se tornar dependente. O maior objetivo dos alcoólicos anônimos é que o sujeito alcance a sobriedade, sendo assim para eles, a pessoa deve se abster do álcool e de todas as coisas a ele associado, característica que se assemelha muito com as comunidades terapêuticas, como a abstinência e auto responsabilização pela sua recuperação.

De acordo com Almeida e Cunha (2021), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta para um aumento considerável das comunidades terapêuticas no Brasil, proporcionando um projeto de expansão do poder das instituições religiosas no país, utilizando-se da questão das drogas para fortalecer a mercantilização de serviços assistenciais.

O artigo 38º do Projeto de lei (Brasil, 2019), o qual trata sobre o financiamento para os custos das comunidades terapêuticas, deixa claro e evidenciado que o financiamento será total por parte do Distrito Federal, estados e municípios, não deixando nenhuma margem de porcentagem por quantidade de usuários atendidos, o que pode ser o fator para um sucateamento da comunidade, fazendo com que ela não efetue o que se propõe, podendo os sujeitos ficarem em condições desagradáveis. O contrário é visto na portaria da Unidade de Acolhimento (Brasil, 2012) onde no artigo 11º deste, o valor que o governo destina para a implantação de Unidade de Acolhimento é no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais), onde este dinheiro deverá ser utilizado para os seguintes fins: reforma predial, aquisição de material de consumo e capacitação de equipe técnica, dentre outras ações necessárias.

Considerando a discussão a respeito das comunidades terapêuticas observamos que essas possuem características de instituições totalizantes, como nos apresenta Foucault (1978) onde relata

a questão da retirada dos sujeitos do meio comunitário como uma forma de higienização, onde estes passam a viver sob um conjunto de regras que limitam as possibilidades do sujeitos, onde é retirado toda a sua autonomia, haja visto que os mesmos passarão a conviver com novas regras e limites estabelecidos pela comunidades, como também o favorecimento da abstinência como forma de tratamento, sendo assim vista como benéfica para o sujeito.

Para além dessas propostas já em vigor por meio das portarias apresentadas é necessário estar atento ao que é proposto, em um cenário onde o SUS enfrenta uma pressão que objetiva o desmonte da política, é necessário o conhecimento profundo das políticas já existentes que não recebem o incentivo para sua ampliação e assim haver uma multiplicação desses serviços, como no caso das Unidades de Acolhimento, programa que não se expandiu de forma a atender às necessidades da população e é muito pouco conhecido (Almeida; Cunha, 2021).

### **Sobre o tempo de permanência nas duas instituições**

Observando o PL (Brasil, 2019) encontramos que o usuário não poderá exceder o período de 12 meses seguidos de internação, dentro de um período de tempo de 2 anos, e cabe a dúvida, se nesse período o sujeito ainda não estiver com seus vínculos fortalecidos, haja visto que é um dos objetivos desse projeto de lei, qual será a tomada de decisão junto a esses sujeitos?

Na política vigente de caráter comunitário não é estipulado tempo de tratamento (mesmo sem internação) justamente pela perspectiva subjetiva e de outros fatores que influenciam a melhora/recuperação do sujeito. Encontramos no artigo 4º da PNSM a afirmação de que a internação em qualquer de suas modalidades, só será realizada quando os recursos extra hospitalares se encontrem insuficientes no que diz respeito ao cuidado do sujeito. No artigo 2º, onde trata-se sobre os direitos das pessoas assistidas pelos programas de saúde mental, os usuários deverão ser tratados em ambientes terapêuticos menos invasivos possíveis, sendo preferencialmente tratados em serviços de saúde mental de base comunitária (Brasil, 2001).

Na Unidade de Acolhimento adulto, o tempo é relativo aos sujeitos, e não acontecem internações, há atividades diárias que são baseadas na autonomia dos sujeitos, visando sempre o projeto terapêutico de cada usuário, onde esse projeto terapêutico singular, segundo a Portaria N° 121, de 25 janeiro, de 2012 (Brasil, 2012), proporciona o acompanhamento em grupo, atendimento individual, acolhimento, promoção de atividades de reinserção social, oficinas terapêuticas, atendimento e atividades sócio familiares e comunitárias, e outras propostas a fim de evitar também a institucionalização desses sujeitos, porém sem ter um tempo específico para que os mesmos se

recuperem, considerando a variedade das questões humanas individuais que podem interferir nesse processo.

O projeto terapêutico citado no parágrafo anterior é um grande orientador das práticas de cuidado com os usuários. O projeto de cuidado singular é uma proposta que faz orientações sobre o cuidado psicossocial aos trabalhadores, a fim de qualificar e fortalecer o trabalho psicossocial. Se configura como uma tecnologia de cuidado que busca um acordo entre o sujeito e os profissionais envolvidos, convidando-os a um trabalho em conjunto e de uma postura mais ativa e colaborativa do sujeito alvo das ações, onde essas ações deverão ser pautada a partir da significação desse sofrimento para o sujeito, favorecendo uma vida mais ativa frente às possibilidades, e todo o trabalho em conjunto deve ser realizado por um viés comunitário e territorial e pautado no princípio da integralidade, e intersetorialidade (Kinoshita et al., 2020).

Para a Portaria N° 3.088, de 23 de dezembro de 2011, esse cuidado também deve ser pautado na atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas, para assim diversificar as estratégias de cuidado para os diferentes sujeitos, com o desenvolvimento de atividades no próprio território do sujeito, favorecendo a inclusão social objetivando a promoção de autonomia e ao exercício da cidadania, utilizando também da prática da redução de danos em suas estratégias (Brasil, 2011).

Tendo essas diretrizes como balizadoras das novas práticas que ocorrem em unidades de acolhimento criam-se as modalidades dos centros de atenção psicossocial, onde um deles é chamado de CAPS AD, estabelecido de acordo com a quantidade populacional do lugar onde está inserido, o mesmo deve estar aberto 24 horas todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados, uma vez que essas unidades têm uma postura de cuidado continuado com os sujeitos em seu território, assim, os mesmos são assistidos todos os dias em conjunto com os outros equipamentos que fazem parte da rede de atenção psicossocial (Brasil, 2011).

### **Implicações do cuidado pelos profissionais de saúde mental**

Considerando as indicações da PNSM, a Portaria N° 3.088, de 23 de dezembro de 2011, como também a Portaria N° 121, de 25 de janeiro de 2012, trazem a participação de uma equipe multiprofissional no trabalho com esses usuários dos equipamentos psicossocial, sendo necessário o registro profissional do órgão competente de cada uma das profissões, sendo uma delas o psicólogo. Também é mencionado no PL N° 1.241, de 2019, que trata sobre as residências terapêuticas, no artigo 11° a afirmação de que de só será permitido o acolhimento, mediante a uma avaliação prévia de um profissional apto da rede de saúde mental, frisando que deve ser um psicólogo ou psiquiatra, que nessa avaliação, os considerem aptos ao acolhimento (Brasil, 2019).

Sabendo a importância do profissional de saúde mental nesses serviços, o Conselho Federal de Psicologia (2019) cria referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em políticas públicas de álcool e outras drogas, na qual percebe-se que as práticas estão voltadas para uma noção de integralidade, fundamentada na consideração da subjetividade dos sujeitos, saindo um pouco da noção biomédica de encontrar soluções fácil e pontuais para a demanda, inclinando-se para uma proposta mais psicossocial, que coloca no centro do trabalho a noção de território e comunidade, objetivando uma inclusão social (CFP, 2019).

Dentre os dispositivos voltados a saúde mental, os tratamentos de seus usuários são balizados em algumas peças-chaves que não universalizam o modo de tratamento, como por exemplo o projeto terapêutico singular, este que recurso da Clínica Ampliada e da humanização da saúde, considerando sempre a história de vida sujeito e valorizando a mesma, sempre incluindo o próprio sujeito nas decisões (CFP, 2019).

Dentro do cuidado ao usuário de drogas, vimos que historicamente o tratamento baseado na abstinência não alcançou resultados positivos, segundo Borges e Schneider (2021) o tratamento de usuários de álcool e outras drogas há a necessidade da garantia da autonomia, dignidade e integralidade, característica que encontramos no programa de redução de danos, proposta que busca garantir o direito e protagonismo do usuário, uma vez usuário de drogas precisa ser considerado como sujeito e não como objeto passivo às drogas.

### **Considerações finais**

Considerando os dados apresentados e analisados anteriormente acredita-se que foram alcançados o objetivo geral deste trabalho, onde houve uma análise do PL N° 1.241/2019 com o pressuposto sobre o cuidado em saúde mental aos quais a Psicologia se baliza em suas práticas, fazendo discussões entre o PL e demais políticas e portaria vigentes em nosso país.

Dentre as discussões realizadas entre o projeto de lei e a política nacional de saúde mental vigente, percebemos que há certas contradições no que era pretendido como um novo, Projeto de lei, como, a volta do modelo asilar como modo de cuidado, método esse que vai contra no que é visto que a política nacional de saúde mental, onde essa é grande marco de avanços no cuidado em saúde mental, não podendo ser facilmente criados Projetos de lei e outros documentos que interfiram nesse fazer que até pouco tempo era bastante omissos a questões básicas como os direitos humanos dos sujeitos atendidos.

A partir dos muitos debates e dentre as diversas formas do cuidado em saúde mental que existiram, ameaçadas atualmente, podemos perceber o quanto este cuidado vem ainda se

estruturando por meio de portarias recentes, em uma crescente força contra as ameaças de um retrocesso. A psicologia é uma grande área que estuda e se pronuncia frente às discussões de tais propostas, sempre buscando em suas práticas, a humanização dos sujeitos, visando a dignidade, melhoria de vida e acesso à direitos humanos básicos, em toda a sua história.

Apesar do projeto de lei aqui discutido estar arquivado, podemos por meio dele perceber o quão intenso e recente são as tentativas do desmonte das políticas vigentes, haja visto que após esse PL ser arquivado, é muito presente a tentativa de modificações no fazer em saúde mental, a uma tentativa de trazer à tona práticas em cuidado na saúde mental que violentavam os sujeitos e sua singularidade, como também ameaçam projetos e políticas atuais que são balizados pela política nacional de saúde mental.

Respondendo ao problema de pesquisa formulado para o presente estudo percebe-se, por meio da análise das portarias e política de saúde mental, que o PL N° 1.241/2019 não propõe inovações nas práticas de cuidados já existente, o mesmo propõe em alguns artigos e incisos a garantia da tentativa da volta ao modelo já ultrapassado, o da internação e afastamento dos sujeitos de seus territórios, histórias e todos os demais atravessamentos.

## Referências

- ALMEIDA, Macedo Lima Amanda; CUNHA, Marize Bastos. Unidade de Acolhimento Adulto: um olhar sobre o serviço residencial transitório para usuários de álcool e outras drogas. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 128, p. 105-117, 2021.
- BORGES, Daiana Claudia; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Vulnerabilidade, família e o uso de drogas: uma revisão integrativa de literatura. **Psicologia em Revista**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 9-34, 2021.
- BRASIL. **Projeto de Lei N. o 1.241/2019**: estabelece as diretrizes para o atendimento das comunidades terapêuticas como política pública permanente no território nacional, garantindo o cuidado de qualidade aos pacientes com dependência química, em regime de residência transitória, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.
- BRASIL. **Lei N° 10.216/2001**: dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Diário Oficial, 2001.
- BRASIL. **Portaria N° 122 de 25 de janeiro de 2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. **Portaria N° 121 de 25 de janeiro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRAGA, Cláudia Pellegrini. A perspectiva da desinstitucionalização: chaves de leitura para compreensão de uma política nacional de saúde mental alinhada à reforma psiquiátrica. **Saúde Social**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 198-213, 2019.

BONOTTO, Danusa de Lara; SCHELLER, Morgana; KRIPKA, Maria Rosana Luvezute. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2015.

CARDOSO, José Antonio Costa et al. Violência institucional e enfermidade mental: narrativas de egressos de um manicômio da Bahia. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 127, p. 1105-1119, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em políticas públicas de álcool e outras drogas**. 2a ed. Brasília: CFP, 2019.

CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GONÇALVES, Renata Weber; DELGADO, Gabriel Pedro Godinho. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. Trabalho, **Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 5-17, 2020.

DUARTE, Milena Vitor Gama; BARROS, Gabriela da Silva; CABRAL, Barbara. Uso de drogas e cuidado ofertado na RAPS: o que pensa quem usa? **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 127, p. 1151-1163, 2020.

FERREIRA, Luciane Ouriques. “Nosso remédio é a palavra”: uma etnografia sobre o modelo terapêutico de alcoólicos anônimos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 195-198, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 1a ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOSSI, Luciana Barcellos; GUARESCHI, Maria Neuza. O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas profissionais na conformação dos sujeitos. **Psicologia Clínica e Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 94-115, 2015.

KINOSHITA, Roberto Tykanori et al. Atenção psicossocial e bem viver: relato de experiência de um Projeto Terapêutico Singular pelas dimensões da Felicidade Interna Bruta. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 320-332, 2020.

MACIEL, Silvana Carneiro et al. Cuidadoras de dependentes químicos: um estudo sobre a sobrecarga familiar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 34, 2018.

MEDEIROS, Débora Gomes et al. Políticas de drogas e saúde coletiva: diálogos necessários. **Cadernos em Saúde Pública**, Campinas, v. 35, n° 7, p. 22-35, 2019.

MELO, Juliana Rízia Félix; MACIEL, Silvana Carneiro. Representação social do usuário de drogas na perspectiva de dependentes químicos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.36, n. 1, p. 76-87, 2016.

MORAIS, Ana Patrícia pereira et al. Produção do cuidado na atenção psicossocial: visita domiciliar como tecnologia de intervenção no território. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 163-1172, 2021.

NUNES, Mônica de Oliveira et al. Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24,

n. 12, p. 4489-4498, 2019.

PIRES, R. R.; XIMENES, V. M. Sentidos Atribuídos por Profissionais de Psicologia sobre a Redução de Danos. **Psicologia Clínica e Cultura**, Brasília, v. 37, n. 3747, p. 1-17, 2021.

QUINTAS, Ana Caroline de Oliveira Moraes; TAVARES, Priscilla dos Santos Borelli Peixoto. Entre CAPS AD e Comunidades Terapêuticas: o cuidado pela perspectiva dos usuários de um CAPS AD. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 198-209, 2020.

**CAPÍTULO 24****NEUROPSICOLOGIA E ENVELHECIMENTO:  
REFLEXÕES TEÓRICAS E TERAPIAS POSSÍVEIS***Francisco Newton Pereira Junior**Maria Aparecida Trindade**Thamires Pereira Alves**Isabela Bezerra Ribeiro***Introdução**

O envelhecimento é uma etapa do processo do desenvolvimento humano. Para a Organização das Nações Unidas (ONU, 1982) o envelhecimento difere no quesito idade, enquanto nos países desenvolvidos são consideradas idosas as pessoas acima de 65 anos, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a partir dos 60 anos ou mais. Segundo a agência de notícias do IBGE, o número de idosos cresceu 18% nos últimos cinco anos, e ultrapassou trinta milhões em 2017. Representando 12% da população, sendo assim, o grupo que mais cresceu na última década. É provável que em até 2025, o Brasil seja o sexto país no mundo com o maior número de pessoas acima de 60 anos de idade.

O processo de envelhecimento traz mudanças significativas no corpo, nas capacidades cognitivas nas relações psicoafetivas e sociais, mudanças que também irão impactar na forma em que o idoso é notado na sociedade, assim como na forma como este se encara diante do envelhecer (Zimerman, 2000).

É importante apontar as diversas formas de envelhecer e de envelhecimentos, tendo em vista que vários fatores corroboram nesse processo, tais como os fatores ambientais e econômicos. Pode-se destacar nesse percurso do desenvolvimento a dependência funcional, muitas das vezes, em consequência de doenças degenerativas a exemplo das demências: como uma perda de função e invalidez por parte do idoso. Logo, neste período o sujeito percebe que limitações irão fazer parte do seu dia a dia e que irá depender de outras pessoas para a realização de tarefas que já não são mais simples como antes (Brucki; Nitrini, 2011).

Autores como Ramos e Hamdan (2016) destacam o crescimento da procura pela avaliação Neuropsicológica no Brasil. Historicamente, a neuropsicologia nem sempre foi vinculada à psicologia e sim à medicina, de modo que no século XIX a psicologia começou a se relacionar com a psiquiatria, partindo do pressuposto de que ambas lidam com a saúde mental. Antes da neuropsicologia começar a se formular, a neurologia já lidava com lesões cerebrais e estudos

baseados na cognição, logo, as associações entre cérebro e comportamento só se consolidaram de fato no século XIX (Ramos; Hamdan, 2016).

Segundo Wilson (2009) - pesquisadora na área de Reabilitação Neuropsicológica (RN) - a RN é um processo no qual a família, o paciente, e vários profissionais, trabalham juntos em prol da maximização da recuperação do paciente, assim como lidar melhor e conviver com as dificuldades cognitivas e tudo que engloba ela, como emoções, memória, linguagem e raciocínio.

A reabilitação neuropsicológica (RN) se dá como uma intervenção eficaz frente às demências e declínio cognitivo no caso dos idosos, tendo como um dos principais objetivos a compensação de dificuldades cognitivas, assim como a restauração ou recuperação das funções cognitivas comprometidas daquele sujeito (Miotto, 2015). A RN se torna mais efetiva com o trabalho multidisciplinar: psicólogos, fisioterapeutas, médicos, fonoaudiólogos, entre outros.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender na bibliografia atual, técnicas de avaliação neuropsicológica em pacientes idosos com alguma condição clínica que prejudica a cognição, identificando-as a partir das condições clínicas que favorecem o aparecimento de demências em idosos e apresentando características da reabilitação neuropsicológica ou cognitiva.

Para Caldas (2020) a realização de ajustes dos serviços de saúde pública, voltadas para os idosos e a capacitação de profissionais para lidarem com essa etapa da vida, seria de grande suporte, buscando o entendimento sobre as perdas funcionais, seu impacto no papel social procurando trazer a autonomia daquele sujeito (Wilson, 2009). As estratégias traçadas devem corresponder a uma sustentabilidade para a reabilitação do idoso e sua seguridade social (Hess; Hess, 2022).

Apresentados os dados, questiona-se: Como o tema reabilitação neuropsicológica tem aparecido em artigos da área da psicologia nos últimos quatro anos? Quais condições de adoecimento e tratamento são citadas nestes trabalhos? Isto posto, acredita-se que a Reabilitação Neuropsicológica é um tema bastante relevante para a psicologia, partindo do pressuposto de que a neuropsicologia por si só é capaz de avaliar o estado e perceber possíveis regiões e extensões afetadas, assim como entender a função cognitiva (Miotto; Ribeiro, 2016). Pesquisas atuais como a de Kautzmann, Silva e Souza (2020) vêm apontando o interesse da ciência psicológica em identificar causas e planejar intervenções para promover qualidade de vida na população idosa do país.

## **Desenvolvimento**

O presente estudo tratou-se de uma revisão integrativa de literatura, de essência qualitativa, onde foi desempenhada uma sondagem de caráter bibliográfico acerca de estudos sobre a temática.

O repertório bibliográfico se deu através de artigos, livros físicos e online nos periódicos eletrônicos Google Scholar, Scielo e Biblioteca virtual em saúde Brasil (BVS). Os descritores que foram utilizados para a pesquisa são: envelhecimento e qualidade de vida “*aging and quality of life*”, envelhecimento e declínio cognitivo “*aging and cognitive decline*”, envelhecimento e demência “*aging and dementia*”, envelhecimento e reabilitação neuropsicológica “*aging and neuropsychological rehabilitation*”. foram selecionados de acordo com as condições clínicas do envelhecimento que favorecem o aparecimento de demências nos idosos, características da reabilitação neuropsicológica em idosos e a relevância da psicologia na reabilitação frente a declínios cognitivos, demências e aspectos sociais que o envolve.

Foram selecionados artigos de língua portuguesa e inglesa, publicados nos últimos cinco anos, nos quais os conteúdos foram relevantes para a compreensão dos envelhecimentos, os impactos emocionais nos idosos, a partir da perda de papéis sociais e dependência funcional.

**Quadro 1.** Levantamento bibliográfico

<b>LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO</b>			
<b>TÍTULO ARTIGO</b>	<b>ANO</b>	<b>REVISTA</b>	<b>METODOLOGIA DE ESTUDO</b>
Escala Baptista de depressão para idosos: relação com suporte familiar e qualidade de vida.	2017	Universidade São Francisco	Estudo quali - quantitativo
Análise Neuropsicológica no comprometimento cognitivo leve e sintomas depressivos	2019	Editora Realize	Revisão Bibliográfica
A neuropsicologia na atualidade e suas contribuições	2020	Portal dos Psicólogos	Levantamento de dados qualitativos e descritivos. Revisão de Literatura
Avaliação neuropsicológica e demências em idosos	2020	UNICADEMIA	Revisão de literatura
Desafios da avaliação neuropsicológica: depressão x declínio cognitivo na pessoa idosa	2021	Brazilian Journal of health review	Estudo de caso único
Pandemia e contemporaneidade: estudos introdutórios sobre aspectos neuropsicológicos da COVID - 19 no adulto com deficiência intelectual.	2021	Revista Apae ciência	Estudo introdutório

Alzheimer, psicologías, discursos: alguns apontamentos	2022	Repositório Universidade Federal de Uberlândia	Levantamento Bibliográfico
Déficit na memória de pacientes pós covid - 19	2022	UNIEVANGÉLICA	Estudo quali - quantitativo
Possibilidades para realização neuropsicológica durante um período de afastamento social	2022	Brazilian Journal of Development	Revisão Bibliográfica e entrevista por protocolo online.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

### **Envelhecimento e os aspectos que o envolvem**

Em 2015 a OMS publicou um relatório mundial sobre a promoção do envelhecimento saudável, que retratava o estado da saúde pública frente ao idoso, no referido relatório destaca os estereótipos passados que muitas pessoas ainda mantêm sobre este (Cardoso et al, 2020). Observados os dados da cartilha da OMS de 2015 sobre envelhecimento, ainda é comum associar o envelhecimento a perdas de habilidades que estão ligadas ao fator cronológico das pessoas, estas decorrem a partir do percurso da vida de cada sujeito (Chan, 2015).

Existem condições no envelhecimento que colaboram negativamente na autoestima do sujeito, como perdas de entes queridos, perdas de papéis sociais que estão ligadas diretamente a interrupção do trabalho, carregada de sentimentos de incapacidade e limitações (Souza et al, 2021). Autoestima pode ser entendida como o apreço que uma pessoa sente por si própria, considera-se que autoestima está agregada com qualidade de vida (Tavares et al, 2016).

Na qualidade de vida o fator econômico é indispensável, nesta etapa a aposentadoria se faz importante no processo para o idoso se sentir autossustentável, após uma vida de dedicação e serviços prestados em prol da sociedade, é uma forma de validar sua autonomia para que ele se sinta capaz de construir um ambiente, uma vida. É um período que o idoso irá sofrer perdas de pessoas queridas, perda da sua identidade, quando há casos de dependência funcional isso se intensifica, gerando também o afastamento social (Silva; Bergmann, 2017).

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e as síndromes geriátricas, acometem diretamente na funcionalidade do idoso, deixando-o em estado de fragilidade, a ideia central da identificação das fragilidades é justamente para que ocorra as mais rápidas possíveis formas de prevenir ou retardar. É de extrema importância ter conhecimento sobre as fontes e causas as quais envolvem esse indivíduo, essas estratégias serão usadas para que ocorra a redução de impactos

funcional e social também, levando em consideração que quanto mais frágil os idosos estiver, mais propenso a dependência de cuidados estará (Ribeiro et al, 2020).

Na maioria das vezes os cuidadores são membros da própria família, que dão suporte e base para o idoso permanecer realizando pelo menos algumas atividades básicas. Se faz importante discutir o afastamento do cuidador daquela determinada família para assumir o papel de suporte, deixando de contribuir economicamente para o sustento daquela família e se tornando parte integrante deste processo. É importante frisar sobre o fator econômico na perspectiva de que esse impacto irá também resultar em más condições para o tratamento do idoso, tornando o seu ambiente inacessível para um tratamento adequado (Miotto, 2015). O Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) assegura e defende o direito de o mesmo estar em permanência com a família, transformando o ambiente familiar em um ambiente terapêutico, assegurar é dar sustento para a família ter condições favoráveis para o tratamento do idoso.

Nessa etapa, o ser humano fica mais suscetível às perdas evolutivas, programação genética, biológica, sociais e psicológicas que fazem parte da sua história enquanto sujeito que compõem a sociedade. Ressaltar que na velhice há mais perdas do que ganho não significa dizer que a velhice é uma doença, significa que é um processo de aceitação e adaptação, viver também significa autorregulação, isso vale tanto para termos biológicos, quanto para psicológicos e sociais (Menezes; Lopes; Azevedo, 2017).

O corpo que está envelhecendo é notado pelo idoso como um corpo que traz mudanças físicas que, nem sempre, são incorporadas facilmente. Com base nisso, uma pesquisa de caráter exploratório, descritiva, de natureza qualitativa, onde foi usado a entrevista guiada com a seguinte questão norteadora: como o Sr/Sra. vê seu corpo que está envelhecendo? traz os relatos de pessoas que estão passando por esse processo de modificações, há depoimentos que estão relacionados com a força que tinha antes e agora não tem mais, no caminhar, vivacidade sexual, pele, maior flacidez, capacidades funcionais energéticas como respiração e circulação, capacidades funcionais biomecânicas como a remissão da força, resistência e mobilidade, assim como visão, audição e percepção se comprometendo gradualmente, o que pode implicar na continuidade do seu desenvolvimento ou ao menos atingir as capacidades que tinha antes (Menezes; Lopes; Azevedo, 2017).

### **Condições que circundam o desenvolvimento cognitivo na velhice**

Nas últimas três décadas o desenvolvimento cognitivo tem recebido uma maior atenção da ciência, observadas as alterações em processos executivos superiores em alguns idosos, afetando a memória. Algumas também envolvem a estrutura encefálica, como alterações cerebrais, como a

redução de massa cinzenta, o que acarreta atrofia cerebral, essas variações afetam as regiões do córtex pré-frontal, lobo temporal e hipocampo (Cochar; Delinocente; Dati, 2021).

O declínio cognitivo é bem comum durante a velhice, mesmo não apresentando patologia, isso se dá por vários fatores, um deles são as alterações fisiológicas como por exemplo, o ambiente ao qual aquele sujeito está inserido irá ditar o seu desenvolvimento na última etapa da vida (Caldas, 2020).

O conceito de inteligência se cruza com vários conceitos na literatura de psicologia, como por exemplo, o raciocínio sendo tratado como um tipo de inteligência em várias teorias psicológicas (Castro, 2001). O raciocínio muito tem sido estudado na psicologia cognitiva, o modo como os indivíduos se conecta ao mundo influenciam como irão selecionar informações, interpretar e tomarem suas próprias conclusões, o raciocínio é um processo mental que provém da percepção, pensamentos e afirmações (Gurgel; Sisto, 2010).

Embora se parta do pressuposto de que não dá para falar em memória sem falar de esquecimento, é importante evidenciar que a memória é presente na construção da identidade do sujeito, sendo uma atividade que se realiza dentro de determinadas regras culturais. Nesse sentido, é importante identificar os meios pelos quais a memória é formulada, como em contextos que exigem criatividade, o idoso sendo submetido a esses tipos de atividades, irá fazer com que desperte a imaginação e estimule em diversas dimensões seu senso de criatividade e pensamentos que são parte constituinte da cognição (Machado; Borges; Ribeiro, 2019).

No decorrer do envelhecimento cerebral podem acontecer prejuízos neuronais, o que conseqüentemente ocasionam uma menor capacidade cerebral. As alterações do sistema nervoso central (SNC) estão correlacionadas com patologias, em particular com distúrbios neurodegenerativos. Distúrbios neurodegenerativos graves, como demências, resultam na má execução de atividades do dia a dia, tornando o sujeito dependente e extinguindo sua autonomia (Cochar; Delinocente; Dati, 2021).

Há estudos que apresentam a aglomeração da proteína beta amiloide presente em pacientes com Alzheimer, quanto em idosos com declínio cognitivo, a grande questão é que pesquisas recentes comprovam o acúmulo da proteína amilóide também em idosos cognitivamente saudáveis, o que poderia se afirmar que a quantidade dessa proteína em idosos saudáveis pode estar agregado a um risco maior no desenvolvimento de algum déficit cognitivo. O declínio enquanto sua performance cerebral tende a se apresentar de forma mais nítida a partir dos 50 anos de idade, instigado por modificações no SNC (Cochar; Delinocente; Dati, 2021).

Dados modernos consideram que um terço da população mundial sofre com algum tipo de perturbações mentais ou neurológicas no decorrer da vida. (Global Burden of Disease de 2015). Os

estudos indicam que essas perturbações são as principais causas de problemas de saúde, representando por exemplo 35% das doenças prevalentes na Europa (Di Luca; Nutt; Oertel, 2018).

A esclerose múltipla (E.M) é uma doença desmielinizante, ou seja, quando sofre uma alteração do tipo inflamação na bainha de mielina dos nervos, no caso da EM, debilitando o sistema nervoso central que é geradora de incapacidade neurológica em adultos (Amato; Portaccio; Goretti, 2010). A definição de uma doença neurológica degenerativa é quando há lesões ou placas no cérebro ou na medula espinhal. Os sintomas mais comuns são categorizados como motora, psiquiatria e cognitiva (Chiaravalloti; Gênova; De Luca, 2015).

### **Caracterização das condições clínicas do envelhecimento que favorecem o aparecimento de demência em idosos**

Demências são provenientes da degeneração de regiões corticais e do hipocampo, assim como definidos por um decaimento da função cognitiva, a ponto de afetar na sua vida social, tendo sua preponderância desenvolvida conforme o avanço cronológico. Uma das demências mais comum é o Alzheimer, a qual ocasiona um distúrbio na memória, assim como desorientação de espaço, oscilações de humor e mudanças no comportamento. No Alzheimer inicialmente, as memórias mais antigas ficam preservadas, enquanto as mais recentes são afetadas (Cochar; Delinocente; Dati, 2021).

Há estudos que relacionam o comportamento sedentário com declínio cognitivo, mesmo já tendo evidências de que o sedentarismo ocasiona doenças cardiovasculares, perda da autonomia, piorando a qualidade de vida e potencializando a taxa de mortalidade dos idosos, ainda não está totalmente clarificado a intensidade desses prejuízos na cognição, mesmo estando associado. Compreende-se que idosos que costumam ter hábitos sedentários têm uma maior probabilidade de ter comprometimento cognitivo, se equiparado com idosos que não têm esses hábitos (Horácio; Avelar; Danielewicz, 2021).

Um estudo publicado pela revista brasileira de atividade física e saúde (2021), sobre o comportamento sedentário em idosos comunitários, apontam que idosos que permanecem 11 horas ou mais por dia com comportamento sedentário evidenciam cinco vezes maiores probabilidades de declínio cognitivo. A prevalência é no sexo feminino, isso se dá devido ao fato da distinção da mortalidade entre os sexos, levando em consideração que as mulheres formam a maior parte da população e vivem sete anos a mais do que os homens (Horácio; Avelar; Danielewicz, 2021).

As mudanças nos graus de estrogênio circulantes no organismo, que é bastante comum na menopausa já que ocorrem oscilações hormonais, é suscetível a afetar o andamento cerebral e a cognição. Desta forma, considera-se que a idade é também um fator contribuinte para o declínio cognitivo, quanto maior for a idade, mais modificações psicológicas e biológicas aquele organismo

irá sofrer, a capacidade de processar informações é uma das capacidades que mais sofrem. Com tudo, se faz importante a criação de programas de exercícios físicos e do fortalecimento do idoso ativo, pois o processamento cognitivo se torna mais eficaz e satisfatório em respostas a estímulos do ambiente em que o idoso está inserido (Horácio; Avelar; Danielewicz, 2021).

Com o avanço da tecnologia que impacta positivamente na qualidade de vida, sabe-se que a expectativa de vida da população tem aumentado, conseqüentemente mais idosos na sociedade, desta forma o número de demências em idosos também irá elevar, precisando de métodos para avaliação do grau de demências, habilidades cognitivas afetadas, e elaboração de possíveis tratamentos. Pesquisas bibliográficas constataam a importância da compreensão dos aspectos neuro cognitivos, comuns no processo do envelhecimento (Dias; Melo, 2020).

### **Considerações finais**

A finalidade deste trabalho consistiu em apresentar como o tema neuropsicologia e envelhecimento tem aparecido na produção de artigos na área a psicologia nos últimos quatro anos, assim como as condições de adoecimento e intervenções avaliativas que os autores propõem mediante de cada caso, dando ênfase no envelhecimento e trazendo o declínio cognitivo como uma das principais causas e que requer maior cuidado nessa etapa do desenvolvimento.

Além de que os artigos aos quais foram selecionados na sua maioria causam um distanciamento do conhecimento para a população através da linguagem, tornando-se plausível que se estabeleçam métodos aos quais torne as neurociências em si mais atreladas com a situação do cotidiano dos indivíduos. O período pandêmico é um bom exemplo onde foi mais fácil trazer conceitos teóricos da literatura para a prática, levando em conta que era o cenário que a população estava vivenciando no seu dia a dia.

Contudo, é importante destacar a escassez de estudos relacionados a neuropsicologia e envelhecimento no Brasil, a maioria dos artigos que tem uma relevância significativa eram privados e precisa-se pagar uma taxa para se ter acesso, é válido salientar ainda que dessa forma priva o acesso do conhecimento para a população assim como para a expansão e construção de novos conhecimentos acerca do tema.

### **Referências**

- AMATO, M. P.; Portaccio, E.; Goretti, B.; Zipoli, V.; Hakiki, B.; Giannini, M. & Razzolini, L. (2010). Cognitive impairment in early stages of multiple sclerosis. **Neurological Sciences**, 31(2), 211-214. Doi <https://doi.org/10.1007/s10072-010-0376-4>
- BRUCKI; NITRINI. Funcionalidade de idosos com alterações cognitivas em diferentes contextos de vulnerabilidade social. **Acta paul enferm [Internet]**. 2011;24(4):520–6.. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002011000400012>

CALDAS, Vescia. **Espaço de vida e declínio cognitivo em idosos de diferentes contextos sociais e econômicos**: resultados longitudinais do estudo IMIAS. Tese de doutorado. Orientador: Prof. Dr Ricardo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 2020.

CARDOSO, R.B.; Caldas CP, Brandão MAG, Souza PA, Santana RF. Healthy aging promotion model referenced in Nola Pender's theory. **Rev Bras Enferm.** 2022;75(1):e20200373. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-037>

CASTRO, J. M. O. & Castro, K. M. O. (2001). A função adverbial de “inteligência”: definições e usos em psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 17 (3), 257-264. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722001000300008>

CHAN. **Relatório mundial de Envelhecimento e saúde**. Organização Mundial das Nações Unidas. 1-30, 2015.

CHIARAVALLOTI, D; GENOVA, M; DELUCA, JOHN. Cognitive Rehabilitation in multiple sclerosis: the role of plasticity. **PubMed**, 2015. Doi: 10.3389/fneur.2015.00067 Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25883585/#:~:text=PMCID%3A%20PMC4383043-.DOI%3A%2010.3389/fneur.2015.00067,-Free%20PMC%20article> Acesso em 21/04/2023.

COCHAR-SOARES, N., Delinocente, M. L. B., & Dati, L. M. M. (2021). Fisiologia do envelhecimento: da plasticidade às consequências cognitivas. **Revista Neurociências**, 29. <https://doi.org/10.34024/rnc.2021.v29.12447>.

DI LUCA, M., Nutt, D., Oertel, W., Boyer, P., Jaarsma, J., Destrebecq, F., ... & Quidbach, V. (2018). Towards earlier diagnosis and treatment of disorders of the brain. Fernández – Guinea, S. (2001). Estrategias a seguir en el diseño de los programas de rehabilitación neuropsicológica para personas con daño cerebral. **Revista de Neurología**, 33, 4, 373 – 377. <https://doi.org/10.2471/blt.17.206599> Acesso em: 9 jun. 2022.

DIAS, Bruno; MELO, Denise. Avaliação neuropsicológica e demências em idosos: Uma revisão de literatura. Orientador: Prof. Dra Denise Melo. 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** (Bacharelado em Psicologia) - Centro Universitário UNIACADEMIA, [S. l.], 2020.

GURGEL, Marina; SISTO, Fermino. Estudo correlacional entre inteligência e memória em idosos. **Envelhecimento, inteligência e memória**, [S. l.], ano 2010, v. 9, p. 163 - 172, 12 maio 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5115180> Acesso em: 9 jun. 2022.

HEES, Carlos; HEES, Luciane. Dignidade da vida humana: o envelhecimento e as políticas públicas dos países com iniciativas bem sucedidas. **Envelhecimento e políticas públicas**, [s. l.], 12 abr. 2022. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/851> Acesso em 22/04/2023

HORÁCIO PR, Avelar NCP de Danielewicz AL. Comportamento sedentário e declínio cognitivo em idosos comunitários. **Rev. Bras. Ativ. Fís. Saúde [Internet]**. 30 de abril de 2021 [citado 15º de maio de 2022]; 26:1-8. Disponível em: <https://rbafs.emnuvens.com.br/RBAFS/article/view/14468> Acesso em 22/04/2023

KAUTZMAN; ZIBETTI. Reabilitação Neuropsicológica da memória de idosos saudáveis: revisão sistemática do Brasil e da Americana Latina. **Psicol. argum**; 38(100): 363-387, abr.-jun. 2020. ilus, tab. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-72319> Acesso em 22/04/2023

MACHADO, I. B.; BORGES, W. C., & RIBEIRO, A. P. G. (2019). Saúde e Memória nas Páginas da Radis: O Passado se faz Presente. **Revista Mídia E Cotidiano**, 13(1), 231-255. <https://doi.org/10.22409/ppgmc.v13i1.28121>

MENEZES, T. M. de O, Lopes RLM, Azevedo RF. A pessoa idosa e o corpo: uma transformação inevitável. **Rev. Eletr. Enferm.** [Internet]. 1º de junho de 2017 [citado 9º de junho de 2022];11(3). Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/47123> Acesso em 22/04/2023

MIOTTO, Eliane. et al **Reabilitação Neuropsicológica e Intervenções Comportamentais**. Rio de Janeiro, 16 abr. 2015.

RAMOS, Ari; HAMDAN, Amer. O Crescimento da Avaliação Neuropsicológica no Brasil: uma revisão sistemática. Reabilitação neuropsicológica, [s. l.], 4 jan. 2016.

Ribeiro EG, Mendoza IYQ, Cintra MTG, Bicalho MAC, Guimarães GL, Moraes EM. Frailty in the elderly: screening possibilities in Primary Health Care. **Rev Bras Enferm.** 2022;75(2):e20200973. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0973>

SILVA; BERGMAN. Os impactos da aposentadoria na qualidade de vida de idosos: uma revisão da literatura. **Anais VI congresso internacional de envelhecimento humano**. Universidade estadual da paraíba, p 1-12, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/53912> Acesso em 22/04/2023

SOUZA JÚNIOR, E. V. DE . et al.. Is self-esteem associated with the elderly person's quality of life?. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.75, p.e20210388, 2022. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0388>

TAVARES, Darlene. et al. Qualidade de vida e autoestima de idosos na comunidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 11, p. 3557-3564, nov. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CxVzN3sV5tZnBWM6kQrp5hH/abstract/?lang=pt#ModalHowcite> Acesso em 22/04/2023

WILSON, B. A., & FERGUS, G. (2009). Towards a comprehensive model of neuropsychological rehabilitation: Background and theory. In B. A. Wilson, F. Gracey, J. J. Evans, & A. Bateman, **Neuropsychological rehabilitation: Theory, models, therapy and outcome**. New York: Cambridge University

ZIMERMAN, G.I. **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 2000.

**CAPÍTULO 25****O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

*Leonardo Matias Benigno  
Damiana Ferreira da Silva Alves  
Sandra Mary Duarte*

**Introdução**

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), consiste em uma síndrome do comportamento humano com múltiplas etiologias, que compromete, de forma invasiva, o seu desenvolvimento, dificultando a interação social do sujeito que o possui, ou seja, gera dificuldades no processo de interação social com outras pessoas. Além dessa limitação, o autismo pode gerar dificuldades quanto ao desenvolvimento da linguagem e na forma como o sujeito se comporta, resultando em um “[...] funcionamento anormal em todas as áreas de interação social, comunicação e comportamento restritivo e repetitivo” (OMS/CID-10, 1997, p. 247).

Ainda que amplamente estudado, o TEA ainda gera inúmeros questionamentos para as comunidades médica e científica, além das próprias famílias que possuem integrantes com a síndrome, pois, ainda que não tenha cura, diversos são os tratamentos que podem amenizar seus efeitos no ser humano, contribuindo para que o seu desenvolvimento, mesmo com o autismo, se dê da melhor forma possível. Ou seja, nas palavras de Pereira (2006, p. 24), trata-se da “existência de uma inteligência biológica normal, mas impedida de se desenvolver dentro da criança com autismo”.

O Autismo é uma alteração cerebral que afeta a capacidade da pessoa de se comunicar, estabelecer relacionamentos e responder apropriadamente ao ambiente. Algumas crianças apesar de autistas apresentam inteligência e fala intactas, outras apresentam também deficiência intelectual, mutismo ou importantes retardos no desenvolvimento da linguagem. Alguns parecem fechados e distantes, outros presos a condutas restritas e rígidos padrões de comportamento (Freitas, 2018, p. 75).

A ciência ainda não conseguiu desenvolver instrumentos para um diagnóstico preciso da sua origem, sendo realizado através de um período de acompanhamento por parte de profissionais da saúde, sobretudo o médico psiquiatra, com base nos sinais, comportamento e no cotidiano da criança. Com isso, são denominadas características desse transtorno, as dificuldades em interações sociais, a falta de expressões faciais como sentimentos de alegria, tristeza, dor, a falta de contato visual direto e o estresse na ausência de rotinas. No entanto, não necessariamente uma criança diagnosticada vai ter todas essas características juntas, podendo haver prevalência de apenas algumas.

De posse do diagnóstico, ou pelo menos da identificação das primeiras manifestações do autismo, torna-se oportuno pensar em um conjunto de ações no sentido de intervir, o mais precoce possível, visando melhorar o seu desenvolvimento para que tenha uma infância, adolescência e vida adulta com o máximo de autonomia possível, além de buscar formas de amenizar as barreiras que o TEA poderá causar ao longo de sua vida. (Correa, 2010).

Dentre as ações de intervenção com o objetivo de melhorar o desenvolvimento, em todos os aspectos, neste estudo iremos discutir o papel da educação e do psicopedagogo frente ao processo de inclusão da criança autista na educação escolar. Embora, para que a inclusão escolar aconteça seja necessário um trabalho colaborativo entre profissionais diversos, aqui destacaremos o papel do psicopedagogo pelo fato de este ser um profissional que atua de forma preventiva na interface das áreas da pedagogia e a psicologia a fim de favorecer melhores formas de aprendizagem àqueles que delas necessitam como é o caso de crianças com TEA. Com isso, questiona-se: como o psicopedagogo pode contribuir para melhorar a aprendizagem de crianças autistas?

A partir desse questionamento, este estudo tem como objetivo geral compreender o papel do psicopedagogo na intervenção da aprendizagem de crianças autistas incluídas na escola comum.

Mediante tais elementos, este estudo se justifica e assume relevância ao discutir a atuação do psicopedagogo na inclusão escolar de crianças autistas, em especial quanto ao processo de aprendizagem, que ainda é tratado com certa polêmica por parte de uma parcela dos professores desses alunos pelo fato de não ter recebido uma formação adequada que fomente essa inclusão, gerando dúvidas, tensionamentos e inquietações que, por vezes, tendem a dificultar o desenvolvimento escolar desses alunos. Dessa forma, as reflexões frutos desse estudo poderão contribuir para que professores e psicopedagogos possam munir-se de mais conhecimentos sobre a aprendizagem de crianças com TEA na promoção de suas potencialidades formativas.

## **Metodologia**

Esta pesquisa está alicerçada na abordagem qualitativa, pois se debruça “[...] no entendimento da intensidade vivencial dos fatos e das relações humanas” (Minayo; Costa, 2018, p. 143) e possui bases fundamentais que lhes dão sentido e propósito, tendo “[...] como matéria-prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade” (p. 151). Segundo Zanette (2017), a abordagem qualitativa ganhou forças a partir de 1970 como forma de lançar novos olhares interpretativos sobre a realidade social, que não eram possíveis com base em enfoques quantitativos que distorciam a compreensão da realidade, pois eram pautados em um conjunto de elementos dissociados do que se pretendia explorar.

Foi adotada a revisão de literatura expositiva, compreendida como a exposição de uma temática a partir da análise e síntese de outras pesquisas, “fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada” (Moreira, 2004, p. 22).

Para tal, foi feito uma busca por produções em língua portuguesa sobre a temática nas bases de dados do *Google Scholar* e da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, a partir dos seguintes descritores: psicopedagogia, psicopedagogo, autismo, autista, transtorno do espectro do autismo e inclusão. Foi encontrado um número extenso de produções, mas poucas tinham, de fato, relação com este estudo, os quais estão apresentados nos tópicos seguintes.

## **Resultados e discussões**

### **A inclusão do público-alvo da Educação Especial na escola comum: despatologizar para incluir**

Consideramos ser importante fazer um resgate histórico, ainda que breve, do processo de escolarização da pessoa com deficiência, bem como dos demais sujeitos, público-alvo da Educação Especial, tidos historicamente como sujeitos abjetos no contexto escolar, sem quaisquer perspectivas de desenvolvimento intelectual, cognitivo e social em decorrência da patologização das suas características e/ou individualidades (Araújo et al., 2020). Ressaltamos, ainda, que em face do grande número de acontecimentos sobre a história da Educação Especial, serão apresentados neste estudo apenas uma parte de modo a situar a temática.

No Brasil e no mundo, as pessoas com deficiência, no início, vivenciaram um período de extermínio em virtude de suas características, sobretudo físicas, por serem tidos socialmente como anormais e, portanto, não dignos de viverem em sociedade com as outras pessoas (Corrêa, 2010). Essa foi uma situação que durou um longo período, mas que foi perdendo espaço para o processo de segregação, isto é, as pessoas com deficiência deixaram de ser mortas para serem segregadas em espaços destinadas a elas por serem vistas pela sociedade como seres anormais. Em muitas ações assistencialistas e filantrópicas forjaram esse contexto, em especial tuteladas pela igreja católica (Fernandes; Viana, 2009). Resulta daí a criação de asilos e prisões com a finalidade de enclausurar as pessoas com deficiência, impedindo sua livre circulação e vivência no meio social.

Esse movimento, ainda que explicitamente excludente e segregacionista, permitiu que, na sequência, as pessoas com deficiência deixassem de ser mortas e segregadas para serem integradas. Mesmo sob a lógica do assistencialismo e da filantropia, o período de integração, agora sofrendo menos influência por parte da igreja católica, instituições foram criadas para que fossem proporcionadas às pessoas com deficiência experiências que lhes permitissem serem vistas como

seres humanos, além de objetivar seu desenvolvimento físico, cognitivo, intelectual, dentre outros (Mazzotta, 2017).

Mais recentemente, a promulgação da Lei de Diretrizes de Base (LDB) de 20 de dezembro de 1961, de número 4.024, passa a ser um marco na legislação oficial da Educação Especial, pois pela primeira vez o poder público trata o tema sem se restringir a iniciativas isoladas. Na década de 1970, com a nova LDB, de n. 5.692 de 1971, o atendimento à pessoa com deficiência passou a ser concebido como “tratamento especial”, reforçando a criação de escolas especiais. Em seu artigo 9º, estabeleceu-se que “os estudantes que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação” (Brasil, 1971, Art. 9). A referida lei já definia o público da Educação Especial enfatizando as pessoas com deficiências física e mental, superdotadas e dando ênfase aos estudantes que apresentam atraso escolar.

No final da década 1970 e começo da década de 80, as escolas comuns começaram a receber crianças com deficiência, mas frequentando apenas meio turno, sendo um fato discreto ainda em critério de evolução, pois a imposição de um determinado turno dificultava o acesso a alguns alunos que não podiam ir à escola no horário determinado. Entretanto, é notório que já foi algo que merece reconhecimento no desenvolvimento da Educação Especial na perspectiva inclusiva (Mazzotta, 2017).

Em 1988, com a nova Constituição Federal, surgiram novas diretrizes relacionadas à Educação Especial, ainda que de forma implícita, sendo estabelecido que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, da qual todos devem ter igualdade na oportunidade de acesso e permanência na escola sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação. No que se tange a processo histórico, a partir de então foram realizados vários documentos que defendem os direitos das pessoas com deficiência, dentre eles: a Declaração da Salamanca; a atual LDB - Lei nº 9394/96; Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Decreto nº 7.611 relacionado ao Atendimento Educacional Especializado e a Lei nº 13.146 conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

De forma mais incisiva, a Educação Especial teve grande destaque na LDB/96, ao ser dedicado um capítulo exclusivo a essa modalidade (capítulo V), composto por três artigos: 58, 59 e 60. De certo, conquistas e mudanças foram efetivadas para uma melhor e mais efetiva inclusão das pessoas com deficiência na escola comum, englobando desde mudanças quanto à formação de

professores até adaptações das estruturas físicas das escolas para que barreiras arquitetônicas fossem eliminadas visando a livre circulação dessas pessoas nos espaços das escolas.

Importa destacar que na primeira redação da LDB, “entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, Art. 58, grifo nosso), todavia, este trecho “portadores de necessidades especiais” foi substituído por “[...] educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2013, Art. 58, grifo nosso) através da lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. O seu primeiro texto na LDB/96 denota que esta modalidade de ensino engloba apenas estudantes com deficiência, o que sofreu modificação no seu segundo texto. Neste, constitui-se como público alvo da Educação Especial estudantes com e sem deficiência, como é o caso das pessoas com TEA.

Assim, é notório ser um direito de todo ser humano o acesso e permanência à educação, sendo a inclusão da pessoa com deficiência um movimento que progrediu significativamente ao longo da história do Brasil, embora muitos avanços ainda sejam necessários em virtude da grande discriminação ainda existente.

### **A Psicopedagogia e o papel do psicopedagogo**

A psicopedagogia pode ser entendida como uma área ainda pouco explorada e que tem seu alicerce em múltiplas ciências, tais como medicina, pedagogia, fonoaudiologia, psicologia, psicanálise, linguística, dentre outras, tendo como objeto de estudo a aprendizagem humana e suas diferentes configurações. Nas palavras de Bossa (2011, p. 31), “a Psicopedagogia é uma nova área de atuação profissional que busca uma identidade, e que requer uma formação de nível interdisciplinar, o que já é sugerido no próprio termo Psicopedagogia”.

Por ser a psicopedagogia uma interface entre os campos da educação (pedagogia) e da saúde (psicologia), Bossa (2011, p. 47) ressalta que:

A forma de abordar o objeto de estudo pode assumir características específicas, a depender da modalidade: clínica, preventiva e teórica, umas articulando-se às outras. O trabalho clínico não deixa de ser preventivo, uma vez que, ao tratar alguns transtornos de aprendizagem, pode evitar o aparecimento de outros. O trabalho preventivo, em uma abordagem psicopedagógica, é sempre clínico, levando em conta a singularidade de cada processo. Essas duas formas de atuação, por sua vez, não deixam de resultar em um trabalho teórico. Tanto na prática preventiva quanto na clínica, o profissional, como já vimos anteriormente, procede embasado no referencial teórico adotado (Bossa, 2011, p. 47).

A existência da psicopedagogia consiste na atuação de um sujeito em busca de entender o outro e suas manifestações de desenvolvimento, sobretudo ligadas à aprendizagem no intuito de

identificar barreiras que podem dificultá-la e trabalhar, de forma preventiva e corretiva, a fim de amenizar os efeitos negativos dessas dificuldades. Nesse sentido, Bossa (2011) enfatiza que a aprendizagem humana emerge da história de vida de cada pessoa e de suas interações ao longo do tempo com a sociedade. Essas interações irão gerar diferentes experiências que darão sentido a determinadas compreensões de mundo, moldando a aprendizagem do indivíduo.

Para Weiss (2020), para que a psicopedagogia possa contribuir efetivamente na qualidade de vida das pessoas torna-se necessário que seu profissional, o psicopedagogo, entenda o ser humano em sua totalidade, ao mesmo tempo em que considera suas particularidades. Enquanto um sujeito orgânico e socialmente construído, a psicopedagogia deve considerar aspectos como a cognição do sujeito, sua afetividade, organicidade, sociabilidade, seu lado pedagógico e demais elementos que oportunizem um olhar completo para o sujeito.

Conforme discutem Carvalho e Cuzin (2008), o profissional psicopedagogo tem papel de extrema relevância no contexto escolar ao buscar favorecer um melhor contexto de aprendizagem e desenvolvimento para alunos, das mais variadas idades, que possuem dificuldades, das quais podem comprometer severamente o desenvolvimento do sujeito. Nesse sentido, a psicopedagogia deve ser utilizada com o objetivo de minimizar as limitações e dificuldades que o aluno possui ao mesmo tempo em que são maximizadas suas potencialidades, as quais, muitas das vezes, ficam secundarizadas pela insistência pedagógica apenas nas dificuldades do aluno e não no que ele tem de melhor.

Nesse sentido, ainda conforme Carvalho e Cuzin (2008), a atuação do psicopedagogo no campo educacional deve ocorrer com a finalidade de subsidiar o indivíduo de mecanismos e elementos que o ajudem a adquirir conhecimentos que até então não era possível em virtude de barreiras existentes, as quais, com base na psicopedagogia, passarão a ser desconstruídas total ou parcialmente. Isto é, evidencia-se a elevação de suas potencialidades, ao passo em que diminuídas suas dificuldades em aprender.

Na psicopedagogia é evidenciado, constantemente, o papel do próprio sujeito em seu desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, dentre outros, buscando torná-lo um sujeito-ator de sua superação. Nas palavras de Bossa (2011, p. 28), trata-se de “[...] uma área de estudo interdisciplinar que olha para o sujeito como um todo no contexto no qual está inserido, que estuda os caminhos do sujeito que aprende e apreende, adquire, elabora, saboreia e transforma em saber o conhecimento”. Com isso, o psicopedagogo tem importante papel ao evidenciar a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo quanto à forma de se relacionar com a sociedade.

Importa destacar a relevância da psicopedagogia para a promoção de uma escola comum mais inclusiva e menos segregacionista, onde todos os alunos, independentemente de suas características,

possam ter direitos iguais à educação escolar, mas considerando suas diferenças, pois como bem ressalta Mantoan (2011, p. 10), “não somos iguais em tudo, mas conquistamos o direito à igualdade e devemos reclamá-lo toda vez que nossas diferenças forem motivo de exclusão, discriminação, limitação de possibilidades na escola, na sociedade em geral”. Mittler (2003) reforça a necessidade de a escola ser um espaço que atenda as diferenças, mas que não as transforme em desigualdades e exclusão, afirmando que as instituições de ensino devem “[...] garantir o acesso e participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento” (p. 25).

No campo da educação, o trabalho do psicopedagogo tem como base a abordagem institucional, embora não se desvincule da clínica, e se dão de forma colaborativa com outros profissionais, como os professores, agindo de forma preventiva na busca por soluções de problemas que possam surgir. Importa enfatizar, conforme Araújo (2014), que este profissional não lida apenas com o aluno com dificuldades de aprendizagem, de forma isolada, pois sua atuação preventiva também deve contemplar a construção do currículo escolar, dentre outras ações que agreguem melhorias no processo formativo.

### **Contribuições da psicopedagogia na aprendizagem de crianças com TEA**

A efetivação de um espaço escolar inclusivo deve considerar a diversidade de alunos e suas diferenças no sentido de valorizar essa heterogeneização de culturas, saberes e histórias de vida que dão sentido à prática educativa. Com isso, a escola deve ser acolhedora e desenvolver suas ações levando em consideração não apenas o direito do aluno não somente à matrícula, mas, sobretudo, o seu direito à permanência nesse espaço, o que nem sempre ocorre, daí as discussões sobre inclusão e exclusão.

Em se tratando do público-alvo da Educação Especial, sobretudo criança autista sabe-se que as relações sociais vivenciadas por essas crianças são um tanto precárias em virtude da manifestação do TAE, fazendo-as, muitas vezes, não ter noções de regras de convívio nem limites entre o certo e o errado. Desse modo, torna-se necessário o estabelecimento de limites para que, desde cedo, possam entender que para viver em sociedade é preciso conhecer e entender minimamente até onde algo pode ser feito (Araújo et al, 2020).

Na escola, o psicopedagogo deve atuar no sentido da efetivação da inclusão da criança autista junto aos professores, funcionários da escola e os colegas de classe que não possuem o transtorno, pois trabalhar apenas o aluno autista de forma isolada do universo que o rodeará pouco surtirá efeitos para o seu desenvolvimento e inclusão. Nas palavras de Carvalho e Cuzin (2008, p. 87), o

psicopedagogo, quando inserido na escola, será o “responsável por conciliar as inesperadas situações que podem surgir como interferência no processo de ensino-aprendizagem”.

Trabalhar a inclusão no espaço escolar não é uma tarefa fácil, pois são diversos os elementos que contribuem para a manutenção da exclusão em vigência, ao passo em que são poucas as condições de ruptura dessa segregação com o objetivo de fomentar a inclusão e diversidade no espaço escolar. Cada aluno considerado “diferente” requer metodologias e abordagens diferentes e fluídas para que sua aprendizagem ocorra da melhor maneira possível. No entanto, no caso de crianças autistas, essa diversificação é ainda mais necessária, pois não há metodologias, métodos nem técnicas de ensino-aprendizagem que possam ser utilizadas de forma hegemônica entre todos os alunos que possuem TEA.

Assim, a psicopedagogia em face da aprendizagem de crianças autistas também se dá mediante ações complexas o que demanda um profissional em constante atualização na busca por melhores instrumentos que oportunizem aos autistas uma aprendizagem menos danosa em virtude de suas limitações. O que se busca é maximizar suas potencialidades, ao mesmo tempo em que suas limitações postas pelo transtorno não se sobressaiam às suas possibilidades de convivência e de aprendizagem. Para que isso ocorra, a psicopedagogia considera cada criança como um sujeito único no universo, pois “é básico que a programação psicopedagógica a ser traçada para estas crianças esteja centrada em suas necessidades” (Berehff, 2017, p. 103).

Desse modo, o psicopedagogo atua para facilitar a aquisição do conhecimento por parte da criança autista, representando um mediador da interação entre a criança e o mundo que o espera. Mais do que viabilizar o processo de educação escolar da criança autista, o psicopedagogo irá conduzi-la com base em seus conhecimentos para viver em sociedade a partir dos preceitos da inclusão, onde a igualdade surge a partir das diferenças. Com isso, o objetivo de sua atuação enquanto psicopedagogo é fomentar a participação da criança autista nas atividades diversas que são desenvolvidas na escola, sobretudo as que envolvem relações sociais e de interação com outras pessoas (Carvalho; Cuzin, 2008).

Importa destacar que a inclusão da criança autista na escola comum, junto aos demais alunos que não possuem o transtorno, nem possuem deficiências decorre do entendimento de que essa interação entre os diferentes tipos de alunos e suas diferentes culturas irá potencializar o desenvolvimento do autista, pois o que irá se destacar nesse caso é o aspecto social que, por sua vez, implicará em melhorias nos demais aspectos que envolvem o seu desenvolvimento e sua aprendizagem (Schwarztzman; Assumpção Júnior, 2015). Se o indivíduo com autismo passar por acompanhado por um profissional da psicopedagogia, participar de todos os espaços e atividades, na sala de aula e fora dela, será possível melhorar a qualidade de vida, para que assim o indivíduo possa

interagir em um ambiente social sem tanta resistência e apresentar avanços significados de aprendizagem.

Mediante essas reflexões e apontamentos as contribuições da psicopedagogia para a aprendizagem da criança autista e sua inclusão na escola comum são inegáveis desde que haja investimentos. Esse investimento contempla o fomento à formação de professores para a inclusão e para a diversidade; materiais didático-pedagógicos para estimular a aprendizagem dos alunos que possuem dificuldades na aquisição do conhecimento; atendimento educacional especializado e elaboração do currículo escolar; remuneração dos profissionais da psicopedagogia e inserção desses nas escolas. Assim, as crianças que possuem TEA poderão desenvolver de melhor forma, com seguridade de uma verdadeira inclusão, sendo mais interativo e com maior independência em sua vida diária e social.

### **Conclusão**

Neste estudo buscamos compreender o papel da psicopedagogia na intervenção da aprendizagem de crianças com transtorno do espectro autista incluídas na escola comum. Mediante as leituras e análises realizadas com base na literatura encontrada, foi possível empreender algumas elucidaciones apresentadas na sequência.

A necessidade do psicopedagogo se dá a partir das possibilidades que este profissional gera para o desenvolvimento da criança com TEA. Para além de trabalhar diretamente nas dificuldades de aprendizagem que a criança apresenta este profissional lida com todo o contexto escolar para que seja um processo contínuo e permanente e não somente momentâneo, pois as limitações postas pelo autismo serão evidenciadas ao longo de toda a vida. Mediante seus conhecimentos multidisciplinares o psicopedagogo intervém da melhor maneira possível para que, sobretudo, o autista possa ter experiências de sociabilidade com menos dificuldades e sentimentos negativos.

Também foi possível identificar que a atuação do psicopedagogo para a promoção da aprendizagem de crianças com TEA deve acontecer o mais cedo possível, preferencialmente nos primeiros anos de vida, pois quanto mais cedo isso ocorrer, a criança terá maior desempenho e maior independência em sua vida diária e convívio social.

Ademais, considera-se que a intervenção do psicopedagogo na inclusão da criança com TEA, em especial quanto à sua aprendizagem só gera benefícios não apenas para a criança, mas para toda a escola. A inclusão é um fenômeno que cada vez mais vem ganhando espaço e se efetivará na medida em que as diferenças forem valorizadas.

## Referências

ARAÚJO, J. D. A. *et al.* “Nada sobre nós, sem nós”: a oferta do Atendimento Educacional Especializado no ensino médio a partir da percepção de estudantes público-alvo da Educação Especial. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 3, p. 1-19, 2020.

BEREOHFF, A. M. P. **Autismo, uma visão multidisciplinar**. São Paulo: GEPARI, 2017.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1.%20Acesso%20em%2011%20jun.%202018](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1.%20Acesso%20em%2011%20jun.%202018). Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 25 set. 2020.

CARVALHO, E. G. A; CUZIN, M. I. (org). **Psicopedagogia institucional e sua atuação no mercado de trabalho**. Campinas: UNICAMP, 2008.

CORREA, M. H. C. **A Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. Universidade Federal de Santa Maria. 2010.

FERNANDES, T. L. G.; VIANA T. V. V. Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 4-10, 2009.

FREITAS, Luis Carlos. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Rev. Histedbr**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 906-926, 2018.

GAUDERER, C. E. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área; do especialista aos pais**. Brasília: Mascorde, 2015.

MANTOAN, M. T. E. Apresentação. *In*: MANTOAN, M. T. E. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 40, n. 40, p. 139-153, 2018.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, W. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, Lorena, ano 1, n. 1, p. 19-30, 2004.

Organização Mundial da Saúde. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

PEREIRA, E. **Autismo**: Do Conceito a Pessoa. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação, 2006.

SCHWARTZMAN, J. S; ASSUMPCÃO JÚNIOR, F.B. **Autismo infantil**. São Paulo: Abram, 2015.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnostica dos problemas de aprendizagem escolar. 15. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 149-166, jul./set, 2017.

**CAPÍTULO 26****ESTIGMA E RELAÇÕES DE PODER: A VIOLÊNCIA POLICIAL BRASILEIRA  
REPRESENTADA EM MANCHETES DE JORNAIS**

*Mariane Mendonça da Silva  
Isabela Bezerra Ribeiro*

**Introdução**

O presente artigo tem como finalidade analisar as condutas e abordagens das autoridades perante os indivíduos estigmatizados socialmente. Nota-se, principalmente nos últimos anos, notícias que mostram o abuso de poder por parte de policiais, especificamente, ao abordarem pessoas que fogem dos padrões impostos pela sociedade e/ou que habitam lugares periféricos.

A formação dos policiais brasileiros nos mostra a importância de buscar identificar como essa estrutura de educação militarizada reverbera na sociedade, e como ela constrói as formas de abuso de poder, representada pela violência policial. Levando em consideração o contexto brasileiro, no qual temos um país altamente preconceituoso, racista, discriminatório, desigual e elitista, neste modelo os indivíduos estigmatizados acabam por sofrer a maioria dos “ataques” violentos de autoridades, tendo assim uma grave violação de seus Direitos Humanos.

Segundo o artigo 1 da lei 13869/2019, promulgada dia 05 de setembro de 2019, abuso de autoridade diz respeito aos agentes públicos que no exercício de suas funções ou com a intenção de exercê-la abusem do poder que lhe é atribuído, dessa forma, o abuso de poder se constitui, quando realizado pelo agente, possuem o objetivo de prejudicar o outro ou beneficiar a si próprio, ou mesmo, em terceiro lugar, satisfazer o ego (Brasil, 2019).

Ao investigar o caminho histórico dos policiais militares Brasileiros chegamos à constatação que o começo dos poderes policiais está ligado à preservação da ordem, visto que, as forças policiais sempre se comprometeram a servir ao sistema político vigente, onde em sua maioria, é amparado pelo poder exercido por um grupo específico – a oligarquia. A polícia, mas especificamente a militar, que vem assegurar o bem-estar e a segurança social, bem como, a conservação do sistema público e jurídico é a mesma que pratica ações violentas contra determinados indivíduos e que infringem os direitos humanos dessas pessoas (Gomes-Medeiros; Faria; Campos; Tofóli, 2019).

No Brasil os índices de mortalidade resultantes de ações das PM's são altíssimos. A desigualdade presente nas ações do uso anormal das forças policiais é notória, visto que, essas ações são bem mais intensas nas periferias. Entre os anos de 2009 e 2016 mais de vinte mil pessoas foram

executadas como resultado de ações dos agentes do estado, predominantemente, indivíduos do sexo masculino, jovens e negros (Azevedo, 2017).

À vista disso, Ribeiro (2019) vem mostrar que não existe violência policial nos espaços frequentados majoritariamente por indivíduos brancos e ricos, como por exemplo, bailes universitários, mesmo que socialmente todos saibam que nesses contextos, também ocorre práticas ilícitas, como o uso de entorpecentes, o que aponta para o fenômeno de criminalização da pobreza e do jovem negro.

Jovens que habitam em favelas, negros(as), pobres, pessoas que vivem em situação de rua e homossexuais (que não se encaixam nos padrões) constituem, em sua maioria, o grupo- alvo das abordagens policiais. A intersecção de raça, gênero, classe social, território habitado, perfil e idade tornaram-se fatores definitivos para que o indivíduo seja visto como alguém suspeito de alguma prática ilícita e assim seja vítima da violência policial (Zilli; Couto, 2017). Ao encontro disso, Campos e Silva (2018) apontam que a historicidade do modelo policial nos mostra que a meta sempre foi controlar as classes minoritárias, objetivando assim, de forma especial, uma atividade disciplinada.

Conseguimos identificar uma PM que serve como um braço do governo, que existe para a vida dos indivíduos como um modelo contundente, ostensivo e na maioria das vezes, cruel. Uma pesquisa que abarca as ideias de Foucault, Arendt e Debord vem nos mostrar que a problemática se instaura no fato de querer ‘salvar’ a totalidade dos grupos que se envolvem, porém, sem tirar do cenário social o jogo ultrapassado de quem pode ou não viver, de qual vida tem valor, e o que se faz pior, visando deixar bem claro quem define isso (Gomes- Medeiros et al., 2019).

Goffman (2013) vem definir estigma como uma característica imensamente depreciativa atribuída um indivíduo, seja essa característica física ou social, a qual impacta diretamente na identidade do indivíduo, deteriorando-a, isso pode acontecer por uma conduta social, na qual retrata algo muito ruim inserido na sociedade, e desta forma, deve ser rejeitado. De acordo com Goffman (2013) o estigma acontece diante de três condições: aversões de corpo, que diz respeito às deformações físicas; culpabilidades geradas pelo caráter pessoal como falta de honestidade, pouca vontade, convicções falsificadas; estigmas de raça, povos e religião, onde estes são perpassados através da fala.

O ponto de vista psicossocial mostra em alguns estudos que o sistema de estigmatizar tem como pontos principais desvalorizar e discriminar o indivíduo, bem como, o fazer perder seu status social. Isso acontece quando é atribuído a pessoa estereótipos negativos, onde estes tomam como base traços físicos e pessoais que são julgados e não aceitos pela sociedade (Felicissimo; Ferreira; Soares; Silveira; Ronzani, 2013).

A população estigmatizada, mais especificamente as minorias sociais, passam por um processo histórico de redução à marginalidade. Alguns grupos, designados por sua etnia, raça, religião, sexo, região etc., sempre tiveram seus direitos limitados dentro de uma sociedade na qual um grupo hegemônico predomina – ‘a elite política’. As formas de discriminação e exclusão são objetivadas pelo sistema capitalista, bem como pelo abuso de poder e corrupções dentro do estado. Pensar formas de preconceito é entender que a violência na maioria das vezes a sua fonte (Bandeira; Batista, 2002).

Preconceito, estigma e discriminação são temas frequentemente estudados e discutidos dentro da psicologia, pois estes impactam diretamente na identidade e saúde mental dos indivíduos. Vários estudos mostram que a identidade é construída socialmente e ela tem boa parte estabelecida nas relações sociais. Um indivíduo, ao sofrer estigmatização, pode passar pelo processo de deterioração da identidade, ou seja, ser considerado uma pessoa defeituosa, sendo assim diminuída socialmente, e tudo isso pode contribuir para que haja mudanças no autoconceito e autoestima do sujeito (Siqueira; Cardoso, 2011).

O atlas da violência de 2021 mostrou que cerca de 23 minutos é o intervalo em que um jovem negro é morto no Brasil, em outras palavras, assassinado. Isso demonstra que o genocídio da população negra é uma direção tomada pela sociedade, especialmente quando se trata de jovens. Esse é o resultado de como vive a população negra, visto que, a mesma está mais exposta a violência do que a população branca (Ribeiro, 2019). Ao encontro disso, Madeira e Gomes (2018) relatam que a criminalização da população negra é abordada como uma peculiaridade nacional e isso pode ser demonstrado nos presídios, pois este é em sua maioria composto por negros e negras, reproduzindo assim a visão de que essa população é criminosa, incontrolável, perigosa, cruel e que demonstra ser uma violenta ameaça.

O Estigma e o preconceito têm uma influência direta na saúde mental do indivíduo, pois ocasionam mudanças negativas na autoestima. A pessoa estigmatizada, por ter características desfavoráveis associadas a si, acaba por internalizar sentimentos de vergonha e desprezo, o que ocasiona, na maioria das vezes, um isolamento social (Siqueira; Cardoso, 2011).

Diante do exposto questiona-se: Como é construída a imagem de determinados grupos sociais e como essa imagem influencia a abordagem policial? É sabido que historicamente se construiu a visão de que existem grupos superiores a outros. Um grupo sofre estigma, preconceito e discriminação quando ele não se inclui no grupo dominante, seja na cultura, seja nas práticas sociais. Esse grupo dominante, em sua maioria, é detentor do poder, gerando assim inúmeras formas de violência para com essas minorias. É perceptível que as minorias vivem à margem da sociedade, principalmente na questão de direitos e respeito. Grupos estigmatizados acabam por serem reduzidos

a uma visão de marginalidade, também representada pelas mídias ao realizarem a associação desses grupos à prática de crimes.

## Metodologia

Esse estudo refere-se a uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo exploratório, na qual ocorreu um levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo: Estigma e relações de poder. A pesquisa também possui um viés documental, no qual trata-se de recolher reportagens de veículos de notícias veiculados na internet como: G1 e R7 notícias.

A pesquisa documental é definida como uma pesquisa de análise de diferentes documentos, para ser averiguados e lançar mão de interpretações ou informações complementares, que podem sugerir edições nestes de acordo com os objetivos da pesquisa (Bonotto, Kripka, Scheller, 2015). Outros tipos de documentos podem ser analisados de diferentes formas, estudos de caso, relatórios e notificações, podem trazer dados importantes para formulação de estratégias ou políticas públicas.

A análise dos dados se deu pela organização dos passos: **1** seleção randômica de casos expressivos para o tipo de violência cometida; **2** identificação dos dados importantes para situar a leitura do texto; **4** organização da discussão em tópicos, os quais são as categorias da análise; **5** apresentação e problematização dos casos.

## Resultados e discussão

Foram discutidas informações sobre cinco casos de violência policial efetuadas por agentes públicos, mais especificamente por Policiais Militares, no qual quatro casos ocorreram no ano de 2020, um no ano de 2019 e todos ocorreram no Brasil. Foram selecionadas com base em notícias jornalísticas, selecionadas numa amostra aleatória por conveniência, a partir de situações consideradas emblemáticas, apresentadas no quadro 1 e descritas a seguir.

Quadro 1 – Informações sobre notícias de abuso de poder e violência policial.

	NOME	IDADE	LOCAL	ANO/FONTE
1	João Victor Dias Braga	22 anos	Rio de Janeiro	2019/G1
2	Eliane Espírito Santo da Silva	39 anos	Macapá	2020/G1
3	Weslei da Fonseca Guimarães	27 anos	São Paulo	2020/R7
4	NÃO IDENTIFICADO	Menor de idade	SA- Bahia	2020/G1
5	Isabela Sabino	23 anos	São Paulo	2020/G1

Fonte: Dados da pesquisa (2020) produzidos pela autora.

CASO 1: João Victor Dias Braga, tinha 22 anos e foi morto por policiais militares durante um confronto entre PMs e traficantes, em Taquara, no Rio de Janeiro, mais especificamente na comunidade Santa Maria. A família do jovem acusa os policiais de confundirem uma furadeira, que o mesmo carregava, com um fuzil. Os policiais envolvidos no caso e sua corporação não se manifestaram sobre o acontecido (G1, 2019a).

CASO 2: A pedagoga Eliane Espírito Santo da Silva, de 39 anos, foi atacada com vários socos no rosto durante uma abordagem policial em Macapá. A mulher negra foi presa por resistência, desobediência e desacato após as agressões. Eliane foi levada a delegacia e liberada após pagar 800,00 de fiança. A pedagoga relata: “Para mim isso foi uma tortura, mexeu muito com meu psicológico. [...] Eu fui chamada de preta, fui chamada de vagabunda por eles na delegacia. Eu me senti ofendida e para mim foi um preconceito muito grande, porque éramos os únicos negros ali.” (G1, 2020b).

CASO 3: Weslei da Fonseca Guimarães, de 27 anos, que trabalha como pizzaiolo sofreu violência policial ao ser abordado por policiais militares na Zona norte de São Paulo. Weslei relatou a Record Tv a abordagem, porém, ainda com medo, não mostrou o rosto e pediu “paz”. Ele relata que não dorme direito pois tem receio que os policiais apareçam em sua casa. Uma testemunha chegou a filmar parte das agressões sofridas por Weslei. Nas imagens do vídeo, que foi gravado por uma moradora, pode-se ver claramente o policial agredindo Weslei, onde o jovem, a todo momento afirma que é um trabalhador (R7, 2020).

CASO 4: Adolescente é vítima de violência policial no subúrbio ferroviário de Salvador. A agressão policial foi gravada por moradores da região. A vítima, que não teve seu nome revelado, relatou ao G1 que estava voltando de um passeio na praia e estava levando uma amiga de sua namorada até o ponto de ônibus, pois já estava tarde para ela andar sozinha. O jovem foi agredido juntamente com seu colega, ele relata que dois dias após a agressão ainda sentia dor na região da barriga. O jovem lembra que o policial afirmava que ele não era trabalhador, e que ele era um vagabundo e “ladrão” por causa do seu cabelo black power. Nas filmagens é possível ver agressões físicas e psicológicas ao jovem, além de um discurso com um teor altamente preconceituoso (G1, 2020c).

CASO 5: Isabela Sabino de Souza, grávida de 23 anos, sofreu violência policial durante uma abordagem da Polícia Militar. A ação aconteceu em São José do Rio Preto, na cidade de São Paulo. Isabela estava gravando outra abordagem de teor violento que os policiais efetuavam, a jovem ao gravar pedia para que os policiais não realizassem tal ação. É possível ver na gravação que os moradores que presenciaram a abordagem pediam a todo momento para que o policial parasse, porém ele não chegou a atender os pedidos. O vídeo gravado por testemunhas mostra claramente o

policial rendendo a mulher grávida no chão, pressionando o joelho contra sua barriga e agredindo-a com tapas no rosto (G1, 2020d). A partir de uma análise realizada com base nas notícias descritas acima e na literatura que a antecede, classificou-se três categorias temáticas, identificadas nas reportagens, na forma de abuso de poder, representada pelas abordagens da Polícia Militar, são elas: O local como marcador social da criminalização; Preconceito e discriminação a partir do perfil da vítima e; A violência visível e o abuso de poder como espelho do estado.

### **O local como marcador social da criminalização**

Percebeu-se que dos cinco casos abordados na pesquisa três aconteceram em favelas e dois em bairros populares, dessa forma pode-se afirmar que há um foco maior de repressão da Polícia Militar para com os moradores de lugares pertencentes às classes subalternas. O Jornal EL PAÍS mapeou cinquenta e oito (58) ocorrências de violência ou tortura praticada por policiais militares desde o início do ano de 2020 no Brasil, com cerca de um registro por Estado, a partir de denúncias que foram formalizadas e que se tornaram públicas. A maioria das vítimas (68%) é negra e reside em bairros periféricos, onde sofreram as abordagens violentas da Polícia Militar (El País, 2020). Segundo a socióloga Bueno (2020) há uma grande discrepância nas formas de comportamentos da Polícia Militar para com as diferentes classes sociais, pois a corporação enxerga que algumas vidas possuem mais valor que outras.

Segundo Zilli (2015) as favelas passam por um processo histórico de preconceito e estigmatização, na qual, as pessoas que constroem esse espaço acabam por sofrerem inúmeros tipos de ataques e associação a criminalização, as quais associados a outros estereótipos se tornam alvo fácil do abuso de poder e violência do estado. Podemos identificar no caso 4, por exemplo, que o mesmo ocorreu em uma favela de Salvador, como aponta a notícia: “Adolescente é vítima de violência policial no subúrbio ferroviário de Salvador.” (G1, 2020c) Assim como também no caso 1: “João Victor Dias Braga, tinha 22 anos e foi morto por policiais militares durante um confronto entre PMs e traficantes, em Taquara, no Rio de Janeiro, mais especificamente na comunidade Santa Maria.” (G1, 2019a).

As notícias jornalísticas nos mostram que ações impetuosas da PM acontecem em sua maioria em comunidades pobres. Podemos usar como exemplo o caso 1: “A família do jovem acusa os policiais de confundir uma furadeira, que o mesmo carregava, com um fuzil.” (G1, 2019a). Tal ação seria totalmente diferente se o contexto ambiental fosse um bairro de classe média alta. Para a polícia militar, assim como para o sistema, os moradores das regiões pobres são estigmatizados

como criminosos e pessoas violentas e dessa forma, estando desprovidos de humanidade, não possuem direitos (Breiller, 2020).

A corporação e a força policial foram construídas para defender as predileções do Estado. Diante disso, com o passar do tempo, ela teve seu ponto preferencial. Referia-se aquele indivíduo que não seguia os padrões da sociedade. Quando há uma referência ao estado, 26 estamos falando de uma elite que se alterna no poder e que é comandada por grandes famílias (Martins, 2017).

Na perspectiva do sistema, que é premissa para polícia, o “habitar lugares pobres” se estabelece como um componente de diferenciação social, na forma que o sistema que classifica outros grupos sociais infere um estigma a esse atributo. Assim as carências da democracia brasileira, a desigualdade social e econômica, a tenacidade de uma cultura da violência, além dos impactos da globalização econômica constrói condições que “favorecem” as formas de opressão representada pelo abuso de poder dos Policiais Militares brasileiros.

Ser de um determinado território ou circular por ele se apresenta como uma diferenciação importante para os policiais, pois demonstra por si só uma associação do indivíduo para com um ambiente estipulado previamente como o “lugar do crime”, quando este se trata de um bairro pobre. A conjuntura econômica do indivíduo também o define como suspeito, uma vez que, se ele estiver circulando em um bairro considerado nobre, seu perfil irá discordar do habitante esperado para aquele determinado local (Pina, 2017).

As diferentes formas de tratamentos da Polícia Militar passam a objetivar ainda mais as formas de opressão e essa discrepância no tratamento advém das desigualdades econômicas e raciais em todos os seus níveis. Essas diferenças são responsáveis por determinar o local que cada pessoa habita, bem como, os estigmas que se manifestarão na forma de vida de cada indivíduo e sua classe pertencente (Castro; Rocha; Cruz, 2019).

### **Preconceito e discriminação a partir do perfil da vítima**

Foi possível perceber, tanto nas notícias abordadas nessa pesquisa, como em artigos acadêmicos e levantamentos jornalísticos (como o do EL PAÍS, 2020) que os (as) jovens negros (as) e pardos (as) são o foco das abordagens policiais, bem como, da violência advinda dessas condutas, conforme se verifica no relato do caso 2: “Eu fui chamada de preta, fui chamada de vagabunda por eles na delegacia. Eu me senti ofendida e para mim foi um preconceito muito grande, porque éramos os únicos negros ali.” (G1, 2020b).

De acordo Sinhoretto e Morais (2018) fica claro que a separação racial e o preconceito oriundo dessa, presentes no sistema e na dinâmica das relações brasileiras, bem como sua

naturalização, influem na “forma de decidir” e nos modos de agir da corporação da polícia para com a juventude negra.

É de suma importância para a discussão voltar-se para a realidade da juventude negra brasileira, na qual traz à tona vivências de intensa vulnerabilidade social. Eles estão no 27 topo do ranking das famílias consideradas pobres, assim como também são maioria entre a classe desempregada, analfabeta e entre os evadidos do sistema de educação, são os principais alvos da violência, onde se exemplifica a urbana, os homicídios e a policial. Há um enorme silenciamento por parte do Estado quando se trata da mortalidade da juventude negra como resultado de violentas ações da polícia militar. A questão chegou a tamanha proporção que se possibilita falar em genocídio dos jovens negros (Sampaio; Meneghetti, 2020).

Segundo Sampaio e Meneghetti (2020) uma das questões do abuso de poder é problematizar a relação de um grupo específico da sociedade com um dos grupos dos agentes do estado: o policial militar. Os levantamentos no Brasil apontam que os fatores de suspeitas que se associam - juntamente com a identidade racial – a outras formas de discriminação são a classe social e territorial que determinado indivíduo está inserido. Neste contexto, negros, pobres e habitantes de áreas populares e/ou favelizadas se inserem nos grupos que são alvos das práticas violentas da polícia militar. Isso pode ser mostrado na notícia do caso 4: “A gente falou que não aconteceu nada e que a gente só estava conversando, aí ele foi e fez a abordagem” (G1, 2020c). Isso demonstra que a localidade influenciou a abordagem, pois se tratava do subúrbio de Salvador, assim como o perfil do jovem: “O jovem lembra que o policial afirmava que ele não era trabalhador, e que ele era um vagabundo e ladrão por causa do seu cabelo *black power*.” (G1, 2020c).

Ao passo que abordamos a temática que questiona a existência da discriminação racial nas práticas policiais, de maneira rigorosa associada a uma organização do Estado, institui-se, a partir disso, convocar a classe do racismo institucional. Este trata-se de uma categoria de racismo que se refere aos modelos de como as instituições atuam, essa atuação passa a objetivar a desigualdade racial, bem como, sua naturalização. Ao trazer à tona essa forma de racismo busca-se evidenciar as formas de discriminação indiretas que acontecem do centro das instituições, onde estas são resultado dos dispositivos que funcionam, até determinado ponto, como “resposta” a rebeldia dos sujeitos (Fonseca, 2015).

Quando se trata de segurança pública, o racismo institucional é constatado com base em três instrumentos: (1) através de um conjunto de leis que viabiliza as formas de segregação e na forma de agir diretamente dos agente; (2) por exclusão, ao agir com base em práticas e dispositivos que tornam inviável a construção de políticas de proteção social, propiciando assim desvios sociorracias e territoriais; e (3) por meio da ação de sujeitos ou grupos que com base em seus

próprios preconceitos, e ao possuírem um contexto institucional favorável, cometem infrações de direitos, ações discriminatórias e estigmatização (Batista, 2018).

Segundo Oliveira e Faiman (2019) o ser policial ou “homem de farda” se apresenta para a população gerando insegurança, pânico e revolta. Ao tratar dessa questão chama atenção o que foi dito no caso 3:” Ele relata que não dorme direito pois tem receio que os policiais apareçam em sua casa.” (R7, 2020); assim como no caso 5: “Isabela relata que segue com o emocional muito abalado, além do medo que se instalou nela, pois ela afirma que está apreensiva com o que pode acontecer no decorrer da situação.” (G1, 2020d). Esses relatos mostram que o medo ainda existe para além da abordagem em si, pois ao se tornar pública a violência cometida, o pânico de uma possível vingança por parte dos policiais se instala nas vítimas. É importante salientar que o abuso de poder referido não se restringe a um determinado indivíduo, mas afeta todo um grupo de pessoas que compartilha dos mesmos atributos: ser preto(a), jovem, pobre e habitar bairros pobres.

### **A violência visível e o abuso de poder como espelho do estado**

Podemos observar que a Polícia Militar brasileira age de forma demasiadamente violenta e sem a preparação necessária para manter a estabilidade da ordem pública, essas ações se tornam ainda mais intensas quando se trata das classes sociais minoritárias. O caso 3 serve de exemplo: “As agressões são marcadas por golpes com cacetetes, que acontecem nas pernas e rosto da vítima, tapas e chutes. O rapaz também foi jogado no chão e arrastado mesmo sem apresentar nenhum tipo de resistência durante toda a abordagem.” (R7, 2020).

De acordo com Alves e Ferreira (2020) a militarização ocorre através da sua normalização, ocorrendo assim, a partir disso, consequências em forma de limitações de direitos, bem como de validações da violência estatal que ocorre por parte da polícia militar. Ao encontro disso podemos destacar a ação de abuso de poder fundamentada no desrespeito ao direito do cidadão nos casos 2 e 5, nos quais as vítimas, ambas mulheres, estavam exercendo seu direito enquanto civis de filmarem outra abordagem violenta que ocorria, e diante disso foram abordadas e sofreram violência por parte dos PM's.

Isso pode ser constatado a seguir: “Segundo Eliane ela estava apenas fazendo um vídeo de outra abordagem que os policiais estavam realizando e com base nisso foi agredida, sem realizar nenhum tipo de ofensa.” (G1, 2020b) “Isabela estava gravando outra abordagem de teor violento que os policiais efetuavam, que acontecia com um homem e um adolescente, no qual os policiais obrigaram um menino de 12 anos a engolir um pedaço de maconha.” (G1, 2020d).

É importante salientar que nos casos citados acima (2 e 5) as mulheres fogem da norma social imposta de branquitude, além de que, a mulher do caso 5 também foge da norma social imposta à vestimenta das mulheres e se encontrava grávida.

### Conclusões

Através da análise de dados e da literatura baseada na temática pode-se compreender que as abordagens policiais militares possuem um tom discriminatório no qual têm como base estigmas construídos socialmente. Além do mais, a formação da polícia militar influencia diretamente nas práticas de abuso de poder nas abordagens, visto que essa formação ainda se baseia em um modelo militarizado.

O local em que as vítimas se encontravam, bem como seu perfil, são fatores significativos para a violência policial. Segundo a pesquisa o preconceito é aspecto preponderante nas ações abusivas do poder policial, na qual indivíduos negros ou pardos, que vivem em lugares não pertencente a classe média alta e que não seguem padrões impostos socialmente são as maiores vítimas.

Com os estudos aprofundados a respeito da temática pode se concluir que o uso da violência nas abordagens policiais para com determinados grupos sociais não são casos isolados de desvio de conduta policial, mas sim um padrão institucional objetivado por um sistema desigual e opressor.

São necessários mais estudos de forma aprofundada sobre essa temática, com uma quantidade maior de conteúdo documental para que assim novas amostras sejam encontradas e discutidas, e para além da vítima também há uma necessidade de pesquisa que se relacione com as condições nas quais os policiais militares são expostos em todo o processo de formação e atuação.

### Referências

ALVES, M. F.; FERREIRA, N. S. R. O processo de militarização de uma escola estadual pública em goiás. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e0224778, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302020000100800&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100800&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 25 Nov. 2020.

AZEVEDO, E. F. de. A Polícia e suas Polícias: Clientela, Hierarquia, Soldado e Bandido. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 553-564, Sept. 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932017000300553&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300553&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 June 2020.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, jan. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 20 abr. 2020.

BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, pág. 2581-2589, outubro de 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2179-89662018000402581&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000402581&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 24 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei no 13869 de 05 setembro de 2019**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13869.htm)>. Acesso em: 27 out. 2020.

BREILLER, P. Entre a vida e a morte sob tortura, violência policial se estende por todo o Brasil, blindada pela impunidade. **EL PAÍS**, 30 de jun. 2020. Disponível em:< <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/entre-a-vida-e-a-morte-sob-tortura-violencia-policial-se-estende-por-todo-o-brasil-blindada-pela-impunidade.html>>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

BONOTTO LARA DE DANUSA, SCHELLER MORGANA, KRIPKA LUVEZUTE MARIA ROSANA. **Pesquisa documental**: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa, investigação qualitativa em educação, vol. 2, n° 1, Porto Alegre, 2015.

CASTRO, M. C.; ROCHA, R.; CRUZ, R. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 20, n. 2, p. 525-541, ago. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-00862019000200020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862019000200020&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 22 nov. 2020.

FELICISSIMO, F. B. et al. Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática na literatura. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 15(1), 116-129. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/1241/23db68964be20531753b897dcaadb51cdb6.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FONSECA, I. F. Inclusão política e racismo institucional: reflexões sobre o programa de combate ao racismo institucional e o conselho nacional de promoção da igualdade racial. **Planejamento e políticas públicas**, n. 45, jul./dez. 2015. Disponível em:< [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6630/1/PPP\\_n45\\_Inclus%C3%A3o\\_Pol%C3%ADtica.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6630/1/PPP_n45_Inclus%C3%A3o_Pol%C3%ADtica.pdf) >. Acesso em 24 nov. 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOMES-MEDEIROS, D. et al. Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 7, e00242618, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000903001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000903001&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 04 Jun 2020.

OLIVEIRA, T. S. de; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 607- 615, jun. 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572019000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 24 nov. 2020.

PINA, K. V. Massificar sem democratizar: o excesso que oprime. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 142, pág. 39-53, janeiro de 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302018000100039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302018000100039&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 22 de novembro de 2020.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. de O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463- 479, dez. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010166282018000300463&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282018000300463&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 28 maio 2020.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual antirracista**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SAMPAIO, S. S.; MENEGHETTI, G. Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a “pandemia do extermínio” no Brasil. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 635-647, Dez. 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802020000300635&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300635&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 24 Nov. 2020.

SIQUEIRA, R.; CARDOSO, H. **O conceito de estigma como processo social**: Uma aproximação teórica a partir da literatura Norte-Americana. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/maria/Desktop/OConceitoDeEstigmaComoProcessoSocial%20..pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SINHORETTO, J.; SOUZA MORAIS, D. de. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 64, p. 15-26, Abr. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0123-885X2018000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2018000200015&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 04 Jun 2020.

ZILLI, L. F. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 463-487, out. 2015 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65612015000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612015000300003&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 22 nov. 2020.

**SOBRE AS/OS AUTORAS/ES**

**Alessandra do Nascimento Costa** - Graduanda em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: alelimasse@gmail.com

**Alliny Dayse Firmino Bezerra** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Presidente da Liga Acadêmica de Psicologia Comunitária da UniVS. E-mail: daysealliny.ad@gmail.com

**Amanda Gabriel Viana Bezerra** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Ana Beatriz Garcia de Souza** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVs). Pesquisadora discente do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UNIVS) e do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/COPEX/UNIVS). E-mail: beatriz.garcia142001@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9765-880X>

**Antônio Martins Vieira e Silva Júnior** - Graduado em psicologia e especialista em terapia cognitivo comportamental, docente do curso de psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, atua como psicólogo clínico. E-mail: antoniomartins@univs.edu.br

**Brenda da Silva Nogueira** - Especialista em Intervenção ABA aplicada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado.

**Carolina Ferreira Ferraz** - Graduanda em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: carolinaferreiraferraz@hotmail.com

**Cecilia Neves Ferreira Neta** - Graduada em Psicologia e pós-graduanda em Ciências da Educação e Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Vale do Salgado. Pós-graduanda em Psicologia Humanista Existencial Fenomenológica pela FAVENI. Formação em Gestalt-terapia pela Ethos - Estudos e Psicologia Clínica (em andamento).

**Damiana Ferreira da Silva Alves** - Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Ênfase em Gestão Escolar pela KURIUS. Graduanda em Psicologia pela FASC.

**Daniel Rubens Santiago da Silva** - Graduado em Psicologia pela Faculdade Católica Rainha do Sertão (2011), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2000) e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2014). Atualmente é servidor público federal - Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública.

**Davi Sampaio Cardoso** - Especialista em Políticas Públicas e Atenção Psicossocial pela Universidade Estácio de Sá. Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). Professor colaborador da Liga Acadêmica de Psicanálise e da Liga Acadêmica de

Psicologia Comunitária do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). E-mail: davisampaiopsi@gmail.com

**Eloá Losano de Abreu** - Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sociomoral (NPDSM) e do GT Psicologia e Moralidade da ANPEPP, realiza pesquisas com ênfase nos temas desenvolvimento moral, descentração social, julgamento moral, empatia e perdão. E-mail: eloa.losano@academico.ufpb.br

**Elza Maíza de Assis Vaz** - Graduanda em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: elzamaiza01@gmail.com

**Ester das Graças Nunes Cândido** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Faeilla Maria Ferreira Lima** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVs). Monitora do programa de Iniciação à Docência em Teorias e Práticas Psicoterápicas: análise do comportamento da Univs. Pesquisadora discente do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UNIVS) e do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/COPEX/UNIVS). E-mail: faeillamaria@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4765-0268>

**Francisca Thais de Souza Nogueira** - Graduada em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS, natural de Jaguaribe, atuou como monitora na disciplina de Processos de Integração na Aprendizagem. Tem formação em Psicologia Escolar promovido pelo Instituto Avançar (2022) e trabalha com pesquisas sobre o contexto escolar e de gênero.

**Francisco Alison Custódio Idelfonso** - Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVs). Vice-Presidente da LAP- Liga Acadêmica de Psicanálise, e membro efetivo da LAPED. Pesquisador discente do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UNIVS) e do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/COPEX/UNIVS). E-mail: custodioalison2@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0101-2519>

**Francisco Matheus de Oliveira Cavalcante** - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Francisco Nalysson Lucena da Silva** - Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVs). Monitor do programa de Iniciação à Docência em Psicologia Social da UniVs. Diretor Científico da LAP - Liga Acadêmica de Psicanálise (COPEX/UniVs). Pesquisador discente do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UNIVS) e do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/COPEX/UNIVS) E-mail: nalyssonlucena@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2520-7206>

**Francisco Newton Pereira Junior** - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Geovânia Cristina Bezerra da Silva** - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Isabela Bezerra Ribeiro** - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Psicóloga clínica com foco na infância e dificuldades de aprendizagem (CRP02/24008). Professora no curso de Psicologia da UNIVS. E-mail: isabelaribeiropsicologa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6458-6547>

**Janaína Araújo Santiago Oliveira** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Jeremias Manoel de Freitas Neto** - Psicólogo pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS), com ênfase clínica em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), experiência na área da Saúde Mental por grupo terapêutico sobre Suicídio, Depressão e Ansiedade.

**Jessyca Araci Mota Maciel** - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Jonas Lucas Chaves Queiroz** - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Monitor do programa de Iniciação à Docência em Psicologia Social da UniVS. E-mail: jonasfortuni@outlook.com

**José Erison Noronha Félix** - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Monitor do Programa de Iniciação à Docência em Psicologia Social da UniVS. Presidente da LAPSICO - Liga Acadêmica de Psicologia Comunitária (COPEX/UniVS). Pesquisador discente do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UNIVS). E-mail: joseerisonnoronha3@gmail.com

**Joyce Aurélia Batista Virginio** - Psicóloga, formada pelo Centro Universitário Vale do Salgado; Cursando licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Atuou como monitora da disciplina Psicologia e Processos Educacionais. Possui interesse em Políticas Públicas; Saúde Mental e Gestalt-Terapia.

**Joyce Kézia de Aquino Nunes** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Juliana do Nascimento Souza Lucena** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Júlio Rique Neto** - Doutor em Psicologia do Desenvolvimento Humano pela University of Wisconsin-Madison, Estados Unidos; Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba e Psicólogo Clínico pelo Instituto Paraibano de Educação. Atualmente é professor no departamento de psicologia da Universidade Federal da Paraíba e no programa de pós-graduação: mestrado e doutorado em psicologia social, onde desenvolve estudos e pesquisas sobre desenvolvimento sociomoral com foco nas virtudes da justiça e do perdão. E-mail: julio.rique@hotmail.com

**Kauane Pereira dos Santos** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Laricia Nogueira Alexandre** - Graduada em psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. Pós-graduanda em saúde mental pela Faculdade Faveni. Formação em Gestalt-terapia pela Ethos - Estudo e Psicologia Clínica (atualmente). Possui experiências profissionais nas áreas da psicologia hospitalar e atendimentos clínicos.

**Laura Gabryelle Fernandes de Medeiros** - Graduanda em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: lauragmedeiros@hotmail.com

**Leonardo Matias Benigno** - Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Graduado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pós-Graduando em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FAEX). E-mail: leonardo.matias2010@gmail.com

**Letícia Augusto Oliveira da Silva** - Psicóloga formada pelo Centro Universitário Vale do Salgado; Especialista em Psicologia Escolar e da Saúde e em Docência do Ensino Superior. Mestranda em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará. Atua como docente universitária na UniVS e Psicóloga no CAPS no interior do Ceará.

**Lielton Maia Silva** - Coordenador do curso de Psicologia da UniVS; Mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC; Especialista em Saúde Mental pela UDESC; Especialista em Saúde Pública e da Família pela FAK; Supervisor Clínico e Psicoterapeuta de abordagem Cognitiva Comportamental. E-mail: lieltonmaia@univs.edu.br

**Lívia Braga de Sá** - Mestre (2017) e Doutora (2022) em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Graduada em Psicologia (2014) e em Letras - Língua Portuguesa (2010), ambas pela mesma instituição. Atualmente, é professora do curso de Psicologia do UNIESP. Possui interesse em Psicologia do Desenvolvimento Humano, realizando pesquisas sobre socialização parental, resolução de conflitos familiares, autonomia e desenvolvimento moral. E-mail: liviabsc@hotmail.com

**Lucas de Queirós Cavalcante** - Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVs). Presidente da LAP - Liga Acadêmica de Psicanálise (COPEX/UniVS). Pesquisador discente do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UNIVS) e do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/COPEX/UNIVS). E-mail: lucas.queirosc2017@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9797-5477>

**Maiana Parente Gomes Carneiro** - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. Membro do Laboratório de Estudos em Psicologia e Feminismos. E-mail: maianaparente14@gmail.com

**Manuel Ferreira de Sousa Junior** - Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (Unileão). Monitor do Programa de Iniciação à Docência em Psicologia Social da Unileão. Membro do comitê científico da LASID - Liga Acadêmica de Saúde Integral para a

Diversidade (COPEX/Unileão). Membro do setor de pesquisa, inovação e monitoramento da Enactus Unileão. E-mail: manuelfs-@outlook.com

**Maria Aparecida Trindade** - Graduada em Psicologia e Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). E-mail: aparecidatrindade@unileao.edu.br

**Maria Conceição Lucas Soares** - Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVs). Bacharel em Psicologia pela Faculdade Vale do Salgado (FVS). Docente do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). E-mail: mariaconceicao@univs.edu.br

**Maria da Silva Barbosa** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco** - Docente do curso de Psicologia da UNIVS. Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Doutora em Psicologia (UNIFOR).

**Maria Erilene Silva** - Graduada em Psicologia (2021.2) pelo Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Atua como psicoterapeuta na modalidade on-line.

**Maria Rosaria Vieira Neta** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Pesquisadora discente do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UNIVS) e do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/COPEX/UNIVS). E-mail: mariarosaria4002@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5686-5511>

**Mariane Mendonça da Silva** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Marília Gabriela Chagas Tavares** - Graduanda em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: marilia\_tvares@outlook.com

**Mateus da Silva Araújo** - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS).

**Maxwell Fontes Teixeira** - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Dr Leão Sampaio - Unileão. Pós-graduado em Psicologia Organizacional pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS. Possui experiência na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho e experiência clínica na Terapia Cognitivo Comportamental.

**Meury Gardênia Lima de Araújo** - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Psicóloga Clínica (CRP11/11707). Professora no curso de Psicologia da UNIVS. Membro do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UniVS). E-mail: meurygardenia@univs.edu.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3224077001536967>

**Najara Oliveira Silva** - Especialista em Teorias Psicanalíticas pelo Centro Universitário Dr. Leao Sampaio. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). Coordenadora da Liga Acadêmica de Psicanálise do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). E-mail: njrosster02@gmail.com

**Priscila Brasil Quintela Pontes** - Graduada do curso de Psicologia da UniVS; Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela UVA; Possui diversos cursos na área da Terapia Cognitiva Comportamental (TCC), Neuropsicologia, Neurociência e Avaliação Psicológica.

**Rebecca Pinheiro Sedrim** - Graduada em Psicologia (2012.2) e Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas (2015) pela UNILEÃO. Mestranda no Programa do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA. Formação clínica em Gestalt-Terapia (2018) e Pós-formação em Supervisão clínica em Gestalt-terapia (2022) pela Clínica Diálogos. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS.

**Sandra Mary Duarte** - Mestranda em Ensino na Saúde (UECE – 2022/2024). Especialista em Intervenção ABA aplicada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), em Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), em Gestão Escolar. Bacharel em Psicologia (UniCatólica/2009), licenciada em Pedagogia (UECE/1995). Docente do Curso de Psicologia da UniVS desde 2014.

**Sara Maria Teles de Figueiredo** - Graduada em Educação Física pela Universidade Leão Sampaio, Bacharel em Educação Física pela Universidade de Santo Amaro, Residência em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará, Mestranda em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará. Preceptora da residência ESP-CE, Tutora da UECE-CE (Graduação).

**Tadeu Lucas de Lavor Filho** - Psicólogo (CRP11/16.666). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Orientador da LAPSICO - Liga Acadêmica de Psicologia Comunitária (COPEX/UniVS). Líder do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UniVS). Professor do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: tadeulucas@univs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>

**Thalita Lays Fernandes de Alencar** - Bacharel, mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sociomoral (NPDSM) e do GT Psicologia e Moralidade da ANPEPP. Atualmente, é professora do curso de Psicologia da UNIVS e do departamento de Educação da URCA. Desenvolve pesquisas nas áreas de psicologia do desenvolvimento, psicologia da educação e psicologia da aprendizagem, com ênfase nos temas desenvolvimento moral, perdão, educação moral e bullying. E-mail: thalitaalays.alencar@gmail.com

**Thalyta Amália Feitosa Fernandes** - Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. Membro do Laboratório de Estudos em Psicologia e Feminismos. E-mail: thalytafernandes1307@gmail.com

**Thamires Pereira Alves** - Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Membro convidado do Grupo de Pesquisa em Ciências Cognitivo-Comportamentais

(COPEX/UniVS). Professora no curso de Psicologia da UNIVS. E-mail:  
thamirespereira@univs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3128-3974>

**SOBRE AS/OS ORGANIZADORA/ES**

**Isabela Bezerra Ribeiro** - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Psicóloga clínica com foco na infância e dificuldades de aprendizagem (CRP02/24008). Professora no curso de Psicologia da UNIVS. E-mail: [isabelaribeiropsicologa@gmail.com](mailto:isabelaribeiropsicologa@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6458-6547>

**Lielton Maia Silva** - Coordenador do curso de Psicologia da UniVS; Mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC; Especialista em Saúde Mental pela UDESC; Especialista em Saúde Pública e da Família pela FAK; Supervisor Clínico e Psicoterapeuta de abordagem Cognitiva Comportamental. E-mail: [lieltonmaia@univs.edu.br](mailto:lieltonmaia@univs.edu.br)

**Meury Gardênia Lima de Araújo** - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Psicóloga Clínica (CRP11/11707). Professora no curso de Psicologia da UNIVS. Membro do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UniVS). E-mail: [meurygardenia@univs.edu.br](mailto:meurygardenia@univs.edu.br) LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3224077001536967>

**Tadeu Lucas de Lavor Filho** - Psicólogo (CRP11/16.666). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Orientador da LAPSICO - Liga Acadêmica de Psicologia Comunitária (COPEX/UniVS). Líder do Grupo de Pesquisa Maquinações (COPEX/UniVS). Professor do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: [tadeulucas@univs.edu.br](mailto:tadeulucas@univs.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>

**Thamires Pereira Alves** - Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Membro convidado do Grupo de Pesquisa em Ciências Cognitivo-Comportamentais (COPEX/UniVS). Professora no curso de Psicologia da UNIVS. E-mail: [thamirespereira@univs.edu.br](mailto:thamirespereira@univs.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3128-3974>

**ÍNDICE REMISSIVO**

- ABA, 7, 63, 68, 69, 70, 71, 73, 288, 293
- AMBIVALÊNCIA MATERNA, 9, 191
- ANÁLISE DO COMPORTAMENTO, 7, 63
- AUTOTRASCENDÊNCIA, 9, 191
- COVID-19, 6, 8, 5, 7, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 26,  
27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 52, 55, 56,  
57, 58, 59, 60, 61, 62, 113, 119, 122, 123, 124, 167,  
172, 173, 176, 177, 178, 179
- CRIANÇAS, 6, 10, 17, 211
- ENVELHECIMENTO, 11, 255
- EXTREMISMO IDEOLÓGICO, 9, 157
- FAKE NEWS*, 9, 167
- FÉ, 6, 29
- FEMINICÍDIO, 8, 113
- GESTALT-TERAPIA, 9, 180
- GESTANTES, 6, 52
- HOMOSSEXUALIDADE, 7, 93
- LOGOTERAPIA, 9, 191
- MASCULINIDADES, 8, 125
- MUSCULAÇÃO, 10, 203
- NEUROPSICOLOGIA, 11, 255
- PANDEMIA, 6, 5, 17, 29, 52
- PARENTALIDADE, 10, 231
- PERDÃO INTERPESSOAL, 7, 74
- POLARIZAÇÃO POLÍTICA, 9, 157
- PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO, 10, 231
- PSICANÁLISE, 10, 220
- PSICOLOGIA, 1, 2, 7, 8, 84, 133, 136, 253
- PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA, 7, 84
- PSICOPEDAGOGO, 11, 265
- REFUGIADOS, 8, 102
- SAÚDE MENTAL, 6, 8, 10, 17, 29, 52, 102, 243
- TEA, 7, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 211, 212,  
213, 214, 215, 216, 265, 266, 269, 271, 272, 273,  
288, 293
- TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA, 7, 63
- VIOLÊNCIA AMBIENTAL, 8, 136
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, 6, 8, 40, 113
- VIOLÊNCIA POLICIAL, 11, 276



ISBN 978-655376226-8



9

786553

762268